

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo:
Efeitos ambientais e sociais do crescimento urbano no distrito Serra do
Cipó, Santana do Riacho/MG**

Cristiana Gomes Ferreira Lopes

Belo Horizonte

2019

Cristiana Gomes Ferreira Lopes

Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo:
Efeitos ambientais e sociais do crescimento urbano no distrito Serra do Cipó, Santana do
Riacho/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de
Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte

Departamento de Geografia da UFMG

Maio 2019

L864b
2019 Lopes, Cristiana Gomes Ferreira.
Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo [manuscrito]: efeitos ambientais e sociais do crescimento urbano no distrito Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG/ Cristiana Gomes Ferreira Lopes. – 2019.
333 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Doralice Barros Pereira.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2019.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Bibliografia: f. 285-296.
Inclui anexos e apêndices.

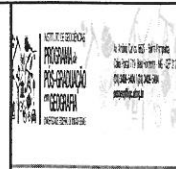
1. Planejamento urbano – Cipó, Serra do (MG) – Teses. 2. Turismo – Teses. 3. Crescimento urbano – Cipó, Serra do (MG) – Teses. 4. Desenvolvimento sustentável – Teses. I. Pereira, Doralice Barros. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 711.4 (815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



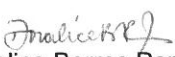
FOLHA DE APROVAÇÃO

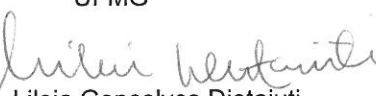
**Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo:
Efeitos ambientais e sociais do crescimento urbano no distrito
Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG.**

CRISTIANA GOMES FERREIRA LOPES

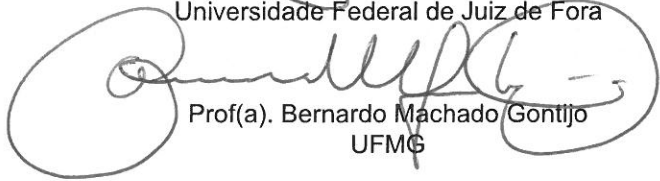
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

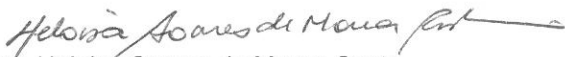
Aprovada em 24 de maio de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Doralice Barros Pereira - Orientador
UFMG


Prof(a). Lileia Gonçalves Diotaiuti
CPqRR-FIOCRUZ


Prof(a). Altair Sancho Pivoto dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof(a). Bernardo Machado Gontijo
UFMG


Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 24 de maio de 2019.

À minha mãe (*in memoriam*) que tanto me inspira.

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai que tanto já me dedicou da sua vida, por tudo que me ensinou e ensina e pelas boas risadas de sempre,

Aos meus irmãos e aos meus sobrinhos pelos momentos amorosos, descontraídos e divertidos que tornaram mais leves as fases difíceis do processo de elaboração da pesquisa,

Ao Raoni, meu parceiro da vida, pelos afagos e apoio incondicional,

Aos moradores do distrito Serra do Cipó que constituíram as experiências etnográficas essenciais para as análises aqui apresentadas,

Em especial, aos interlocutores desta pesquisa que compartilharam seu tempo e suas histórias de vida,

Aos membros do CODEMA e COMTUR de Santana do Riacho pelo acolhimento, discussões e experiências tão profícuas,

Aos professores e funcionários da Escola Estadual Dona Francisca Josina pela receptividade e por viabilizar o instigante debate com os jovens,

Aos professores, funcionários e colegas da Pós-graduação em Geografia com quem compartilhei o cotidiano, as disciplinas, os estudos e as experiências de pesquisa;

Às professoras Doralice Barros e Rogata Del Gaudio pelos encontros promovidos entre os seus orientandos que tanto agregaram na construção das reflexões e do texto,

Em especial à professora Doralice, minha orientadora, pela imensa atenção dispensada, pela leitura crítica, troca de ideias e pelas valiosas sugestões,

À Laís Lopes, Júlia Castro, Leonardo Vasconcelos, Pedro Henrique e Naiemer Carvalho pelas estimulantes e proveitosas conversas,

Aos professores Bernardo Gontijo e Altair Sancho por todo apoio e pelas inestimáveis contribuições na qualificação,

Aos colegas e professores da Pós-graduação em Antropologia, em especial a professora Ana Beatriz Viana pelas fascinantes discussões e leituras sobre a etnografia,

Aos colegas do Senac Minas pela compreensão e parceria que suavizaram a difícil tarefa de conciliar o doutorado com a rotina do trabalho,

Aos meus amigos, em especial à Paula Moraes, Daniela Campos, Leonardo Cotta, Rafael Mattos, Paula Franzoni, Fina Freitas, Lílían Chiari, Pablo Scherer e Alexandre Flores pelas boas prosas sobre a pesquisa, a Serra do Cipó e a vida.

Resumo

O turismo é recorrentemente exaltado como vetor de desenvolvimento para diferentes setores da sociedade, porém, após décadas do seu advento no distrito da Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG, objeto de estudo desta pesquisa, ele engendrou um crescimento econômico com lucros individuais e custos sociais e ambientais coletivos. A crítica empreendida se volta às concepções hegemônicas que reverberam a afirmação de que o turismo conduza ao desenvolvimento, inclusive sustentável. Com o objetivo de analisar os efeitos ambientais e sociais do turismo no seu contexto mais amplo: a (re)produção capitalista do espaço, a pesquisa busca escrutinar as relações entre turismo, sustentabilidade, crescimento urbano e segundas residências. O percurso teórico proposto busca localizar o turismo nas suas determinações históricas, reafirmando que ele deve ser estudado no contexto da mercantilização progressiva de todos os aspectos da vida. A base metodológica contempla a etnografia, observação participante, entrevistas não-diretivas, aplicação de questionários, participação/observações em reuniões públicas institucionais e conselhos municipais. Desvela-se como um dos becos sem saída da sustentabilidade no turismo, a sobreposição do turismo residencial ao convencional impulsionada pela perspectiva hegemônica cuja centralidade está na urbanização, construção e comercialização de segundas residências como melhor alternativa econômica para o lugar. Dentre os efeitos sociais e ambientais analisados destacam-se a precarização das relações de trabalho, as ameaças à permanência dos moradores nativos, a produção de espaços de exclusão/segregação pelo poder aquisitivo dos usuários e a deterioração das qualidades ambientais do/no espaço. Os efeitos positivos do turismo tendem a abranger aspectos econômicos atrelados sobretudo a geração de renda e empregos. No entanto, a longo prazo, o seu crescimento apresenta uma série de déficits estruturais e geram uma situação de risco ambiental e social para a comunidade local. O enfrentamento das questões ambientais do/no distrito não avançará se as desigualdades e exclusão social na (re)produção capitalista do espaço seguirem sendo amortecidas por discursos superficiais de geração de emprego e renda. Apesar da importância dos movimentos ecológicos, destacam-se suas limitações no enfrentamento aos efeitos nefastos do turismo, para questionar suas relações constitutivas com os preceitos econômicos neoliberais, a reprodução das desigualdades sociais e as dinâmicas de uso e ocupação do solo degradantes ambientalmente. Conhecer mais e melhor os becos sem saída que incidem no debate ambiental é necessário para impulsionar a ruptura com a ideologia ecológica do turismo sustentável e a emergência de outras possibilidades para o desenvolvimento do/no distrito Serra do Cipó.

Palavras-chave: Turismo, Sustentabilidade, Crescimento Urbano, Segundas Residências

Abstract

Tourism has been recurrently exalted as a vector of development for different sectors of society, but after decades of its advent in the district of Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG, the object of study of this research, it has generated economic growth with individual and social and environmental costs. The critique undertaken turns to the hegemonic conceptions that reverberate the affirmation that tourism leads to development, including sustainable development. With the objective of analyzing the environmental and social effects of tourism in its broader context: the capitalist (re) production of space, research seeks to scrutinize the relationships between tourism, sustainability, urban growth and second homes. The proposed theoretical path seeks to locate tourism in its historical determinations, reaffirming that it must be studied in the context of the progressive commodification of all aspects of life. The methodological basis includes ethnography, participant observation, non-directive interviews, application of questionnaires, participation/observations in public institutional meetings and municipal councils. It is revealed as one of the dead ends of sustainability in tourism, the overlap of residential and conventional tourism driven by the hegemonic perspective whose centrality lies in the urbanization, construction and commercialization of second homes as the best economic alternative for the place. Among the analyzed social and environmental effects are the precariousness of labor relations, the threats to the permanence of the native inhabitants, the production of spaces of exclusion/segregation by the purchasing power of the users and the deterioration of the environmental qualities of/in the space. The positive effects of tourism tend to cover economic aspects linked mainly to the generation of income and jobs. However, in the long term, its growth presents a number of structural deficits and creates a situation of environmental and social risk for the local community. Addressing environmental issues in the district will not advance if inequalities and social exclusion in the capitalist (re)production of space continue to be cushioned by superficial discourses of employment and income generation. In spite of the importance of the ecological movements, their limitations in facing the harmful effects of tourism, to question their constitutive relations with the neoliberal economic precepts, the reproduction of the social inequalities and the dynamics of use and occupation of the soil environmentally degrading stand out. Knowing more and better the dead ends that focus on the environmental debate is necessary to boost the rupture with the ecological ideology of sustainable tourism and the emergence of other possibilities for the development of/in the Serra do Cipó district.

Keywords: Tourism, Sustainability, Urban Growth, Second Homes

Siglas

AAF – Autorização Ambiental de Funcionamento
ACJND - Associação Comunitária João Nogueira Duarte
AMADA - Associação Mãe D'Água
APA – Área de Proteção Ambiental
APAMP – Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira
ARSAE/MG - Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CADASTRUR – Cadastro Nacional do Turismo
CBH Rio das Velhas - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CCP - Classificação Central de Produtos
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEFET/MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
CODEMA - Conselho Municipal de Defesa do meio Ambiente
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
CONCIPO/CONPEDREIRA – Conselhos Consultivos do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira
COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental
COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CTI - Complexos Turísticos Imobiliários
CTMAT – Curso Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Turismo
EEDFJ – Escola Estadual Dona Francisca Josina
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETA - Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FAE – Faculdade de Educação
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais
FIFA – Federação Internacional de Futebol
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGP – Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEAT - Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IGC – Instituto de Geociências
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INOT – Instituto de Observação da Terra
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

MP – Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MPCE – Ministério Público do Ceará
NEMEA - Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PARNASC – Parque Nacional da Serra do Cipó
PESC – Parque Estadual da Serra do Cipó
PNB – Produto Nacional Bruto
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RSD – Resíduos Sólidos Domésticos
RT – Responsável Técnico
SEE/MG - Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Minas Gerais
SETUR/Santana do Riacho - Secretaria Municipal de Turismo
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNIS - Serviços de Água e Esgoto
SOCT - Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia
SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TC – Turismo Convencional
TR – Turismo Residencial
TSR – Turismo de Segundas Residências
UC – Unidade de Conservação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
URC – Unidade Regional Colegiada
ZCR - Zona de Condomínio Residencial
ZEIT - Zona de Especial Interesse Turístico
ZEU – Zona de Expansão Urbana
ZHIS - Zona Habitacional de Interesse Social
ZP – Zona Provisória
ZPAM - Zona de Preservação Ambiental
ZR – Zona Rural
ZRCS - Zona Residencial/Comercial/Serviços
ZVS – Zona de Vida Silvestre

Figuras

Figuras 01 e 02: Apresentação e debate sobre a pesquisa com os jovens do distrito da Serra do Cipó na Semana do Meio Ambiente/junho de 2018.	52
Figura 03: Localização do município da Santana do Riacho e do distrito da Serra do Cipó (Cardeal Mota) no contexto das unidades de conservação (PARNASC e APAMP).	59
Figura 04: O distrito da Serra do Cipó (listrado), localizado no município Santana do Riacho (contorno preto), está inserido na APA Morro da Pedreira (laranja) e uma pequena porcentagem inserida no PARNASC (roxo).	60
Figura 05: Aviso na casa lotérica da Caixa Econômica Federal sobre a impossibilidade de realização de transação fiado	63
Figuras 06 e 07: Ponte sobre o rio Cipó e Hotel Veraneio 1948 (esquerda) e 2019 (direita)	69
Figura 08 e 09: Hotel Veraneio 1948 (esquerda) e 2019 (direita)	70
Figura 10: Imagem aérea Hotel Veraneio	70
Figura 11: Jornal de 1955 com matéria sobre atividades de vilegiatura no rio Cipó e Hotel Veraneio e alguns trechos da reportagem destacados	71
Figura 12: Avaliações Hotel Veraneio – Booking.com/2019	72
Figura 13: Avaliações Hotel Veraneio - Tripadvisor 2019	73
Figura 14: Imagem do folder de 1985 - divulgação da venda dos lotes no Condomínio Rio Cipó	79
Figura 15: Áreas urbanas do município de Santana do Riacho	82
Figura 16: Principal atrativo/produto turístico que representa Santana do Riacho	92
Figuras 17 e 18: Voluntários PARNASC – Mutirão para sinalização de trecho da travessia Transespinhaço	109
Figuras 19 e 20: Incêndios no PARNASC 2012 (esquerda) e 2014 (direita)	110
Figuras 21 e 22: Audiência Pública Plano Diretor – 19/02/2018	122
Figura 23: Limites do PESC (amarelo) e limites do PARNASC (vermelho). O destaque (círculo azul) indica área do PESC não sobreposta pelo PARNASC	149
Figura 24: Imagem da área do PESC não sobreposta ao PARNASC ampliada. À margem direita do rio Cipó, o distrito Serra do Cipó (Santana do Riacho) e à margem esquerda do rio Cipó, zona rural de Jaboticatubas	150
Figura 25: Foto à esquerda mostra a área da baixada do meândrico Rio Cipó com as suas lagoas marginais. Do lado direito da foto (margem esquerda do Rio) está o município Jaboticatubas. Do lado esquerdo da foto (margem direita do Rio, distrito Serra do Cipó). A foto à direita, é a mesma baixada, inundada em período chuvoso	151
Figura 26: Segunda residência condomínio Residencial Fazenda do Engenho	156
Figura 27: Área de lazer com vista para o PARNASC/Fazenda do Engenho	156
Figura 28: Residencial Fazendo do Engenho (direita) e bairros do distrito, Progresso e Santa Terezinha	157
Figura 29: Logomarca da empresa Lotes MG (acima) e primeira imagem do vídeo promocional sobre lotes à venda em Jaboticatubas (abaixo)	161
Figura 30: Terreno disponível no mercado imobiliário para empreendimento e/ou investimento	166
Figura 31: Loteamento de 2016, denominado Mandiga (esquerda) com área ao fundo já ocupada (direita)	168
Figura 32: Nova Igreja Evangélica e novo supermercado da rede BH Supermercados	169
Figuras 33 e 34: Novas construções no bairro Progresso	173
Figura 35: Imóvel bairro Progresso	174
Figura 36: Faixa colocada pela administração municipal divulgando déficit financeiro proveniente da dívida do governo do estadual	176

Figura 37: Trabalho de limpeza na Prainha realizada por brigadistas do ICMBIO no ano de 2011	180
Figuras 38 e 39: Área da antiga prainha com a vegetação em recomposição	180
Figuras 40 e 41: Área da antiga prainha com a vegetação em recomposição vista da margem oposta do rio Cipó	181
Figura 42: Segunda residência disponibilizada para aluguel turístico no Airbnb	202
Figuras 43, 44, 45, 46 e 47: Quitinetes no segundo pavimento localizadas na área central do distrito destinadas para aluguel residencial	206
Figura 48: Prainha do Bocaina – Retiro/PARNASC	210
Figura 49: Extensão da fila veículos dos visitantes que acessam o PARNASC pela portaria do Retiro refletindo o intenso movimento nesta área da UC	211
Figura 50: Localização aproximativa dos loteamentos que surgiram após 2012	222
Figura 51: Material gráfico de divulgação do condomínio Reserva do Cipó	224
Figuras 52: Materiais gráficos que divulgam as possibilidades de investimento no condomínio Reserva do Cipó	225
Figura 53: Propaganda inverídica divulgada pelo condomínio Reserva do Cipó	225
Figuras 54 e 55: “Pichação” no muro do Reserva do Cipó: Cadê a nascente?	226
Figura 56: Estratégia de divulgação de hospedagem voltada para casais, publicada em 12/04/2019	234
Figura 57: Imagens das áreas ocupadas no distrito nos anos de 2003, 2011 e 2017	248
Figura 58: Imagens aéreas de 2003 e 2017 que mostram o adensamento urbano	249
Figura 59: Faixa colocada pela administração municipal divulgando o problema dos parcelamentos irregulares e solicitando aos interessados a adquirir imóvel a procurarem a prefeitura para tramitação regular dos processos	250
Figura 60: Proposta de zoneamento do novo Plano Diretor, com ênfase para o distrito Serra do Cipó (mapa à direita)	255
Figura 61: Atividades balneárias em Lagoa Santa/MG na década de 1980	262
Figura 62: Imagem aérea do distrito com Ribeirão Soberbo destacado	264
Figuras 63 e 64: Deterioração ambiental do Ribeirão Soberbo	266
Figura 65: Propaganda veiculada por empresa voltada para o aluguel turístico-residencial de imóveis	272
Figura 66: Manifestações contra o turismo em Barcelona/Espanha	272

Gráficos

Gráfico 01: Temáticas dos Projetos de Intervenção dos alunos do CTMAT	115
Gráfico 02: Perfil socioeconômico da população do bairro Progresso	175
Gráfico 03: Nível de escolaridade dos visitantes da Prainha em 2011	182
Gráfico 04: Taxas de fecundidade nos municípios do PARNASC em 1991 (azul) e 2000 (vermelho)	218
Gráfico 05: Inserção dos jovens no mercado de trabalho local	240
Gráfico 06: Inserção dos responsáveis pelos jovens no mercado de trabalho local	242
Gráfico 07: Outras ocupações dos responsáveis apontadas pelos jovens	242
Gráfico 08: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santana do Riacho – PNUD (2013)	259

Quadros

Quadro 01: Volume resíduos sólidos domésticos (2014)	135
Quadro 02: Caracterização pessoas “de fora” que interferem na dinâmica do crescimento urbano do/no distrito	200
Quadro 03: Número de imóveis disponibilizados no Airbnb por ano	204
Quadro 04: Estimativa da população residente no município de Santana do Riacho – Censo 1991/2000/2010. Fonte: Censo IBGE – anos 1991, 2000 e 2010	213
Quadro 05: Quantitativo de ligações ativas de água no distrito Serra do Cipó (2010 a 2018)	216
Quadro 06: População fixa e flutuante do distrito de acordo com estimativas	219
Quadro 07: Condomínios e loteamentos implantados no distrito a partir de 2012 e números de lotes	222
Quadro 08: Número de Alvarás de construção concedido pelo poder público municipal entre 2008-2019	227
Quadro 09: Estatísticas formais quanto ao setor turístico convencional em Santana do Riacho e Capitólio	231
Quadro 10: Histórico quantitativo dos equipamentos turísticos no distrito da Serra do Cipó	232
Quadro 11: Total de famílias cadastradas por faixa de renda em Santana do Riacho	260
Quadro 12: Índice Gini para Santana do Riacho (1991, 2000 e 2011)	260

Tabela

Tabela 01: Licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto em Santana do Riacho	251

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 01 – As questões em debate no contexto empírico e a perspectiva etnográfica da pesquisa	25
1.1. Contextos gerais e incursões teóricas da pesquisa	26
1.1.2. Entre ilusões e esperanças nos becos sem saída da sustentabilidade	33
1.2. Os desafios da análise em um contexto social heterogêneo constituído pela coetaneidade das temporalidades diversas	43
1.2.1. A observação participante e a experiência etnográfica como negociação construtiva entre sujeitos conscientes e politicamente significativos	47
1.3. Observação intensa e prolongada: a estrutura metodológica da pesquisa empírica	51
1.4. Os espaços-tempo da pesquisadora e da pesquisa na experiência etnográfica.	55
1.4.1. Os contextos espaço-temporais na perspectiva ampla da (re)produção capitalista do espaço	58
1.4.2. Marcos históricos do distrito da Serra do Cipó: Fazenda do Cipó, Hotel Veraneio e expansão imobiliária do Vetor Norte de Belo Horizonte	66
Capítulo 02 - As determinações históricas do fenômeno do turismo: a crise do capitalismo e a centralidade dos espaços turísticos na renovação do capital	83
2.1. As limitações das definições economicistas do turismo para alcançar suas relações com o imobiliário	84
2.2. Crise do capitalismo: como o turismo aparece como fenômeno que dinamiza a economia sobretudo o setor imobiliário	90
2.2.1. A crise ecológica e a função dos espaços turísticos para a produção do consentimento quanto aos efeitos da economia neoliberal	96
2.3. A expansão da economia neoliberal e a produção do consentimento em relação a primazia do econômico sob as questões sociais e ambientais	98
2.4. Crise do capitalismo e os movimentos de oposição ao modo de (re)produção capitalista do espaço	102
2.4.1. Movimentos ecológicos e a insuficiência da crítica às formas capitalistas de sociabilidade e a monetarização das relações sociais e de trabalho	108
2.4.2. Limitações do reformismo ecológico: a reprodução do existente representando o diferente	120
Capítulo 03 - Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo: as relações entre turismo, imobiliário e crescimento urbano	128
3.1. Desenvolvimento e sustentabilidade: considerações sobre as impossibilidades do turismo sustentável	128
3.2. Discursos hegemônicos, interesses econômicos dominantes e supressão das contradições sociais no debate ambiental	133
3.2.1. As questões sociais, políticas e econômicas do debate ambiental: interesses divergentes no processo de avaliação do PESC	148
3.2.2. O “papel turístico” da unidade de conservação e as consequências imobiliárias da sua implantação	154

3.3. O “rótulo” Serra do Cipó e a comercialização dos produtos turísticos e imobiliários	158
3.4. Negócios imobiliários e crescimento urbano no distrito Serra do Cipó	162

Capítulo 4 - O fenômeno do turismo e o crescimento urbano: os efeitos sociais e ambientais do turismo residencial

4.1. Turismo, segundas residências e setor imobiliário: considerações teóricas sobre o turismo residencial	184
4.1.1. Novos moradores e turistas residenciais: a fidelização do turista e o fortalecimento do turismo residencial e do crescimento urbano	197
4.2. Crescimento populacional e urbano no distrito Serra do Cipó: a (re)produção do espaço pelos loteamentos	211
4.2.1. A importância da análise qualitativa sobre o crescimento populacional e urbano do distrito Serra do Cipó	212
4.2.2. Turismo convencional em crise? A expansão do mercado imobiliário e a retração do turismo convencional	221
4.3. As contradições sociais do turismo: precarização das relações de trabalho e escassez de oportunidades para os jovens	237
4.4. O crescimento urbano como projeto hegemônico e seus efeitos ambientais: as implicações da perda das condições balneárias	243
4.4.1. Os interesses econômicos e a aprovação continuada de novos loteamentos: questões sociais do crescimento urbano e restrição da crítica às irregularidades	244
4.4.2. Os efeitos ambientais do crescimento urbano: implicações socioeconômicas da deterioração das qualidades ambientais do/no espaço	262

Considerações finais: A urgência da ruptura com a ideologia ecológica do turismo sustentável

Referências

Apêndices	297
Apêndice 01: Questionário aplicado aos jovens do ensino médio da EEDFJ	298
Apêndice 02: Moradores nativos entrevistados	299
Apêndice 03: Moradores “de fora” entrevistados	301
Apêndice 04: Pessoas “de fora” proprietários de segundas residências	303
Apêndice 05: Roteiro de perguntas sobre Hotel Veraneio e Condomínio Rio Cipó	304
Apêndice 06: Roteiro de perguntas sobre o contexto da venda do terreno do Zareia Empreendimentos	305
Apêndice 07: Roteiro de perguntas sobre o contexto da operação turística no distrito – Primotur Receptivo (Belo Horizonte)	306

Anexos	307
Anexo 01: Mapa das unidades de conservação, PARNASC e APAMP, na região da Serra do Cipó	308
Anexo 02: Jornal Municípios Mineiros – setembro/1985	309
Anexo 04: Material de divulgação do evento promovido pela Reserva Vellozia	318
Anexo 04: ATA Reunião CODEMA 09/06/2014	311

Anexo 05: ATA Reunião CODEMA 14/07/2014	312
Anexo 06: ATA Reunião CODEMA 13/06/2016	317
Anexo 07: Localização da unidade geomorfológica da Serra do Cipó (entre o Quadrilátero Ferrífero e o Planalto de Diamantina)	320
Anexo 08: Reportagem do Jornal Hoje em Dia, publicada em janeiro de 1996	323
Anexo 09: Lei nº355/2004 – Dispõe sobre a expansão da área urbana do distrito Serra do Cipó	324
Anexo 10: Zona Provisória na área da Mãe d'água – Zoneamento APAMP	325
Anexo 11: ATA Reunião CODEMA 10/03/2014	327
Anexo 12: ATA Reunião CODEMA 14/12/2015	328

Introdução

No Brasil, a emergência do turismo como pauta dos debates acadêmicos remete a década de 1970, quando surgiram os primeiros cursos superiores de turismo (Trigo e Carvalho, 2005; Panosso-Netto e Trigo, 2009). Até os anos 1990, a oferta desses cursos era discreta, assim como, sua produção acadêmica (Medaglia, Silveira e Gándara, 2011). Ao final dessa década, contudo, houve um crescimento exponencial de novos cursos, especialmente em função do crescimento da oferta de instituições de ensino superior particulares (Matias, 2002; Ansarah, 2002; Medaglia, Silveira e Gándara, 2011). Processo que retrata a expansão da economia neoliberal no mercado privado da educação superior (Mota, 2006) e a tendência no país de incentivar o empreendedorismo.

A expansão dos cursos de turismo está relacionada ao momento histórico da “abertura dos anos 1990 (...) e incentivo ao livre mercado” (Medaglia, Silveira e Gándara (2011, 09). Naquele momento, o turismo como área da educação, antes restrita aos cursos técnicos e profissionalizantes, se estende ao “terceiro grau”, mas mantendo a prevalência dos conteúdos operacionais e gerenciais, alinhados com o tecnicismo (Idem) e o economicismo.

Becker (2014) enfatiza que a peculiaridade da dinâmica do turismo que é, simultaneamente, objeto de estudo acadêmico, fenômeno social, área de atuação profissional, setor crescente da economia, englobando ainda o lazer; se deve a diversidade das múltiplas ações produtivas, derivadas de diferentes setores sociais que o constitui. Apesar do turismo ser considerado uma nova ciência, no campo teórico, ainda não constitui uma ciência independente, sistematizada e com antecedentes próprios (Idem). Desse modo, o estudo do turismo exige ação interdisciplinar que busque pelo fenômeno turístico em diferentes áreas do conhecimento, como Geografia, Antropologia, Filosofia, Ciências Políticas, Psicologia, História, Direito, Sociologia e Economia (Idem). A autora salienta as contribuições da geografia para as análises do turismo sobretudo no que tange ao espaço geográfico. O foco no espaço geográfico aproxima a análise dos contextos amplos da (re) produção capitalista do espaço, revelando as relações de produção que constituem o turismo.

Quanto à primazia das abordagens mercadológicas sobre as perspectivas críticas, salienta-se que é compreensível a prevalência das visões mercadológicas e perspectivas tecnicistas nas análises acadêmicas do turismo, já que sua expansão acadêmica é marcada pelas interferências da economia neoliberal. Entretanto, os aportes teóricos de outras

áreas do conhecimento contribuem para a elaboração de análises mais críticas sobre o turismo, por pesquisadores comprometidos com a elucidação das relações amplas entre o turismo, economia neoliberal e (re) produção capitalista do espaço.

São inúmeros os estudos (Magalhães, 2002; Trevizan, 2006; Oliveira e Manso, 2010; Beni, 2012; Quadros, 2016; Umbelino e Silva, 2017; entre tantos outros) que tratam dos efeitos perversos do turismo, denominados muitas vezes de impactos negativos e sobre os seus efeitos benéficos, chamados recorrentemente de impactos positivos, proposições bastante simplórias e duais. A despeito das perspectivas críticas (Alfredo, 2001; Ouriques, 2005; Lopes, 2009; Nechar e Panosso-Netto, 2016; Carlos, 2018), as perspectivas que dicotomizam o debate acadêmico sobre o turismo, ainda são recorrentes no meio acadêmico.

Para muitos pesquisadores, a sustentabilidade é tema central nos debates sobre o turismo (Irving *et al.* 2005). Na perspectiva da reafirmação do mito do desenvolvimento parte-se do pressuposto que o turismo engendra desenvolvimento sustentável desde que planejado de forma adequada. A busca pelo turismo adequadamente planejado move diversas pesquisas para as modalidades ecológicas ou alternativas do turismo, sem alcançar a centralidade analítica das forças e interesses que ditam as regras e os rumos do planejamento referentes aos sujeitos hegemônicos da/na (re)produção do espaço, tais como o Estado, na figura das prefeituras municipais e o capital imobiliário.

Quanto aos efeitos ambientais dos modos de operação do turismo, muitas perspectivas apostam nas suas modalidades ecológicas, como o ecoturismo, para atenuar os processos de degradação ambiental. Wearing *et al.* (2012) considera que o ecoturismo consolida-se dentro da indústria turística como uma alternativa viável diante das abordagens mais tradicionais. Ele exalta o seu potencial para resolver ou minimizar muitos dos grandes problemas de nossa época, como o dilema entre satisfazer as necessidades humanas, tais como emprego, renda e desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente. Nessa perspectiva, muitos estudos seguem reproduzindo um discurso sobre desenvolvimento que não se realiza na prática.

Gontijo (2003) salientou as limitações e impossibilidades do ecoturismo para promover a simultaneidade do desenvolvimento econômico e da conservação ambiental, como sugere Wearing *et al.* (2012). As modalidades ecológicas do turismo, como o ecoturismo e o turismo sustentável fundamentam-se em ideologias ecológicas ligadas a manutenção do capitalismo, mas agora rotulado capitalismo ecológico. O capitalismo ecológico torna natural, as relações sociais e se volta contra a população (Monte-Mór,

1994). A restrição do acesso ao lazer e a exclusão social do acesso às qualidades ambientais são exemplos de como a mercantilização da natureza, amparada pelo capitalismo ecológico, pode engendrar conservação ambiental em detrimento da democratização do acesso as qualidades ambientais do espaço e ao lazer¹. A ideologia ecológica naturaliza a própria relação sociedade-natureza confundindo pobreza com deterioração ambiental, igualando a crise social e econômica à crise ambiental, muitas vezes culpando a vítima (Santos, 1990 *apud* Monte-Mór, 1994) pela crise.

Os efeitos decorrentes desses processos não podem ser minimizados pela perspectiva do ordenamento turístico, já que a (des)ordem estabelecida possui perspectiva correspondente aos interesses econômicos hegemônicos de forma que o (des)ordenamento instituído serve aos interesses mencionados. As abordagens economicistas e tecnicistas tendem a negar ou reduzir as contradições que constituem os processos produtivos do turismo. Diante disso, pontua-se a potencialidade analítica das perspectivas que localizam o turismo nas suas determinações históricas, identificando as condições nas quais ele aparece como atividade dinamizadora da economia no momento de crise, como sugere Carlos (2018).

Não é objetivo deslegitimar os processos de planejamento e a importância das políticas públicas, sobretudo no momento em que as políticas econômicas neoliberais têm conquistado cada vez mais espaço, assim como os governos, federal do Jair Bolsonaro, e estadual do Romeu Zema. O interesse é de reforçar a centralidade da reflexão acerca dos interesses e forças que agem na produção do espaço turístico e como interferem no planejamento e na condução das políticas públicas.

Os efeitos do turismo - consumo do espaço, confluências com interesses especulativos do negócio imobiliário, expulsão dos moradores devido ao aumento do valor do aluguel e da terra, integração da habitação numa economia informal que oferece alojamento turístico e insegurança no emprego (Terán, 2018) – são partes integrantes da sua essência capitalista. Sendo assim, o questionamento desses efeitos deve passar inexoravelmente pela reflexão crítica da (re)produção capitalista do espaço que não opera através da ascensão da autonomia e da equivalência entre os sujeitos envolvidos.

¹ Referimo-nos aqui a perda progressiva do acesso as áreas naturais e de lazer no distrito pelos moradores locais, sobretudo trabalhadores, destituídos da propriedade privada das qualidades ambientais do espaço. Como será mostrado nesta pesquisa, há áreas naturais, anteriormente intensamente utilizadas por moradores locais, cuja vegetação encontra-se em processo de recomposição decorrente da proibição do uso do espaço pelos proprietários.

Nessa perspectiva, nos processos produtivos do turismo, também não há equivalência social entre os sujeitos, que ocupam o espaço de formas distintas, correspondentes aos seus diferentes interesses. Na (re)produção do espaço os sujeitos envolvidos representam forças divergentes e desiguais que constituem classes sociais distintas. De forma geral, há os que detém a propriedade da terra e outros meios de produção e os outros que vendem para estes, a sua força de trabalho. Para além das definições técnicas de demanda e oferta turística, recorrentemente apropriadas para a definição do turismo, faz-se necessário compreender mais e melhor as formas de consumo do espaço que o turismo institui, assim como seus efeitos. Para tanto, é imprescindível o tratamento analítico das relações capitalistas que constituem seus processos produtivos: Daí a importância de um conhecer que busque compreender muito mais do que propor” (Alfredo, 2001, 38). Essa é a proposta geral da pesquisa apresentada neste texto, colaborar com a discussão do turismo, na perspectiva de melhor compreendê-lo e de contribuir para desmitificá-lo como “uma “atividade intrinsecamente benéfica, sendo negativas apenas algumas formas de manifestação de sua expansão” (Ouriques, 2005, 17). Nechar e Panosso-Netto (2011) defendem a plausibilidade de entender a produção científica no turismo como a produção de um conhecimento que permite analisar as suas contradições inerentes ao social em turismo, mediante a reflexão crítica dos argumentos que sustentam seus discursos.

Apesar dos incontáveis relatos sobre as consequências do crescimento do turismo para os lugares, muitas regiões têm apostado fortemente nele como principal motor para o desenvolvimento (Oliveira e Manso, 2010). A condução da reflexão sobre as relações entre turismo e desenvolvimento implica questionamentos sobre a própria natureza do turismo. Trata-se de uma atividade econômica?² Trata-se de um fenômeno social (Ouriques, 2005)? Corroboramos com a perspectiva do turismo como um fenômeno social moderno que engendra e é engendrado por modos de operação que reproduzem, renovam e ampliam o capital para alguns segmentos sociais.

A partir desse panorama geral, pretendemos expor as questões centrais da pesquisa que serão aqui sintetizadas. Primeiramente, a pesquisa incide sobre a necessidade do recuo analítico às determinações históricas do turismo, especificamente no que diz respeito às suas relações constitutivas com a (re)produção capitalista do espaço e, mais especificamente, com a crise do capitalismo e a expansão da economia neoliberal.

² Questionamento realizado por Silva (2005)

O tratamento analítico das questões expostas contribui para o alcance das relações constitutivas entre turismo e imobiliário, identificando a centralidade da construção e do imobiliário na economia do turismo, não como circuitos secundários, mas localizando-os no primeiro plano. O desdobramento analítico dos movimentos ecológicos, que defendem as modalidades ecológicas de turismo, como o turismo sustentável, por exemplo, é essencial para a compreensão das suas limitações como movimento crítico. O desenvolvimento dessas questões norteia os percursos teórico e empírico para análise dos efeitos sociais e ambientais do turismo e dos desafios da sustentabilidade mais amplamente.

Para explorar as questões da pesquisa, junto aos aportes teóricos e metodológicos detalhados nos próximos capítulos, a dimensão empírica se volta para o município de Santana do Riacho, mais especificamente para o distrito da Serra do Cipó. Situado em um contexto geográfico de extrema relevância ambiental e turística, o distrito é permeado por diversas unidades de conservação: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Parque Nacional da Serra do Cipó – PARNASC - Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira - APAMP, Parque Estadual da Serra do Cipó, Parque Municipal da Mata da Tapera e Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva da Cachoeira.

Apesar do apelo conservacionista institucionalizado através também, das unidades de conservação presentes, há indícios que denunciam os efeitos ambientais predatórios decorrentes do crescimento urbano do distrito. Resta saber, como se desenrolam esses processos de mercantilização do espaço e de urbanização: - quais as suas relações com o turismo; - o que sinalizam em termos da sustentabilidade e do desenvolvimento do/no distrito e das suas (im)possibilidades enquanto movimento de vir-a-ser o que aflora.

Diante do panorama exposto até aqui, quais são os desafios da sustentabilidade no turismo? Com o objetivo de analisar os efeitos ambientais e sociais do fenômeno do turismo no seu contexto mais amplo: a (re)produção capitalista do espaço, a pesquisa pretende reunir elementos teóricos e empíricos para replicar esse questionamento. Para tanto, o desdobraremos em questões propositivas que contribuem para esclarecer a magnitude desses desafios. Quanto a estes, pressupõe-se serem tantos e tão complexos, que configuram-se em “becos sem saída”. Para elucidar os “becos sem saída” da sustentabilidade no turismo, destacamos 4 questões a serem investigadas:

- a. A economia do turismo no distrito Serra do Cipó gira em torno dos negócios imobiliários guardando aspectos do turismo convencional.
- b. O turismo convencional no distrito enfrenta uma conjuntura de crise.

- c. A precarização das relações de trabalho, a falta de oportunidades para os jovens e a exclusão social do/no espaço estão entre as contradições sociais do turismo.
- d. No distrito Serra do Cipó, não existem movimentos coletivos e/ou institucionalizados que rejeitam o turismo. Contudo, há movimentos ecológicos que criticam os efeitos do crescimento urbano, não necessariamente buscando suas relações com o turismo.

No primeiro capítulo, destacam-se os contextos gerais e teóricos das questões em discussão na pesquisa, localizando-as no contexto empírico. O objetivo é sinalizar o predomínio do economicismo nas análises do turismo e exaltar a crítica às perspectivas que reafirmam o turismo como vetor de desenvolvimento, inclusive sustentável, ratificando o consentimento quanto a máxima da reestruturação econômica em tempos de crise, bem como a primazia do econômico sob as questões sociais e ambientais. Mostra-se também como estas análises reverberam a ideologia pró-crescimento econômico e o fetiche da mercadoria. Contextualizam-se acontecimentos gerais dos últimos anos (2015-2019) expondo suas relações com a pesquisa, com ênfase para os reflexos contemporâneos do neoliberalismo no desmonte das pautas ambientais e sociais, bem como suas relações com o crescimento da direita e do conservadorismo. Nesse cenário, pretende-se levantar o debate sobre a importância das reflexões politicamente posicionadas.

Através de reflexões mais desprendidas do contexto espaço-temporal em questão, intenta-se a tradução do fascínio e obsessão da sociedade ocidental por um “modelo ideal de sociedade” e/ou pela ideia de um “mundo equilibrado”. Destaca-se, genericamente, como essa ideia ainda compõe o imaginário ocidental de sonhos, esperanças e ilusões. As considerações de Alfredo (2001) e Bloch (2005) contribuem para conduzir um retorno da análise aos recortes da pesquisa através dos aportes fornecidos pela perspectiva reflexiva do turismo como *ilusão necessária* (Alfredo, 2001) e dos limiares tênues entre *esperanças concretas e fraudulentas* (Bloch, 2005).

Ainda no primeiro capítulo, apresentam-se as bases metodológicas da pesquisa pautadas em um processo de observação e experimentação intenso e prolongado e nas experiências etnográficas implicadas pelas práticas cotidianas (Rocha e Eckert, 2008). As experiências etnográficas foram analisadas sob a ótica do encontro etnográfico (Clifford, 2002) e, portanto, da simultaneidade das suas diversas temporalidades. A observação participante (Idem) também constituiu-se em uma diretriz metodológica importante, bem como a reflexão sobre os desafios da tradução textual da experiência etnográfica e da diversidade nela contida. A perspectiva da coetaneidade (Fabian, 2013) agrega na busca

pela equivalência (possível) na tradução da polivocalidade constitutiva do encontro etnográfico. Em síntese, a perspectiva etnográfica da pesquisa fundamenta-se na teoria da ação, afeita à observação participante e na análise das representações consubstanciadas nas entrevistas e indagações verbais (Feldman-Bianco, 1976).

Também é narrada a metodologia empreendida para coleta empírica baseada nas entrevistas não-diretivas (Michelat, 1982) que possibilita abordagens mais espontâneas e livres com o interlocutor, tão potencialmente reveladoras quanto as incontáveis conversas informais realizadas ao longo da pesquisa. Foram realizadas 77 entrevistas não-diretivas com moradores nativos³ (40), moradores “de fora”⁴ (27) e proprietários de segundas residências (10). Também foi formatado um momento de diálogo no ensino médio da escola do distrito sobre mercado de trabalho e oportunidades, quando foram aplicados 67 questionários aos jovens com idade entre 15 e 19 anos.

Além disso, foram realizadas entrevistas com representantes do poder público de Santana do Riacho (Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente - SETUR; Secretaria Especial de Gabinete, Secretaria Municipal de Agricultura e engenheiros civis Responsáveis Técnicos – RT), dos conselhos municipais de turismo – COMTUR e de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, do ICMBio (PARNASC e APAMP), do Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, da empresa Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisas – IBGP (responsável pela revisão do Plano Diretor de Santana do Riacho em 2018), da Associação Comunitária João Nogueira Duarte – ACJND, da Unidade Básica de Saúde e dos cartórios de Santana do Riacho. Por fim, este capítulo contextualiza o espaço-temporal do recorte empírico da pesquisa, com foco no momento histórico quando o imobiliário emerge como centralidade na economia turística do distrito.

No segundo capítulo, inicialmente retomaremos a pauta já sinalizada na introdução deste texto concernente as limitações das definições economicistas do turismo para alcançar suas relações com o imobiliário. Teceremos considerações sobre o predomínio do economicismo nas análises sobre o turismo a partir de considerações sobre a natureza do seu objeto de estudo e sobre os significados e implicações das suas

³ Nativos no sentido de serem “nascidos e criados” ali. Expressão utilizada pelos próprios cipoenses para dizer que é nativo do lugar.

⁴ Essa é a referência adotada pelos moradores nativos para distinguir as pessoas “do lugar” (nativos), dos “de fora”. Há moradores que moram no distrito há quase quatro décadas e seguem sendo identificados pelos nativos como pessoas “de fora”.

concepções hegemônicas. A crítica empreendida se volta às concepções que ressoam que o turismo conduz ao desenvolvimento, inclusive sustentável, ratificam o consentimento quanto à máxima da reestruturação econômica em tempos de crise, reverberando a primazia do econômico diante das questões sociais e ambientais, e, portanto, implicam tomadas de posição implícita ou explicitamente favoráveis à dominação capitalista.

Destacam-se também, as determinações históricas do fenômeno do turismo com ênfase para a crise do capitalismo, a emergência do neoliberalismo, a expansão da economia neoliberal e a centralidade dos espaços turísticos na renovação do capital, a partir dos aportes teóricos de Bihr (1991), Lefebvre (1991), Leff (2000), Alfredo (2001), Harvey (2011), Alves (2016), Marques (2018) e Bonifácio (2018). Para abordar a crise do capitalismo nos voltamos para dois momentos da história que se distinguem, mas não se dissociam: a crise do capitalismo na década de 1970 e, mais recentemente, a crise econômica deflagrada a partir de 2008.

Quando da gênese da crise na década de 1970, salienta-se a função dos espaços turísticos para a produção do consentimento quanto aos efeitos da economia neoliberal no âmbito da crise ecológica. Mostra-se como a emergência dos espaços turísticos relaciona-se aos anseios das populações urbanas concernentes às melhorias nas qualidades ambientais do espaço e na qualidade de vida mais amplamente. Ainda no contexto histórico da emergência da crise, enfatiza-se o surgimento do neoliberalismo e do respectivo aparato ideológico que instituiu o consentimento em relação à primazia do econômico sob as questões sociais e ambientais. Aponta-se como o neoliberalismo é revelado como “contraproposta” aos questionamentos que emergiram no contexto da crise de civilização. Ressalta-se ainda, as relações constitutivas entre o turismo e os preceitos econômicos neoliberais.

Ainda no segundo capítulo, a reflexão sobre a crise incursiona em um recuo analítico ao contexto da crise econômica na década de 1930, para melhor compreender a gênese dos movimentos de oposição ao capitalismo. Bem como para elucidar como as crises coíbem os movimentos críticos ao modo hegemônico de (re)produção do espaço. Mais especificamente, pretende-se desvelar a gênese do reformismo que remete, de forma geral, ao contexto histórico (1930) da imposição dos interesses da burguesia em detrimento da autonomia anteriormente pleiteada pelo proletariado. Esta reflexão é importante para compreendermos o predomínio do reformismo ecológico e do ecologismo nos movimentos ecológicos contemporâneos e as relações disso com as

limitações destes movimentos para formular a crítica às formas capitalistas de sociabilidade e a monetarização das relações sociais e de trabalho.

No terceiro capítulo, apontamentos sobre o conceito de desenvolvimento e suas relações com a noção de sustentabilidade são realizados. O objetivo é tencionar a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento a partir da sua conformidade com a ideia de crescimento econômico, destacando as afeições do desenvolvimento sustentável com os preceitos da economia neoliberal. Para o desenvolvimento da discussão nos valeremos dos aportes teóricos de Furtado (1974), Stavenhagen (1985), Sachs (2000), Foladori, (2001), Sampaio (2005), Del Gaudio e Pereira (2014) e Del Gaudio, Freitas e Pereira (2015).

Localizam-se a reprodução e intensificação das assimetrias sociais entre centro e periferia na história do desenvolvimento capitalista, identificando as impossibilidades da extensão dos processos e dinâmicas de desenvolvimento das regiões centrais para as periféricas. A reflexão se volta também para a gênese economicista do desenvolvimento através do escrutínio da nociva conformidade engendrada como padrão universal entre desenvolvimento e crescimento econômico, que tanto contribuiu para velar as relações assimétricas na (re)produção capitalista do espaço e fomentar o consentimento quanto a máxima da reestruturação econômica.

A emergência da crise do capitalismo em 1970 é retomada para mostrar a gênese da crítica à perspectiva economicista do conceito de desenvolvimento que expôs as insuficiências das promessas desenvolvimentistas. Em uma perspectiva consonante às “respostas” neoliberais que ganharam fôlego na época, o desenvolvimento capitalista se voltou para as populações à margem do crescimento econômico, não para questionar as assimetrias sociais das relações centro-periferia, mas para forjar o consentimento quanto à desigualdade por parte dessas pessoas.

Na perspectiva do debate sobre finitude da natureza, limites físicos do planeta e inflação conceitual do desenvolvimento, ganha centralidade a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável como alternativa para forjar a reconciliação entre as formas altamente exploratórias da produção capitalista e a preservação do meio ambiente revigorando a economia capitalista. Destacam-se as relações entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o ecologismo, identificando suas limitações para alcançar criticamente o produtivismo. Nota-se também como ele mascara a raiz capitalista da crise ecológica articulando-se com os preceitos do neoliberalismo.

No segundo tópico, apresentam-se os discursos hegemônicos do/no debate sobre as questões ambientais mostrando a supressão das contradições sociais constitutivas do debate e o tratamento estritamente técnico dos “problemas”/“impactos” ambientais como externalidades. O objetivo é ratificar o papel central das relações sociais de produção na crise ambiental contemporânea e evidenciar como as questões sociais, atreladas às diferenças no acesso, uso e grau de transformação do ambiente, constitutivas ao debate ambiental, não integram os ciclos locais de discussão sobre as questões ambientais. Destaca-se a hegemonia das perspectivas técnicas como um dos pontos de tensão do/no debate ambiental no distrito de Santana do Riacho.

Para exemplificar as insuficiências das abordagens tecnicistas, analisa-se como estas não alcançam o contexto das dissonâncias entre empresários do turismo convencional, empresários do setor imobiliário e moradores locais destituídos da propriedade privada das qualidades ambientais do espaço na perspectiva da desigualdade do acesso, uso e grau de transformação do ambiente. Enfatiza-se que a questão ambiental não seja restrita à técnica, abrange questões sociais, políticas e econômicas. Retoma-se a pauta da primazia do econômico que impera nas abordagens tecnicistas que servem as práticas econômicas neoliberais e reproduzem processos destrutivos ambiental e socialmente.

As questões ambientais devem ser discutidas sob a ótica das contradições sociais que implicam também relações desiguais de poder, bem como sob a perspectiva crítica do mito do progresso, como ideologia burguesa que serve aos interesses econômicos neoliberais. Alerta-se para os interesses implicados na condução e objetivos do progresso e nos seus significados enquanto elaboração ideológica das elites. Pretende-se exemplificar como as ideologias dominantes “subordinam” outros grupos sociais às perspectivas sobre as questões ambientais afeitas aos interesses econômicos hegemônicos.

No quarto capítulo, o objetivo é explorar analiticamente as relações entre o turismo e o crescimento urbano a partir da apresentação da centralidade do turismo residencial (Aledo e Mazón, 2005; Aledo, Mazón e Terán, 2007; Nieves, Terán e Martínéz, 2008; Aledo, 2008), denominado também de turismo de segundas residências (Abrahão e Tomazzoni, 2018; Larsson e Müller, 2017) no distrito. Pretende-se caracterizar o fenômeno do turismo no distrito mostrando como os aspectos que caracterizam turismo residencial (TR) são predominantes. Foi necessário caracterizá-lo, distinguindo-o do turismo convencional (TC) e mostrando o lugar analítico dessa linha

discursiva para a apresentação dos pressupostos da pesquisa. Para tanto, pretende-se apresentar as evidências teóricas e empíricas que comprovam a centralidade do TR no distrito e enunciar as implicações sociais e ambientais do crescimento desse segmento. Tenciona-se também as contradições sociais do desenvolvimento do TR e suas relações com a sustentabilidade ambiental. A perspectiva analítica adotada por Aledo, Mazón e Terán (2007) orienta a reflexão sobre a insustentabilidade dos negócios imobiliários, que se realizam, sobretudo, por meio da comercialização de segundas residências, no caso do distrito pesquisado.

A investigação sobre o turismo será realizada através da caracterização das suas relações com o setor imobiliário. Pretende-se mostrar que a economia do distrito da Serra do Cipó gira em torno dos negócios imobiliários no âmbito do TR com aspectos do TC. Um dos aspectos que distingue o TR do TC é sua natureza fundamentalmente imobiliária (Aledo, Mazón e Terán, 2007).

O debate acadêmico sobre TR é bastante amplo e a discussão proposta não pretende esgotá-lo, nem o expor na sua integridade. O objetivo é avançar na caracterização do fenômeno do turismo no distrito da Serra do Cipó. Para os propósitos analíticos desta pesquisa, nos interessa a potencialidade analítica da linha discursiva, centrada na exposição da relação constitutiva entre o turismo e o setor imobiliário.

Nesta pesquisa, o turismo residencial será caracterizado através da exposição detalhada sobre o crescimento populacional, o crescimento das segundas residências e sobre a sobreposição do TR frente ao TC, apresentada através dos elementos empíricos que sinalizam a expansão do mercado imobiliário e a retração do mercado turístico convencional. De forma geral, caracteriza-se o TR como uma atividade que se dedica ao parcelamento do selo, construção e venda de residências. Nessa perspectiva, trata-se de um modo de operação do setor turístico centrado nos negócios imobiliários, no caso do distrito, mais especificamente, na comercialização de segundas residências.

Ainda no quarto capítulo, a análise se volta para as contradições do turismo evidenciando o contexto da precarização das relações de trabalho e da escassez de oportunidades para os jovens. A prevalência dos interesses econômicos e a aprovação continuada de novos loteamentos são questões abordadas neste momento, bem como a restrição das críticas ao crescimento urbano às suas irregularidades. São apresentados os efeitos ambientais do crescimento urbano através de apontamentos sobre a deterioração ambiental do ribeirão Soberbo e da vulnerabilidade ambiental do rio Cipó, apontando também as implicações socioeconômicas da perda das condições balneárias do distrito.

Capítulo 01

As questões em debate no contexto empírico e a perspectiva etnográfica da pesquisa

Nos primeiros tópicos deste capítulo destacam-se os contextos gerais e teóricos das questões em discussão na pesquisa para, posteriormente, localiza-las no contexto empírico. Inicialmente, o objetivo é sinalizar o predomínio do economicismo nas análises sobre o turismo a partir de considerações acerca do contexto de emergência dos estudos nessa área, bem como os significados e implicações das suas concepções hegemônicas.

A apresentação dos contextos gerais da pesquisa, desenvolvida entre 2015-2019, expõe as formas através das quais o turismo é recorrentemente aclamado por meio da multiplicação da ideologia pró-crescimento econômico e como reverbera o fetiche da mercadoria. A exposição dos contextos gerais sinaliza também os reflexos contemporâneos do neoliberalismo no desmonte das pautas ambientais e sociais, bem como suas relações com o crescimento da direita e do conservadorismo. Nesse cenário da soberania dos interesses econômicos neoliberais, dos crimes ambientais que chocaram o país nos últimos anos e do crescimento da violência contra movimentos sociais e ambientais, pretende-se levantar o debate sobre a importância das reflexões politicamente posicionadas.

No tópico 1.1.2, desatamos a análise do contexto espaço-temporal em questão para abordar questões existenciais que incidem nas nossas expectativas e esperanças em relação ao futuro. Ilustrativamente tomamos as narrativas de Atlântida (Platão e Francis Bacon) para destacar, genericamente, como a ideia de um “modelo ideal de sociedade” ainda compõe o imaginário ocidental de sonhos, esperanças e ilusões. As reflexões teóricas de Alfredo (2001) e Bloch (2005) restituem a análise aos recortes da pesquisa. Assim, adotamos um formato mais fluido para tratar as questões da ilusão do ecológico no turismo e, portanto, das modalidades ecológicas do turismo, e da improvável conciliação entre os interesses econômicos dominantes e os propósitos da sustentabilidade ambiental.

Nos tópicos seguintes são apresentados os fundamentos teóricos que amparam a metodologia da pesquisa pautada em um processo de observação e experimentação intenso e prolongado. A metodologia empreendida para coleta empírica e a contextualização histórica e geográfica do recorte empírico da análise, também são apresentados.

Trata-se de uma região muito pesquisada, descrita e caracterizada por diversos estudos, buscamos apresentar a área em uma perspectiva analítica de desvelar os significados da contextualização histórica que caracteriza Santana do Riacho e o distrito da Serra do Cipó como territórios economicamente estagnados, no século XX, anteriormente ao asfaltamento da MG-010, na década de 1980. De forma geral, os discursos sobre a estagnação econômica como algo negativo, como um momento a ser superado, refletem, mesmo que implicitamente, a positividade do seu oposto, o crescimento econômico. Alerta-se para os problemas da exaltação indireta do crescimento econômico, através da condenação da estagnação econômica, sem a formulação crítica aos seus fundamentos ancorados na concentração de renda e na desigualdade social.

1.1. Contextos gerais e incursões teóricas da pesquisa

A melhor parte do meu curso de graduação em turismo foi conhecer a geografia. Cursei turismo por acaso. Na época do vestibular, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, me sentia bastante perdida e insegura quanto a decisão do que estudar e qual profissão seguir. Meus interesses e experiências transitaram pela nutrição, biologia, terapia ocupacional, antes de “cair de paraquedas”, em 2002, na segunda turma do curso de turismo, do Instituto de Geociências – IGC - da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG -. Não tinha muito conhecimento acerca do curso, mas me interessei pela ementa bastante geográfica. Na época, divulgava-se intensamente a “nova área da ciência” e respectivos cursos superiores. No mercado da educação, o turismo era um novo nicho que reverberava discursos comerciais sobre as possibilidades desta nova área.

O contato com o debate acadêmico sobre o turismo aconteceu no contexto amplo da expansão dos cursos superiores, marcada pelas interferências da economia neoliberal no mercado da educação e pelo crescimento das instituições de ensino superior privadas. O debate epistemológico sobre a legitimidade do turismo enquanto ciência e área específica do conhecimento é um debate amplo sobre o qual não pretendemos nos enveredar. Todavia, arriscamos algumas considerações sobre o objeto de estudo específico do turismo para elucidar a afirmação que defendemos acerca do predomínio do tecnicismo, do economicismo e das abordagens mercadológicas nas análises sobre ele.

De forma geral, os elementos específicos do turismo que configuram o seu objeto de estudo circunscrevem-se às dimensões da oferta e demanda turística e nossas reflexões incidem sobre suas vulnerabilidades. Nos voltaremos a explorar os significados revelados pela delimitação do objeto de estudo a partir de critérios essencialmente mercadológicos.

Se a essência do turismo como área do conhecimento está na dimensão da oferta e demanda turística, o cerne dessa “ciência” encontra-se no mercado turístico. Porém, é preciso avançar, as perspectivas críticas sobre tais limites devem primar pela desconstrução do predomínio das análises mercadológicas ancoradas no economicismo e tecnicismo.

Essas análises reduzem o debate do turismo na medida em que naturalizam suas relações de produção, ratificando o consentimento quanto à primazia do econômico sob questões sociais e ambientais, não se atentando ao necessário recuo analítico para localizar as condições históricas que o revelam como fenômeno que dinamiza a economia capitalista. Partem dos efeitos do turismo sem buscar compreender a natureza das relações que o constituem. A supressão desse movimento do pensamento implica o tratamento dos efeitos negativos do turismo como externalidades do seu processo produtivo, decorrentes, de forma geral, do planejamento e gestão ineficientes. Estas perspectivas de análise reforçam o caráter intrinsecamente benéfico atribuído ao turismo, condenando apenas algumas formas de manifestação de sua expansão (Ouriques, 2005).

O aporte teórico da geografia que tem como objeto melhor entender a produção do espaço e as relações de (re)produção do espaço mais amplamente, contribui decisivamente para a compreensão do turismo no seu contexto mais amplo: a (re)produção capitalista do espaço. Entre as condições históricas que mostram o turismo como fenômeno que dinamiza a economia capitalista, a pesquisa se volta para a centralidade da crise do capitalismo e da expansão do neoliberalismo. Compreender o fenômeno turístico implica, primeiramente, a compreensão dos significados e contextos históricos que o impeliram. Portanto, os primeiros temas tratados no segundo capítulo referem-se as condições históricas citadas. Antes, contudo, dando sequência a apresentação do seu panorama geral, teceremos algumas considerações mais contemporâneas sobre a crise do capitalismo e a expansão do neoliberalismo.

O desenvolvimento da pesquisa de doutorado aconteceu entre os anos de 2015 e 2019, momento bastante conturbado da história do nosso país. Vivemos acirrados embates ideológicos entre esquerda e direita, e observamos o avanço da direita e do neoliberalismo econômico. Nestes anos, assistimos atônitos dois dos maiores crimes ambientais da história do nosso estado e do nosso país, o crime da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana/MG (2015) e o crime da Vale, em Brumadinho/MG (2019). Essas tensões são reflexos da crise econômica mundial deflagrada em 2008, que chega ao Brasil

com algum atraso (Bonifácio, 2018). Tais acontecimentos estimulam muito as reflexões aqui propostas.

Em novembro de 2015, o rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, da qual a Vale é uma das proprietárias, juntamente com a BHP Billiton, em Mariana/MG, despejou milhões de metros cúbicos de lama tóxica na bacia do rio Doce, litoral do Espírito Santo e sul da Bahia. Ele ceifou 19 vidas humanas e provocou o maior crime ambiental da história do nosso país cujos danos são incalculáveis e irreparáveis. O tamanho da tragédia não foi suficiente para atenuar a expansão da economia neoliberal e dos discursos defensores da flexibilização da legislação ambiental, colocando a proteção ambiental como entrave ao crescimento econômico do país.

Ainda em 2015, e mesmo antes disso, já era possível sentir as tensões que antecederam o golpe parlamentar de 2016 no Brasil. Por meio de um golpe parlamentar, o impeachment da presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) definiu a ruptura da institucionalidade democrática no nosso país. Ele expôs os reflexos da crise internacional do petróleo no Brasil, assim como a prevalência dos interesses econômicos hegemônicos vinculados ao capital internacional, situação corroborada pelos dados que mostram o crescimento da concentração de renda no ano seguinte.

De acordo com a Organização Não Governamental – ONG - Oxfam Internacional, no relatório *Recompensem o trabalho, não a riqueza*, publicado em 2018, de toda a riqueza gerada no mundo em 2017, cerca de 82% ficou concentrada nas mãos dos que estão na faixa de 1% mais rica. O documento destaca que houve um aumento histórico no número de bilionários, em 2017: um a mais a cada dois dias. O Brasil ganhou 12 bilionários a mais no período, passando de 31 para 43. Em 2017, o patrimônio dos bilionários brasileiros cresceu 13% em relação ao ano anterior⁵.

Por outro lado, os 50% mais pobres, o equivalente a 3,7 bilhões de pessoas, tiveram a sua fatia na renda nacional reduzida de 2,7% para 2%. Um brasileiro que ganha um salário mínimo (R\$ 998,00) precisaria trabalhar 19 anos para alcançar o mesmo montante auferido em um mês de uma pessoa enquadrada entre o 0,1% mais ricos. Cinco bilionários brasileiros sozinhos concentram o equivalente à metade da população mais pobre do país. A ONG defende a geração de empregos decentes como um dos mecanismos de diminuição das desigualdades. Contudo, ela denuncia que está acontecendo um movimento contrário, inclusive com vários países regredindo em termos

⁵ <https://bit.ly/2CRxSbL> - acesso 31/01/2019

dos direitos de proteção trabalhista⁶. É nesse cenário de avanço do neoliberalismo econômico, de concentração de renda, de empobrecimento da maioria da população e de precarização das relações de trabalho que o crescimento econômico ainda permanece como um discurso apropriado por muitos e é uma realidade vivida por cada vez menos pessoas.

Ainda em 2017, o Congresso Nacional aprovou o texto da reforma trabalhista, entendida por muitas pessoas como um significativo retrocesso no árduo processo histórico de conquista dos direitos dos trabalhadores. Em maio de 2018, a greve dos caminhoneiros nos fez lembrar do contexto histórico do Chile na década de 1970. Harvey (2011) tece considerações sobre o momento histórico do Chile, quando em 1972 a greve de caminhoneiros agravou a crise econômica pela qual passava o país e culminou no que seria o golpe de Estado, que retirou do poder o governo socialista de Salvador Allende, em 1973. O governo militar procedeu à privatização de quase todas as empresas estatais, em especial aquelas nacionalizadas no período de Allende, entre 1970 e 1973 (Goggiola, 2018). Harvey (2011) também aborda os interesses econômicos estadunidenses na destituição dos governos de tendência socialista na América Latina, apontando a experiência de neoliberalização da economia do Chile, depois do golpe de Pinochet.

No Brasil, os caminhoneiros iniciaram a greve em 21 de maio para exigir uma redução nos preços do óleo diesel. Assim como aconteceu no Chile, o movimento agravou o contexto da crise econômica do país. Ao longo da greve, os discursos conservadores e de direita, expressos também em manifestações de apoio à intervenção militar, ganharam força e reforçaram os movimentos de junho de 2013, às vésperas da Copa das Confederações.

Antes da greve de maio, em fevereiro de 2018, inicia-se a intervenção militar na segurança pública do estado do Rio de Janeiro que se estendeu até dezembro do mesmo ano, apresentando resultados tímidos diante do cenário de violência no estado. Em março de 2018, sob o comando das Forças Nacionais na segurança pública do estado, a vereadora Marielle Franco, vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e seu motorista (Anderson Gomes) foram assassinados em uma via pública da capital do estado. Dezenas de pessoas, entre ativistas, defensores ambientais, lideranças comunitárias e de movimentos sociais foram assassinados nos últimos anos⁷.

⁶ <https://bit.ly/2CRxSbL> - acesso 31/01/2019

⁷ Para maiores informações referentes a algumas lideranças assassinadas ver: <https://bit.ly/2RcVHA1> e <https://bit.ly/2W5QxJ6> – acesso em 31/01/2019.

Tempos difíceis. No contexto da crise, experimentamos o aumento da violência e da intolerância. Os movimentos conservadores orientados pelo e para o crescimento econômico ganham centralidade, enquanto importantes movimentos sociais e ambientais são atacados e desmantelados. No âmbito da defesa do “Estado mínimo”, o avanço do neoliberalismo econômico implica também, o tratamento da fiscalização ambiental como excesso de regulação por parte do Estado. Na contemporaneidade, a economia neoliberal ganha novo fôlego. Os discursos que defendem a flexibilização da legislação ambiental, denunciam a fiscalização ambiental como um excesso por parte do Estado e, portanto, entrave ao crescimento econômico do país. Eles ganharam força e seguem ocupando múltiplos espaços.

A Medida Provisória – MP nº 870/2019⁸ que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, publicada no dia 01 de janeiro de 2019 é um reflexo. O Instituto Socioambiental – ISA⁹ denuncia as graves lacunas nos instrumentos e políticas ambientais a partir da instituição da MP, salientando que caso se confirme a inação estatal contra o crime ambiental, como se dá a entender a nova normativa governamental, as consequências serão danos ambientais irreversíveis.

Menos de 30 dias após a publicação da MP que abrande e vulnerabiliza ainda mais a fiscalização ambiental no país, outro crime ambiental torna-se realidade. No dia 25 de janeiro de 2019, outra barragem de propriedade da mineradora Vale se rompe no município de Brumadinho/MG, na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Desta vez, é a bacia hidrográfica do rio São Francisco que está ameaçada. Centenas¹⁰ de vidas humanas foram soterradas pela lama tóxica. Uma vez mais, os danos ambientais e sociais são incalculáveis e irreparáveis. A recorrência agravada do crime levantou o debate sobre efeitos destrutivos dos processos de produção da mineração e da empresa Vale especificamente.

A empresa já anunciou a desativação de algumas unidades¹¹, ação necessária para descomissionamento das barragens de rejeitos construídas com alteamento a montante semelhante a barragem do córrego do Feijão, em Brumadinho. Uma nota técnica, divulgada pelo Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada –

⁸ <https://bit.ly/2QgBicO> - acesso 07/02/2019

⁹ Informações coletadas do texto: A anatomia do desmonte das políticas socioambientais, publicado em janeiro de 2019 e disponível em: <https://bit.ly/2RtLi87> - acesso 30/01/2019.

¹⁰ Em março de 2019, os dados oficiais apontavam 206 mortos (<https://bit.ly/2Y0fC9Y> - acesso 16/03/2019) e 102 desaparecidos (<https://bit.ly/2Y3njw3> - acesso 16/03/2019).

¹¹ <https://bit.ly/2FixDZJ> - acesso 16/03/2019

NEMEA, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFGM, salienta o “rombo” bilionário que a paralisação pode provocar nas finanças do Estado que enfrenta uma crise fiscal¹².

Em fevereiro de 2019, a assessoria de imprensa do Ministério do Turismo divulgou uma nota informando a liberação de 62 milhões de reais do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR que será direcionado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - para depois ser repassado para os sete mil e 200 prestadores de serviços turísticos de Brumadinho/MG, cadastrados regularmente no Cadastro Nacional do Turismo – CADASTUR. Tal estratégia visa tentar reativar a economia local do município que sedia o maior museu ao ar livre da América Latina, o Instituto Inhotim. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio denuncia que “o turismo pode ser uma fonte de receita e geração de empregos locais”. De acordo com o ministro, o turismo “pode ser fundamental para várias cidades reverterem situações de profunda crise”. Na referida nota, o ministro reverbera as possibilidades do turismo ser intermediário da transformação do cenário caótico do município: "Precisamos agir agora e evitar que as circunstâncias aprofundem ainda mais as feridas dessa tragédia. O turismo vai devolver esperança à cidade"¹³.

Contudo, na prática não é bem assim. Os efeitos do rompimento da barragem do Fundão em Mariana/MG, que assim como em Brumadinho, o turismo integra a economia local, incluem os amargos prejuízos contabilizados pelos lugares da região que dependiam economicamente desse setor (Lopes, 2016). O turismo é recorrentemente aclamado por representantes do poder público e empresariado que multiplicam a ideologia pró-crescimento econômico e “vendem” as promessas de desenvolvimento e geração de empregos (Ouriques, 2005). O discurso do ministro do turismo diz mais sobre o fetiche do turismo (Idem) do que sobre as reais possibilidades de amenização da crise e do caos em que o município se encontra.

Diante das desigualdades regionais, em muitas localidades brasileiras, o turismo acaba se tornando o “objeto de desejo”. Os meios políticos e empresariais capturam e vendem o discurso de que o desenvolvimento do turismo é a grande alternativa para o futuro dessas localidades. É divulgada, assim, a crença de que o turismo é uma grande fonte de empregos para as populações locais. Ao mesmo tempo, atribui-se ao turismo a capacidade de incrementar as receitas municipais tendo, portanto, impacto positivo sobre a distribuição de renda. Além disso é

¹² <https://bit.ly/2tm0HsJ> - acesso 11/02/2019

¹³ <https://bit.ly/2DLps6j> – acesso 17/02/2019

difundida uma ideia de que é uma atividade econômica não poluidora, capaz de promover um desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável (Idem, 11).

Os discursos que promovem o setor como indutor de desenvolvimento incorporam o *fetice da mercadoria “turismo”* (Rodrigues, 1997). Apesar dos investimentos por parte do governo federal, em curto prazo, é pouco provável que o turismo desponte na economia de Brumadinho como forma de atenuar os prejuízos financeiros advindos da paralisação das atividades da mineradora. Assim como acontece no distrito de São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima/MG, mais conhecido como Macacos, que teve apenas um alerta de instabilidade na barragem local no dia 16 de fevereiro de 2019; em Brumadinho, muitas pousadas operam com taxas de ocupação baixíssimas e seus proprietários relataram cancelamentos de 80% a 100% das reservas para o carnaval de 2019¹⁴.

É neste cenário, de imensuráveis crimes ambientais, intensificação da intolerância e da violência, desmonte das políticas ambientais e sociais e da manutenção da necessidade de “sacralização” do crescimento econômico como solução para os problemas do país que se desenrola a presente pesquisa sobre sustentabilidade no turismo. Para além do contexto específico dos últimos anos, quando comparado aos cenários de degradação ambiental gerados pela mineração, o turismo é enquadrado no meio político e empresarial como um setor econômico que não gera poluição, “de baixo impacto ambiental”. Essa condição pode decorrer das referências e critérios instituídos pela (re) produção capitalista do espaço.

Os argumentos expostos podem contribuir para compreender melhor a ampla divulgação e reprodução das possibilidades das modalidades ecológicas do turismo, formuladas no âmbito do capitalismo ecológico (Monte-Mór, 1994). O questionamento do reformismo ecológico e do ecologismo (Bihr, 1991) expõe as fragilidades das propostas do turismo sustentável em termos da conservação ambiental. Esse exercício reflexivo busca a compreensão das formas através das quais o turismo reafirma o mito do desenvolvimento (Ouriques, 2005).

O tema do Fórum Gramado de Estudos Turísticos que acontecerá em maio de 2019, é um exemplo. Esse apesar de não se tratar de um evento exclusivamente acadêmico, debate temas acadêmicos e recebe também estudantes e professores da área

¹⁴ <https://bit.ly/2FjG7jm> - acesso 16/03/2019

do turismo¹⁵ cujo tema será: *O turismo como ciência a serviço do desenvolvimento sustentável do país*. O tema expressa bem as perspectivas que imperam nas análises e discussões sobre o turismo e que possuem valor de mercado, prerrogativa cada vez mais soberana no processo de valorização da produção de conhecimento.

As reflexões propostas pela pesquisa buscam gerar contribuições para a compreensão do turismo, sobretudo no que diz respeito às suas relações com a sustentabilidade e, mais amplamente, com seus efeitos ambientais e sociais. Pretende-se encontrar um caminho que possibilite a necessária ruptura com o reducionismo econômico nas análises sobre o fenômeno.

Não podemos perder a capacidade de nos indignar com as atrocidades sociais e ambientais, naturalizadas nas relações capitalistas de (re)produção, a ponto de suprimir o interesse científico nos contextos e processos que forjam esse cenário. A precarização das relações de trabalho, a impossibilidade de permanência dos moradores nativos e a exclusão social no acesso as qualidades ambientais dignas no/do espaço, decorrentes do turismo; não podem ser naturalizados como o “preço a ser pago” pelo “desenvolvimento”, e “minimizado” pelas ações de planejamento. Antes de alcançar propostas para lidar com os “impactos negativos” do turismo é necessário compreender a sua natureza, assim como seus efeitos para romper com a ideologia desenvolvimentista.

1.1.2. Entre ilusões e esperanças nos becos sem saída da sustentabilidade

Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? O que esperamos? O que nos espera? Muitos se sentem confusos e nada mais. O chão balança, eles não sabem por que nem de quê. Esse seu estado é de angústia. Tornando-se mais definido, é medo (Bloch, 2005, 13)

No 1º volume do seu livro, *O princípio esperança*, Bloch anuncia questionamentos que constituem a existência humana. Eles indagam os seres humanos em busca de conhecimento sobre o universo e si mesmos, desde tempos muito remotos da humanidade. A pesquisa não pretende responder a tais questionamentos apenas apontar as angústias que eles geram e os sentimentos que moveram a realização da pesquisa sobre a sustentabilidade no fenômeno do turismo no distrito da Serra do Cipó.

¹⁵ <https://www.forumgramado.com.br/> - acesso 30/01/2019

A Serra do Cipó desperta o interesse de milhares de visitantes e dezenas de pesquisadores movidos, sobretudo, por sua geografia. Para as pessoas que vivem na RMBH a região da Serra do Cipó é um “refúgio”, um “paraíso ecológico” que permite “escapar” temporariamente dos infortúnios da vida nos grandes centros. Trata-se aqui, da necessidade urbana e moderna de retorno à natureza através das representações artificializadas dos ritmos e ciclos naturais (Alfredo, 2001). Assim como a autora, muitas pessoas da RMBH e também de outros lugares, se apaixonam pela região e estabelecem vínculos com seus lugares. Dentre essas pessoas muitos pesquisadores (mas não somente) preocupados com os rumos do crescimento urbano nesses lugares “frágeis”, social e ambientalmente.

As considerações de Bloch contribuem na medida em que remetem às nossas relações existenciais com o futuro e com a esperança: “Todo ser humano na medida em que almeja, vive do futuro” (Idem, 14). Todos nós alimentamos sonhos de uma vida melhor que a que nos coube até o momento. Se não melhor, há esperança de que não seja pior. De qualquer forma, a esperança nos constitui. É um traço básico da consciência humana, sua falta é intolerável e insuportável para as necessidades humanas. Em algumas situações, como alertado pelo autor, “o medo se antepõe e se contrapõe à esperança” (Idem, 14-17), mas é preciso perseverar.

A partir dos apontamentos de Alfredo (2001) e Bloch (2005), desvelam-se os medos e esperanças que atravessam os contextos implicados na pesquisa a partir da exposição da condição do turismo como ilusão necessária que impulsiona negócios turísticos e imobiliários, mascarando as contradições sociais e os impasses ambientais que constituem seus modos de operação. A moderna e contemporânea relação sociedade X natureza, revelada pelo fenômeno do turismo, onde a natureza passa à condição de produto, realizando-se, portanto, como fetiche, o que inclui o mascaramento das contradições pertinentes a essa mesma relação: “O turismo atua no tempo livre de modo a torná-lo produtivo, fetichizando a natureza e o natural de modo a comportar-se como uma *ilusão necessária* para a continuidade de tal contradição” (Alfredo, 2001, 37). Enfatiza-se também, como o turismo funciona como ilusão necessária para ratificar o consentimento quanto à máxima da reestruturação econômica em tempos de crise, a exemplo dos discursos do ministro do turismo citados no tópico anterior.

As transformações sociais e espaciais experimentadas no distrito despertam preocupações e incertezas em relação ao presente e ao futuro. Muitas pesquisas já

realizadas na região¹⁶ alertaram para o acelerado ritmo do crescimento urbano e as consequências futuras em relação a sua degradação. Além das pesquisas, muitas perspectivas promotoras¹⁷ em relação à região da Serra do Cipó, alimentam as esperanças em torno do desenvolvimento sustentável. Elas apostam no ordenamento turístico dos lugares, no planejamento adequado, nas modalidades ecológicas do turismo e, muitas vezes, em um “modelo ideal de gestão e de sociedade”. É necessária muita cautela para que o desejo de que as esperanças se sobreponham aos medos, não encoberte através de discursos vazios do desenvolvimento sustentável por exemplo, o foco no crescimento econômico benéfico à um grupo específico.

Em relação às perspectivas promotoras citadas, para melhor contextualização, são válidas algumas considerações sobre o *pensamento promotor* (Alfredo, 2001). Em uma perspectiva similar, Foladori e Taks (2004) também salientam a importância de desmistificar o mito do papel sacrossanto da ciência como guia em direção à sustentabilidade. Alfredo (2001) tece considerações sobre as pesquisas que servem de base para os projetos de desenvolvimento, incluindo os turísticos e que, através do pensamento promotor querem resolver aquilo que encaram como problema, antes de compreender as determinações do real:

Daí a importância de um conhecer que busque compreender muito mais do que propor. Se a consciência do real não muda o real, buscar mudá-lo sem alguma forma de consciência também não nos garante transformações. Tanto pior, reproduz o existente representando o diferente. Daí a importância de desvincular o conhecimento de uma ação planejada, porque neste caso, como já frisamos, discute-se o que deveria ser e não o real no seu vir-a-ser (Alfredo, 2001, 38).

Os discursos técnicos e institucionais que partem sobretudo dos órgãos do poder público e dos trabalhos técnicos de empresas por estes contratadas, correntemente fundamentam-se nessas perspectivas promotoras. Elas justificam as possibilidades do fenômeno do turismo, como se este comportasse os pressupostos e condições do desenvolvimento, no aumento do emprego e renda como forma de desenvolvimento local.

Urgem então investigações analíticas comprometidas com a produção de “reflexões para fora do utilitarismo” (Alfredo, 2001, 38): “Isto implica numa relação de

¹⁶ Para citar algumas: Moura (2000); Oliveira A. (2002); Pereira (2002); Gontijo (2003); Costa (2003); Gontijo e Lopes (2007); Cardoso (2008); Lopes (2009); Magalhães, Leite, Moura e Parizzi (2010); Ferreira (2010); Braga (2011); De Fillipo (2013); Moss (2014); Ribeiro (2015); Santos (2016); Murta, Porto e Ribeiro (2019); Lopes, De Fillipo E Gontijo (2019).

¹⁷ Na perspectiva analítica de Alfredo (2001) sobre o pensamento promotor.

subserviência do conhecimento a uma racionalidade que se impõe e acaba por definir os caminhos do próprio conhecimento” (Idem, 38). O autor salienta ainda que essa perspectiva não se constitui em um descompromisso, mas contribui na luta contra o imediatismo, o pragmatismo e as amarras da razão apriorística.

A esperança é constitutiva da consciência humana (Bloch, 2005). Esperança e expectativa são naturais à nossa condição humana. Em relação à região da Serra do Cipó e ao distrito investigado, mais notadamente, também é compreensível que as pessoas, sobretudo aquelas que possuem vínculos afetivos com o lugar, tenham esperanças de que o espaço social, com todos os seus movimentos espaço-temporais e seus elementos sociais e naturais, não seja aniquilado pelo crescimento urbano.

O ritmo acelerado da transformação do espaço no distrito, junto à fragilidade social e ambiental frente a realização das relações capitalistas de produção, gera angústias. A reprodução das perspectivas promotoras fundamentadas no *ecologismo* (Bihr, 1991) e na celebração das modalidades ecológicas de turismo baseadas no *reformismo ecológico* (Bihr, 1991) não eliminam os efeitos ambiental e socialmente degradantes da expansão urbana. Isto é, apesar das esperanças materializadas nas diversas perspectivas promotoras, os modos de operação das atividades econômicas nos distritos reproduzem os mesmos modos de operação que produzem as contradições sociais do crescimento urbano nos grandes centros, como por exemplo, deterioração ambiental do espaço pela urbanização, crescimento da desigualdade social e da violência urbana, precarização das relações de trabalho, etc. O que acontece porque os processos que se desenrolam no distrito estão vinculados amplamente aos processos de urbanização da/na RMBH.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, das conversas informais e cotidianas e das entrevistas, constatamos o contexto de angústias e escassez de esperanças junto às pessoas, como se estivessem desacreditadas, desgastadas e desencantadas quando o assunto envolve o futuro que o presente anuncia. Já que “em todo presente, (...), há um impulso e uma interrupção, uma incubação e uma antecipação do que ainda não veio a ser” (Bloch, 2005, 22). A descrença percebida no distrito não é uma exclusividade localizada dos seus moradores, mas do tempo em que está sendo desenvolvido esse estudo. A situação política e econômica do país e do mundo em crises torna a incerteza uma constante na vida das pessoas. Portanto, é compreensível a dificuldade das pessoas em tomar posições políticas sólidas e bem fundamentadas.

Em “tempos de angústias”, é possível que a tendência das pessoas a se inclinar às ilusões necessárias e às esperanças fraudulentas, curvando-se ao medo, seja maior. Como salientado por Bloch (2005), a esperança fraudulenta é “uma das maiores malfeitoras, até mesmo um dos maiores tormentos do gênero humano” (Idem, 15). Destaca-se como as ideologias que amparam as práticas econômicas neoliberais, tais como: economicismo, progressismo, desenvolvimentismo, fetichismo de Estado, etc., são afeitas às ilusões necessárias, bem como as esperanças fraudulentas.

Apesar das denúncias e alertas em relação aos efeitos locais negativos gerados pelo turismo em diversos lugares, a maior parte das abordagens tende a apostar no seu ordenamento e/ou planejamento adequado como solução para amenizar esses efeitos. É verdade que existem movimentos de oposição radical ao turismo em outros lugares do mundo, como Barcelona, Veneza e Amsterdã, que trazem à tona o debate sobre a turismofobia sem se configurar (ainda) em uma tendência ampla e global. Apesar de não haver um movimento de oposição radical ao turismo no distrito, nota-se certa apatia e descrença dos seus moradores quanto ao setor/fenômeno, sobretudo nos jovens. De forma geral, no Brasil e no distrito da Serra do Cipó, as esperanças nas modalidades ecológicas do turismo seguem se reafirmando como possibilidade para a consolidação da sustentabilidade. Observa-se que estes discursos estão, muitas vezes, ancorados em *utopias conservadoras* (Bihr, 1991) como o fetichismo de Estado consubstanciado em “modelos ideais de desenvolvimento” alcançados supostamente através do planejamento adequado. Nota-se como as ideologias que constituem as perspectivas do “planejamento ideal” e dos “modelos ideais de desenvolvimento” dialogam com os pressupostos das práticas econômicas neoliberais.

Através de reflexões mais desprendidas do contexto espaço-temporal em questão, tentaremos traduzir o fascínio da sociedade ocidental por um “tipo ideal de desenvolvimento”, alertando para as maneiras através das quais estas perspectivas nos conduzem às ilusões necessárias e esperanças fraudulentas. A esperança concreta é a que irrompe subjetivamente com mais força contra o medo. Sugere-se como possibilidade uma reação ao contexto de angústia por meio da superação do medo através da esperança concreta (Bloch, 2005), pois “O medo se apresenta como máscara subjetivista e o niilismo, como máscara objetivista da crise: fenômeno suportado, mas não compreendido; lamentado, mas não removido” (Idem, 14/15).

No contexto das possibilidades do *sonhar para a frente* (Idem) e das limitações da redução da utopia à modalidade abstrata de Estado ideal (Idem), Bloch (2005) ressalta

que “apesar da Nova Atlantis de Francis Bacon, no âmbito da técnica não se destacou nenhuma terra limítrofe com *status* próprio de pioneira e conteúdos de esperança próprios assentados na natureza” (Idem, 25).

A nova Atlântida pertence às grandes utopias clássicas da história do pensamento”. (...). A nova Atlântida segue a linha das utopias clássicas: a ficção de um estado ideal em que os cidadãos são felizes por causa da organização social perfeita, (...), os males sociais são reduzidos ao limite mínimo. O título em si, (...), refere-se a Platão, criador de outra utopia, e que em uma de suas obras fala de um antigo continente afundado no oceano. (Bacon, 1999, 12).

A mitologia grega narrada por Platão descreve dois diálogos que se referem à descoberta dos registros escritos da chamada Atlântida, o centro de um grande império com uma enorme população, cidades de telhados de ouro, frota e exércitos poderosos para invasões e conquistas. A Atlântida é descrita como uma civilização avançada, um império de engenheiros e cientistas, tão ou mais avançados tecnologicamente que a nossa civilização. Segundo a mitologia, desapareceu há cerca de 12 mil anos, em meio a enchentes e terremotos, forçando seus sobreviventes a se refugiarem por todo o mundo. Há séculos exploradores e cientistas buscam em vão esta civilização perdida¹⁸.

Oliveira (2002a) enfatiza que, em Nova Atlântida, de Francis Bacon, publicado originalmente em 1659, o desejo é encarnado numa sociedade harmônica, feliz e próspera, com fascinantes inovações que facilitam a vida dos cidadãos. A força humana aparece na organização social para o desenvolvimento da nova ciência, que, além de redirecionada para objetivos úteis, institucionalizaria suas virtudes (como a da investigação cooperada e do progresso contínuo), superando as limitações humanas e renovando as esperanças. Assim,

Em Nova Atlântida se encontra o modelo de uma sociedade unificada, na qual o empenho na busca do conhecimento-domínio da natureza traria estabilidade civil e prosperidade econômica. Ali também a tolerância religiosa e a investigação cooperada sob a gestão governamental estabeleceriam os caminhos do bem-estar de seus cidadãos. A cidade dessa ilha dos mares do Sul se chama Bensalém e seu pilar é a Casa de Salomão, que não é exatamente um lugar de ensino, ainda que visasse também à formação dos jovens pesquisadores. Trata-se de um grande laboratório consagrado ao desenvolvimento da pesquisa tecnológica para o avanço do conhecimento e bem-estar da população. Essa instituição é aparentemente responsável não apenas pelos benefícios práticos, tais como os remédios que curam os

¹⁸ Informações retiradas do texto ‘Diálogos de Platão sobre Atlântida’ disponível em <https://bit.ly/2U97hBF> - acesso em 02/06/2018

náufragos doentes que ali chegaram estupefatos, mas também pelas virtudes cívicas e religiosas dos habitantes daquela ilha, como seus espíritos disciplinados, colaboradores e caridosos (Oliveira, 2002a, 47/48).

As narrativas mitológicas de Platão sobre Atlântida nos dizem algo sobre o fascínio da humanidade pelas possibilidades dos avanços tecnológicos da nossa civilização e pelas ideias de “harmonia social” e “equilíbrio ecológico”. Em Nova Atlântida, Bacon ratifica o fascínio da humanidade em relação as possibilidades do avanço do conhecimento técnico e científico e expressa a expectativa e esperança em relação ao “modelo ideal de sociedade”. É importante frisar como esse imaginário permeia muitos discursos políticos, jornalísticos e também acadêmicos que operam com as perspectivas de ordenamento turístico e planejamento adequado, assim como do pensamento promotor.

Na contemporaneidade, os significados implícitos às narrativas da Atlântida (Platão) e da Nova Atlântida (Francis Bacon) foram apropriados pelo maior projeto turístico do mundo. Trata-se de um empreendimento turístico residencial que serve aos interesses hegemônicos da economia neoliberal representados pelo capital imobiliário. O complexo imobiliário turístico denominado *Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial* está sendo implementado no Ceará. De acordo com Lustosa (2008) o empreendimento se configura como uma forma de turismo com investimentos internacionais consorciados, que desconsidera os direitos constitucionais dos povos tradicionais das comunidades envolvidas.

Os espanhóis apoderam-se, virtualmente, das paisagens das comunidades e vislumbram implantar a cidade turística proposta, orçada em “US\$ 15 bilhões prevê a construção de 13 hotéis cinco estrelas, 14 resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe, numa área contínua de 12 quilômetros de praia e 3,1 mil hectares (o equivalente a 167 estádios do Maracanã). (Correio Brasiliense, jul. 2007, 14 o Lustosa, 2008). Segundo este mesmo site o Nova Atlântida ostenta ocupar o destaque como “o maior complexo turístico residencial do mundo. A área total da primeira fase de desenvolvimento abrangeria 11.000.000m². (Lustosa, 2008, 05/06)

Há 16 anos, desde 2002, os representantes do empreendimento enfrentam diversos conflitos com as populações locais e travam batalhas judiciais para conseguir todas as licenças e regulamentar as diferentes etapas e operações que envolvem a instalação do projeto Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial (Idem). É claro que o projeto do

empreendimento não se ancora na ideia de uma “sociedade ideal”, com uma civilização extremamente avançada que convive harmonicamente entre seus pares e com a natureza em uma perspectiva mais ampla. Os ideais sociais e humanísticos das perspectivas utópicas de Platão e Bacon na descrição da Atlântida e da Nova Atlântida, não são consonantes com os propósitos e os modos de operação do empreendimento turístico citado. Ele se apropria dos aspectos humanistas embutidos nas ideias de progresso e desenvolvimento para consolidar as pautas dos interesses hegemônicos: o crescimento econômico que beneficia um pequeno grupo de pessoas. Os discursos que promovem o empreendimento se apropriam da ideia do “espaço totalmente ordenado”, da “organização perfeita”, da “harmonia social”, como se fosse possível extrair da “cidade turística e residencial” as contradições sociais do crescimento econômico e urbano.

As narrativas são elucidativas para fazer referência as relações históricas entre a humanidade e suas expectativas e esperanças nos avanços do conhecimento técnico e científico que caracterizam a modernidade e o mito do progresso. Destaca-se como os interesses econômicos hegemônicos se apropriam da ideia de um progresso - à serviço do bem-estar social de todos, independentemente de suas classes sociais – para implantar projetos e ações que promovem a desigualdade social, concentração e renda, precarização do trabalho e destruição ambiental. Nessas narrativas, os avanços econômicos e tecnológicos projetam-se como processos consonantes ao bem-estar social. Na Nova Atlântida do Ceará, a Cidade Turística e Residencial, a tecnologia está a serviço dos que podem adquirir o produto. Uma vez mais, o bem-estar dos futuros frequentadores da Nova Atlântida se sobreporá ao bem-estar das populações locais nascidas e criadas nesses lugares.

De acordo com Lustosa (2008), nas Comunidades Tremembé de Buriti e Sítio São José, no caso do empreendimento turístico Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial, o interesse dos empreendedores se sobrepõe ao das populações locais. O processo de exclusão e de ruptura, temporal e espacial, com suas formas constitutivas de sociabilidade é evidente:

Pois em lugar de respeitar o espaço das Terras Indígenas, que representam seus modos de vida, suas cosmologias e sua fonte de sobrevivência, o empreendimento procura estabelecer relações altamente assimétricas com os Tremembé de Buriti e Sítio São José, atraindo alguns com salários para recusar a identidade indígena e, desta maneira, instituir conflitos internos (Lustosa, 2008, 10).

A autora salienta ainda, o potencial destrutivo, socialmente e ambientalmente, das “novas” formas de sociabilidade instituídas pelo grupo empresarial. Na perspectiva dos Tremembé, exposta em uma ‘Carta dos Povos Indígenas do Ceará’ à Ministra Marina Silva, enviada em 20/09/2004, suas lideranças destacavam que:

Em Itapipoca, em duas aldeias Tremembé: São José e Buriti, [...] outro problema sério tem lá: a construção de uma cidade turística internacional, de interesse de um grupo espanhol. (...). Desde 2002 enfrentamos uma luta pesada contra essa empresa que quer construir uma cidade turística internacional em nossas terras. Podemos dizer que já foi dado início às construções pela empresa, mesmo contra a liminar em Ação Civil Pública a nosso favor, do Ministério Público Federal. Eles estão se aproveitando da nossa terra ainda não estar demarcada pela FUNAI. Pretendem expulsar nossas famílias das nossas terras de origem para outro lugar. As nossas comunidades são cheias de belezas naturais: matas, lagoas, rio, manguezal, água limpa, ar puro, e não aceitamos esse megaprojeto, não queremos ver nossas águas poluídas, nossa mata devastada, nossos animais mortos. É da caça, da pesca e da agricultura que vivemos. Como estamos lutando contra essa invasão na justiça, essa empresa está fazendo tudo para nos amedrontar, pois foram capazes de colocar parte dos nossos parentes contra nós, mesmo em troca de dinheiro. Contam com o apoio da prefeitura de Itapipoca e do governo estadual. Mas, não desistimos de lutar, enfrentamos perseguições frente a frente com nós, lideranças Tremembé.” (Carta aberta aos amigos apoiadores da nossa luta, 20/10/2007 *apud* Lustosa, 2008, 05).

Silva (2015), que também pesquisou os megaprojetos turísticos no Ceará, salienta a possibilidade de uma crise no mercado imobiliário devido à crise econômica de 2008. A autora reforça que, apesar dos investimentos públicos e atração de capital privado para o estado, observa-se um fracasso a respeito dos megaprojetos (Idem). Salienta, contudo, que o mercado imobiliário voltado para o turismo de segunda residência seguiu apresentando crescimento (Idem). Para a autora, os megaprojetos turísticos e residenciais, baseados nos modos de operação utilizados no mediterrâneo, não são viáveis na realidade do Ceará, devido, sobretudo, às condições socioeconômicas e políticas específicas do estado, distintas daquelas do contexto europeu.

Em julho de 2016, a Justiça Federal no Ceará vetou a construção de parte do empreendimento projetado em terras indígenas. A obra, prevista para ser feita em terras tradicionalmente habitadas pela tribo Tremembé, já havia recebido licença ambiental da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE. O veto da Justiça responde à ação do Ministério Público Federal no Ceará – MPF/CE que tramitava desde 2005. Há mais de dez anos, o MPF/CE argumenta que a obra da Nova Atlântida Ltda. viola a

portaria do Ministério da Justiça declarando os limites e a posse permanente das terras dos Tremembé. Na decisão, o juiz Marcelo Sampaio Pimentel, da 27ª Vara Federal no Ceará, anulou a licença da SEMACE para a obra, além de proibir a realização de intervenções na região¹⁹.

A Nova Atlântida contemporânea e real ilustra bem os modos hegemônicos de operação nos processos de uso e ocupação do espaço característicos da realização do modo de (re)produção capitalista do espaço. Há conflitos entre esses diferentes interesses e embates entre as forças que os operacionalizam. E como mostra a carta aberta escrita pelas lideranças Tremembé, o embate de forças na definição do presente e do futuro que ele anuncia, não é equivalente. Diante de um imbróglio judicial que já se arrasta há quase duas décadas, é possível que os Tremembé estejam transformando suas angustias diante das incertezas que os cercam, em esperanças materializadas nos movimentos de oposição aos modos de operação do projeto imobiliário e turístico. Contudo, também é plausível a suposição de que o contexto econômico pouco favorável tenha arrefecido a batalha por parte dos financiadores do empreendimento. Em tempos de radicalismo do neoliberalismo econômico e de desmonte das políticas sociais e ambientais é possível que o empreendimento ganhe novo fôlego, tornando-se um projeto exequível, mediante a flexibilização e simplificação dos processos de licenciamento, por exemplo.

As narrativas que inspiraram a identidade do complexo turístico imobiliário - a Nova Atlântida de Bacon, que remete à Atlântida de Platão - expressam as relações existenciais da humanidade com o futuro e com a esperança. Como ressalta Bloch (2005), todo ser humano vive do futuro e alimenta sonhos de uma vida melhor. Trata-se do nosso traço básico: a esperança. Esperança em uma vida melhor, em uma sociedade melhor. Mas o que esperamos? O que esperam os moradores, usuários e consumidores do espaço no distrito da Serra do Cipó? A Atlântida de Platão? Um grande império de engenheiros e cientistas a serviço da construção harmônica de uma civilização cada vez mais avançada? A Nova Atlântida de Bacon? Uma sociedade harmônica, feliz e próspera, com esperanças sempre renovadas pelas fascinantes inovações geradas através da investigação cooperada e do progresso contínuo e da superação das limitações humanas? Quais são as esperanças e expectativas das divergentes forças que se enfrentam (não em uma perspectiva de equivalência) na (re)produção capitalista do espaço? O que esperam essas diferentes forças no distrito pesquisado? O crescimento do turismo convencional? Ou do

¹⁹ <https://bit.ly/2FAnUOA> - acesso 07/02/2019

turismo de segundas residências? A Nova Atlântida do Ceará? Um complexo turístico imobiliário? Quanto às duas últimas indagações, é bastante provável que parte delas, sim. Quanto às demais, pretendemos responde-las ao longo da pesquisa.

1.2: Os desafios da análise em um contexto social heterogêneo constituído pela coetaneidade das temporalidades diversas

É possível que toda pesquisa que se volte para um determinado espaço-tempo e suas relações sociais, isto é, para a produção do espaço social possa conter como dilema a tradução fiel de vozes de outras pessoas, na simultaneidade das temporalidades diversas do encontro entre o pesquisador e as pessoas do grupo pesquisado (encontro etnográfico). Nesta pesquisa, o encontro etnográfico entre o pesquisador e o grupo pesquisado reflete a simultaneidade das temporalidades diversas que caracteriza o próprio grupo social, já que a pesquisadora é também moradora do distrito. Nesse caso, o próprio encontro etnográfico manifesta a heterogeneidade do grupo social pesquisado - os moradores do distrito - composto por moradores nativos e majoritariamente por pessoas “de fora”.

O grupo de pessoas “de fora” também é muito diverso. Entre os moradores de fora, muitos são naturais de cidades da RMBH e do seu entorno, como: Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Belo Horizonte e Sete Lagoas (essa última pertencente ao Colar metropolitano desde 1995). Há também pessoas de outros municípios vizinhos, fora da região metropolitana, como Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro e Congonhas do Norte. Com menor incidência, é possível identificar moradores “de fora” vindos de outros municípios de Minas Gerais mais distantes de Santana do Riacho, como Januária, Alvinópolis e Felixlândia. Entre os moradores “de fora” registrou-se pessoas de outros estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia.

Os nativos são aqui denominados como aquelas pessoas pertencentes às famílias que moram no distrito anteriormente denominado Cardeal Mota²⁰ e, desde 2003, Serra do Cipó. Tratam-se das “famílias tradicionais” proprietárias originais das terras e que vivem no distrito. Essas pessoas residiam em locais conhecidos por nomes populares como: Vacaria (onde hoje existe o Bairro Vacaria), Retiro e Bandeirinhas (atualmente áreas do PARNASCI), Campinho e Fazenda do Cipó (localizadas no município de Jaboticatubas, na divisa com o distrito).

²⁰ O lugar foi intitulado Cardeal Mota, em 1956, quando ainda era distrito de Jaboticatubas ver De Fillipo (2013, 62/63). Cardoso (2008) também destaca a mudança do nome do distrito (Idem, 17).

Mesmo que o objetivo não seja antropológico e direcionado à produção de uma etnografia, a pesquisa social envolve também a tradução dessas vozes múltiplas, derivadas de uma inter-relação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados que interagem no contexto (Rocha e Eckert, 2008). No caso da pesquisa, ressalta-se a potencialidade das entrevistas não-diretivas, no contexto da observação intensa e prolongada, para captar os significados dos diferentes papéis que um mesmo interlocutor incorpora na realidade investigada. Em algumas situações, a escolha do interlocutor, inicialmente devido à sua função profissional, como no caso de um gestor de unidade de conservação, por exemplo, revela conteúdos para além das questões operacionais que implicam seu ofício. Seus relatos podem expressar também a percepção do interlocutor como morador do distrito e, portanto, usuário do espaço. A ênfase na apreensão da simultaneidade das múltiplas subjetividades exige uma atenção arguta aos diferentes contextos e significados revelados por um mesmo interlocutor. Para tanto, destaca-se como frutífera a potencialidade das conversas informais e entrevistas não-diretivas para angariar maiores detalhes e diversidade de perspectivas.

No contexto da inter-relação entre pesquisadora e sujeitos pesquisados, o estudo recorreu as seguintes técnicas de pesquisa: observação direta (intensa e prologada), conversas informais e formais, entrevistas não-diretivas e aplicação de questionários. Vale salientar o contexto de “desgaste” dos moradores do distrito com as pesquisas, derivado de certa “saturação” dessas pessoas assediadas por grande número de pesquisadores na região buscando dados e informações. As entrevistas não-diretivas e as conversas informais foram recursos essenciais para transpor a falta de disponibilidade e interesse dos moradores nas declarações.

Michelat (1982) tece considerações sobre a utilização da entrevista não-diretiva como método de análise dos fenômenos sociais:

O recurso à entrevista não-diretiva, por oposição à entrevista dirigida, tem o objetivo de contornar certos cerceamentos das entrevistas por questionário com perguntas fechadas que representam o polo extremo da diretividade. Com efeito, numa entrevista por questionário, existe estruturação completa do campo proposto ao entrevistado, este só pode responder as perguntas que lhe são propostas nos termos formulados pelo pesquisador e enunciados pelo entrevistador que detém o monopólio da exploração quando não o da inquisição (Idem, 192).

Apesar de exaltar suas potencialidades analíticas, o autor ressalta também, os riscos metodológicos das entrevistas não-diretivas, devido ao perigo de ser grande o

afastamento entre a significação que o pesquisador atribui às perguntas que faz e as respostas que lhe darão as pessoas entrevistadas. A despeito dos desafios envolvidos, para os objetivos analíticos da pesquisa desenvolvida, optou-se por um recurso metodológico mais aberto às múltiplas vozes e significados, através das entrevistas não-diretivas que proporcionam um ambiente mais “informal” e “espontâneo” para o processo de coleta de dados.

O recurso à entrevista não-diretiva repousa sobre a hipótese de que a informação mais facilmente acessível, aquela que é conseguida por questionário, é a mais superficial, a mais estereotipada e a mais racionalizada. Ao contrário, a informação conseguida pela entrevista não-diretiva é considerada como correspondendo a níveis mais profundos, isto porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista (Idem, 193).

Contudo, e como alertado por Michelat “é preciso estar consciente dos limites da “não-diretividade” e das ilusões às quais pode levar” (Idem, 193). Nesse sentido, “o método da entrevista não-diretiva, tanto quanto qualquer outro método, não pode ser um fim em si e bastar-se a si mesmo, é apenas um dos meios dos quais dispomos” (Idem, 210). Para complementar os dados coletados através das entrevistas não-diretivas também foram aplicados 67 questionários cujo contexto será detalhado mais adiante.

Se por um lado, a prática da entrevista não-diretiva abre espaço à espontaneidade e à profundidade, por outro lado, ela demanda a realização de uma análise qualitativa ainda mais cuidadosa. Essa interpretação e organização dos dados coletados deve ser efetuada na perspectiva da equivalência possível entre as vozes que emanam dos contextos pesquisados e aquela do pesquisador, que se atravessam no momento do encontro etnográfico.

A potencialidade analítica das conversas informais, viabilizadas pela permanência cotidiana no distrito há mais de uma década incitam a observação e convivência cotidiana transcenderem as limitações espaciais e temporais dos trabalhos de campo. Assim, possibilita uma experiência mais processual e constante na realização das conversas e entrevistas. A permanência prolongada no lugar da pesquisa permite maior flexibilidade na repetição das conversas e entrevistas, buscando o aprofundamento das questões em relação a um determinado tema.

Algumas considerações sobre as entrevistas realizadas por Martins (2018) na sua pesquisa sobre o distrito da Serra do Cipó podem contribuir para exemplificar as afirmações aqui relatadas. A perspectiva empírica da pesquisa citada se baseou na realização de pesquisas de campo pontuais, com a participação em oito reuniões entre 2014 e 2017, a partir da identificação de “informantes-chave” (Idem). Nas entrevistas realizadas com proprietários de empreendimentos (meios de hospedagem, restaurantes e “atrativos naturais”), a autora identifica na transcrição das suas falas, “a ideia de a competência inovadora estar vinculada ao resultado” (Martins, 2018, 153). Para pontuar sua afirmação, a autora transcreve falas desses proprietários sobre as relações trabalhistas: “(...) Se desenvolve bem, a gente continua com eles”; “Normalmente, o funcionário entra com um salário, mas aí a gente percebe que o desempenho dele está melhorando muito. Daí, automaticamente, eu vou aumentando o salário para ele ficar satisfeito, né?”; “(...) Tem que ter curso de (...) cozinheira. Aqui na Serra não tem cozinheira”; “Os garçons aqui não são garçons, e cobram 10%²¹.”

É possível, que uma experiência mais prolongada no distrito, assim como uma experimentação mais cotidiana das relações sociais e dinâmicas que o constituem, pudessem ter conduzido a autora (Martins, 2018) para uma análise diferente sobre as falas dos empresários locais, que para ela, expressam “a ideia de a competência inovadora estar vinculada ao resultado”. Não é difícil constatar no distrito a normalização do trabalho precarizado, contexto que será detalhado o quarto capítulo deste texto. Os empregadores tendem a reclamar da mão de obra local, insistindo na ausência de pessoas capacitadas/qualificadas para executar as funções. Contudo, eles não estão dispostos a refletir sobre as limitações das “oportunidades” que oferecem. A lógica da recompensa por um trabalho bem realizado é mais concreta, no plano do discurso. Na prática, como será mostrado, os empreendimentos locais são de pequeno porte, apresentando, a maioria uma gestão informal e familiar. As oportunidades de crescimento e projeção na carreira praticamente inexistem.

Os empregos formais e informais requerem dos trabalhadores baixas expectativas em relação aos benefícios trabalhistas e possibilidades de progressão salarial e na carreira, mais amplamente. As “oportunidades” de emprego no distrito são “enxutas”, em termos de benefícios, girando em torno de remunerações entre 1 e 2 salários mínimos. Contexto determinante para avaliar as (im)possibilidades da permanência dos jovens no distrito,

²¹ (Martins, 2018, 153/154/158)

como será discutido. Por sua vez, os empresários também se queixam da sazonalidade e retração do turismo que os impossibilita de oferecer oportunidades mais atrativas e contínuas.

Experiências de campo mais prolongadas e cotidianas podem facilitar a apreensão dos diferentes significados que constituem o relato do interlocutor. Neste caso, a experiência própria da autora como trabalhadora, permitiu uma aproximação mais equivalente com os trabalhadores do distrito, o que facilita um diálogo mais transparente quanto às suas condições das relações de trabalho. As reflexões no âmbito da etnografia podem contribuir para explorar analiticamente a proximidade com a realidade pesquisada.

1.2.1: A observação participante e a experiência etnográfica como negociação construtiva entre sujeitos conscientes e politicamente significativos

As entrevistas não-diretivas em conjunto com as conversas informais, empreendidas no âmbito do cotidiano, na rua, no supermercado, na casa lotérica, etc., isto é, na convivência cotidiana, também foram muito importantes como estratégias metodológicas. As anotações e gravações em campo também complementaram os dados coletados através das entrevistas e auxiliaram na superação do desafio da sua análise qualitativa e respectiva tradução textual. Contudo, para preservar a espontaneidade e a informalidade do momento da coleta de dados junto aos entrevistados o gravador não foi utilizado nas entrevistas não-diretivas, foi utilizado apenas nos momentos das reuniões públicas e debates com os alunos da EEDFJ. A resistência ao gravador foi constatada por outros pesquisadores que analisaram o distrito, como Souza (2017).

O desafio da tradução da polivocalidade e da simultaneidade das temporalidades da pesquisa de campo envolve as limitações da tradução textual de espaços-tempo “outros”, incluindo os espaços-tempo referentes aos encontros entre o pesquisador e interlocutores. Na perspectiva de Clifford (2002), o encontro etnográfico deve se consubstanciar em uma negociação construtiva entre sujeitos conscientes e politicamente significativos, conduzindo à equivalência, a experiência etnográfica. Para lidar com o dilema da tradução textual das experiências etnográficas, a pesquisa incursiona analiticamente na antropologia, com os estudos de Clifford (2002) e Fabian (2013), para elucidar os significados metodológicos da convivência prolongada junto ao grupo social pesquisado e da observação atenta às práticas cotidianas, características comuns da prática etnográfica (Rocha e Eckert, 2008).

De acordo com Clifford (2002), a observação participante proporciona o contínuo vaivém entre o interior e o exterior dos acontecimentos, entre o reconhecimento da especificidade e dos contextos mais amplos. A observação participante, a própria vivência e prática de campo, vai além da coleta de dados etnográficos, é uma prática teórico-metodológica séria, se colocada como a dialética entre a experiência e a interpretação, na qual, tanto os pesquisadores quanto os pesquisados são leitores da realidade. Nesse sentido, “a observação participante obriga seus participantes a experimentar, tanto em termos físicos, quanto em termos intelectuais, as vicissitudes da tradução” (Idem, 20). Se a interpretação, a partir da experiência etnográfica envolve diferentes sujeitos leitores da realidade,

torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos (Idem, 43).

O grande desafio da/na tradução da experiência etnográfica em texto é a interpretação e organização dessa polivocalidade, das vozes dos diversos sujeitos leitores da realidade, em uma perspectiva de equivalência (possível) frente à voz do pesquisador e suas referências espaço-temporais. É necessário estar atento à dimensão política inerente ao processo de elaboração do texto que traduz experiências etnográficas, sendo importante concebê-lo como um documento mais aberto, mais processual e plural (Idem).

Vale ressaltar as limitações do texto (linguagem escrita) para representar os significados das expressões faciais, movimentações e reações dos corpos, cheiros e sons. O espaço-tempo do vivido possui conteúdos que só se revelam de forma plena quando do encontro, na dimensão do vivido, na prática etnográfica. É difícil trazer para o texto, por exemplo, os gestos e posturas que sugerem a indisponibilidade e desinteresse dos moradores do distrito em relação às pesquisas e respectivas entrevistas. As palavras e menções são insuficientes para expressar os significados do comportamento corporal que expõe o desgaste pelo assédio anteriormente mencionado, então eles ficam reduzidos. O foco é concebê-los sem suprimir e/ou distorcer seus significados, isto é, sem rompê-los.

Reduzir é um procedimento científico, diante da complexidade e do caos das constatações imediatas (Lefebvre, 1991). De início, é preciso simplificar, mas em seguida é necessário restituir o que a análise afasta (Idem). Nenhum método pode evitá-lo, pois ele se esconde no próprio método. Indispensáveis, os esquemas redutores podem se transformar em armadilhas (Idem).

Para que a redução inerente ao processo de tradução textual da complexidade social e da própria prática etnográfica, não se transforme em armadilha é importante abordar a realidade sem extrair dela, o seu contexto polivocal de múltiplas subjetividades (Clifford, 2002). As inter-relações subjetivas da prática etnográfica não são simplesmente um espelho da realidade, mas estão dialeticamente com ela relacionadas. A polivocalidade que constitui os processos metodológicos de coleta de dados se manifesta na inter-relação entre pesquisador e sujeito pesquisado e internamente à realidade pesquisada, são múltiplas intersubjetividades cruzadas e entrelaçadas.

Para tanto, nos apoiamos na teoria da ação afeita à observação participante e da análise das representações que se baseia nas indagações verbais e entrevistas, complementarmente como sugerido por Feldman-Bianco (1976).

A teoria da ação enfatiza a observação do comportamento concreto, já a análise das representações apoia-se principalmente em indagações verbais que têm como objetivo reconstruir “visões de mundo” (Idem, 09).

Se por um lado a linguagem textual é exígua para a tradução textual da prática etnográfica, por outro lado, ela permite a tradução do contexto simultâneo, contraditório e, portanto, conflitante, das múltiplas intersubjetividades. Nessa perspectiva, vale não negar a coetaneidade (Fabian, 2013). Para além das entrevistas não-diretivas, da observação participante, das conversas informais, anotações e gravações de campo, o reconhecimento da coetaneidade direciona a busca pela equivalência (possível) na tradução da polivocalidade e da simultaneidade das temporalidades diversas nas pesquisas de campo. Fabian (2013) tece considerações sobre a negação da coetaneidade como alocronismo da antropologia:

Por meio dessa expressão (negação da coetaneidade) quero indicar uma persistente e sistemática tendência em identificar o (s) referente (s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso. (...). Além disso, o termo se presta a conotar uma “ocupação” do tempo, comum e ativa, ou um compartilhamento do tempo (Idem, 67).

É possível considerar que as pesquisas que se debruçam sobre fenômenos sociais não estiveram e não estão livres para conceber ou negar a coetaneidade de seus interlocutores (Idem). Ou o pesquisador se submete à condição da coetaneidade e produz conhecimento ou se ilude na distância temporal e não alcança o objetivo de sua busca

(Idem). O reconhecimento da coetaneidade pode orientar metodologicamente a investigação empírica que

(...) fundamenta-se, de modo crucial, não somente em observação e coleta de dados, mas em interação comunicativa, e esta última só é possível com base no compartilhamento do tempo (Idem, 510).

Essa experiência de compartilhamento do tempo foi denominada por Fabian (2006) e (2013) de coetaneidade. Para o autor, uma condição que ele não designa como intersubjetividade e prefere criar para ela uma nova palavra: coetaneidade (Idem). O autor implanta a denominação coetaneidade com o intuito de consolidar uma categoria que denota tanto a contemporaneidade como a sincronicidade/simultaneidade (Idem).

A (re)produção capitalista do espaço abrange interseções de compartilhamento do tempo entre pesquisadora e pesquisados guiada pela coetaneidade. A referência analítica no contexto econômico e político amplo, relacionado à crise do capitalismo e aos avanços do neoliberalismo é comum a todos os sujeitos envolvidos na pesquisa. Assim, a localização das reflexões no contexto amplo referenciado, contribui para que o outro (grupo pesquisado) não seja reconhecido em um espaço-tempo que não o do presente/contexto do pesquisador, como sugerido por Fabian (2013). Para não incorrer no risco da negação da coetaneidade, o intuito é trazer para o texto o contexto da contemporaneidade e simultaneidade da polivocalidade que constitui a pesquisa. Para tanto, definimos uma amostragem de interlocutores que expressa a diversidade desse contexto no estudo do distrito da Serra do Cipó. Além das vozes dos moradores locais (nativos e “de fora”) pertencentes a diferentes gerações integramos ao texto também, perspectivas dos proprietários de segundas residências, representantes de instituições públicas, bem como de outros pesquisadores que realizaram estudos na região.

Para a redação do texto optamos pelo anonimato dos interlocutores da pesquisa, evitando seu reconhecimento, por questões de discrição e respeito na confiança dessas pessoas no fornecimento das informações. Observa-se que esta condição foi necessária para deixar os interlocutores mais confortáveis e abertos às entrevistas. Para identificar os interlocutores apontamos a geração²² e a ocupação da pessoa no momento da entrevista.

²² Os interlocutores foram identificados em quatro diferentes gerações sendo: 1º geração de 15 a 30 anos; 2º geração de 30 a 45 anos; 3º geração de 45 a 60 anos e 4º geração mais de 60 anos.

1.3: Observação intensa e prolongada: a estrutura metodológica da pesquisa empírica

A investigação empírica da pesquisa pautada no método de observação intensiva de unidades espaciais para analisar mudanças ao longo do tempo (Vicent, 1976) contou com a participação em diversas reuniões institucionais no município, com o acompanhamento do processo de criação (2008) e revisão (2018) do plano diretor por meio da participação nas oficinas comunitárias e nas audiências públicas.

Dentre as reuniões institucionais no município, presenciamos: os encontros mensais do COMTUR e CODEMA, acompanhados pela pesquisadora há nove anos, desde 2010, como conselheira ou participante; reuniões organizadas pela SETUR/Santana do Riacho com o setor de bares e restaurantes²³; reunião organizada pela SETUR/Santana do Riacho com o setor de receptivos turísticos²⁴ e, de maneira mais pontual, as reuniões dos Conselhos Consultivos do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira - CONCIPO/CONPEDREIRA.

Outro recurso metodológico e de informação importante foi a participação na Semana do Meio Ambiente da Serra do Cipó, organizada pela Escola Estadual Dona Francisca Josina – EEDFJ - em junho de 2018. Nesse evento compartilhamos a pesquisa com os jovens do ensino médio e discutimos questões sobre o turismo, o crescimento urbano e suas relações com as questões ambientais e sociais no distrito da Serra do Cipó (Figuras 01 e 02). As experiências vivenciadas como professora do ensino médio e do curso técnico da escola estadual do distrito, durante seis anos (2009 a 2015)²⁵, também esclareceram melhor a percepção dos jovens quanto ao turismo e à sustentabilidade ambiental.

²³ A pesquisadora participou de duas reuniões com este setor, no dia 20/08/2018 e no dia 27/09/2018.

²⁴ Reunião realizada no dia 19/03/2019.

²⁵ Lecionei na Escola Estadual Dona Francisca Josina – EEDFJ, no distrito, de 2009 até 2015. Nesse período, fui professora do Curso Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Turismo – CTMAT, do ensino fundamental e médio e da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em 2014, tornei-me professora do ensino superior do SENAC, em Barbacena/MG. Durante 1 ano conciliei as aulas na EEDFJ, no distrito da Serra do Cipó e as aulas em Barbacena. Em agosto de 2015, desliguei-me da EEDFJ e segui com as aulas no SENAC. Entre 2015 e 2018 lecionei em Barbacena/MG. Proporcionalmente ao aumento da minha carga horária de trabalho, diminuía meu contato cotidiano com o distrito. Neste período houve um afastamento da experiência como moradora e proximidade com a experiência como pesquisadora, já que minhas estadias no distrito eram destinadas a coleta de dados e informações da pesquisa empírica. Foi justamente neste período que foi realizada a maior parte das entrevistas empíricas que serão apresentadas a seguir. Contudo, salienta-se que os 3 anos de “afastamento” do distrito foram importantes para estabelecer os tênues limiares entre a moradora e a pesquisadora. Em abril de 2018, consegui a transferência, com redução de carga horária, para Belo Horizonte. Reaproximei-me do cotidiano do distrito, que foi aproveitada também, para repetição de algumas entrevistas e verificação de dados anteriormente coletados.



Figuras 01 e 02: Apresentação e debate sobre a pesquisa com os jovens do distrito da Serra do Cipó na Semana do Meio Ambiente/junho de 2018

Foto: Carolina Noronha (professora de geografia da EEDFJ)

Outro momento importante com os jovens do distrito aconteceu em fevereiro de 2019 quando realizamos com eles um debate sobre mercado de trabalho articulado com a professora de geografia da EEDFJ, cuja transcrição parcial das falas integrou a amostragem de dados empíricos analisados. Nesse momento, foram aplicados 67 questionários (apêndice 01) para os alunos do ensino médio (1º ano, 2º ano e 3º ano). Salienta-se que a aplicação dos questionários foi permeada por um debate com os jovens que também se manifestaram verbalmente. O objetivo foi mapear a inserção dos jovens e responsáveis no mercado de trabalho local, bem como conhecer a opinião dos alunos do ensino médio quanto as relações de trabalho e as oportunidades disponíveis.

A abordagem com o grupo de moradores locais foi qualitativa com 69 entrevistas não-diretivas que abrangeram questões abertas semiestruturadas²⁶ realizadas entre janeiro de 2016 e janeiro de 2019. Entre os entrevistados, 35 eram moradores nativos (Apêndice 02), sendo: seis funcionários públicos (Prefeitura, EEDFJ e ICMBIO); quatro funcionários de empreendimentos turísticos (um de pousadas e três de empreendimentos voltados para o lazer – balneários/complexo de cachoeiras); 13 integrados ao setor de serviços diversos (Supermercado, farmácia, salão de beleza, loja de roupas, prestação de serviços turísticos, loja de artesanatos, *souvenirs* e utilidades, prestação de serviços domésticos em segundas residências, imobiliária e comercialização de produtos alimentícios); um proprietário de bar/restaurante e dois funcionários deste setor; dois aposentados; um proprietário de depósito de materiais para a construção civil; um

²⁶ Salienta-se que não houve um roteiro único para todas as entrevistas que tiveram questões específicas. Houve questões comuns, mas não um padrão único.

estudante; dois serventes da construção civil; um pedreiro e dois motoristas. Entre os trabalhadores nativos, destituídos da propriedade do meio de produção e em atividade, que somam 30 interlocutores, destaca-se que 14 trabalhadores possuem um trabalho regular, formal, enquanto 16 trabalham na informalidade.

As entrevistas com os moradores “de fora” somaram 24 (Apêndice 03) sendo: quatro proprietários de pousadas, quatro proprietários de bar/restaurante, dois funcionários de balneário, dois artesãos, um proprietário de loja de roupas e utilidades, um profissional autônomo, um funcionário supermercado, dois funcionários de pousada, um proprietário de depósito materiais para a construção civil, três funcionários públicos (Prefeitura e EEDFJ), um aposentado, um estudante/pesquisador e um proprietário de loja de eletrônicos. Destaca-se também, o ano que o morador “de fora” passou a residir no distrito.

A amostra reflete uma característica da dinâmica econômica do distrito, baseada na concentração da propriedade dos meios de produção e/ou dos empreendimentos nas pessoas “de fora”. De forma geral, o contexto narrado é derivado da perda da propriedade da terra pelas famílias nativas do distrito. São as condições históricas da concentração da propriedade da terra, do crescimento da especulação imobiliária, sobretudo nas últimas três décadas que justificam, largamente, a inacessibilidade atual das famílias de trabalhadores, nativas e também “de fora”, aos terrenos disponíveis no mercado imobiliário. Ao longo desta pesquisa, e mesmo antes dela conhecemos algumas famílias que não possuem mais acesso aos terrenos nos quais seus avós e bisavós moraram e desenvolveram atividades ligadas à agropecuária.

Retomando a descrição das entrevistas, dez pessoas proprietárias de segundas residências no distrito, também foram entrevistadas (Apêndice 04). Essas pessoas não são consideradas moradores convencionais, mas permanecem por períodos variados em suas segundas residências. Nesta pesquisa, essas pessoas serão chamadas de proprietários de segundas residências ou turistas residenciais²⁷. De forma geral elas possuem outra residência, geralmente localizadas em seu lugar de origem e/ou trabalho fora do distrito. Independente da durabilidade da estadia e da periodicidade com que usufruem as segundas residências, a relação dessas pessoas com o lugar é estabelecida, no primeiro plano, pelos seus objetivos de descanso e lazer. Esses motivos os aproximam mais da experiência turística, do que da experiência de morador, já que a localização das

²⁷ No quarto capítulo, serão expostas as questões teóricas e conceituais que fundamentam o viés analítico da pesquisa sobre o turismo residencial ou turismo de segundas residências.

atividades profissionais dessas pessoas em outros municípios dissocia a experiência no distrito, do cotidiano de trabalho. É claro que a experiência dos moradores também envolve o lazer e, no caso do distrito, a restrição gradativa ao seu acesso²⁸.

As relações de consumo também colaboram para distinguir ambas experiências. A relação dos proprietários de segundas residências com o distrito consubstanciada na experiência turística, se deve a tendência ao consumo dos serviços turísticos por parte dessas pessoas. Essa situação aparece, por exemplo, nos apontamentos dos proprietários de bar/restaurante, “mais gourmetizados” e com preços/produtos onerosos. Eles indicam um “boicote” por parte dos moradores locais aos seus estabelecimentos por serem frequentados, sobretudo, por pessoas “de fora”, visitantes e turistas residenciais. Os proprietários desses estabelecimentos destacam a importância dos turistas residenciais - proprietários e/ou usuários das segundas residências – na composição da clientela.

As entrevistas com proprietários e funcionários de bares/restaurantes, bem como a participação em reuniões do setor, constataram que entre os estabelecimentos que podem ser classificados como “gourmetizados e com preços nada populares”, todos são de propriedade de pessoas “de fora”. Nestes momentos foi possível atestar o discurso dos proprietários sobre o suposto “boicote” por parte dos moradores locais. Em primeira instância, a ausência dos moradores locais, trabalhadores, nesses estabelecimentos não se deve a algum tipo de “boicote”. Ela porém está relacionada ao perfil do estabelecimento voltado para as pessoas com maior poder aquisitivo, sobretudo proprietários e/ou usuários de segundas residências, visitantes e turistas.

Além das entrevistas já apresentadas, os proprietários de cinco receptivos turísticos também foram ouvidos e consultados, sendo quatro localizados no distrito da Serra do Cipó e um em Belo Horizonte. Entrevistas com representantes do poder público municipal de Santana do Riacho contaram com: SETUR e a diretoria de meio ambiente, Secretaria Especial do Gabinete, e Secretaria Municipal de Agricultura, RTs responsáveis pelas licenças e alvarás de construção e Administração Regional do distrito. Outras entrevistas foram feitas com representantes da ACJND, com representantes da empresa IBGP, responsável pela revisão do Plano Diretor do município, com técnicos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e funcionários da Unidade Básica de Saúde. Elas visaram

²⁸ Referimo-nos aqui a progressiva restrição, através do cercamento e instituição de empreendimentos privados, dos acessos aos lugares onde famílias nativas e “de fora” realizam atividades de lazer.

conhecer mais e melhor os problemas e desafios enfrentados na operacionalização das ações e serviços prestados pelas respectivas instituições.

Os diálogos estabelecidos com representantes do ICMBio (PARNASC e APAMP), do Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG e do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó também compuseram as informações e dados analisados nesta pesquisa. Entrevistas realizadas com analista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG sobre o Instituto Estrada Real – IER também foram importantes. Por fim, ressalta-se a participação no Grupo de Trabalho – GT de avaliação do Parque Estadual da Serra do Cipó – PESCC no ano de 2018 como um momento relevante para a coleta empírica de dados e informações.

Como já salientado, além das entrevistas não-diretivas, as conversas informais e os momentos cotidianos, vivenciados também como moradora do distrito, ampliaram a polivocalidade e coetaneidade aqui almejada. As pesquisas realizadas anteriormente por outros autores, no distrito e na região da Serra do Cipó, também foram oportunas para melhor conhecer outros contextos e análises, bem como para a caracterização da área de estudo, apresentada mais adiante. Por fim, a proposta é de construir um texto com polivocalidade de análise dos temas e que se constitua em um documento aberto, processual e plural. Se por um lado, Fabian (2013) critica a subjugação das vozes e do tempo do Outro (pesquisado), por lado, o autor critica também a “anulação” do pesquisador na tradução textual do encontro etnográfico. Nós tentaremos harmonizar essas condições.

1.4. Os espaços-tempo da pesquisadora e da pesquisa na experiência etnográfica

É importante e necessário ressaltar que é impossível separar completamente a pesquisa realizada, nos últimos quatro anos, das pesquisas anteriores e das experiências vivenciadas no contexto empírico de forma mais ampla. Neste momento, o objetivo é apresentar o contexto de inserção da pesquisadora na área de estudo e as interfaces empíricas das questões teóricas da pesquisa.

O interesse pela região da Serra do Cipó é antigo. Comecei a frequentar a região como turista há vinte anos. Nos primeiros anos, as experiências eram despropositadas reflexiva e analiticamente. O interesse investigativo e acadêmico pela região tem como marco inicial um trabalho de campo realizado no distrito da Lapinha, município de

Santana do Riacho, em 2003²⁹. Naquele momento, cursando a graduação em turismo na UFMG, já me interessava pela potência analítica das relações entre o fenômeno do turismo e as transformações socioespaciais dos lugares.

Na Lapinha, localizada em Santana do Riacho, foi a primeira vez que tive um contato mais próximo com as interfaces empíricas da questão teórica que já me interessava nos debates acadêmicos sobre o turismo e sobre a qual me debrucei até o ano de 2009 com a apresentação da dissertação de mestrado³⁰. Ainda na graduação, em 2005, tive a oportunidade de atuar como estagiária do PARNASC e APAMP, na época eles eram geridos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. Essa experiência foi importante para que eu comesse a conhecer melhor uma perspectiva institucional da proteção ambiental, relativa a gestão das áreas pertencentes às unidades de conservação; assim como os fundamentos dos discursos institucionais e técnicos sobre sustentabilidade na região do município de Santana do Riacho.

A partir de 2009, a experiência de imersão na região continuou no distrito da Serra do Cipó, onde atuei como professora no Curso Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Turismo - CTMAT -, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA -, até meados do ano de 2015. O CTMAT, que funcionou na EEDFJ, entre 2009 e 2015, foi fruto de um projeto-piloto fomentado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais – SEE/MG e, no seu primeiro ano, também pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP. Esta viabilizou a existência de consultoria dos professores da UFMG, que contribuíram na estruturação inicial da grade curricular e da proposta pedagógica do curso.

No decorrer de cinco anos e meio, o CTMAT recebeu aproximadamente 100 alunos, sendo a maioria oriunda dos municípios de Santana do Riacho e Jaboticatubas. A menor parte dos alunos era dos municípios vizinhos, Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro. Tendo em vista a perspectiva regional do curso, desde o primeiro momento foram estabelecidas parcerias com as prefeituras municipais para que viabilizassem o transporte dos alunos para o distrito da Serra do Cipó, onde funcionava o curso. Inicialmente, o CTMAT recebeu alunos apenas dos municípios de Jaboticatubas e Santana do Riacho, sendo realizados convênios com ambas as prefeituras para oficializar a parceria com o transporte. Não foi sem conflitos, o transporte viabilizado somente nos dois primeiros

²⁹ Trabalho de campo realizado no âmbito da disciplina Turismo e Meio Ambiente, ministrada pelo professor Bernardo Machado Gontijo do departamento de Geografia do IGC/UFMG.

³⁰ Lopes (2009).

anos. Entre os alunos dos municípios de Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro formaram aproximadamente dez alunos. Eles obtiveram algum auxílio pontual por parte das respectivas prefeituras em relação ao transporte, contudo a falta de um auxílio formalizado e contínuo os levou a adotarem iniciativas particulares para se deslocarem.

O ambiente do CTMAT foi um terreno extremamente fértil para que a condução do processo da pesquisa no município se voltasse para as questões ambientais. A convivência com os alunos, em sua maioria nativos, em um contexto educacional voltado para o debate ambiental foi primordial para que a temática da sustentabilidade ambiental ganhasse, processualmente, o centro do meu interesse investigativo afeito as transformações socioespaciais e o turismo em Santana do Riacho.

A coordenação da prática dos estágios supervisionados permitiu o contato direto com instituições públicas e privadas da região parceiras do curso e acolhedoras dos alunos estagiários. Para oficializar e acompanhar as práticas de estágios foi preciso estabelecer uma articulação direta aos poderes público e privado, processo que me forneceu dados analíticos importantes. Dentre as instituições proponentes de estágios para os alunos é possível citar: SETUR/Santana do Riacho; Secretaria Municipal de Educação de Santana do Riacho; ICMBio (PARNASC e APAMP); Instituto Guaicuy; Instituto Ecovida São Miguel – Centro de Permacultura/Lapinha; ACJND, pousadas e receptivos turísticos da região, dentre outras.

Essas experiências também compõem o universo de inquietações que moveram o desenvolvimento desta pesquisa. Lecionar em um curso técnico em meio ambiente e turismo tornou ainda mais próximo o contato com as abordagens tecnicistas voltadas ao turismo e as questões ambientais. De forma geral, essas abordagens excluem da análise o enraizamento da crise ecológica nas relações capitalistas de produção, mascarando as limitações das estratégias formuladas no âmbito do reformismo ecológico voltadas para recuperação ambiental de áreas degradadas, ordenamento do turismo e valorização cultural.

Desde os primeiros seis anos de pesquisa (de 2003 a 2009), quando o foco empírico da análise se concentrava na Lapinha, as questões ambientais, relacionadas aos desafios da sustentabilidade no turismo, já se encontravam presentes. Contudo, foi a experiência no distrito da Serra do Cipó que conduziu meu interesse analítico as temáticas ambientais definitivamente.

É possível afirmar que, em ambos os lugares, o apelo à conservação ambiental é intensamente presente nos discursos das organizações públicas e privadas, assim como

da sociedade civil e dos visitantes de forma geral. Muito se fala sobre a conservação ambiental e sustentabilidade, não há quem não defenda o desenvolvimento sustentável da/na região. Processualmente, interessei-me pela reflexão acerca das (im)possibilidades práticas desses discursos tão presentes em diferentes instâncias sociais da região. O consentimento aparente em relação a sustentabilidade, sobretudo no distrito, que nos interessa mais especificamente onde, a priori, todos são favoráveis ao desenvolvimento sustentável, instigou-me a investigar as relações entre o turismo e a sustentabilidade no distrito da Serra do Cipó.

1.4.1: Os contextos espaço-temporais na perspectiva ampla da (re) produção capitalista do espaço

Como já salientado, muitas pesquisas já contextualizaram e caracterizam a região da Serra do Cipó, incluindo o distrito. Além de referenciar devidamente parte destas pesquisas, para direcionar o leitor que deseja informações mais detalhadas quanto a sua contextualização histórica e geográfica apresentam-se os contextos centrais para os propósitos reflexivos desta pesquisa.

O município de Santana do Riacho está localizado nas imediações da RMBH, na região sudeste do país (Figuras 03), no estado de Minas Gerais, localiza-se na Mesorregião de Belo Horizonte e Microrregião de Sete Lagoas e possuía em 2010, uma população de 4.023 habitantes (IBGE, 2010). O município situa-se na encosta sudoeste da Serra do Cipó, nome regional da extensa Cadeia do Espinhaço³¹, que corta o estado mineiro desde o centro-sul até a Bahia, adotando diversas denominações regionais. A Serra do Cipó enquanto unidade geomorfológica abrange diversos municípios, dentre eles, Santana do Riacho situado na sua vertente oeste.

³¹ Para informações sobre a caracterização geofísica da Cadeia do Espinhaço ver Gontijo (2003, 41 e 42), Braga (2011, 47 a 55), Moss (2014, 57 a 61), Santos (2016, 21 a 24), dentre outros.

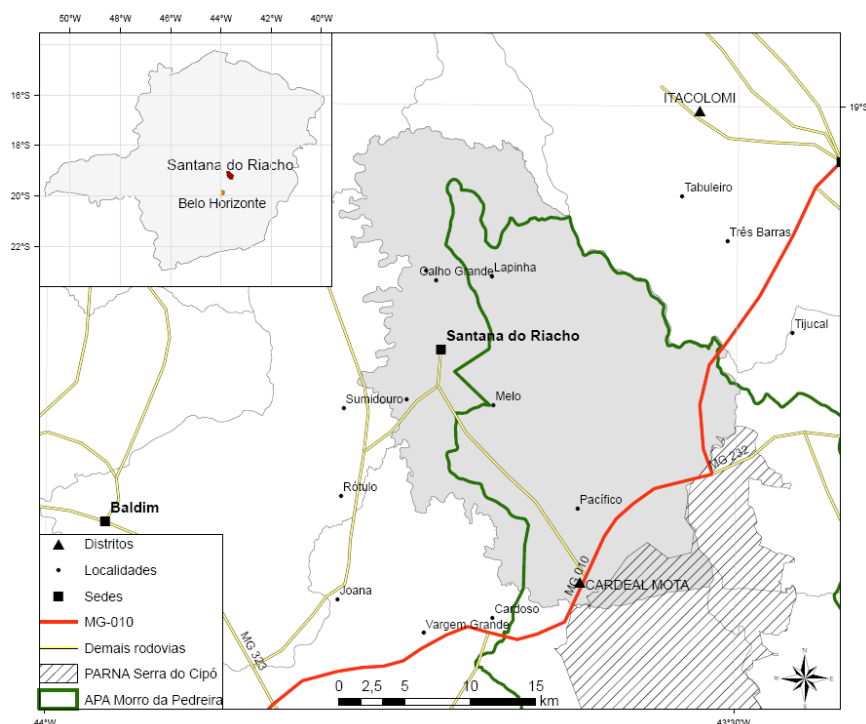


Figura 03: O município da Santana do Riacho e o distrito da Serra do Cipó (Cardeal Mota) no contexto das unidades de conservação PARNASC e APAMP. Fontes: DER, GEOMINAS, IBGE, SEMAD e IEF *apud* (Leite *et al.*, 2010, 1452)

O distrito da Serra do Cipó (Figura 04) integra o município de Santana do Riacho e é constituído por diversas unidades de conservação, como o PARNASC e APAMP (Anexo 01). A história da região da Serra do Cipó e do município de Santana do Riacho, já foi traduzida em diversos textos acadêmicos e literários³². Santos (2016) salienta os esforços de diversos pesquisadores³³ na descrição pormenorizada do processo geohistórico de formação da região da Serra do Cipó.

³² Ferreira (1999) e Goulart (2000).

³³ Prous (1992, 1999, 2000a e 2000b); Cartelle (1994); Gontijo (2003); Costa (*et. all.*, 2002); entre outros *apud* Santos (2016, 125/126).

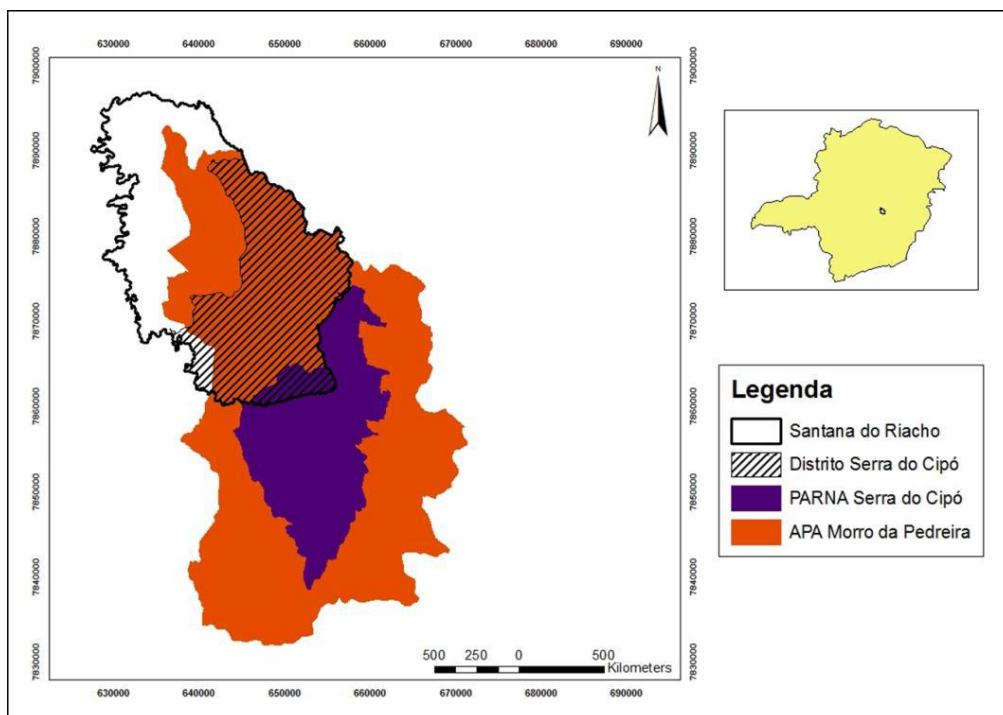


Figura 04: O distrito da Serra do Cipó (listrado), localizado no município Santana do Riacho (contorno preto), está inserido na APA Morro da Pedreira (laranja) e uma pequena porcentagem inserida no PARNASC (roxo). Fonte: De Fillipo (2013, 30)

A história da ocupação humana da região remete às populações pré-históricas³⁴ cuja gênese é datada em um período entre 11.000 e 12.000 anos a.c.³⁵. A ocupação indígena na região e os relatos dos naturalistas que passaram pela Serra do Cipó, nos séculos XVII, XVIII e XIX, também já foram retomados em pesquisas anteriores. Assim como em outras regiões da cadeia do Espinhaço, além das interferências da ocupação pré-histórica e indígena, o povoamento do município de Santana do Riacho foi impactado também, pelos processos históricos de exploração mineral no Brasil na época da colonização, mais especificamente no século XVIII³⁶.

Nos séculos XIX e XX, alguns autores fazem referência ao período de “estagnação econômica” na história da região da Serra do Cipó e de Santana do Riacho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisas - IBGP³⁷ (2018):

³⁴ Povos negroides e ameríndios de acordo com Goulart (2000), citado por outros pesquisadores.

³⁵ Sobre a ocupação pré-histórica da região ver: Gontijo (2003, 49 - 56), Cardoso (2008, 59 - 60), Ferreira (2010, 57 - 71), Braga (2011, 37- 38), Baeta (2013, 187 - 199) e Santos (2016, 125 - 130).

³⁶ Sobre a ocupação indígena, os relatos dos naturalistas e a história de ocupação nos séculos XVII, XVIII, XIX ver: Oliveira A. (2002, 17 - 23), Gontijo (2003, 56 - 67), Cardoso (2008, 60 - 62). Ferreira (2010, 71 - 77), Braga (2011, 38 - 41), Ribeiro (2015, 51 - 69) e Santos (2016, 130 - 147).

³⁷ Informações coletadas no diagnóstico do município de Santana do Riacho elaborado pela empresa de consultoria para a revisão do Plano Diretor, Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP (<http://www.ibgp.org.br/institucional/> - acesso 02/12/2017)

(...) a área que posteriormente tornou-se o Município de Santana do Riacho nos dias atuais, não teve necessariamente seu povoamento vinculado à extração mineral. A atividade econômica importante na época e até os dias atuais sempre foi a agricultura. Por muito tempo, comunidades que se estabeleceram em povoados reclusos em meio as Serras, dedicaram-se a essa atividade como forma de sobrevivência, e mercantilizava sua produção de pequena escala entre si. Estes povoados tinham seus acessos dificultados, fator que levou a estagnação econômica nos séculos XIX e XX (IBGP, 2018, 09).

Gontijo (2003) também tece considerações quanto aos acessos precários e a estagnação econômica da região:

Santana do Riacho é um desses grotões, palavra muito cara aos políticos conservadores de Minas Gerais. Trata-se de um município cuja localização geográfica, incluindo aí sua inserção na rede viária regional, e o próprio acesso, precário não só para a sede como para a maioria de seus povoados, definiram uma espécie de condenação a um estágio crônico de estagnação econômica, isso se considerarmos sua irrelevância diante das opções de desenvolvimento tradicionalmente adotadas no modelo brasileiro. Adicione-se um contingente populacional diminuto e com a maioria dispersa no meio rural pelo menos até meados da década de 90 (Madureira de Oliveira, 1998). (...) na sede municipal percebe-se os reflexos de uma estagnação econômica na precariedade de seus equipamentos urbanos, na disponibilidade modesta de serviços, na simplicidade e despojamento de sua população, (...). (Gontijo, 2003, 123).

Tais condições são responsáveis pela condenação a um estágio crônico de estagnação econômica regional, refletida na precariedade de seus equipamentos urbanos e na disponibilidade modesta de serviços. Ressalta ainda, a irrelevância econômica de Santana do Riacho, naquele período, diante das opções tradicionais de desenvolvimento e, portanto, na (re)produção ampliada do capital.

A ausência e/ou precariedade dos acessos não contribuíam para a inserção de Santana do Riacho na (re)produção capitalista do espaço de forma permanente, permitindo a hegemonia das relações de produção não inteiramente capitalistas. A “estagnação econômica” só é estagnação diante de um determinado ritmo de produção, distribuição e consumo, tido como referência pelos padrões capitalistas de desenvolvimento. Atrelar a insuficiência/ausência do crescimento econômico (estagnação econômica) à condenação a um estágio crônico reforça a perversa perspectiva dominante de que o crescimento econômico seja o mote do desenvolvimento. A condenação da estagnação econômica como um estágio crônico passível de superação, pode reforçar a primazia do econômico sob as questões ambientais e sociais, consentindo

com a hegemonia das relações capitalistas de produção como ordem dominante na (re)produção do espaço.

As afirmações sobre o período de estagnação econômica na região da Serra do Cipó relacionada à falta de acessos (rodovias/estradas) também podem ser constatadas em Ferreira (2010, 103-105). Em uma perspectiva similar, Braga (2011, 43) afirma que o período entre os séculos XIX e XX foi marcado não só pela estagnação econômica, mas também por constantes rearranjos territoriais entre os municípios que formam a região da Serra do Cipó. De acordo com esse autor, a estagnação econômica foi mais marcante na borda oeste (onde se localiza o município de Santana do Riacho), marcada pelo isolamento geográfico por falta de acessos.

Na perspectiva dos apontamentos realizados sobre os desafios da tradução textual, é importante refletir sobre as relações entre pesquisadores e grupos pesquisados no contexto das traduções textuais do contexto histórico e econômico de Santana do Riacho. Nas abordagens analíticas sobre o outro, Monteiro (1997) alerta para os riscos da reprodução do padrão descritivo dominante próprio do pesquisador. Há riscos da reprodução das próprias referências espaço-temporais do pesquisador que busca no outro o seu equivalente, tornando seus próprios espaços-tempo a unidade analítica dominante. Assim, eliminam a alteridade e as diferenças culturais. De forma geral, as questões expostas constituem os riscos analíticos do etnocentrismo que ainda tanto nos assombra. O “etnocentrismo mediatiza todo olhar sobre as diferenças para identificá-las e finalmente aboli-las” (Clastres, 1978, 32). Assim, ele observa que:

O etnocentrismo não é, portanto um entrave superficial à reflexão e as suas implicações têm mais consequências do que se poderia crer. Ele não pode deixar subsistir as diferenças (cada uma por si) em sua neutralidade, mas quer compreendê-las como diferenças determinadas a partir do que é familiar, o poder tal como ele é experimentado e pensado na cultura ocidental. O evolucionismo, velho compadre do etnocentrismo, não está longe (Clastres, 1978, 33).

Considerar os processos espaço-temporais do outro é romper com a reafirmação da sua condição social em uma perspectiva de “atraso”. Martins (1994) ressalta as insuficiências de algumas perspectivas que tratam o “atraso” como um problema residual do passado, a ser resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbanos inevitáveis. Nessa perspectiva, a classificação do contexto espaço-temporal do outro como um período de estagnação econômica reverbera sua condição de “atraso” e certamente pode

corroborar com perspectivas desenvolvimentistas que apregoam o progresso como solução para o “atraso” como problema residual do passado.

Como já salientado neste texto, é necessário considerar a contemporaneidade das relações capitalistas de (re)produção do espaço com aspectos, elementos e ritmos não inteiramente capitalistas. Essas considerações remetem a coetaneidade, na perspectiva da simultaneidade das temporalidades diversas que constituem o espaço social e seus processos de transformação social. No distrito da Serra do Cipó, por exemplo, de forma simultânea ao crescimento urbano e à realização progressiva das formas capitalistas de produção, persistem resíduos das relações sociais não inteiramente capitalistas. Um exemplo é o aviso registrado (figura 05) na Casa Lotérica – Caixa Econômica Federal, localizada no distrito. O papel afixado na loja salienta que o estabelecimento não realiza nenhum tipo de transação “fiado”. Conversando com as atendentes, elas explicaram que é bastante recorrente a solicitação de moradores, sobretudo idosos, para pagar alguma conta fiado. Pedem para as atendentes realizarem o débito e afirmam que retornam para pagar a dívida. Vale salientar, que as transações comerciais através do “fiado” ainda são práticas comuns entre os moradores do distrito. Muitas das transações comerciais cotidianas são estabelecidas pelas relações pessoais e de confiança entre o vendedor e o comprador, garantindo ou não, a possibilidade de venda a crédito por meio do “fiado”. Contudo, este não é um procedimento possível para estabelecimentos como Casas Lotéricas regulamentadas pelas normas da Caixa Econômica Federal. As atendentes informaram que apesar do aviso afixado, muitos moradores ainda insistem.



Figura 05: Aviso na casa lotérica da Caixa Econômica Federal sobre a impossibilidade de realização de transação fiado. Fonte: arquivo da autora – abril/2017

Como enfatizado por Martins (1994), não se trata de atraso social e econômico, mas da contemporaneidade da diversidade. Trata-se do reconhecimento da coetaneidade e da ruptura analítica com a persistente e sistemática tendência em identificar o outro em um espaço-tempo que não o do presente/contexto do pesquisador (Fabian, 2013). Ainda sobre a estagnação econômica de Santana do Riacho, Santos (2016) destaca que

No final do século XIX, a região da Serra do Cipó entrava em um período de estagnação econômica e de certo isolamento geográfico, especialmente em sua vertente Oeste, quadro que somente começaria a ser revertido com a construção da rodovia MG-010, nos anos 1920. Diante da falta de estradas, a ligação entre as vertentes Oeste e Leste da Serra do Cipó era realizada, essencialmente, pelas trilhas e caminhos percorridos pelos tropeiros e mercados regionais, que levavam informações, mercadorias de um lugar para o outro, fazendo negócios, possibilitando um diversificado intercâmbio através de suas tropas. Lamego descreve que “por onde as tropas passavam estabeleciam-se efetivos marcos de povoamento, uma palhoça, uma roça, depois outra, uma venda, um ferreiro, posseiro, até a construção de uma capela, nasciam povoados, vilas e cidades” (Lamego, s/d, apud ICMBIO, 2009, 75 *in* Idem, 147).

Para a Serra do Cipó é importante contextualizar e caracterizar o que implica “certo isolamento geográfico”, conforme Santos (2016):

no caso da região da Serra do Cipó, sua distância do litoral e dos centros importantes e, sobretudo, seu isolamento geográfico decorrente da falta de estradas e do acesso difícil, foram decisivos para a decadência das atividades das fazendas ali existentes (Idem, 147).

O autor aponta as viagens realizadas por trilhas pelos tropeiros que estabeleciam relações em lugares diferentes aos seus de origem. Assim o isolamento geográfico está em relação aos grandes centros urbanos e, mais notadamente, à RMBH e, portanto, aos modos de vida urbanos e às relações capitalistas de produção. Além de exaltar a história dos tropeiros, o autor destaca também, a existência dos mercados regionais, dos fluxos de informação e mercadorias, dos negócios e do diversificado intercâmbio que acontecia em tempos anteriores a construção (ou asfaltamento) das rodovias e demais acessos.

Santos (2016) aponta o contexto do isolamento geográfico e da estagnação econômica como um “quadro que somente começaria a ser revertido com a construção da rodovia MG-010, nos anos 1920” (Idem, 147). Observa-se uma vez mais a importância da reflexão acerca dos significados implicados nessas afirmações concernentes a ratificação do progresso e do crescimento econômico como soluções para o atraso. Vale

considerar a perspectiva de Moss (2014) para caracterizar a “estagnação” através da referência às práticas produtivas de subsistência, não inteiramente capitalistas:

Com a decadência da mineração, já em fins do século XVIII, é que ocorreu uma inversão na lógica de produção do espaço em Minas Gerais. Muitos núcleos urbanos entraram em processo de estagnação, voltando-se para atividades de subsistência (Moss, 2014, 61).

Quanto à história das últimas décadas do século XX, as informações disponibilizadas pelo jornal Municípios Mineiros, em setembro de 1985 (anexo 02), remetem às atividades econômicas no município de Santana do Riacho anteriores ao turismo. O jornal cita o Dicionário Estatístico, Geográfico, Histórico de Minas Gerais (1983), de Wellington Pinto que relaciona o arroz, café, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca e milho, como os principais produtos da agropecuária do município de Santana do Riacho e base de sua economia.

A prefeitura municipal local confirmava esses dados, acrescentando a eles a produção de banana, laranja e manga também significativas no contexto das atividades econômicas na época. Na pecuária, o principal plantel era de gado bovino, leiteiro e de corte, seguindo-se na ordem de importância a criação de suínos e equinos. Entre os estabelecimentos comerciais de maior porte estavam as fazendas Maravilha, Melo e Cachoeira. O comércio era considerado de porte médio e de o atendimento local estava capacitado para suprir as necessidades da população, relativamente a gêneros alimentícios, bebidas, tecidos e roupas, calçados, material escolar e de escritório, medicamentos e perfumaria, móveis, eletrodomésticos e utensílios do lar, carne, leite e derivados e material de construção em geral. Completando o quadro da economia local, o município contava ainda com bem desenvolvida atividade mineradora, concentrada principalmente na extração de minério de ferro e mármore, cuja produção gerava boa soma de recursos para os cofres públicos municipais (Municípios Mineiros, 1985, 02).

Nesse mesmo jornal, que exalta a diversidade econômica e suficiência do comércio, as notas sobre o ‘lazer/turismo’ revelam a perspectiva distante do fenômeno que viria a se consolidar a partir daquela década (1980). As notas sobre o turismo começam celebrando a liderança do Clube de futebol Desportivo Santana no campeonato, enfatizando o entusiasmo da torcida. Além dos esportes, o jornal destaca os pontos de lazer e as oportunidades para o turismo citando a Serra do Cipó (área do distrito) que já despontava como lugar de concentração do fluxo turístico.

1.4.2. Marcos históricos do distrito Serra do Cipó: Fazenda do Cipó, Hotel Veraneio e expansão imobiliária do Vetor Norte de Belo Horizonte

A gênese da configuração atual da ocupação do distrito da Serra do Cipó remete à história da Fazenda do Cipó que tem sua origem no século XVIII. A Fazenda encontra-se no município de Jaboticatubas, próxima à divisa com o município de Santana do Riacho e, mais precisamente, no distrito da Serra do Cipó. Cardoso (2008) ressalta que as pessoas nativas do distrito descendem, em sua maioria, das famílias que se estabeleceram na Fazenda do Cipó e adjacências, à época da colonização, assim como dos seus escravos. No que concerne a Fazenda do Cipó, Santos (2016) destaca:

A mão de obra escrava era a base de sustentação das atividades da Fazenda Cipó que, por volta de 1840, possuía cerca de 600 escravos, segundo Montlauer. Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, os fazendeiros em Minas não encontravam preparados para essa mudança. No caso da região da Serra do Cipó, sua distância do litoral e dos centros importantes e, sobretudo, seu isolamento geográfico decorrente da falta de estradas e do acesso difícil, foram decisivos para a decadência das atividades das fazendas ali existentes, já que seus proprietários não poderiam contar facilmente com o emprego de mão de obra europeia, de trabalhador livre ou de colonos recrutados pelas sociedades de emigração. (Idem, 147-148)

O autor acrescenta:

Na mesma hora da libertação dos negros soou a da ruína total imediata de muitos grandes proprietários de terra, seus donos. Cipó é disso um exemplo notável. (...), presos em seu distanciamento, sem forças contra a rudeza do golpe que os atingia em plena atividade, os do Cipó, continuaram a viver no lugar, vegetando dia-a-dia, indiferentes à hora, sem coragem para hoje, sem fé para amanhã, desencantados, os ‘desanimados’ (Mourão, 2013, 189-190 *apud* Santos, 2016, 147).

As considerações sobre a decadência das atividades da Fazenda do Cipó, após a abolição da escravatura permitem retomar as reflexões sobre as implicações da estagnação econômica. Buscamos sinalizar um padrão de estagnação, confrontando-o às relações econômicas das comunidades. Elas, no final do século XIX e na primeira metade

do século XX, envolviam o “escambo” e a comercialização dos produtos nos mercados de Conceição do Mato Dentro³⁸ cujo escoamento atingia a RMBH³⁹.

Em uma entrevista concedida a De Fillipo (2013), uma senhora proprietária da Fazenda do Cipó e descendente direta das famílias que “abriram”⁴⁰ essa Fazenda, exalta a produção local em tempos de “estagnação econômica”. Ela destaca que a partir do século XIX, iniciou-se a extração do azeite da palmeira nativa macaúba (*Acrocomia aculeata*) vendido, na década de 1940, para uma fábrica de sabão em Santa Luzia. A partir de 1956, iniciou-se a produção e comercialização de sabão na própria Fazenda do Cipó (Idem). Segundo relatos locais, o sabão de coco de macaúba produzido na fazenda era apreciado em muitos lugares e escoado para comercialização (Conceição do Mato Dentro, Serro e RMBH)⁴¹. De Fillipo (2013) aponta também, que outras atividades econômicas importantes para o distrito, neste período, foram o plantio de arroz, feijão, milho, algodão e criação de gado, produtos que também eram vendidos para a RMBH.

A respeito da “fartura” da produção de muitas famílias locais no século XX, anteriormente ao asfaltamento da MG-010 e a realização do fenômeno do turismo, é comum ouvir os casos sobre as grandes áreas de cultivo e o significativo rebanho, assim como o trabalho árduo que implicavam essas atividades agropecuárias. A irmã da senhora já citada, proprietárias da Fazenda do Cipó junto com outras pessoas, em uma entrevista concedida a Ferreira (2010), relembram a fartura da produção de uma família nativa exaltando que tinham um quintal maravilhoso, que tinha de tudo, até uva. Atualmente, essa família não possui terreno, nem casa própria, e mora em uma casa “emprestada”. Na década de 1980, essa família se mudou para o imóvel onde reside para prestar serviços aos proprietários que possuem outras residências no terreno. Os proprietários do imóvel “cedido” não residem mais na área e não precisam mais dos serviços da família e hoje seus membros temem pela decisão dos herdeiros em relação ao destino da propriedade e, portanto, o deles⁴².

³⁸ Referente a comercialização dos produtos dos santanenses no mercado de Conceição do Mato Dentro ver Lopes (2009).

³⁹ Quanto ao escoamento da produção do município, notadamente dos lugares onde hoje encontra-se o distrito da Serra do Cipó, para a região metropolitana de Belo Horizonte ver De Fillipo (2013) e Ferreira (2010).

⁴⁰ Para informações sobre os significados da expressão “abrir fazenda” consultar Santos (2016, 142).

⁴¹ Informações coletadas com a Interlocutor H1 (Apêndice 02). As informações sobre a significativa produção da fábrica de sabão da Fazenda do Cipó também foram destacadas por (Cardoso, 2008, 66/67) e (Ferreira, 2010, 87).

⁴² O interlocutor A1 (Apêndice 02) pertence a esta família. Foram realizadas duas entrevistas com finalidades distintas com este interlocutor (janeiro/2016 e julho/2017). Na entrevista realizada em

Em outra entrevista⁴³, o interlocutor contou sobre a fartura da produção da sua família na década de 1980 e início de 1990:

Na época, a gente não tinha picanha, não! Contrafilé, eu nem sabia o que era. Mas tinha galinha a perder de vista no terreiro e mais de 100 porcos.

Sobre os tempos atuais ele complementou:

A gente não pode falar que está ruim. (...). Tem emprego o que não adianta de nada, porque a gente vira escravo, trabalha para os outros de segunda a segunda. Mas, ruim não está. (...). Mas se continuar do jeito que está pode piorar porque até emprego vai faltar para os daqui.

Na época da colonização do nosso país pelos europeus, a região teve importância econômica estratégica. No século XX, antes da institucionalização das prerrogativas ecológicas da região, através da implantação das unidades de conservação⁴⁴, os seus elementos naturais despertaram o interesse econômico e impulsionaram a exploração dos minerais, como o mármore e a exploração de energia através da construção das barragens hidrelétricas.

De acordo com Gontijo (2003), Cardoso (2008) e Santos (2016), ainda no início do século XX⁴⁵ foi criada a Usina Pacífico Mascarenhas, pertencente à família Mascarenhas, para fornecer energia à Fábrica Têxtil Cedro Cachoeira. Ferreira (1999) *apud* Gontijo (2003) localiza o momento histórico em que três empreendedores da Companhia Cedro Cachoeira embrenhavam-se na Serra em busca da cachoeira do Parauninha. Ferreira (1999) enfatiza que um dos primeiros resultados da abertura da estrada para a Serra do Cipó na década de 1920 foi o aproveitamento da cachoeira do Parauninha com a construção da usina citada em 1927. O intuito era gerar energia elétrica para duas de suas unidades têxteis, São Vicente, próximo ao Rótulo e de Baldim, e Caetanópolis, já mais distante, depois de Sete Lagoas e Cordisburgo. Essa central hidrelétrica (PCH) fornece energia para a unidade de Caetanópolis (a de São Vicente foi

janeiro/2016, o interlocutor mencionou, pouco disposto a detalhá-lo, o contexto no qual a sua família está envolvido.

⁴³ Interlocutor F1 (Apêndice 02) – entrevista realizada em janeiro/2018.

⁴⁴ Referimo-nos sobretudo ao Parque Nacional da Serra do Cipó – PARNASC, de 1984, e a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – APAMP, de 1990. Salienta-se, contudo que a área do distrito é permeada por outras unidades de conservação que serão citadas ainda neste primeiro capítulo.

⁴⁵ As datas de instalação são citadas distintamente, 1927, de acordo com Ferreira (1999, 26) e Gontijo (2003, 68); 1934 de acordo com Cardoso (2008, 64) e 1922 de acordo com Santos (2016, 152).

desativada em meados dos anos 1990) (Gontijo, 2003). A construção da barragem e do complexo da Usina movimentou muito a economia do distrito no início do século XX.

A partir da segunda metade do século XX, o processo de criação do Parque Estadual da Serra do Cipó – PESC e o posterior processo de sobreposição do PARNASC⁴⁶ e, sobretudo, o asfaltamento da rodovia MG-010 na década de 1980, foram fenômenos decisivos para a intensificação do fluxo de mercadorias, pessoas e interesses na Serra do Cipó, determinantes para a emergência de novas e contraditórias demandas em relação ao uso e ocupação do solo e alterações nos ritmos, temporalidades e modos de vida (Santos, 2016).

Como salientado também por Santos (2016), a MG-010, principal eixo de influência da RMBH na Serra do Cipó, começou a ser construída em 1920. Antes do asfaltamento da rodovia (1987), com a construção da estrada ainda na primeira metade do século XX, o movimento cada vez maior no trecho que ligava Belo Horizonte à Conceição do Mato Dentro, foi o principal motivo que levou herdeiros da área denominada Fazenda Campinho oriunda de divisões entre familiares da Fazenda Cipó, a construir, em 1946, o Hotel Veraneio (Idem) (Figuras 06 a 10). Ele está às margens da MG-010 e próximo a ponte sobre o rio Cipó, divisa dos municípios de Santana do Riacho e Jaboticatubas.



Figuras 06 e 07: Ponte sobre o rio Cipó e Hotel Veraneio 1948 (esquerda) e 2019 (direita). Fonte: imagem 1948 (arquivos da família proprietária do Hotel Veraneio⁴⁷); imagem 2019 (arquivos da autora)

⁴⁶ Nota-se que há um entendimento geral de que o PESC, criado em 1978, foi federalizado pelo PARN, criado em 1984 (Lopes, De Fillipo e Gontijo, 2019). Salienta-se, contudo, que o decreto de criação do PESC não foi revogado e desde 2018 a sua área, sobretudo, as partes não sobrepostas pelo PARNASC encontram-se em avaliação pelo IEF/MG. No terceiro capítulo, no contexto da exposição das pressões imobiliárias e das contradições sociais da conservação ambiental, detalharemos este contexto.

⁴⁷ Arquivos fornecidos pelo interlocutor N1.1 (Apêndice 02).

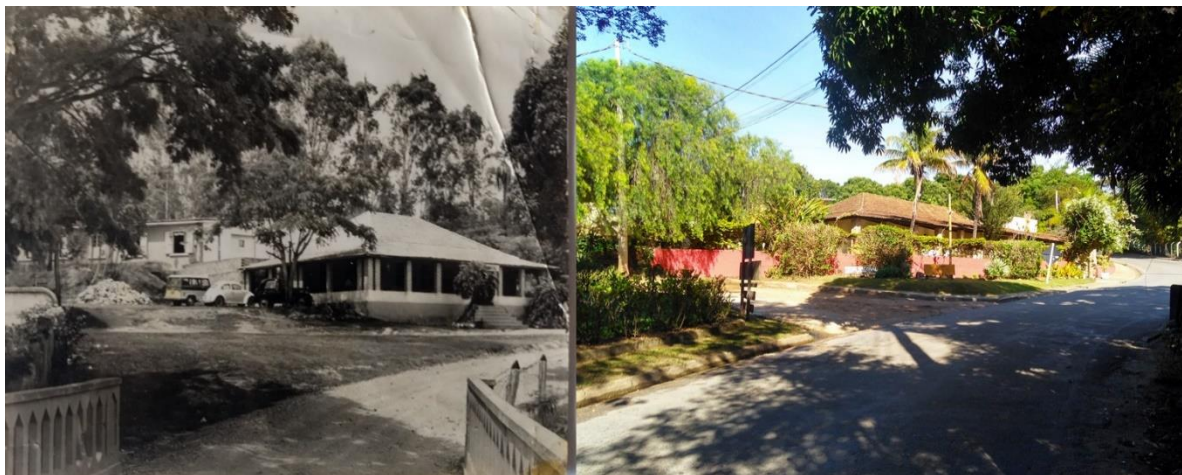


Figura 08 e 09: Hotel Veraneio 1948 (esquerda) e 2019 (direita). Fonte: imagem de 1948 (arquivos da família proprietária do Hotel Veraneio); imagem de 2019 (arquivos da autora).



Figura 10: Imagem aérea do Hotel Veraneio. Fonte: <https://bit.ly/2VGGpXf> - acesso 13/04/2019

O lugar passou a ter seu ritmo de vida ditado por quem vem de passagem. E, para estes, a Serra, por mais maravilhosa, não passa de um cenário de férias ou do fim de semana (entrevista do fundador do hotel concedida a Soares (2005) *apud* (Braga, 2011, 67)

Em uma entrevista⁴⁸ realizada nesta pesquisa, com um integrante da família proprietária do Hotel, o interlocutor apontou:

Minha família veio para o Cipó em 1815 quando foi adquirida a Sesmaria da Fazenda Cipó. (...). O Hotel foi inaugurado em 1948. Imagino que o início da construção tenha sido por volta de 1946/47 (...). As motivações para o investimento neste negócio foi (...) o turismo

⁴⁸ Interlocutor N1.1 (Apêndice 02), entrevista realizada em fevereiro de 2019 e complementada por e-mail (roteiro – apêndice 05).

como um mercado potencial para a região. Especialmente explorando o potencial que a MG 010 e o Rio Cipó possuíam.

De acordo com o interlocutor, o hotel passou a ser arrendado a partir de 2003, devido à idade avançada do proprietário que já não estava em condições de assumir a operação do empreendimento. Ele cita ainda que o arrendamento foi feito com uma empresa, Viannas Empreendimentos Ltda., criada para o estabelecimento do contrato de arrendamento e teve dois proprietários durante a vigência do contrato (2003-2019). Questionado sobre a intenção da família em retomar a gestão direta do Hotel Veraneio, o interlocutor salientou que esta “esta é uma decisão que ainda está aberta”.

Durante décadas, o Hotel Veraneio foi frequentado por um público bastante seletivo constituído por pessoas com alto poder aquisitivo conforme contatado pela coluna Grand Monde do jornal de 1955 que retrata atividades de vilegiatura de pessoas da alta sociedade no rio Cipó e Hotel Veraneio (Figura 11).



Figura 11: Jornal de 1955 com matéria sobre atividades de vilegiatura no rio Cipó e Hotel Veraneio e alguns trechos da reportagem destacados. Fonte: Arquivos da família proprietária do Hotel.

Destaca-se a divulgação do distrito, ainda em 1955, como “paraíso ecológico” para as pessoas dos grandes centros, especificamente de Belo Horizonte, “cansados do asfalto” (como destaca a matéria). Apesar da imponência do empreendimento e da sua localização privilegiada, o momento atual do hotel é outro. Quando o assunto é o hotel, não é incomum observar moradores locais comentando sobre os problemas financeiros da atual gestão. Se em décadas anteriores o estabelecimento era frequentado apenas por pessoas da alta sociedade, atualmente o perfil do público do hotel é mais diversificado. É fato que as diárias ainda possuem valores altos⁴⁹ para a maior parte dos trabalhadores. Contudo, atualmente, há no distrito outros empreendimentos de hospedagem com preços de diárias, mais elevados e propostas mais sofisticadas.

Dois interlocutores⁵⁰ que trabalharam no Hotel Veraneio entre 2012 e 2014, relataram os desafios financeiros enfrentados pelo hotel constatados na época em que trabalharam no estabelecimento. Eles informaram que a estrutura do hotel é muito antiga, demanda um investimento alto em reformas e manutenção, além dos elevados custos operacionais. As avaliações dos clientes que se hospedam no hotel mostram as mudanças nos padrões de outrora. Nas avaliações do Booking.com o estabelecimento acumula críticas e não possui avaliação satisfatória (Figura 12). As notas baixas (em vermelho) superam as avaliações positivas (em azul). De forma geral, nesta plataforma os usuários reclamam da estrutura do hotel, muitos relatam tratar-se de um estabelecimento muito antigo muito carente de manutenção. Há reclamações voltadas para os serviços oferecidos e café da manhã. Os pontos de destaque positivo são a localização e o acesso ao rio Cipó.



Figura 12: Avaliações Hotel Veraneio – Booking.com/2019. Fonte: <https://bit.ly/2UfxM4r> - acesso 13/03/2019

⁴⁹ As diárias no hotel Veraneio para um casal apresentam uma média de preço entre R\$200,00 e R\$250,00.

⁵⁰ Interlocutor C1 (Apêndice 02) e Interlocutor O2 (Apêndice 03). Os interlocutores trabalharam no setor administrativo e na recepção do hotel na época relatada. Foram realizadas duas entrevistas com interlocutor C1 (agosto/2016 e fevereiro/2018) e três entrevistas com o interlocutor O2 (setembro/2017, dezembro/2017 e maio/2018).

As avaliações no site de viagens Tripadvisor não são diferentes. Há muitas reclamações sobre a estrutura do hotel e os serviços. Os clientes relatam que por fora o hotel é bonito e tradicional, mas alegam ser apenas “fachada”,⁵¹ já que a estrutura interna possui muitos problemas. Neste site, em um total de 148 avaliações, mais de 40% dos clientes não avaliaram a experiência no hotel de forma positiva, classificando-a como razoável, ruim ou horrível (Figura 13).

Avaliações

Pontuação dos viajantes

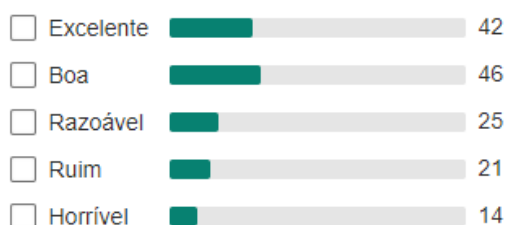


Figura 13: Avaliações Hotel Veraneio - Tripadvisor 2019. Fonte: <https://bit.ly/2IsA8KW> - acesso 13/01/2019

O momento atual do hotel, marcado pela perda de posição de destaque no mercado de hospedagem local, pode estar relacionado à mudança na gestão do empreendimento arrendado desde 2003. Tal situação pode estar relacionado também ao contexto mais amplo (no sentido de ser externo ao estabelecimento) relacionado à saturação do setor de hospedagem convencional⁵², no distrito e a retração do turismo convencional mais amplamente, como será relatada nesta pesquisa.

O turismo é considerado por muitos moradores locais e também por pesquisadores que atuaram na região, como o sustentáculo da economia do distrito. Mas que turismo é esse? Como se relaciona com o setor imobiliário e com as questões ambientais?

⁵¹ Depoimentos dos hóspedes disponíveis no site de viagens Tripadvisor: <https://bit.ly/2IsA8KW> - acesso 13/01/2019

⁵² Referimo-nos a saturação na perspectiva da oferta dos meios de hospedagem convencionais (pousadas) ser superior à demanda.

A intensificação do fenômeno do turismo no distrito está relacionada à criação das unidades de conservação, PESC (1978)⁵³, PARNASC (1984)⁵⁴ e APAMP (1990)⁵⁵. É verdade que anteriormente a década de 1970, já existia fluxo de visitantes na região, como registrado por Ferreira (1999), em relação aos viajantes que pernoitavam na região, ainda na década de 1950. O Hotel Veraneio também é uma instalação anterior a institucionalização das áreas protegidas. Contudo, foi a partir da década de 1980, com a criação do PARNASC e o asfaltamento da MG-010 (1987), que o turismo e as atividades imobiliárias intensificaram-se. Corroborando com as considerações, Souza (2017) observa que com a criação do PARNASC, “a especulação imobiliária emergiu, e com isso os empresários estimularam o turismo do lugar e venda de casas de veraneio” (Idem, 64).

O distrito da Serra do Cipó ganha notoriedade para o Estado e para o mercado turístico e imobiliário no contexto amplo da crise do capitalismo, nas últimas décadas do século XX. Saturação do mercado e crise econômica impeliram o centro urbano de Belo Horizonte a se expandir, sendo o Vetor Norte um dos seus eixos de expansão. A expansão desse vetor é caracterizada por crescente conurbação espacial, assentamentos predominantemente marcados por uma urbanização incompleta e ocupados por população de baixa renda (Costa *et al.* 2010). A história do processo de expansão para o chamado Eixo Norte da RMBH mostra que este passa a se materializar, enquanto espaço urbano construído, nos anos de 1940, quando uma série de obras e empreendimentos econômicos estruturantes foi realizada em Belo Horizonte, com ênfase para implantação da Avenida Antônio Carlos e do complexo da Pampulha (Costa, 2009). A partir deste momento, a metrópole de Belo Horizonte torna-se uma realidade, observando-se um crescimento vertiginoso de sua população residente, que passa de pouco mais de 400 mil habitantes em 1950 para mais de quatro milhões em 2.000 (Costa e Araújo, 2006).

Posteriormente, a cidade foi submetida ao agravamento do problema da expansão urbana acelerada sob os impulsos do capital imobiliário, à evolução da degradação ambiental e à ampliação das desigualdades sociais, Belo Horizonte experimentaria em fim dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 os impactos advindos do esgotamento do

⁵³ Decreto de criação do Parque Estadual da Serra do Cipó, disponível em: <https://bit.ly/2TxzY6T> - acesso 07/02/2019

⁵⁴ Decreto de criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, disponível em: <https://bit.ly/2CCIWud> - acesso 07/02/2019

⁵⁵ Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98891.htm - acesso 07/02/2019

”milagre econômico”, bem como dos efeitos da recessão do início dos anos 1980, com o aumento dos juros internacionais (Baggio, 2005). A crise conduziu ao recrudescimento do desemprego⁵⁶ e a forte expansão da economia informal na capital mineira e na sua região metropolitana, elevando sensivelmente o contingente de trabalhadores inseridos em formas de trabalho precarizado que constituem as modalidades de subemprego (Idem).

Ao longo dos anos 80, a capital mineira não experimentou a descentralização das atividades comerciais e de serviços a ponto de constituir novos centros. (...). E, apesar da crise e seus fortes impactos na economia brasileira na chamada “década perdida”, com forte retração da atividade produtiva, a capital mineira experimenta, a partir dos anos 80, uma diversificação do seu setor terciário, principalmente no que tange aos serviços modernos (Idem, 113).

Naquele momento, o dinamismo e proeminência adquiridos pelo setor de serviços refletiu uma tendência mais geral na economia e na urbanização brasileiras e mesmo mundial (Idem) realizada no contexto mais amplo da expansão do neoliberalismo e da economia neoliberal. A década de 1980 assinala uma mudança no perfil da economia urbana de Belo Horizonte, na qual o setor de serviços adquire progressiva importância e expansão, configurando-se como um destacado centro de prestação de serviços que atende a uma ampla zona urbana em um raio de influência superior a 100 Km (Idem).

A formatação da metrópole como um centro de prestação de serviços do qual muitos municípios metropolitanos e perimetropolitanos (Conti, 2009), como Santana do Riacho, dependem, reflete no distrito da Serra do Cipó. Aqui emergem serviços voltados para as pessoas que precisam se deslocar para a RMBH em horários não contemplados pelas empresas formais de transporte intermunicipal. Tratam-se de transportes locais que levam passageiros do distrito para Belo Horizonte, retornando no mesmo dia. Esse transporte disponibilizado para os moradores locais de segunda-feira à sábado, realizado por motorista e veículo particulares, geralmente parte do distrito aproximadamente às 6 da manhã e retorna às 12 horas. Foram mais de 100 viagens que abrangeram oportunidades únicas para observar conversas diversas entre os moradores locais do distrito, nativos e também pessoas “de fora”. Dois entre os interlocutores entrevistados⁵⁷ são motoristas e realizam esse transporte informal.

⁵⁶ O quantitativo de 26.000 desempregados, em 1980, saltou para 93.000, em 1983 (Baggio, 2005, p. 111).

⁵⁷ Interlocutor Q1 (Apêndice 02 - entrevista: abril/2016) e Interlocutor U1 (Apêndice 02 – entrevista: março/2016). Interlocutor Q1 trabalha com este tipo de transporte desde 2011 e Interlocutor U1 desde 2009.

No âmbito do crescimento do setor de serviços na capital mineira, Baggio (2005) destaca o turismo de negócios (Idem, 119). Salientam-se, portanto, as relações entre os investimentos no turismo de negócios em Belo Horizonte e a formatação de espaços turísticos no seu entorno que diversificaram e agregaram valor a oferta turística da região, contribuindo para consolidar Belo Horizonte como destino turístico nesse ramo. Assim, a formatação do distrito da Serra do Cipó como espaço turístico, bem como a criação do PARNASC na década 1980, pode ter contribuído para o turismo de negócios na capital.

A emersão do turismo no distrito insere-se em um contexto mais amplo do crescimento do setor de serviços, da economia informal, do trabalho precarizado e da consolidação de Belo Horizonte como centro de serviços para as populações dos municípios circunvizinhos (RMBH), que experimentaram a explosão demográfica e urbana determinantes para a renovação da economia da/na metrópole.

Além de possivelmente ter agregado valor ao desenvolvimento do setor de turismo de negócios em Belo Horizonte, o espaço turístico do distrito da Serra do Cipó constituiu-se também para atender as necessidades de lazer dos habitantes da região metropolitana. Os projetos *Grutas e Parque Estadual da Serra do Cipó* (CETEC, 1982) confirmam a função turística da região do distrito no âmbito do planejamento do governo estadual de Minas Gerais. A missão regional dos projetos incidia sobre a adequação da infraestrutura da área para melhor atender às necessidades de lazer da população da RMBH (CETEC, 1982). O fomento ao turismo na região, serviu também, para atender aos interesses imobiliários na conquista de novos espaços para expandir suas atividades diante da saturação do mercado imobiliário de Belo Horizonte em 1980, registrada por Monte-Mór (1994) e Moss (2014). Esse último autor também salientou os efeitos da crise econômica na capital e mais especificamente no setor imobiliário, nessa época, para o distrito da Serra do Cipó.

As mais altas taxas de crescimento populacional da metrópole de Belo Horizonte ocorreram nos anos 1970 (Costa, 2009). Os grandes fluxos migratórios para as metrópoles que já vinham sendo observados desde os anos 1950 continuaram intensos nos anos 1970, com nova característica: maior crescimento da periferia em comparação com o município da capital (Idem). Em termos absolutos, a população urbana do conjunto de municípios do Vetor Norte passou de um total pouco abaixo de 80 mil em 1970 para mais de 700 mil em 2.000 (Idem). O município de Lagoa Santa (RMBH), distante 60 km do distrito da Serra do Cipó, passou de uma população residente de 19.508 em 1980 para 52.526 em 2010 (Costa *et al.* 2010).

A inauguração do Aeroporto de Confins (Confins – RMBH), na década de 1980, da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - sede oficial do governo do Estado de Minas Gerais - em 2010, localizada no bairro Serra Verde em Belo Horizonte, bem como as obras rodoviárias necessárias para viabilizar o crescimento dos fluxos entre a área mais central da metrópole e o Eixo Norte, contribuíram decisivamente com o crescimento urbano dos municípios desse Vetor.

Nas últimas décadas, Lagoa Santa/MG vivenciou um processo de redefinição de uso, onde o uso agrário deu lugar ao residencial, ainda que sob a forma de segunda residência ou casa/sítio para fim de semana (Macedo e Diniz, 2007). A RMBH ao longo das últimas décadas reflete a redistribuição espacial das atividades econômicas e do mercado imobiliário para o eixo norte (Idem). O fenômeno da expansão dos condomínios residenciais em Lagoa Santa foi viabilizado por políticas públicas alinhadas com os interesses imobiliários, pela proximidade com Belo Horizonte e pela valorização das qualidades ambientais do espaço a partir da implantação definitiva da APA Carste (Lagoa Santa/MG) e da proximidade com o Parque Nacional da Serra do Cipó (Idem).

Na porção norte, a zona perimetropolitana de Belo Horizonte abrange o espaço da Serra do Espinhaço transposta por duas rodovias: ao norte, a rodovia BR-259, que liga Curvelo a Diamantina e a rodovia MG-010, que liga Belo Horizonte à cidade de Conceição do Mato Dentro, passando por Lagoa Santa e pela Serra do Cipó (Conti, 2009).

No eixo da RMBH, que corta o município de Lagoa Santa, existe um vetor de expansão urbana em direção à Serra do Cipó ultrapassando os limites da RMBH, composto por urbanizações, loteamentos, com diferentes padrões socioeconômicos, compreendendo desde os loteamentos para grupos de renda média e alta que se transformam em “condomínios fechados”, até loteamentos para os grupos de renda baixa, que se justificam enquanto a população residente é prestadora de mão-de-obra para os primeiros. A localização dos loteamentos se dá ao longo da MG-010, e eles se encontram em diferentes fases de ocupação, com uma distribuição espacial quase sem solução de continuidade, chegando ao pé das vertentes da Serra do Cipó (Idem, 469-470).

Assim como Lagoa Santa, o município vizinho, Jaboticatubas, também inserido na RMBH reproduz os mesmos modos de expansão urbana centrados nos empreendimentos imobiliários voltados para instalação das segundas residências. O poder público municipal de Jaboticatubas direcionou seu planejamento urbano buscando atrair novos empreendimentos imobiliários que se apropriam das qualidades ambientais como estratégia de comercialização, objetivando aumentar sua receita (Macedo, 2009). Entre

1991 e 2008, especialmente a partir do final da década de 1990, foram implantados 44 empreendimentos imobiliários residenciais somando aproximadamente 3.000 novos lotes e construções (Idem). Nota-se que, na última década, esses parcelamentos seguem se multiplicando no município de Jaboticatubas, ao menos no que diz respeito às áreas localizadas às margens da MG-010, onde é possível observar o surgimento de novos empreendimentos, posteriormente a 2008.

Salienta-se que o município de Santana do Riacho e, mais especificamente, o distrito da Serra do Cipó, absorveram, processualmente, os reflexos da expansão urbana da RMBH, sobretudo em relação aos modos de ocupação urbana que se instituíram em Lagoa Santa e Jaboticatubas, pautados na comercialização dos empreendimentos imobiliários residenciais que possuem como principal estratégia a mercantilização do lazer e da natureza. O crescimento do turismo e urbano do distrito da Serra do Cipó a partir da década de 1980, não pode ser compreendido de forma descolada da expansão dos espaços de lazer da metrópole no Vetor Norte da RMBH e da implosão-explosão (Lefebvre, 1999) do seu tecido urbano, bem como dos seus processos de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) e perimetrolização (Conti, 2009). A função turística engendrada para o distrito e região é simultânea à explosão demográfica e ao crescimento urbano no Vetor Norte e, mais especificamente, em Lagoa Santa e Jaboticatubas. A constituição do espaço turístico do/no distrito da Serra do Cipó e região contribuiu para valorizar as qualidades ambientais do espaço que incrementaram os negócios imobiliários e que, posteriormente, alcançariam o distrito. Portanto, em um contexto de crise, a função turística do distrito contribuiu e ainda contribui para a expansão do mercado imobiliário, nesta região do Vetor Norte.

Oliveira (2002b) destaca a intensificação do parcelamento do solo e especulação imobiliária no distrito nas últimas décadas do século XX. Um dos primeiros projetos de empreendimento imobiliário com fins turísticos e residenciais no distrito foi o Rio Cipó (Figura 14). O empreendimento, com aproximadamente 880 lotes, envolvia um condomínio residencial fechado, com área de lazer e acesso privativo ao rio Cipó, proposta esta não consolidada em sua plenitude. Alguns lotes foram vendidos e parte da área foi urbanizada, contemplando os atuais bairros Santa Terezinha e Recanto da Serra. Vale ressaltar que, o empreendimento imobiliário não foi implementado.

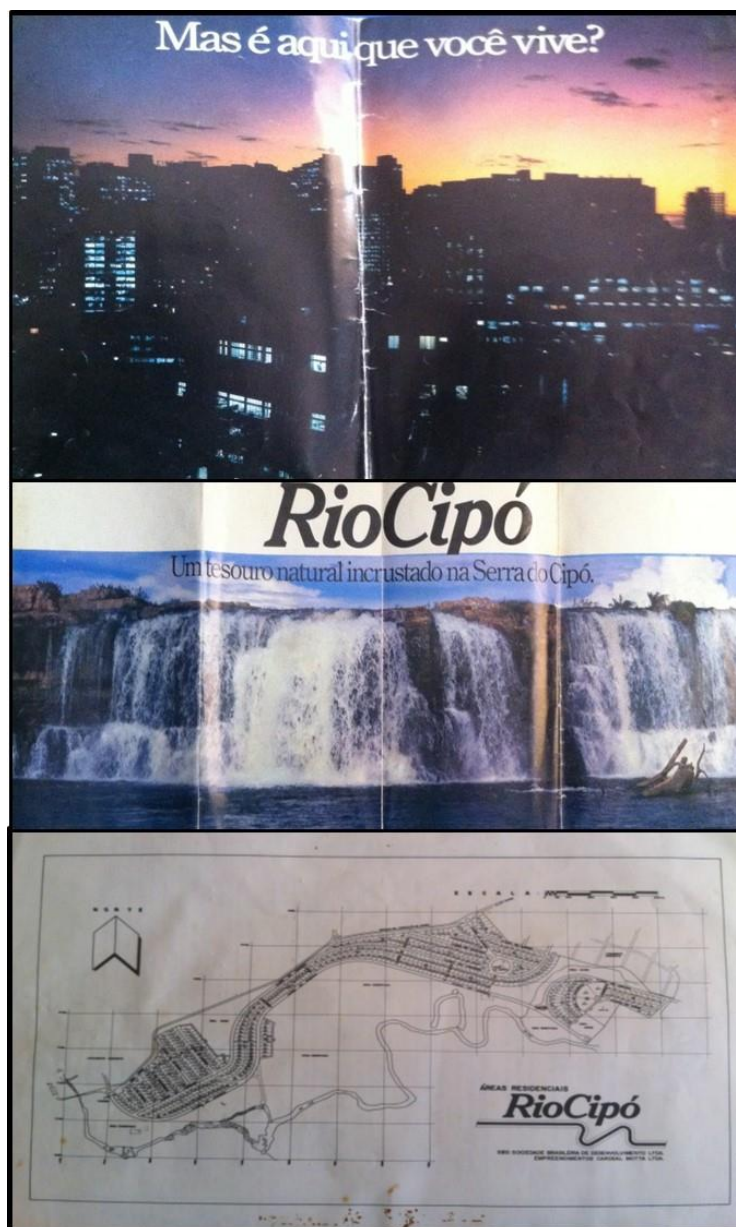


Figura 14: Imagem do folder de 1985 - divulgação da venda dos lotes no Condomínio Rio Cipó. Fonte: Material apresentado pelo IEF em reunião institucional com o Grupo de Trabalho – GT de avaliação do PESC em outubro/2018

A organização Sociedade Brasileira de Desenvolvimento e Empreendimentos Cardeal Mota foi responsável pela apresentação do projeto como consta na planta do empreendimento. Oliveira (2002b) tece considerações sobre a organização citada. De acordo com o autor trata-se de um grupo empresarial que fez aliança com um dos herdeiros da Fazenda do Cipó, para formatar a proposta do empreendimento imobiliário. Na época, um vereador da época teve papel importante para pressionar a prefeitura a barrar o empreendimento. Sobre esse contexto, o interlocutor N 1.1 enfatiza que esse vereador:

teve papel fundamental nas ações que levaram ao fim do loteamento. Ele era vereador em Santana do Riacho foi o principal defensor da ideia de que o loteamento não poderia ser implantado⁵⁸.

Oliveira (2002b) destaca que, posteriormente ao embargo do empreendimento, o herdeiro da Fazenda Cipó rompe com a aliança com o grupo Sociedade Brasileira de Desenvolvimento e Empreendimentos Cardeal Mota, une-se ao vereador citado que, segundo o autor, na época, também administrava o Hotel Veraneio, e cria o Zareia Empreendimentos. A partir de 1984, os dois grupos passaram a reivindicar a área do projeto imobiliário Condomínio Rio (Idem). Atualmente, parte da área pertence ao Zareia Empreendimentos cuja propriedade é da família da qual o vereador é integrante.

Entre os principais especuladores do distrito⁵⁹, alguns adquiriram terrenos e áreas, nas décadas de 1980 e 1990, pagando valores aquém daqueles operados no mercado imobiliário da RMBH metropolitana de Belo Horizonte. Há casos, relatados em entrevistas⁶⁰, que reportam à aquisição de terrenos por pessoas “de fora” através de “trocas” que mostram os valores operados na época. Um morador nativo relatou a aquisição de terrenos por pessoas “de fora” como forma de pagamento de “fiados” em estabelecimentos que comercializavam gêneros alimentícios. Na época, não havia supermercados, apenas pequenas mercearias. Um dos entrevistados declarou que as gerações anteriores repassaram parte das terras da família aos proprietários desses pequenos estabelecimentos, como forma de quitar a dívida referente às vendas feitas por meio do “fiado”. Outro entrevistado (Interlocutor F2 – apêndice 03), pessoa “de fora” que adquiriu terreno no distrito na década de 1990, relata que comprou o terreno de 1.100m², com quantia proveniente da venda de um telefone fixo sem fio. Segundo o interlocutor o valor correspondia naquela época, a uma quantia aproximada de R\$1.000 reais. Entre as pessoas “de fora” que adquiriram terrenos nessas condições, há aquelas que compraram grandes áreas, reservando-as para oportunidades futuras do mercado imobiliário. Esse

⁵⁸ Interlocutor N1.1, entrevista já citada neste texto.

⁵⁹ Nesta pesquisa, identificamos 6 pessoas que contribuíram (e ainda contribuem) para deflagrar a especulação imobiliária no distrito. Provavelmente, não são as únicas, mas foram as que os esforços teóricos e metodológicos desta pesquisa conseguiram mapear. Tratam-se de pessoas que estão constantemente envolvidas com as transações imobiliárias, sempre comprando e vendendo terrenos. Estes indivíduos possuem muitos terrenos destinados exclusivamente aos negócios imobiliários.

⁶⁰ Interlocutores F1 e Q1 (apêndice 02) relataram “troca” de terras das famílias pelas gerações anteriores como forma de pagar mantimentos em “vendas” e mercearias.

processo os configuram um dos primeiros especuladores imobiliários do distrito e região⁶¹.

No âmbito das relações entre turismo e setor imobiliário, Souza, Matias e Selva (2016) salientam que um sério problema concretizado em áreas turísticas cujas economias são centradas nos negócios imobiliários é “a concentração de um número excessivo de terras nas mãos de poucos proprietários para fins essencialmente imobiliários e especulativos (Idem, 190).

De forma geral, não havia consciência por parte dos nativos dos valores mercadológicos que os elementos naturais associados às possibilidades turísticas que realçam as qualidades ambientais, agregavam aos preços e possibilidades de negócios com a terra. Processualmente, a valorização turística do lugar, sobretudo com a mercantilização das suas qualidades ambientais, refletiu no aumento progressivo do valor do m². Os especuladores aguardaram o desenrolar desse processo de valorização, esperando o momento certo para disponibilizar as terras no mercado. A partir de 2010, o *boom*⁶² dos condomínios fechados, transforma a configuração socioespacial dessas áreas, expondo os reflexos da centralidade do imobiliário na economia do distrito. O processo da exclusão social ameaça a permanência dos moradores nativos e dos trabalhadores de forma mais ampla.

É intenso o apelo imobiliário na região do distrito que possui a maior área urbana do município de Santana do Riacho (figura 15). No Plano Diretor vigente, em toda a zona urbana, são permitidos parcelamentos de, no mínimo, 1.000m². O projeto de revisão do Plano Diretor Municipal está em análise, na Câmara Municipal, desde fevereiro de 2019. No documento não há uma proposta para ampliação dos limites da zona urbana do distrito, porém sugere-se a criação da Zona Residencial e de Hospedagem 1, permitindo o parcelamento dos terrenos em até 360m², com o intuito de regularizar o adensamento urbano consolidado em determinados bairros (IBGP, 2018). A criação de tal Zona e a proposta de regulamentação dos adensamentos urbanos irregulares, já que as construções e tamanhos dos lotes não respeitaram as normas vigentes, foram pontos polêmicos nas

⁶¹ Entre os 6 especuladores identificados, ressalta-se que, em 2012, 3 venderam áreas para implantação de condomínios residenciais. Além deles, conversamos também com pessoas que adquiriram áreas menores, sem pretensões mercadológicas mais ambiciosas quanto ao terreno, como o caso do interlocutor que pagou o terreno com um telefone. Salienta-se que ambos adquiriram seus terrenos simultaneamente ao processo de destituição das propriedades por parte das famílias locais.

⁶² Estamos falando de aproximadamente 500 terrenos, de mil m², em 9 condomínios – empreendimentos turísticos e/ou residenciais - disponíveis para o mercado imobiliário, entre 2012 e 2018, conforme mapeamento realizado nesta pesquisa e apresentado no capítulo 04.

oficinas (novembro/2017) e audiência pública (fevereiro/2018). Naqueles momentos foi pontuada a possibilidade de tal prática fomentar futuras irregularidades.

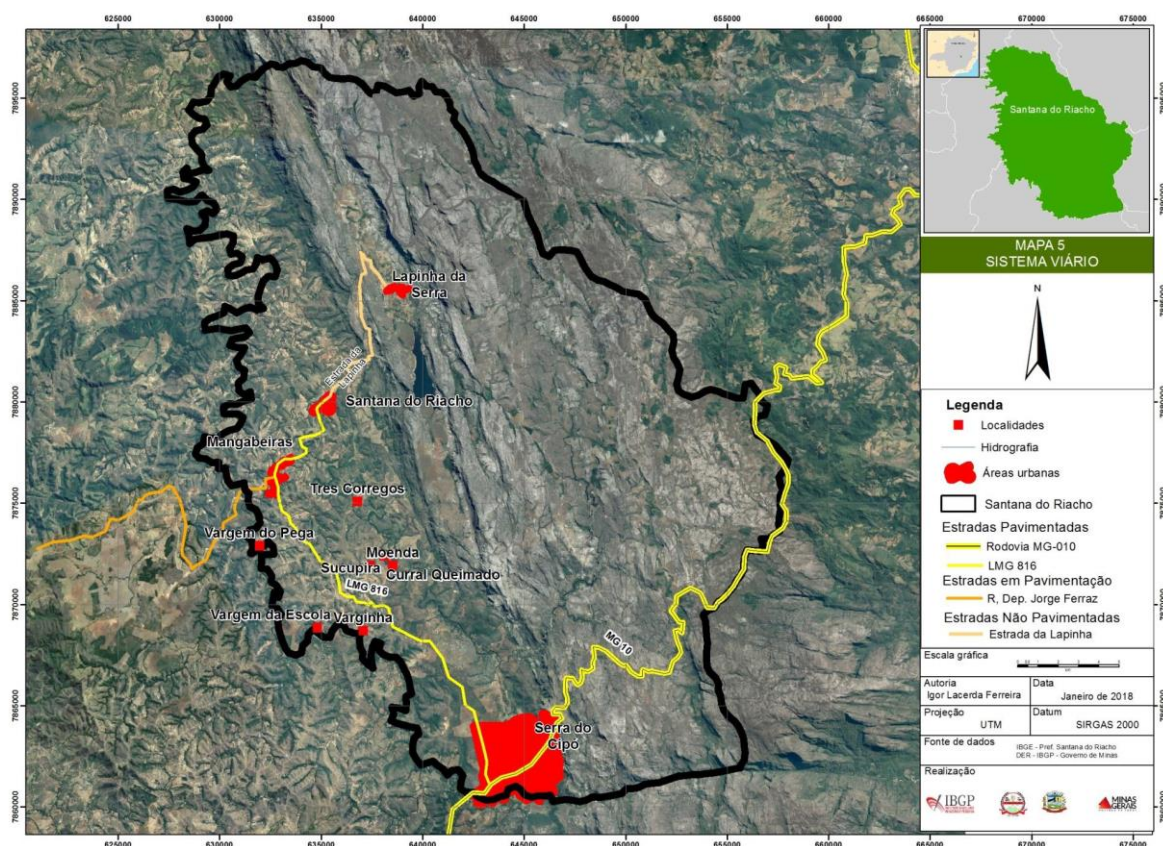


Figura 15: Áreas urbanas do município de Santana do Riacho. Fonte: (IBGP, Revisão Plano Diretor de Santana do Riacho – Diagnóstico do município, 34)

Atualmente, mais de 50% das famílias nativas do distrito possuem apenas o terreno onde moram, na maior parte das vezes, ele é compartilhado por diferentes gerações. As gerações anteriores e as atuais venderam a terra que a família possuía, ficando a mesma restrita a terrenos pequenos, com 500 m² ou menos. Já existem moradores nativos morando em imóveis alugados ou que adquiriram terrenos em lugares mais distantes, no entorno do distrito, onde o m² é mais acessível⁶³. Assim, já é acentuada a emersão da especulação imobiliária no distrito.

⁶³ Informações coletadas em entrevistas e observações de campo, detalhadas mais adiante. Há registro de moradores nativos comprando terrenos na área rural de Jaboticatubas e Santana do Riacho, onde o m² é mais acessível.

Capítulo 2

As determinações históricas do fenômeno do turismo: a crise do capitalismo e a centralidade dos espaços turísticos na renovação do capital

No âmbito da proposta da pesquisa que visa mostrar as dificuldades e desafios da sustentabilidade ambiental no/do turismo que podem ser tomados, pela quantidade e complexidade como “becos sem saída”; no primeiro tópico deste capítulo, retomaremos a pauta já sinalizada na introdução deste texto concernente às limitações das definições economicistas do turismo para alcançar suas relações com o imobiliário.

Posteriormente, destaca-se a localização das determinações históricas do fenômeno do turismo com ênfase para a crise do capitalismo e expansão do neoliberalismo. Nesta perspectiva, a análise se volta para três momentos da crise do capitalismo: 1929/1930, 1970 e a crise econômica contemporânea. Importante salientar que esta última, agravada a partir de 2008, reverbera outras crises cujas emergências remetem ao contexto dos anos 1970. Portanto, retomaremos este contexto para melhor compreender a complexidade da crise que não é só econômica. Interessa-nos de forma específica, suas relações com a crise ecológica. Para o tratamento teórico das questões implicadas, nos valeremos das considerações de Bihr (1991), Alfredo (2001), Leff (2000), Löwy (2013), Ribeiro (2015), Alves (2016), Marques (2018) e Bonifácio (2018). No que tange ao contexto empírico, o objetivo é destacar as relações da intensificação do turismo no distrito na década de 1980, com a crise econômica no Brasil agravada em 1980, a partir das suas implicações na metrópole de Belo Horizonte e na expansão do Vetor Norte da RMBH.

Neste capítulo são exploradas as relações entre a emergência dos espaços turísticos e de lazer e a demanda das populações urbanas por qualidade ambiental do espaço. Salienta-se também como a emergência das soluções econômicas neoliberais para crise constituem os fundamentos da economia do turismo. Por fim, a análise adentra o contexto histórico da crise de 1929/1930 para compreender a gênese dos movimentos de oposição ao capitalismo e a constituição da hegemonia reformista nos movimentos críticos à (re)produção capitalista do espaço. Essas reflexões são importantes para localizar o predomínio do reformismo e do ecologismo nos movimentos ecológicos do/no distrito e, portanto, suas limitações para formular a crítica aos efeitos sociais e ambientais do seu crescimento urbano.

2.1 – As limitações das definições economicistas do turismo para alcançar suas relações com o imobiliário

Dentre os efeitos do turismo, Terán (2018) cita o consumo do espaço, a confluência do turismo com interesses especulativos do negócio imobiliário, expulsão dos moradores devido ao aumento do valor do aluguel e da terra, integração da habitação numa economia informal que oferece alojamento turístico irregular e insegurança no emprego nos seus ramos produtivos. Para os propósitos analíticos desta pesquisa, é necessário que os efeitos perniciosos do turismo (Terán, 2018) não sejam tratados como “externalidades”, isto é, como algo exterior aos modos de operação do turismo. As características constitutivas do turismo determinam os seus modos de operação e os respectivos efeitos locais.

Carlos (2018) ressalta que há um momento, nas últimas décadas do século passado, em que o turismo aparece e se constitui como atividade geradora de lucro e, portanto, planejada no seio do Estado. Programas e políticas públicas apoiam seu crescimento, acompanhando os movimentos de migração do capital que era prioritariamente dirigido às atividades industriais (Idem).

A autora salienta ainda que o crescimento do turismo se refere às possibilidades de transformar características particulares de determinados lugares em fontes geradoras de renda: os lugares passam a ser vendidos num novo mercado a partir de suas particularidades, transformadas em valor de troca. Conclui Carlos (2018) que o turismo, no momento de crise da economia, se faz contraditoriamente: permite a realização econômica, ao mesmo tempo em que o faz em detrimento das comunidades locais, esvaziando os conteúdos das histórias locais, pela espetacularização de sua cultura, de seu espaço e da vida da comunidade local.

A localização do turismo nas suas determinações históricas elucida a ampla associação do turismo como vetor de desenvolvimento, inclusive, sustentável. O turismo anuncia possibilidades em torno das modalidades ecológicas da economia capitalista que anunciam, por sua vez, a possibilidade de promover o desenvolvimento sustentável. As modalidades ecológicas do turismo se realizam no âmbito do capitalismo ecológico que assim como o “turismo ecológico” podem ser tratados, no contexto amplo da (re) produção capitalista do espaço, como ilusões necessárias que promovem esperanças fraudulentas, como já salientado.

Sobre o fenômeno do turismo, Machado (2018) também salienta as relações entre o turismo e as questões de ordem ambiental, reforçando as complexidades e contradições

que o constituem. Há processos de exclusão, discriminação e segregação social, tanto do ponto de vista do acesso ao lazer, quanto na concepção da distribuição dos benefícios do seu crescimento. Concomitantemente, ampliam-se as propostas e os discursos por um modelo turístico direcionado à inclusão e à sustentabilidade, em resposta aos processos injustos e ambientalmente degradantes procedentes do turismo (Idem). Contudo, e como já apontado, as reflexões aqui propostas objetivam a melhor compreensão dos processos socioespaciais constitutivos ao fenômeno do turismo e não a projeção de alternativas possíveis para seu desenvolvimento.

A sociabilidade baseada na mercadoria e no dinheiro não é tida do seu ponto de vista histórico e formativo, o que permite que tal sociabilidade apareça como uma lei natural, tal como a da gravidade (Alfredo, 2001). Ainda neste capítulo, destaca-se os contextos que viabilizaram a produção do consentimento quanto à natureza das relações sociais estabelecidas pelo modo de (re)produção capitalista.

A crítica à insustentabilidade ambiental deve incidir, primeiramente, na crítica às contradições sociais do modo de (re)produção capitalista do espaço. Apostar nas versões ecológicas do capitalismo, sem abranger criticamente as características constitutivas aos modos de operação desse sistema, é insistir em reflexões sobre sustentabilidade que conduzem aos “becos sem saída” que têm caracterizado os debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade no turismo, como enfatiza Ouriques (2005):

A leitura de ampla bibliografia nacional e internacional sobre o tema “turismo” acaba revelando uma tendência predominante de análise e interpretação, o que nos leva a caracterizar a existência de certa hegemonia no tratamento do assunto. Os livros e artigos sobre o turismo iniciam apresentando indicadores quantitativos que evidenciam a importância contemporânea dessa atividade, geralmente para justificar o interesse acadêmico e a necessidade de estudá-lo. Em seguida, são apresentados os impactos, positivos e negativos, causados pelo turismo em determinados lugares, cidades, regiões e países. No terceiro momento, apregoa-se o desenvolvimento sustentável do turismo como caminho adequado para o presente e futuro das áreas receptoras. Ao mesmo tempo, o turismo de massa é apresentado como o grande vilão, o causador dos impactos negativos gerados pela expansão turística. Finalmente, é realizada a defesa do planejamento turístico, e são apontadas estratégias para a efetivação do turismo nos moldes da sustentabilidade ambiental (Idem, 69).

No âmbito do senso comum, mas também em discursos acadêmicos, é recorrente a definição do turismo a partir da oferta e da demanda turística, como uma única atividade econômica, uma limitação da definição do próprio turismo que é transversal. Ele pode

desencadear diferentes atividades, serviços e produtos da economia além da hospedagem. Destaca-se, portanto, que a prestação de serviços da hospedagem está em grande medida voltada para os turistas; enquanto outras, oferecem serviços que não são voltados exclusivamente para os turistas, como os restaurantes por exemplo, que atendem também os residentes.

A Organização Mundial de Turismo – OMT identifica, a partir da Classificação Central de Produtos - CCP, elaborada pela Organização das Nações Unidas - ONU, centenas de atividades, serviços e produtos característicos do turismo (IBGE/RJ, 2012). Diante de um universo tão extenso, a caracterização da ampla e diversificada oferta turística é um dos desafios da definição do turismo como uma atividade econômica.

Nos estudos do Ministério do Turismo para a elaboração do Mapa do Turismo do Brasil, realiza-se a categorização dos municípios das regiões turísticas. Para realizar a classificação, a categorização dos municípios teve como critério apenas o setor de hospedagem, já que este

é o mais adequado, porque quase a totalidade dos que utilizam um hotel, por exemplo, são turistas. Quando se trabalha com outras atividades, como restaurantes ou aluguel de veículos, a utilização por residentes é muito elevada, não retratando uma correspondência mais direta com o turismo. Por isso, o trabalho só considerou o setor de hospedagem, até mesmo porque era a melhor informação disponível (Ministério do Turismo/Programa de Regionalização do Turismo, 2018, 04).

O estudo sobre a economia do turismo em uma perspectiva macroeconômica, produzido pelo IBGE/RJ (2012), pontua a classificação da OMT para os produtos do turismo dividindo-os em três grupos que se distinguem, mas não se dissociam: produtos característicos do turismo, produtos conexos ao turismo e produtos específicos do turismo.

Os produtos característicos do turismo, na maioria dos países, são aqueles que deixariam de existir em quantidade significativa ou para os quais o nível de consumo seria sensivelmente diminuído em caso de ausência de visitantes. Um exemplo de produto característico é o transporte aéreo de passageiros. Os produtos conexos ao turismo são uma categoria residual. Ela inclui produtos que, apesar de identificados como específicos do turismo em um país, não são considerados assim em todos. O transporte ferroviário urbano de passageiros é um exemplo de um produto conexo ao turismo. Os produtos específicos do turismo agrupam as duas categorias anteriores. (IBGE, 2012, 09)

As bases que justificam essa classificação, pautadas em critérios estatísticos estritamente econômicos, não são de fácil apreensão. Apesar da especificidade técnica do sistema classificatório, é possível pontuar os limiares tênues entre as três classificações e a permanência das dificuldades na delimitação da oferta turística, devido a heterogeneidade dos segmentos que constituem suas atividades características. O que se expressa pelo uso, já citado, do setor de hospedagem como critério único para categorização dos municípios, pelo Ministério do Turismo, no Mapa do Turismo Brasileiro.

A partir das considerações de Nechar e Panosso-Netto (2011), é possível considerar que as abordagens técnicas pautadas no economicismo e restritas à demanda e oferta turística se firmaram na atualidade com os argumentos postos pela OMT,

nos quais se observam imprecisões não somente teóricas, mas também pragmáticas. Um caso concreto é o que denuncia Muñoz de Escalona (2004) sobre o argumento que se tem a respeito da formação da oferta na economia do turismo, por parte dos técnicos e assessores da OMT, na qual se indica que “a dita oferta está formada por tantos ramos produtivos como tem o sistema de referência”. No entanto, na prática, isto é esquecido (deliberadamente?) e somente se consideram os ramos que em cada país se orientam para satisfazer as necessidades dos turistas, ainda que seja evidente que também satisfaçam as necessidades dos não turistas” (Escalona, 2004, 02 *apud* Nechar e Panosso-Netto, 2011, 387).

Nechar e Panosso-Netto (2011) salientam que, apesar de, em teoria, as análises considerarem, na melhor das hipóteses, a constituição da oferta turística como um conjunto heterogêneo de atividades produtivas, já que a própria OMT assim a concebe, na prática, o turismo é visto como uma atividade específica do sistema produtivo.

Se existem dificuldades na delimitação e, portanto, na caracterização da oferta turística, o mesmo pode-se afirmar em relação à demanda. Não é uma tarefa simples a identificação e distinção do fluxo turístico de um lugar. Primeiramente, é importante distinguir o fluxo do *visitante do dia* e dos *turistas*. Os *visitantes do dia* ou *excursionistas* passam o dia no lugar e não pernoitam, sendo assim, turistas e visitantes do dia estabelecem relações, inclusive de consumo, distintas com o lugar. Cunha (2010) esclarece que, em 1993, a Comissão de Estatística da ONU adotou a definição que passou a vigorar desde então, segundo a qual o termo *visitante* é o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, dividido nas categorias de *turistas* e *visitantes do dia* com o seguinte significado (United Nations, 1994 *apud* Cunha, 2010):

Visitante é qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma atividade remunerada no local visitado; Turistas são os visitantes cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado e visitantes do dia são visitantes que não passam uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado (Idem, 05).

Allis (2014) ressalta as importantes tentativas de definir e qualificar viajantes, visitantes, excursionistas e turistas, para melhor conceituar o fenômeno do turismo e problematizar a definição padronizada para turista: “É necessário relativizar as relações entre sujeito e espaço, colocando em discussão as convenções para a qualificação do turista e, portanto, do turismo” (Idem, 2014, 25). É mais produtivo fixarmo-nos nos “consumidores de lugares” (Selby, 2004), relativizando a supremacia da métrica (tempo de viagem, distância da origem, etc.) ” (Idem, 2014, 25).

Corroboramos com os apontamentos do autor e observamos que os “consumidores dos lugares” estão também àquelas pessoas que possuem segundas residências e habitualmente passam períodos de férias, assim como finais de semana nessas habitações. Tais pessoas também movimentam os processos produtivos do turismo, contudo, de maneira distinta em relação aos turistas e visitantes do dia. Há proprietários de segundas residências que possuem outros comportamentos de mobilidade e de relação com o lugar da habitação secundária, não restringindo sua permanência ali, aos períodos de férias e finais de semana. Há casos em que a habitação, anteriormente secundária, torna-se a morada principal. Os limiares entre essas classificações, primeira e segunda residência muitas vezes são tênues e de difícil delimitação.

Em muitos lugares turísticos, como no distrito da Serra do Cipó, um fluxo rotativo⁶⁴ de novos moradores inclui inclusive os proprietários de segundas residências. Nas análises sobre o fenômeno do turismo, para além da demanda turística, entre os “consumidores do espaço”, deve-se atentar aos fluxos dos novos moradores e proprietários de segundas residências. Justamente porque são esses fluxos que expõem, no primeiro plano da análise, as relações constitutivas entre o turismo e o setor imobiliário. As definições de turismo pautadas nas definições padronizadas de demanda

⁶⁴ Referimo-nos ao fluxo rotativo de novos moradores devido a recorrência das experiências temporárias. Muitas pessoas se mudam para o distrito da Serra do Cipó, onde moram por um tempo. Estes se vão e outros veem. E há também aqueles que permanecem.

turística, não são suficientes para alcançar as relações deste fenômeno com o crescimento urbano e demográfico.

O foco dessas análises abrange a eficiência dos processos econômicos, a partir da ideia naturalizada da mercantilização dos espaços e da vida. A definição do produto final do turismo como uma composição de bens e serviços turísticos, reunidos em um conjunto de ações operacionais, onde se inter-relacionam no mercado turístico: a oferta, a demanda e a distribuição do produto (Beni, 2012); elucida a perspectiva economicista que impera nas análises sobre o turismo e que naturaliza a condição do lugar ao “produto turístico”, restringindo a análise aos contextos econômicos da oferta, demanda e distribuição do produto.

Como já salientado, o entendimento dos processos produtivos do turismo exige incursões na essência dos modos de operação da (re)produção capitalista do espaço, assim como a reflexão sobre as forças e os interesses que interferem na produção do espaço turístico. No caso do turismo, a reflexão sobre as forças e interesses pode ser conduzida através do viés analítico que reconhece a centralidade das relações entre o turismo e o setor imobiliário. É míope a análise que se concentra somente na identificação das forças e interesses econômicos que interferem na (re)produção do espaço pelo turismo, nos proprietários de hospedagem e outros estabelecimentos que prestam serviço diretamente ao visitante. De forma geral, o economicismo fundamenta as perspectivas de análise que enquadram os efeitos do turismo como externalidades, reverberando:

a necessidade de minorar os seus efeitos negativos e maximizar os seus efeitos positivos, de forma a se garantir a sua sustentabilidade. Assim, o debate do desenvolvimento sustentável alargou-se ao setor turístico” (Hunter e Green, 1995; Choi e Sirakaya, 2006 *apud* Oliveira e Manso, 2010, 236).

No caso das relações entre o distrito da Serra do Cipó e a RMBH, as análises restritas às dinâmicas da oferta e demanda turística não alcançam as relações entre o crescimento urbano no distrito e os processos de urbanização extensiva da região metropolitana (Monte-Mór, 1994; Moss, 2014). O foco restrito no lugar como “produto turístico” restringe a identificação das interferências da região metropolitana na produção do espaço do/no distrito, apenas como emissária de visitantes.

A expansão da análise sobre o turismo, a partir do recuo analítico às suas determinações históricas, estende a reflexão para os contextos mais amplos da (re)produção capitalista do espaço, permitindo a localização das relações entre o

crescimento urbano no distrito e os processos de urbanização da metrópole. O reconhecimento dessas relações para compreensão do fenômeno do turismo no distrito é necessário já que elas determinam sobremaneira o seu crescimento urbano, sendo inclusive, mais determinantes do que as dinâmicas específicas atreladas à demanda e oferta turística.

2.2: Crise do capitalismo: como o turismo aparece como fenômeno que dinamiza a economia sobretudo o setor imobiliário

Vivemos em tempos de crise do capitalismo. Löwy (2013) salienta que a crise econômica contemporânea é sem dúvida a mais grave na história do capitalismo desde 1929. Contudo, a crise não se restringe ao econômico. É necessário ampliar o horizonte de análise para além das transformações econômicas constitutivas à realização deste modo de produção, incidindo também, sobre as transformações sociais de outra natureza que definiram a realização do *modelo de desenvolvimento seguido pelo capitalismo ocidental no período pós-guerra* (Bihr, 1991).

Bihr (1991) salienta a natureza dos estudos sobre este modelo, marcada pelo fordismo e economicismo, que predominaram a partir da década de 1970. Aponta como o fordismo⁶⁵, comprometido pelo economicismo, forjou o predomínio atribuído às questões econômicas, em detrimento das questões sociais, institucionais e ideológicas, nas análises sobre o modelo de desenvolvimento instituído pelo modo de produção capitalista. O que se revela, pelo privilégio atribuído, sistematicamente, nas análises sobre este modelo de desenvolvimento, às transformações econômicas, em detrimento das transformações sociais, institucionais e ideológicas; e sobretudo pela negligência em relação ao processo da luta de classes (Idem). Destaca-se, portanto, a gênese das análises economicistas que emergem em um contexto de crise e que tanto influenciaram os estudos do turismo.

A reflexão acerca do contexto da crise recua à sua emergência, na década de 1970, para melhor compreender os significados da crise que não é só econômica, é também crise de civilização⁶⁶, decorrente dos “efeitos do processo de acumulação e das condições atuais de reprodução e expansão do capital” (Leff, 2000, 60). A crise ilustra a total

⁶⁵ “ (...) que nasceu dos trabalhos de uma equipe de economistas franceses (...), realizados a partir da segunda metade da década de 1970 para analisar o modelo de desenvolvimento seguido pelo capitalismo ocidental no período pós-guerra” (Bihr, 1991, 35).

⁶⁶ Leff (2000) e Löwy (2013)

irracionalidade de um sistema econômico baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista (Löwy, 2013). A crise do capitalismo resulta da dinâmica do sistema capitalista que transforma as pessoas e os elementos naturais em mercadorias necessárias à expansão dos negócios e à acumulação de lucros (Idem). Nas últimas décadas do século XX, a crise ecológica emerge no contexto da crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes (Leff, 2000).

Lefebvre (1991) salienta que o capitalismo só conseguiu (e consegue) sobreviver às suas diversas crises intrínsecas na medida em que se estendeu pelo espaço inteiro, através da penetração do capital em setores e regiões não inteiramente capitalistas e da produção do tecido urbano ao redor dos grandes centros, por meio também dos espaços de lazer. Os espaços turísticos estão intrinsecamente relacionados com o espaço abstrato produzido pelo modo de (re)produção capitalista. O espaço abstrato se refere ao espaço do consumo e da produção, aos lugares históricos da acumulação do capital, isto é, aos grandes centros (Lefebvre, 1991), como a metrópole de Belo Horizonte. O espaço abstrato, enquanto espaço social se subordina às manipulações quantitativas: estatísticas, programações, previsões possuindo assim uma eficácia operacional (Idem). A tendência predominante se direciona ao desaparecimento do qualitativo (Idem). Diante da exiguidade das qualidades do espaço nos grandes centros urbanos os espaços de lazer ganham visibilidade (Idem). Os moradores destes centros querem encontrar certa qualidade do espaço. Desenvolve-se assim, como salientado por Alfredo (2001), a utopia urbana da sociabilidade não rompida com a natureza que comporta a gênese da instituição dos espaços turísticos.

O turismo faz parte do sistema e da produção, mesmo quando os espaços turísticos não coincidem com os lugares históricos da acumulação do capital, são espaços de consumo. Os processos de instituição dos espaços turísticos compõem as estratégias de expansão do capitalismo que para se manter, precisou (e precisa) criar novos setores, a exemplo dos lazeres (Lefebvre, 1991). A “indústria dos lazeres” aliada aos setores da construção civil se estendeu pelos espaços “desocupados” pela agricultura voltada para o mercado capitalista e pela produção industrial clássicas (Idem). O autor ressalta que os lugares destinados aos lazeres são valorizados pelos urbanos por suas qualidades ecológicas (naturais ou simuladas). Dentre estas qualidades do espaço, estão os seus elementos “naturais”: o sol, a água (o mar, o rio, a cachoeira, etc.), a terra e o solo. A mercantilização da natureza se realiza também através da comercialização dos lazeres e

do consumo do espaço (da qualidade do espaço). Desta forma, o processo de instituição dos espaços turísticos envolve a *transformação da natureza-material em força produtiva social* (Seabra, 2003) que suscita a mercantilização dos espaços turísticos.

No turismo, o fetichismo da mercadoria é potencializado. A natureza (vamos dizer, a paisagem natural) parece ser dotada, intrinsecamente, de finalidade turística. Isto é, praias e montanhas (por exemplo) acabam se transformando “naturalmente” em objetos de consumo turístico (Ouriques, 2005, 60).

As áreas naturais do distrito, apropriadas pelo turismo, como atrativos naturais, constituem espaços centrais para a visitação turística. De acordo com o SEBRAE/MG (2013), cerca de 87% dos turistas visitam o distrito da Serra do Cipó tendo como motivação principal o contato com a natureza e as cachoeiras. Assim como a demanda, a oferta turística também é centrada nas qualidades ambientais do espaço, tanto que 80% dos atrativos do distrito são naturais (Eplerwood Internacional, 2007). Dados corroborados pelo Observatório do Turismo – SETUR/MG (figura 16).

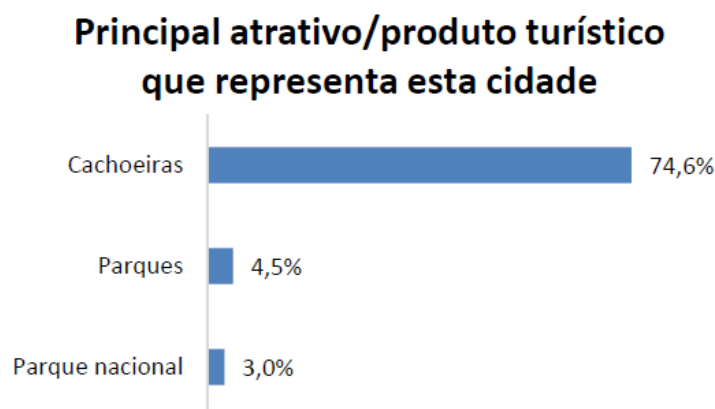


Figura 16: Principal atrativo/produto turístico que representa Santana do Riacho. Fonte: Observatório do Turismo/ Setur - MG – Síntese dos destinos indutores (Santana do Riacho), 05. Dados de 2006 a 2009, publicação não datada. Disponível em: <https://bit.ly/2FSYZF5> - acesso em 04/04/2019

Contraditoriamente, em muitos casos, o desenvolvimento dos espaços turísticos não é consonante à manutenção da qualidade do espaço que o possibilitou. No distrito, por exemplo, a água é um elemento natural que define a qualidade ambiental do espaço e o seu consumo. Muitos visitantes e turistas que se deslocam à Santana do Riacho são motivados pelos rios e cachoeiras presentes na região. De forma geral, os cursos d’água

do município não estão (ainda) poluídos, sendo possível a realização de diversas práticas de lazer.

O fluxo de pessoas proveniente sobretudo da RMBH, atraídas pela qualidade das águas e do espaço de forma mais ampla, arrojou, no decorrer das últimas quatro décadas, processos de urbanização no município que ameaçam a manutenção da qualidade dos cursos d'água. A ocupação urbana implica supressão da vegetação, assoreamento dos cursos d'água, destruição das áreas de nascentes e adensamento dos efluentes domésticos que, em muitos casos, são infiltrados diretamente no solo e podem comprometer a qualidade dos lençóis freáticos e dos cursos d'água, como constatado pelo Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico de Santana do Riacho - COBRAPE (2014):

A urbanização e a implantação deficiente dos sistemas de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário podem produzir poluição intensificada dos meios receptores. Dentre as causas podem ser citadas a ausência de estações de tratamento de esgoto sanitário, a carência de sistema de gestão de resíduos sólidos e a interconexão entre os sistemas pluvial e sanitário. Os esgotos, lançados sem tratamento em cursos d'água, são um grande problema ambiental e de saúde pública, influenciando a incidência de inúmeras doenças de veiculação hídrica e acarretando impactos negativos sobre a qualidade de vida da população (Idem, 180).

O diagnóstico destaca ainda a situação atual do saneamento básico no município de Santana do Riacho onde a COPASA e a Prefeitura Municipal são os responsáveis pela gestão dos serviços. Quanto ao esgotamento sanitário, não há coleta e tratamento dos esgotos domésticos.

Essa condição traz dificuldades na gestão sanitária do município, visto que o ribeirão Soberbo, principal manancial que atravessa o centro urbano da Serra do Cipó, recebe algumas contribuições sanitárias da população residente nessa área. Soma-se a isso, também, a grande contribuição das fossas rudimentares, em todo o território municipal, para a contaminação ambiental (Idem, 180).

Em muitos lugares, como no distrito pesquisado, a reprodução do modo de produção capitalista do espaço, através da instituição dos espaços turísticos, passa pela apropriação da natureza enquanto força produtiva social e enquanto mercadoria disponível à comercialização e ao consumo. Lefebvre (1991) salienta que o espaço turístico já “nasce” fragmentado, ele é literalmente pulverizado e vendido em “lotes”, em “parcelas” (Idem).

Quanto às relações entre turismo e mercantilização da natureza, Duffy (2000 e 2009) desmitifica o discurso do ecoturismo como uma estratégia de desenvolvimento ideal que combina crescimento econômico com conservação ambiental. A autora destaca como a neoliberalização progressiva da natureza através do ecoturismo se realiza quando as sociedades dos países periféricos são incorporadas em redes globais de negócios ecoturísticos que não promovem a autonomia das pessoas sob seus próprios territórios (Idem). Essas transações complexas e muitas vezes ilícitas são negociadas em prol de interesses das elites locais e internacionais sob a conviência do “Estado de Sombra” (Reno, 1995 *apud* Duffy, 2000). A autora mostra como as redes de negócios turísticos internacionais mascaram atividades ilícitas (Duffy, 2000) através da subversão da regulação internacional.

Duffy (2009) insere o desenvolvimento do ecoturismo nos debates mais amplos sobre o neoliberalismo e a mercantilização da natureza. Argumenta que o ecoturismo é um dos meios pelos quais a natureza é progressivamente neoliberalizada. A fim de explorar esses debates teóricos, ela usa o caso do crescimento do ecoturismo em Madagascar e examina a dinâmica de poder produzida pelas complexas redes globais envolvidas na promoção e implementação do ecoturismo. Presta particular atenção à relação cada vez mais estreita entre organizações não-governamentais (ONGs) ambientais internacionais e o Banco Mundial e aos efeitos de tais dinâmicas de poder para a gestão do território e das áreas naturais.

No caso do distrito da Serra do Cipó e região, o crescimento do ecoturismo incrementou os negócios imobiliários e a expansão urbana do Vetor Norte da RMBH. Na década de 1980, com a retração dos níveis de qualidade de vida na metrópole, potencializada pela crise, as qualidades ambientais do espaço do distrito e região serviram como alternativa para que seus moradores buscassem satisfazer suas necessidades por um espaço mais qualitativo. Com a progressiva consolidação da metrópole, estes lugares passaram a desempenhar as funções de lazer para os seus moradores.

Baggio (2005) salienta que a retração dos níveis médios da qualidade de vida dos moradores da metrópole de Belo Horizonte, juntamente à degradação ambiental, elevação da desigualdade social e precarização do trabalho, promoveu significativa mudança na relação dos seus habitantes com o espaço através do desenvolvimento de ações políticas voltadas para melhoria das condições de uso do espaço (Idem). Observa-se como a instituição dos espaços de lazer na região do entorno da metrópole, como no distrito da

Serra do Cipó e adjacências, contribuíram para atenuar os questionamentos sobre a hegemonia do espaço quantitativo em detrimento do qualitativo da/na metrópole.

Os lugares implicados na nova expressão do processo de modernização através do turismo, “comportam a tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista sob uma roupagem de sustentabilidade ecológica” (Alfredo, 2001, 40).

Destaca-se, portanto, o fenômeno do turismo como ilusão necessária para promover esperanças fraudulentas, na utopia urbana de uma sociabilidade não rompida com a natureza, bem como as relações do fenômeno do turismo com a neoliberalização da natureza, a partir da realização da escassez do natural como uma mercadoria pelo espaço urbano. Tratam-se das estratégias do neoliberalismo, à serviço da expansão da economia neoliberal para contrapor e disciplinar as críticas ao modelo de desenvolvimento do capitalismo. Bihr (1991) enfatiza o caráter disciplinar da crise dos anos 1970 que freou e rompeu os movimentos de oposição ao modo de (re)produção capitalista que emergiram na época.

De forma geral, a “resposta” neoliberal à crise baseou-se na construção ideológica que viabilizou a expansão dos circuitos do capital através do crescimento de práticas que normalizaram a economia informal, o trabalho precarizado e a retração da qualidade de vida. Nota-se como as relações de trabalho instituídas pelo turismo reproduzem este contexto. A economia informal como determinante do crescimento turístico (Rossotti, 2009) e o predomínio do trabalho informal na economia do turismo (Soares, 2005; Fernandes, 2008) são aspectos que mostram a consonância entre as dinâmicas do turismo e as práticas econômicas neoliberais.

É importante salientar que a construção ideológica do neoliberalismo permitiu a produção do consentimento geral em relação ao recrudescimento das condições de exploração nas relações de trabalho. De forma geral, foi necessário fomentar um “arsenal” ideológico para que as pessoas consentissem, mesmo que coercitivamente, com as contraditórias relações de (re)produção capitalista do espaço. Esta construção ideológica foi determinante para consolidação do consentimento em relação a primazia do fator econômico sob questões sociais e ambientais que tanto imperam nas análises sobre o turismo.

2.2.1: A crise ecológica e a função dos espaços turísticos para a produção do consentimento quanto aos efeitos da economia neoliberal

No contexto da crise ecológica, a pesquisa avalia o desenvolvimento dos temas turísticos baseados na qualidade do ecológico que engendram a defesa das modalidades ecológicas do turismo. O fenômeno do turismo incorpora uma nova expressão do processo de modernização, não mais baseada nos pressupostos da industrialização clássica, instituindo nos lugares as formas monetárias de sociabilidade e delegando-lhes a busca de soluções à insustentabilidade da formação econômica e social capitalista. Contudo, a expansão do moderno, da qual faz parte o turismo, visa muito mais o arrefecimento das contradições no âmbito da crise do capitalismo, do que a proposição de alternativas para superar a insustentabilidade dos seus efeitos locais por que não busca romper com a estrutura do modo de (re)produção capitalista.

A questão ecológica emerge no cenário global, em 1970, no contexto da crise do capitalismo e, mais amplamente, da crise de civilização. Os debates sobre as questões ambientais se intensificaram e diversificaram ao longo dos anos, sobretudo porque a variável social passou a compor definitivamente essas discussões. As questões ambiental e social sempre estiveram imbricadas, apesar da gênese do debate ambiental ser marcada pela ideologia preservacionista, cuja perspectiva é a da fragmentação entre ser humano e natureza (Diegues, 2000). Na análise da temática da sustentabilidade ambiental, para não incorrer na dualidade fragmentária entre social e ambiental,

Sugere-se uma leitura mais ampla sobre “impactos ambientais” como “efeitos do processo de acumulação e das condições atuais de reprodução e expansão do capital” (Leff, 2001, 60).

A exemplo da valorização imobiliária no entorno das áreas protegidas definindo ali “exclusividades da natureza” (Del Gaudio e Pereira, 2014), os interesses econômicos imobiliários privilegiam as potencialidades naturais como força produtiva social e, portanto, “capazes de aumentar a aferição de rendas – a exemplo da água, da “vista definitiva”, das moradias em áreas “preservadas” (Del Gaudio, Freitas, Pereira, 2015, 101/102), estimulando a condição dos elementos naturais como “novas raridades” e reserva de valor para o capital (Del Gaudio e Pereira, 2014).

A crítica é dirigida especificamente para a construção da ideia de finitude da natureza, da água, do ar, do petróleo e seja lá do que for para a conversão de bens comuns em negócios e mercadorias. Observamos

a construção ideológica não apenas de uma ideia, mas da materialidade de um processo/ideia pela comercialização de áreas verdes (...) (Idem, 229-230).

As contradições sociais que constituem a implementação, distribuição e acesso às áreas verdes e a crítica aos processos que mercantilizam a natureza através da ideia de sua finitude não torna menos primordial a contraposição ao *mito da natureza inesgotável* (Del Gaudio e Pereira, 2014),

(...) a construção do imaginário nacional brasileiro pautado na infinidade da natureza é um exemplo que serviu à ideologia do desenvolvimentismo e segue com o neoliberalismo (Del Gaudio e Pereira, 2014, 221-222).

Sobre o neoliberalismo, a expansão das formas neoliberais de Estado e a neoliberalização da economia (Harvey 2011), salienta-se os riscos ambientais das perspectivas política e econômica que primam pelos interesses econômicos hegemônicos em detrimento das pautas ambientais e sociais. É equivocado considerar a negação do Estado como agente promotor do crescimento econômico como característica central do neoliberalismo (Marques, 2018). O que essa escolha econômica implica e demanda é uma participação extremamente eficaz do Estado enquanto propulsor do crescimento econômico (Bonifácio, 2018). Vale salientar que o receituário neoliberal como escolha econômica não é uma característica exclusiva dos novos governos (federal e estadual, em exercício desde 01/01/2019). Contudo, a perspectiva econômica neoliberal dos representantes atuais é ainda mais pujante e tende a assolar os acanhados níveis de distribuição de renda e de avanços nas políticas públicas ambientais e sociais que se mantinham em governos anteriores.

É esse aporte ideológico que impulsiona a neoliberalização progressiva da natureza através também da mercantilização das qualidades ambientais do espaço que foram centrais no processo de instituição do espaço turístico no distrito. As prerrogativas ecológicas embutidas no processo de criação das unidades de conservação contribuíram para definir a “identidade turística” do distrito formatada em torno de uma modalidade ecológica do turismo, como o “ecoturismo”. Dessa forma, apenas no plano do discurso, a perspectiva da sustentabilidade ambiental caracterizou o crescimento do turismo no distrito.

Diante disso, destaca-se a importância dos espaços turísticos para engendrar a versão ecológica do capitalismo. Como ressaltado por Lefebvre (1991), o espaço de lazer é o espaço contraditório por excelência. Neles há o predomínio do qualitativo (natural ou simulado) e é em busca desta qualidade do espaço que os urbanos se deslocam por meio do fenômeno turístico. Os espaços dos lazeres fazem parte do sistema capitalista (Idem).

Portanto, é necessário refletir sobre as impossibilidades do turismo sustentável como proposta de um modo de operação menos degradante social e ambientalmente. É necessário pensar os significados que constituem a pauta da sustentabilidade ambiental nos ciclos de debate sobre o fenômeno do turismo, reconhecendo como as prerrogativas ecológicas e conservacionistas podem servir aos interesses de expansão do circuito dos capitais.

2.3: A expansão da economia neoliberal e a produção do consentimento em relação à primazia do econômico sob as questões sociais e ambientais

Harvey (2011) aponta que a rápida proliferação de formas neoliberais de estado em todo o mundo, a partir de 1970, caracterizou a virada neoliberal que se tornou hegemônica no âmbito do capitalismo global. O autor tece considerações concernentes ao triunfo do projeto neoliberal como resposta à crise do capitalismo. A emergência da virada neoliberal remete ao momento histórico posterior à segunda guerra mundial. Entre as forças que tornaram o movimento neoliberal hegemônico no âmbito do capitalismo global, ele salienta as construções ideológicas pautadas nas liberdades individuais, passíveis de ampla aceitação e apropriação pelo senso comum (Idem). Associada as ideologias que priorizam as liberdades individuais, a virada neoliberal se propôs também a assegurar a paz e a tranquilidade doméstica e a firmar uma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores (Idem). Sobre a virada neoliberal após a Segunda Guerra Mundial,

a reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais, pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930 (Idem, 19).

A gênese da virada neoliberal remete ao pós-guerra, contudo, a expansão da globalização neoliberal e dos seus efeitos se torna uma realidade a partir da década de 1970 (Idem). Apropriamo-nos das considerações do referido autor, para pautar o

neoliberalismo em suas perspectivas de “respostas” à crise de civilização, que é também econômica e ecológica. Naquele momento de vulnerabilidade ideológica das sociedades, os defensores da perspectiva neoliberal investiram na ideia de que o único caminho que restava era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade – internacionalmente uma nova ordem mundial foi construída, juntamente às instituições como a ONU, Banco Mundial, FMI, etc. (Idem). Os processos históricos por meio dos quais o mundo capitalista mergulhou na neoliberalização o conduziram ao seu desenvolvimento geográfico desigual (Idem).

O pressuposto de que as liberdades individuais sejam garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal e há muito determina a atitude americana para com o resto do mundo (Harvey, 2011):

O sombrio alcance do poder imperial dos Estados Unidos (...) pode ter por fundamento a rápida proliferação de formas neoliberais de estado em todo o mundo a partir de 1970. (...). As liberdades que o Estado neoliberal encarna refletem os interesses dos detentores da propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro” (Harvey, 2011, 17).

É nesse sentido que “a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas” (Harvey, 2011, 26). A neoliberalização da economia foi um enorme sucesso do ponto de vista das classes altas, promoveu a restauração do poder de classe das elites dirigentes e/ou criou condições para a formação de uma classe capitalista (Idem). Através da instituição de uma mídia dominada pelos interesses da classe dominante foi possível propagar “o mito de que os Estados fracassaram economicamente por não serem competitivos, institucionalizando assim a demanda por ainda mais reformas neoliberais” (Idem, 169). Dentre as consequências do processo de neoliberalização, destacam-se:

(...) a supressão dos direitos aos bens comuns, mercadificação da força de trabalho, supressão de formas alternativas (nativas) de produção e consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais) (...) (Idem, 172).

Vale considerar que, na última década, o neoliberalismo ganhou novo fôlego com o crescimento das formas neoliberais de Estado pelo mundo e com o crescimento do conservadorismo e do neoliberalismo. No que concerne à crise da democracia

representativa no Brasil e suas relações com o contexto mais amplo do neoliberalismo, Alves (2016) considera que o golpe de 2016, no Brasil, definiu a ruptura da institucionalidade democrática no nosso país, por meio de um golpe de Estado jurídico-parlamentar que ocorreu no contexto da crise do capitalismo. Todos os personagens do golpe atuam pelas forças dos interesses econômicos e políticos que compõem o movimento das contradições orgânicas do capitalismo em sua etapa de crise estrutural (Idem). É no plano do capital global predominantemente financeirizado onde se disputa o reordenamento do sistema econômico sob o comando do império neoliberal (Estados Unidos) (Idem). Enfim, no palco da história do golpe de 2016 no Brasil operam, interna e externamente, forças econômicas, políticas, ideológicas e geopolíticas que coordenam os interesses estratégicos das forças e interesses hegemônicos da economia neoliberal (Idem).

Harvey (2011) cita Polanyi que salienta que o neoliberalismo proporciona direitos e liberdades “àqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, deixando um verniz para o resto de nós” (Idem, 46). Como então o “resto de nós” aquiesceu tão facilmente a esse estado de coisas? Para desenvolver a questão levantada por Polanyi, o autor faz referência à Gramsci e sua perspectiva de “senso comum” definido como o sentido sustentado em comum que tipicamente fundamenta o consentimento. Quanto a apropriação do neoliberalismo pelo senso comum, Harvey (2011) refere-se à Rapley (2004) que reforça que a liberdade ressoa tão amplamente na compreensão de senso comum que torna-se um “botão que as elites podem pressionar para abrir as portas às massas” (Idem, 48) a fim de justificar quase qualquer coisa. Aí incluem-se as contraditórias relações do modo de (re)produção capitalista do espaço, bem como a primazia do econômico sobre as questões sociais e ambientais.

Quanto à questão levantada por Polanyi concernente a forma como as propostas neoliberais alcançaram a amplitude do consentimento do senso comum, nos valeremos das considerações de Harvey (2011) para complementar o debate:

“Como se instaurou a neoliberalização e quem o fez? A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçam seu poder. Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se

construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhasse as eleições. Aquilo que Gramsci denomina “senso comum” (definido como “o sentido sustentado em comum”) tipicamente fundamenta o consentimento” (Harvey, 2011, 49).

Através da instituição dos golpes políticos e militares, tornar-se compreensível o alcance amplo das propostas neoliberais no âmbito da instituição do consentimento por parte do senso comum. Os processos de neoliberalização da economia, amparados por esses golpes, são assegurados também através da instituição de relações de poder que garantem o controle das contestações e questionamentos em relação às contradições orgânicas do sistema capitalista, assim como em relação às próprias contradições da retórica neoliberal.

Harvey (2011) ressalta que a retórica neoliberal, com sua ênfase fundacional nas liberdades individuais, busca justiça social. Mas alerta que os valores “liberdade individual” e “justiça social” não são necessariamente compatíveis. A busca da justiça social pressupõe solidariedades sociais e a propensão a submeter vontades, necessidades e desejos à causa de alguma luta mais geral em favor de, por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental. A ênfase fundacional nas propostas neoliberais de crescimento econômico, tão característica do turismo, não é consonante à submissão de interesses e vontades implicadas na sustentabilidade ambiental.

A crise do capitalismo global possui um caráter híbrido na medida em que abrange as oportunidades de renovação da dominância hegemônica do capital, assim como expõe os riscos de rupturas sociais e políticas adversas à dominância do capital global (Alves, 2016). A partir de 1970, em um contexto de crise de civilização, a perspectiva linear e econômica do desenvolvimento, assim como as possibilidades do ideário do progresso foram contestadas juntamente às outras questões políticas e culturais do sistema capitalista. Como já pontuado, esse movimento de contestação que caracteriza a crise é simultâneo a instituição da neoliberalização da economia, sobretudo na América Latina. É nesse contexto que o neoliberalismo ganha notoriedade nos circuitos políticos, econômicos, acadêmicos e no âmbito do “senso comum” como “resposta” aos questionamentos, contestações e “constrangimentos” que configuram a crise.

Embora o neoliberalismo não tenha sido capaz de conter a crise de superprodução do capital que se desdobrou nos últimos anos em todo o planeta, configura-se como importante fator para compreensão de alguns mecanismos contemporâneos colocados como redutores de uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade civil

organizada (Marques, 2018). Salienta-se, portanto, a centralidade do neoliberalismo na construção ideológica do consentimento (Idem) quanto à soberania do crescimento econômico desigual e a normalização do recrudescimento da exploração da força de trabalho e da destruição da natureza. Referimo-nos ao consentimento em relação à inerência do ônus do crescimento econômico travestido de desenvolvimento.

2.4: Crise do capitalismo e os movimentos de oposição ao modo de (re)produção capitalista do espaço

Alves (2016) ressalta a função central das crises do capitalismo para o processo de renovação da dominância hegemônica do capital, da renovação do sistema econômico e da ressignificação das suas contradições orgânicas. Para além das possibilidades de renovação do capitalismo, o autor salienta que as crises tencionam os riscos de rupturas sociais e políticas adversas à dominância do capital. O que se disputa na virada para a década de 2010 é o modo de resolução das contradições abertas pela crise financeira de 2008 no plano histórico mundial (Idem). Trata-se de uma disputa no interior da ordem burguesa e dominante, tal como ocorreu por exemplo, na década de 1930 a partir da crise de 1929 que, como será mostrado mais adiante, culminou no *compromisso fordista* (Bihr, 1991) estabelecido entre burguesia e proletariado. A necessidade de nova reestruturação da ordem do capital global é o que caracteriza a crise do capitalismo, que sintetiza as contradições acumuladas no desenvolvimento do modo de (re)produção capitalista (Alves, 2016).

O modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental pós-guerra seguiu foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre burguesia e proletariado em que a precedente crise estrutural dos anos 1930 e 40 desembocara (Bihr, 1991). Este recuo à crise econômica de 1929/1930 contribui para melhor esclarecer o compromisso fordista, estabelecido entre o capital e o proletariado, que serviu de fundamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental no período pós-guerra. Modelo este, que entra em crise a partir de meados de 1970:

Certamente não se deve compreender um compromisso como esse com base no modelo de relação contratual entre dois indivíduos tal como é codificada pelo direito civil: ele não é resultado de duas vontades livres, que se engajam reciprocamente de maneira clara e refletida uma em relação à outra. (...) esse compromisso foi *imposto* a cada um dos dois protagonistas pela própria “lógica” do desenvolvimento anterior do capitalismo. Do mesmo modo que o foi, por outro lado, pelo equilíbrio

relativo na relação de forças entre burguesia e proletariado que acabou se instaurando no final de décadas de lutas, cujo curso geral e vicissitudes particulares constituíram a história própria de cada formação nacional durante a metade deste século (Idem, 36).

Salienta-se que duas vertentes – Variante Revolucionária e Estratégia Reformista - do movimento operário coexistiram até a crise 1929/1930 (Idem). A partir desse momento, a estratégia reformista foi adotada de forma hegemônica pelo proletariado (Idem). A variante revolucionária do proletariado buscava a expropriação da burguesia e de seus aliados, através da estatização do conjunto dos meios de produção, visando o desenvolvimento autocentrado e planejado pelo aparelho do Estado, assim como a ruptura com as formas institucionais da democracia parlamentar (Idem). Já a vertente reformista, modelo social democrata do movimento operário, se constitui a partir do “curioso projeto que propõe ao proletariado emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado através do capitalismo” (Idem, 20). Essa vertente defende a emancipação através do poder de Estado, apresentando-o “como via obrigatória e inevitável de emancipação do proletariado” (Idem, 20). Trata-se então, da tentativa de “conquistar o Estado pela via legal (eleitoral), e seu exercício é efetuado com o um quadro institucional burguês (parlamentar)” (Idem, 21). Foi esta vertente do movimento operário que foi sancionada pelo compromisso fordista e que constituiu de forma hegemônica o principal movimento de oposição ao capitalismo, a partir de 1930/1940.

Este compromisso é também a renúncia “à luta revolucionária, a renúncia à legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios de produção e as finalidades assim impostas às forças produtivas. É, ao mesmo tempo, aceitar as novas formas capitalistas de dominação que vão se desenvolver pós-guerra, ou seja, o conjunto das transformações das condições de trabalho e, em sentido mais amplo, de existência que o desenvolvimento do capitalismo vai impor ao proletariado nesse período. Em contrapartida a essas renúncias, o proletariado obtinha a garantia da seguridade social. Quer dizer, não só sua assistência social, mas no sentido mais amplo, a satisfação de seus interesses de classe mais imediatos e, portanto, também mais vitais: uma relativa estabilidade de emprego; um crescimento de seu “nível de vida”; uma redução de seu tempo de trabalho; a satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer, etc.) (Idem, 37).

Seguridade social esta, ameaçada a partir da década de 1970 com a expansão das formas neoliberais de Estado e da economia neoliberal mais amplamente. Bihr (1991)

salienta o que as duas vertentes do movimento operário possuem em comum: o fetichismo de Estado.

A versão reformista apresenta o Estado como um órgão neutro colocado acima das classes, portanto como um instrumento que pode ser colocado indiferentemente a serviço de uma política burguesa ou de uma política proletária. (...). Nos dois casos a inerência do Estado ao capital como relação social é ignorada, ao mesmo tempo que o próprio papel que ele desempenha na reprodução dessa relação (portanto na manutenção das relações capitalistas de exploração e dominação) é ocultada” (Idem, 22)

Bihr (1991) ressalta que o fetichismo de Estado, enquanto projeto e enquanto estratégia constitui os traços organizacionais próprios do modelo social democrata do movimento operário. Trata-se da “organização em um contra estado que reproduz as características do próprio Estado: centralização da ação, delegação do poder, hierarquização burocrática, etc.” (Idem, 22). Vale ressaltar que o fetichismo do Estado enquanto projeto e estratégia serve aos interesses hegemônicos do capital. O autor ressalta que a vertente reformista do movimento operário - o modelo social democrata - visa limitar a exploração capitalista e garantir a assistência social em consonância (de modo a garantir) os interesses da burguesia: “Não se trata de recolocar (por parte do movimento operário) em questão o poder da burguesia, mas muito mais de abrir um espaço para um compromisso possível com ela” (Idem, 21).

Esta vertente do movimento do proletariado, chancelada pelo compromisso assumido entre burguesia e proletariado nas décadas de 1930/1940, que condicionou, por sua vez, o desenvolvimento do capitalismo nas décadas subsequentes; caracteriza-se, amplamente, pela negociação da garantia das necessidades fundamentais dos operários com as classes capitalistas (Idem):

O modelo social democrata do movimento operário não ultrapassa, de fato, o horizonte de uma sociedade que, por estar dividida em múltiplas esferas opostas e rivais, não chega a reconstruir sua própria unidade senão na e pela construção de um aparelho de Estado fora e acima dela. Horizonte que constitui, para sempre, o da prática e pensamento políticos próprios do universo capitalista (Idem, 24).

Bihr (1991) detalha os contextos e questões que justificam o sucesso e a hegemonia do modelo social democrata enquanto movimento de oposição ao capitalismo, tais como as perspectivas consonantes de ruptura com o projeto comunista de uma sociedade com poder político coletivo e da reprodução das ideologias burguesas:

fetichismo do Estado capitalista, economicismo e o mito do progresso: “Mito do progresso, aqui estendido ao mito do caráter impetuoso e revolucionário do desenvolvimento das forças produtivas, (...). (Idem, 24):

O economicismo, com seus corolários: o produtivismo e o cientificismo, estatismo (...), e finalmente progressismo (sendo o progresso geralmente assimilado, de um lado, ao crescimento das forças produtivas, de outro, à influência do Estado sobre a economia e a sociedade) constituirão os ingredientes mais comuns da ideologia produzida pelo modelo social democrata do movimento operário (Idem, 25).

Destaca-se, portanto, como o modelo social democrata do movimento operário se tornou hegemônico no âmbito da gênese dos movimentos de oposição ao capitalismo, reproduzindo as ideologias burguesas (economicismo, produtivismo, cientificismo, progressismo) em uma perspectiva consonante aos interesses econômicos hegemônicos. Assim, nota-se as limitações dos movimentos de oposição, como os movimentos ecológicos por exemplo, que já nasceram reformistas restritos à negociação das condições de exploração.

Essas considerações são importantes para sinalizar as impossibilidades de ruptura com o modo de (re)produção capitalista do espaço por parte dos movimentos de oposição contemporâneos que herdaram do contexto histórico explicitado, os fundamentos ideológicos burgueses já citados, suprimindo a perspectiva de ruptura com o modo de (re)produção capitalista. Desta forma, esses movimentos não atacam a estrutura do modo de operação, visam apenas a negociação das condições da exploração capitalista. Através desta perspectiva reflexiva, destaca-se como os movimentos ecológicos se relacionam com esse contexto histórico e como são limitados por suas bases ideológicas centradas no ecologismo e no reformismo ecológico afeitos, por sua vez, ao economicismo, tecnicismo e progressismo e, portanto, aos interesses econômicos hegemônicos.

No contexto da crise de civilização, que abrange outras crises (econômica, ecológica, etc.) é importante incidir sobre os questionamentos que delas emergem, sobre os movimentos de oposição ao capitalismo que envolvem o questionamento da racionalidade econômica e tecnológica dominantes no modelo capitalista ocidental. Bihr (1991) analisa a abertura da crise, em meados da década de 1970, quando houve uma inversão completa do que prevalecia até o início dessa década, o autor salienta que:

Naquele momento, a ordem social desenvolvida pelo modelo ocidental do capitalismo se debatia não só contra a revolta de uma parte do proletariado, constituída por jovens e imigrantes, que não estavam mais dispostos a “perder sua vida para ganhá-la”, mas também contra outros movimentos sociais – ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas -, que contestavam o conjunto da organização do modo de vida capitalista. Foi esse conjunto de movimentos que a crise econômica freou e definitivamente rompeu. Jamais será suficientemente denunciado o papel disciplinar dessa crise, (...). Idem, 1991, 05).

O autor ressalta o papel disciplinar da crise econômica que eclode a partir de meados de 1970, freando diversos movimentos sociais que contestavam o conjunto da organização do modo de vida capitalista, incluindo o movimento ecológico. A máxima da reestruturação econômica e a progressão da precarização das relações de trabalho se desenvolveram de modo a dispersar e definitivamente romper os movimentos de contestação ao modo de (re)produção capitalista do espaço (Idem).

Localiza-se a emergência do turismo e das suas modalidades ecológicas como possibilidade de expansão dos circuitos do capital através de uma proposta supostamente renovada de desenvolvimento. Trata-se da questão já apontada, concernente a tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista sob uma roupagem ecológica que a (re)produção dos espaços turísticos contém. Proposta que já nasce reformada e não contém a possibilidade da crítica, quiçá da ruptura com as relações capitalistas de produção.

Nesse sentido, o contexto histórico exposto por Bihr (1991) contribui para a compreensão do processo de renovação do capitalismo a partir da criação das suas versões “alternativas”, ecológicas e da contenção/apropriação/manipulação dos movimentos críticos e de oposição ao sistema. É necessária essa reflexão para entender mais e melhor o lugar e os significados contemporâneos das *estratégias alternativas de desenvolvimento* (Stavenhagen, 1985), como por exemplo, as já mencionadas modalidades ecológicas do turismo.

A luta de classe do proletariado continuará a constituir o componente central de todo o movimento de emancipação humana nas próximas décadas (Bihr, 1991):

(...), como poderia ser de outro modo? Como imaginar as estruturas capitalistas de opressão possam se manter, sob formas todo o tempo renovadas, sem que elas façam nascer, entre suas principais vítimas, o desejo de lhes oferecer resistência e a vontade de acabar com elas por meio da luta e da organização coletivas? (Bihr, 1991, 13).

A produção/instituição do consentimento em relação à soberania dos interesses econômicos hegemônicos tem contribuído para a manutenção das estruturas capitalistas de opressão. Aponta-se como as pautas ideológicas do neoliberalismo, bem como sua maleabilidade para absorver, subverter e romper com os movimentos de oposição ao capitalismo, juntamente as suas práticas econômicas, têm contribuído para aniquilar o desejo da resistência e anestesiaram as lutas sociais e organizações coletivas. Salientam-se as relações de retroalimentação entre a crise e o neoliberalismo. As organizações coletivas se dissipam em prol das reestruturações econômicas,

com seu fluxo crescente de desempregados, de trabalhadores perdendo a estabilidade, de “novos pobres”, sobretudo com suas sequelas psicopolíticas: o medo do amanhã, o isolamento, a exacerbação da luta concorrencial entre os indivíduos, a intensificação dos processos de exclusão que atingem certas categorias da população, a tentação de soluções autoritárias, tudo para maior benefício de nosso soberano o capital (Idem, 05).

O contexto contemporâneo da crise reflete este cenário, sujeitos oprimidos pela economia informal, trabalho precarizado e redução drástica da qualidade de vida, desgastados pelos ditames da concorrência, crescimento da exclusão social e imposições coercitivas do autoritarismo; tornam-se mais vulneráveis a absorção e reprodução do consentimento em relação a máxima da reestruturação econômica que interessa majoritariamente aos capitalistas. Quanto aos movimentos críticos e de oposição ao capitalismo observa-se as aproximações entre a vertente que se tornou hegemônica (social democrata) e a reprodução das ideologias burguesas afeitas aos interesses econômicos neoliberais, bem como a restrição a negociação das condições de exploração.

No distrito da Serra do Cipó não é comum a participação de moradores nativos nas organizações coletivas que debatem pautas ambientais e sociais, articuladas no decorrer da história do distrito por pessoas “de fora”. Vale salientar que também não é comum por parte destas organizações, a formulação de críticas às formas capitalistas de sociabilidade, incluindo a monetarização das relações sociais e de trabalho. As relações capitalistas de trabalho, determinadas pelo turismo, construção civil e setor de serviços são vistas, de forma geral, como um progresso para o lugar. Discurso reproduzido sobretudo por empresários que, muitas vezes exaltam os “impactos positivos” do seu empreendimento através da preconização dos empregos gerados para a comunidade local;

mas também, por moradores nativos que enaltecem o “serviço”⁶⁷, apesar de se queixarem das condições de exploração. Como será mostrado no quarto capítulo, nota-se que as condições das relações de trabalho instituídas não são mais suficientes para a geração de jovens do distrito, sobretudo para aqueles que cursaram o ensino superior.

A despeito da relevância das ações e da sua importância naquele momento, observa-se que as organizações e movimentos do distrito se posicionaram a margem da crítica à estrutura capitalista de (re)produção do espaço, articulando-se em torno das pautas ambientalistas descoladas das contradições sociais desenvolvidas com o crescimento do lugar. Por isso, referimo-nos a esses coletivos como “movimentos ecológicos” que já nasceram reformistas cuja gênese remete a década de 1990.

2.4.1: Movimentos ecológicos e a insuficiência da crítica às formas capitalistas de sociabilidade e a monetarização das relações sociais e de trabalho

Santos (2016) ressalta a perspectiva da criação das unidades de conservação como instrumentos de imposição de certa visão/ordem de proteção ambiental pelo Estado. Já quanto ao “movimento” de criação da APAMP, na década de 1990, o autor destaca como o “abraço” simbólico no Morro da Pedreira⁶⁸ teve repercussão midiática nacional (Fantástico, Jornal Nacional/Rede Globo), projetando a imagem do Morro da Pedreira no país e no mundo. O autor cita uma entrevista realizada com um morador local que esteve envolvido com o movimento que marcou a criação da unidade de conservação. As considerações do entrevistado confrontam o caráter dito popular atribuído às manifestações em prol da proteção do Morro da Pedreira. Segundo o entrevistado, na época, a maioria da população da Serra do Cipó foi a favor do retorno das atividades de mineração por essa representar, efetivamente, oportunidades de trabalho. De acordo com ele, a iniciativa do “abraço” ao Morro da Pedreira foi idealizada e conduzida por um grupo, relativamente limitado, de pessoas “de fora”. De forma geral, o apelo conservacionista através da institucionalização das áreas protegidas é uma prática característica das pessoas “de fora”, assim como, outros “movimentos ecológicos” para além das UCs.

⁶⁷ Forma como os moradores nativos se referem ao emprego.

⁶⁸ Afloramento calcário utilizado na exploração de mármore até o início da década de 1990 e atualmente utilizado para a prática de escalada esportiva significativa no movimento de instalação de novos moradores e crescimento das segundas residências. Este afloramento tornou-se símbolo do movimento de criação da APAMP.

O programa de voluntariado do PARNASC/ICMBIO é composto majoritariamente por pessoas “de fora”, que não moram no distrito da Serra do Cipó. Observa-se nas divulgações das ações dos voluntários da UC no Boletim Informativo do parque publicado mensalmente e nas redes sociais da instituição que a maior parte dos voluntários que participam dessas ações não são moradores do distrito. O mutirão de sinalização de um trecho da travessia Transespinhaço (figuras 17 e 18), realizado em agosto de 2018, exemplifica o predomínio das pessoas “de fora” nessas ações. Nesse momento, entre aproximadamente 25 voluntários, quatro eram moradores de Santana do Riacho (dois do distrito da Serra do Cipó e dois da Lapinha), todos moradores “de fora” sendo que três trabalham com receptivo turístico e um atua como brigadista na UC.



Figuras 17 e 18: Voluntários PARNASC – Mutirão para sinalização de trecho da travessia Transespinhaço. Fonte: <https://www.facebook.com/ParqueNacionaldaSerraCipo/> - acesso 14/02/2019

A despeito da ausência de moradores nativos e da acanhada participação dos moradores locais mais amplamente nas ações do programa voluntariado no PARNASC, enfatiza-se a abertura da UC para receber a comunidade, o que pode ser comprovado pelas diversas atividades que as escolas locais da região desenvolvem no parque e que também são compartilhadas nos canais de comunicação da instituição. O que foi constatado também durante a atuação da pesquisadora como professora no distrito. Outro exemplo que expressa a abertura da gestão do parque para o envolvimento da comunidade local refere-se as constantes articulações para a atuação de moradores locais no uso público da UC. A perspectiva de administração do uso público do parque abrange associações locais

que oferecem serviços diversos aos visitantes da área protegida tais como: passeios de cavalo, aluguel de bicicletas e passeios de canoa. Todos esses serviços são operacionalizados por moradores locais, muitos deles nativos.

Em uma entrevista realizada com um analista do PARNASC em janeiro de 2017, ele salientou a elaboração do Plano de Manejo da APA em 2014, quando foram realizadas diversas oficinas participativas em todas as comunidades envolvidas no território da UC⁶⁹, como um exemplo positivo da participação comunitária na gestão ambiental da unidade, mas destacou que a comunidade do distrito da Serra do Cipó não foi uma das comunidades mais mobilizadas no processo. Nas reuniões do CONCIPO/CONPEDREIRA a participação dos moradores locais também é ínfima. No distrito da Serra do Cipó, nota-se que a mobilização local no que tange a gestão ambiental das UCs (PARNASC e APAMP) é diferenciada apenas quando se trata dos incêndios, afirmação corroborada pelo analista entrevistado. A atuação da pesquisadora como voluntária em dois incêndios, em 2012 e 2014 (figuras 19 e 20) contribuiu para conhecer melhor a intensa mobilização voluntária de moradores locais, incluindo nativos, nas ações formatadas para a contenção do fogo. O fato dos incêndios impactarem imediatamente e diretamente a vida dos moradores do distrito, com o excesso de fumaça que encobre o lugar, bem como o risco do fogo atingir terrenos e imóveis particulares, estimulam as pessoas locais a se mobilizarem.



Figuras 19 e 20: Incêndios no PARNASC 2012 (esquerda) e 2014 (direita). Fontes: Incêndio 2012 – arquivo da autora e incêndio 2014 – Aves Gerais disponível em: <https://bit.ly/2GfqHM9> - acesso 10/03/2019

⁶⁹ Para mais informações sobre as estratégias metodológicas e de participação comunitária para a elaboração do plano de manejo, consultar Santos (2016).

Um marco histórico dos movimentos socioambientais no distrito refere-se ao projeto Bandeirinhas. Cardoso (2008) salienta que o projeto foi criado em 1994, por professores da UFMG, parte deles proprietários de segundas residências no distrito. Entre outras ações, o projeto desenvolveu um curso de capacitação para professores locais das escolas vizinhas ao PARNASC, incluindo a EEDFJ, na área de Educação Ambiental (Idem). O projeto também tinha como objetivo a profissionalização dos alunos da região em atividades relativas à preservação do patrimônio natural, à prestação de serviços turísticos visando a geração de emprego, renda e de oportunidades para ocupar a mão de obra disponível (Idem). Buscava-se com essas ações incrementar o turismo consolidando um mercado local de trabalho e consequentemente melhorando as condições de vida da comunidade (Idem).

Com o objetivo de resgatar a cultura local ameaçada pelo turismo, o Projeto Bandeirinhas se dedicou a outra frente: Projeto Mãos do Cipó (Idem). Este visava fomentar a produção de artesanato e a realização de feiras, objetivando a geração de renda e valorização da cultura local, através do apoio financeiro do Programa de Pequenos Projetos da ONU (Idem). Apesar de ser uma proposta boa, o projeto teve vida curta, começando em 1996 e acabando em 1998 (Idem). Os artesãos se desmobilizaram e as feiras foram esvaziadas até se extinguirem completamente (Idem).

Embora seja necessário reconhecer a importância dos projetos e ações ambientais e sociais voltados para a comunidade local, bem como do legado que deixam no lugar, salienta-se a gênese externa desses movimentos, bem como a consonância de determinados aspectos com ideologias burguesas e práticas econômicas neoliberais. No movimento citado em prol do Morro da Pedreira, salienta-se as dissonâncias entre ambientalistas “de fora” e moradores nativos interessados nos empregos gerados pela atividade minerária. Já no Projeto Bandeirinhas nota-se, a partir dos registros de Cardoso (2008), a centralidade do fomento ao incremento do mercado de trabalho e a criação de oportunidades para geração de renda. A aposta do referido projeto na produção de artesanato para dinamizar a economia local e promover geração de renda não se consolidou. Atualmente, existem no distrito 4 lojas voltadas para a comercialização de *souvenirs* aos turistas e visitantes e utilidades em geral para moradores, com poucos artesanatos e muitos produtos industrializados. As peças artesanais em exposição são fabricadas em outros lugares. Há artesãos no distrito, contudo, a maior parte é constituída por moradores “de fora” que possuem rendas complementares a comercialização de

artesanatos, como aposentadoria, pensão e renda oriunda de aluguel de imóveis em outras cidades⁷⁰.

Ainda na década de 1990, outro projeto foi desenvolvido pelas Faculdades Integradas Newton Paiva em parceria com o IBAMA que, na época, era responsável pela gestão do PARNASC e da APAMP (Idem). Tratava-se do Projeto Pepalantus que, assim como uma das frentes do Projeto Bandeirinhas, também tinha como foco a Educação Ambiental (Idem) e a estruturação turística no distrito e no PARNASC. As ações desse projeto se voltaram ao mapeamento do perfil do turista da UC e distrito, sugerindo estratégias de melhoria na gestão do turismo. Salienta-se que o banco de dados reunido pelo projeto esvaneceu-se no decorrer dos anos⁷¹. A ausência do banco de dados nos setores envolvidos com a gestão do território que deveriam se apropriar dessas informações, mostra a efemeridade das estratégias de gestão no âmbito do poder público, restritas aos interesses dos seus representantes.

No caso da prefeitura municipal, nota-se a ruptura com políticas e ações das gestões anteriores quando mudam os representantes municipais. Não há continuidade, o que não é uma característica exclusiva do município de Santana do Riacho. Essa conjuntura torna obsoletas diversas pesquisas e projetos já desenvolvidos no município e no distrito que poderiam contribuir para a gestão territorial. Quanto ao PARNASC, nota-se que após o ano de 2010, a chefia da UC já foi alterada 5 vezes e a da APAMP 4, rotatividade refletida também nos demais cargos constituídos por analistas ambientais. A mudança recorrente dos seus funcionários também contribui para a descontinuidade das ações de pesquisa e gestão.

Em 1999, foi criada a Fundação Comunitária Rio Cipó, instituída pela Associação Comunitária João Nogueira Duarte - ACJNDA, com proposta inicial de implantar um lar para idosos transformada, posteriormente, em um projeto para dinamizar o espaço de convivência da Associação através de cursos de costura, bordado e tecelagem no tear (Idem). Outra iniciativa que partiu da Fundação foi a criação da Liga das Mulheres, visando ampliar a atuação das mulheres no mercado de trabalho, elaboraram um cadastro com pessoas do sexo feminino interessadas em trabalhar, para atender à demanda de serviços requisitados por visitantes, turistas, comerciantes, empresários e, até mesmo, outros moradores do local (Idem).

⁷⁰ Essas informações foram coletadas com os interlocutores M1 (Apêndice 02) e D2 e F2 (Apêndice 03).

⁷¹ Tentamos localizar esse banco de dados na sede do PARNASC, em diferentes setores do poder público municipal, com pesquisadores envolvidos com o projeto na época, contudo, não foi possível encontrá-lo.

A referida Fundação adquiriu equipamentos para a instalação de uma Padaria-Escola que não alavancou. Uma rádio comunitária foi montada, mas também não progrediu. A criação da Fundação Comunitária Rio Cipó, extinta em 2009, foi uma estratégia da gestão da ACJND na época, para dinamizar a movimentação de recursos. Atualmente, apenas a ACJND continua com suas atividades, apesar do seu registro jurídico não poder ser utilizado na implantação de novos projetos, desde o encerramento das atividades da Fundação parceira. A ACJND possui irregularidades administrativas⁷² que a colocam em uma situação de funcionamento extremamente restrita, pontual, conduzida por interesses difusos sem representatividade comunitária.

A Fundação Comunitária Rio Cipó, juntamente à ACJND, atuou durante aproximadamente 10 anos proferindo discursos voltados para à promoção do “desenvolvimento econômico e social autosustentável da região da Serra do Cipó, com absoluto respeito à natureza e à biodiversidade”⁷³. A instituição exaltava através dos seus discursos institucionais o desenvolvimento de “inúmeros projetos de cunho social, com ênfase no apoio às comunidades mais carentes. (...), destinados à geração de renda e profissionalização para a população em geral”⁷⁴. Aproximadamente no ano de 2002, a instituição considerou que o projeto da Rádio Comunitária Cipó FM, em fase experimental tinha importante papel na conscientização ecológica e na formação de mão-de-obra especializada, além de ser um importante veículo de integração social⁷⁵.

Enfatiza-se como as pautas ecomicistas, progressistas e ecologistas constituíram parte das organizações coletivas do distrito. De forma geral, a base dos movimentos é constituída por trabalhadores locais e/ou moradores nativos, abrangem professores, pesquisadores, escaladores e empresários do turismo. Nota-se o distanciamento destas organizações e movimentos em relação às questões sociais imbricadas no cotidiano dos trabalhadores e moradores nativos. Nesse contexto, trabalhadores/moradores nativos e integrantes dessas organizações e movimentos se diferenciam nas suas respectivas classes sociais. Aponta-se que o predomínio das pessoas “de fora” em detrimento da participação

⁷² O acesso a essa informação foi consolidado quando lecionava no CTMAT e, no intuito de conseguir recursos para desenvolver os projetos do curso, tentamos fazer parceria com as instituições locais para fazer uso dos seus registros jurídicos na submissão de projetos para editais de financiamento. Ao tentar a parceria com a ACJND e ter acesso as suas documentações institucionais, tivemos esclarecimentos acerca dos problemas financeiros da AJND que se mantem até os dias de hoje e dificilmente serão solucionados.

⁷³ www.serradocipo.org.br/apresentacao.htm - acesso 02/12/2017

⁷⁴ www.serradocipo.org.br/apresentacao.htm - acesso 02/12/2017

⁷⁵ http://www.serradocipo.org.br/projetos_soci_comunicacao.htm - acesso 02/12/2017

dos moradores nativos nos movimentos ecológicos está relacionado ao afastamento dessas organizações das pautas sociais tão significativas para o trabalhador.

Como já enfatizado, não é o objetivo questionar a importância dos projetos citados bem como das suas ações. O intuito é mostrar como historicamente estes movimentos são formatados e idealizados por pessoas “de fora” e como refletem as ideologias dos movimentos sociais democratas que buscam apenas a negociação das condições de exploração, apesar dos importantes legados que deixam em parte dos sujeitos que se envolveram nessas ações.

O Projeto Cipó Vivo vinculado inicialmente ao IBAMA/PARNASC e posteriormente ao ICMBio/PARNASC, teve início em 2002 e foi financiado pela Fundação Boticário entre 2005 e 2010, quando as atividades do projeto foram encerradas. Com objetivos voltados à educação ambiental e à recuperação de áreas degradadas, o projeto atuou junto aos alunos do ensino fundamental da EEDFJ⁷⁶. A atuação como pesquisadora no município e estagiária do IBAMA (PARNASC e APAMP) na época do desenvolvimento do referido projeto permitiu a observação e participação em algumas ações do projeto. Posteriormente, a atuação como professora no ensino médio dos jovens que atuaram no projeto Cipó Vivo, quando estes estavam ainda no ensino fundamental, possibilitou a constatação do conhecimento e sensibilidade diferenciados dos mesmos em relação à relevância ambiental do distrito.

Em 2009, a criação do CTMAT (extinto em 2015), com objetivo geral de oferecer aos jovens, oportunidades de qualificação profissional na área de meio ambiente e turismo, é outra iniciativa que não alcançou a crítica às formas capitalistas de sociabilidade instituídas no distrito (Lopes, 2015). Afirmação que se comprova nos trabalhos finais elaborados pelos alunos. Para conclusão do curso, os alunos do CTMAT tinham que desenvolver um Projeto de Intervenção (um tipo de trabalho de conclusão de curso) voltado para a proposição de estratégias de intervenção no lugar buscando, grosso modo, soluções para os problemas ambientais. Entre 65 projetos mapeados, apenas um saiu parcialmente do papel⁷⁷.

⁷⁶ Informações coletas com o Interlocutor N2 (Apêndice 03) que coordenou as atividades do Projeto Cipó Vivo.

⁷⁷ Trata-se do projeto ‘Ecoturismo para a Terceira Idade: Visitação ao Parque Nacional da Serra do Cipó’ de autoria da aluna Edwiges Maria Cruz Araújo, apresentado e aprovado em 2011, disponível da biblioteca da EEDFJ. Foram realizadas duas visitas de um grupo de pessoas da terceira idade a sede do PARNASC para desenvolvimento de atividades culturais e de educação ambiental.

As metodologias trabalhadas no CTMAT fomentaram o debate sobre os desafios da lógica dialética no processo de ensino-aprendizagem e suas possibilidades para o debate das questões ambientais (Idem). A experiência como professora e orientadora desses projetos permitiu o acúmulo de informações e dados, como textos escritos pelos alunos, muitos deles nativos, nos quais fazem considerações sobre as questões ambientais na região, assim como os próprios projetos de intervenção voltados para as temáticas da sustentabilidade ambiental no turismo, entre outras. O mapeamento dos projetos de intervenção (Gráfico 01) permitiu identificar as principais temáticas abordadas pelos alunos. De forma geral, os processos de ensino-aprendizagem não foram suficientes para a produção do conhecimento crítico sobre o turismo e as questões ambientais (Idem), já que não incidiram nas questões latentes para os moradores do distrito sobretudo trabalhadores, tais como: desigualdade do acesso às qualidades ambientais do espaço e precarização das relações de trabalho.

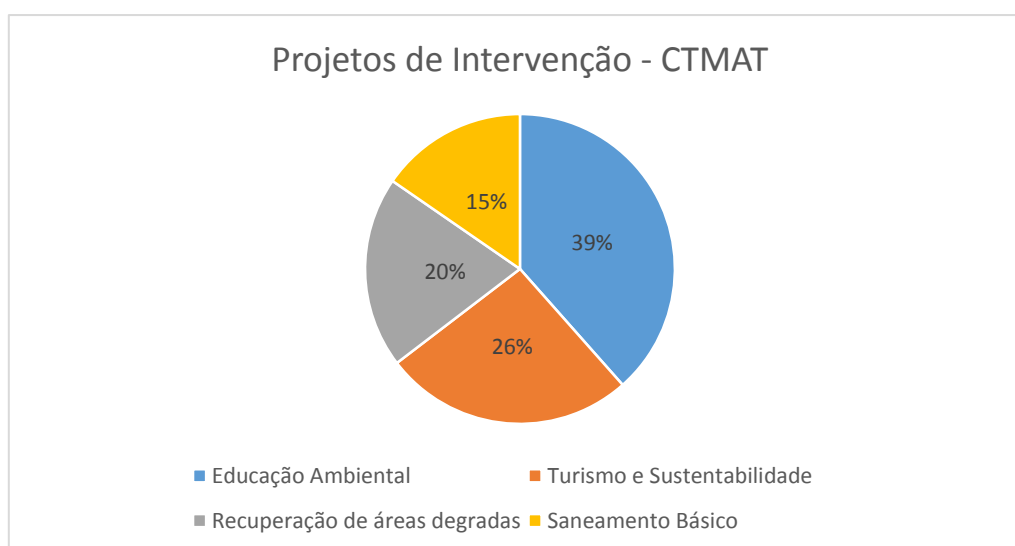


Gráfico 01: Temáticas dos Projetos de Intervenção dos alunos do CTMAT. Fonte: Gráfico elaborado a partir do mapeamento dos Projetos de Intervenção do CTMAT disponíveis na EEDFJ.

Entre os projetos desenvolvidos na temática da educação ambiental destacam-se aqueles voltados para a conscientização/sensibilização ambiental de turistas, visitantes e moradores locais. Na linha da sustentabilidade no turismo, sobressaíram projetos voltados para o ordenamento do turismo, mapeamento da demanda e oferta turística, manejo dos impactos negativos do turismo e para a formulação de propostas no âmbito do turismo sustentável. No que tange ao eixo Recuperação de áreas degradadas, os projetos baseiam-se na recomposição de áreas verdes através do plantio de mudas, sobretudo em áreas de matas ciliares e nascentes. Por fim, quanto ao saneamento básico existem propostas de

instalações de fossas alternativas, como as de bananeira, por exemplo; bem como propostas voltadas para a instalação de tanques bio-sépticos para tratamento dos efluentes domésticos. Apesar da pertinência das estratégias formuladas, é válido ressaltar que os projetos não incidiram sobre questões sociais do distrito relacionadas, por exemplo, aos efeitos do predomínio da economia informal e do trabalho precarizado e das implicações dessa conjuntura nas questões ambientais. Salienta-se, portanto, o predomínio do ecologismo que baseia-se em uma visão imobilista e regressiva das relações homem/natureza e em uma concepção fetichista da natureza. Estes fundamentos ecológicos têm tendência a só propor a utopia conservadora (se não reacionária) da defesa ou proteção da natureza enquanto tal. (Bihr, 1991)

O Mercadinho Tá Caindo Fulô é fruto de um projeto idealizado por pessoas “de fora” que moram no distrito ou possuem segundas residências, voltado para o fortalecimento dos produtores locais e da produção orgânica na região, foi implantado em julho de 2015. Essa iniciativa envolve um grupo diverso e rotativo de pessoas, já tendo passado por três localizações distintas no decorrer dos seus 4 anos de funcionamento. Atualmente, o mercado está localizado em um imóvel da prefeitura na praça do distrito. Apesar do pouco tempo de existência, esse mercado já passou por uma série de polêmicas em relação à identidade do seu modo de operação.

Como salientado, inicialmente a proposta do mercado estava voltada para o fortalecimento dos produtores e da produção orgânica. Não havia um foco na estruturação logística da produção para distribuição e comércio, que acontecia de forma “amadora” e “artesanal”. Contudo, em 2017, parte do grupo defendeu o potencial mercadológico do Mercadinho, exaltando suas possibilidades no que tange à geração de renda para as famílias envolvidas. Nesse controverso contexto, a direção da associação passou por uma mudança, acordada em assembleia. Neste momento, a iniciativa do Mercadinho se voltou definitivamente para uma perspectiva mais mercadológica e sistematizada do ponto de vista da organização logística para a comercialização da produção, fato que fragmentou o grupo envolvido no Mercadinho, gerando mobilizações por parte das pessoas que se opuseram a perspectiva mercadológica da nova gestão.

De acordo com este grupo de pessoas, ligado originalmente a criação do Mercadinho, através de carta aberta publicada junto a divulgação de um abaixo assinado intitulado *Retorno às origens do Mercadinho Tá Caindo Fulô*, posteriormente aos acontecimentos relatados; o projeto foi criado com três princípios: os produtos serem da região; os produtos serem agroecológicos ou sem insumos ou defensivos químicos e a

economia solidária com princípios de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário, sem atravessadores e sem fins lucrativos. Na referida carta aberta, o grupo relata as dificuldades administrativas e financeiras na implantação do projeto. O Mercadinho teve início em maio de 2015 com 16 produtores e em setembro do mesmo ano, já eram 193 organizados em uma associação. Em 2017, o número de produtores já havia caído para 49. De acordo com o grupo que divulgou o abaixo assinado, com o decorrer do tempo, o Mercadinho passou a funcionar mais como um ponto de venda, contrariando os princípios de sua criação e várias tentativas foram feitas para esclarecimento do que é uma venda, um supermercado e a diferença com a proposta do Mercadinho. E com isso iniciaram as divergências internas e externas sendo que uns achavam mais importante a venda e outros queriam a proposta original⁷⁸.

As pessoas que compunham a diretoria do Mercadinho renunciaram ao projeto, deixando claro que tinham uma posição diferente em relação ao caminho que o projeto havia tomado, onde os princípios e a essência da sua criação conjunta foram rompidos. Destacam que em espaços como o do Mercadinho não se pode repetir o que vem acontecendo no Brasil onde o desrespeito e a competição são favorecidos em detrimento da honestidade, criatividade, transparência e participação desmantelando políticas e sonhos. Todavia, na formalização da renúncia, a antiga diretoria ressaltou que respeitava a decisão da maioria dos produtores⁷⁹.

Diante desses fatos, o abaixo-assinado digital foi criado para restituição da antiga diretoria e para continuidade da proposta original do Mercadinho. Para o grupo que se mobilizou, a presença da antiga diretoria:

é a garantia que nós, consumidores do Mercadinho, teremos de que os princípios serão respeitados e que estaremos adquirindo produtos de qualidade e da região, sem insumos ou defensivos químicos, com uma economia solidária, com princípios de autogestão, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, um comércio justo e não apenas voltado para o lucro e a ganância, sem atravessadores. (...). Se caso, após todas as formas de diálogo pacífico se esgotarem e não acontecer o que queremos, caberá a nós consumidores, deixarmos de comprar os produtos de Mercadinho pela dúvida de que estaremos consumindo

⁷⁸ Informações retiradas da carta aberta divulgada junto ao abaixo assinado disponíveis em: <https://bit.ly/2PcNNXV> - acesso 14/04/2019

⁷⁹ Informações retiradas da carta aberta divulgada junto ao abaixo assinado disponíveis em: <https://bit.ly/2PcNNXV> - acesso 14/04/2019

produtos naturais pois onde o lucro predomina, muitas vezes a qualidade pode ser comprometida⁸⁰.

Após a mobilização da antiga diretoria, houve nova mudança na gestão do estabelecimento retomada pela chapa anterior idealizadora do projeto, em 2018. Contudo, é certo que as divergências na condução do projeto, enfraqueceram ainda mais a mobilização dos produtores associados. Atualmente, existem 30 produtores vinculados ao Mercadinho, uma queda de mais de 84% no quantitativo de produtores existentes no final de 2015. De forma geral, o Mercadinho não é um negócio financeiramente autossuficiente e carece de apoio do poder público municipal no que tange por exemplo, a concessão do imóvel onde o mercado funciona atualmente. Entre os produtores que ainda permanecem vinculados ao projeto, não há apenas nativos pequenos produtores de hortaliças, frutas e outros produtos agropecuários, há também pessoas “de fora” que expõem produtos manufaturados, como artesanatos, compotas, doces, entre outros. Desde meados de 2018, o Mercadinho vem investindo na comercialização de refeições, serviço este usufruído pelos moradores locais. Destaca-se que a proposta atual do “restaurante” é utilizar 70% dos produtos orgânicos vendidos no mercadinho e oferecer uma alimentação mais saudável e natural, incidindo sobre um nicho de mercado pouco explorado no setor de alimentação. Recentemente, houve uma mudança na pessoa responsável pelo preparo das refeições por esta não concordar com a proposta de oferecer refeições mais naturais e saudáveis por considerar que é um negócio menos lucrativo. Contudo, e como já enfatizado a proposta original do projeto não tem objetivos mercadológicos⁸¹.

Considera-se que os desafios do Mercadinho são muitos. Diante dos acontecimentos dos últimos anos relacionados amplamente ao enfraquecimento da articulação e mobilização dos produtores locais, ao desgaste dos envolvidos intensificado pelas divergências e conflitos que se desenrolaram em 2017 e a dependência do poder público para o seu funcionamento, salienta-se que será necessária muita disposição dos envolvidos para manter os propósitos não mercadológicos do projeto. Observa-se que há um grupo de pessoas ligadas à associação e à gênese da idealização do projeto que batalham constantemente para afastar os interesses mercadológicos que tentam se

⁸⁰ Informações retiradas da carta aberta divulgada junto ao abaixo assinado disponíveis em: <https://bit.ly/2PcNNXV> - acesso 14/04/2019

⁸¹ Informações coletadas com pessoas que trabalharam no Mercadinho. Salienta-se a extrema rotatividade dos funcionários do estabelecimento que tendem a ficar apenas alguns meses no trabalho. Assim, são muitas pessoas, em sua maioria “de fora”, que já atuaram no Mercadinho. Ressalta-se que o interlocutor D2 (Apêndice 03) trabalhou no mercadinho em 2018 e que o interlocutor A2 (Apêndice 03) é voluntário desse projeto. Parte das informações coletadas foram repassadas por pessoas da atual diretoria.

apropriar do projeto. Alguns produtores rurais de Santana do Riacho e entorno que estiveram envolvidos com o Mercadinho, optaram por seguir com as vendas por conta própria, como já faziam anteriormente. No distrito, é muito comum a presença desses produtores comercializando seus produtos. Alguns já possuem clientela fixa e entregam os produtos sob encomenda. Outros, estacionam seus veículos na MG-010 e expõem a produção no porta-malas do veículo.

Outro contexto elucidativo para o debate sobre os movimentos ecológicos do/no distrito refere-se à Reserva Vellozia, localizada no alto da Serra, na área do distrito da Serra do Cipó. O local tem como objetivo o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a reprodução de mudas endêmicas do cerrado e campo rupestre. A localização do centro de pesquisa distante aproximadamente 10 km da área central do distrito, contribui para o afastamento das atividades ali desenvolvidas do cotidiano do lugar. Muitos moradores do distrito desconhecem a existência da reserva, bem como das atividades por esta, desenvolvidas. Em junho de 2012, os pesquisadores vinculados à Reserva idealizaram o seminário *O desenvolvimento (in)sustentável e a Serra do Cipó* (anexo 03) que teve como objetivo “levar até a população da Serra do Cipó os conhecimentos adquiridos em vários anos de pesquisa e mostrar a importância da preservação das biodiversidades presentes na região”⁸².

O seminário contou com a participação de acadêmicos da UFMG, da UFOP e da UnB, teve como propósito a interação dos pesquisadores com moradores⁸³ e foi realizado na EEDFJ. Apesar da relevância dos temas e pesquisas apresentadas, notou-se o afastamento das apresentações dos moradores locais presentes. O seminário aconteceu nos dias 02 e 03 de junho, sábado e domingo, sendo que o sábado era letivo de forma que no primeiro momento do seminário todos os alunos do ensino fundamental, médio e CTMAT da EEDFJ estavam presentes. De forma geral, a proposta do seminário era bem similar a de um evento científico padrão, com apresentações formais e discussões técnicas. Além das formas concernentes à produção do conhecimento científico que muitas vezes dificultam a apreensão do conteúdo por pessoas externas ao ambiente acadêmico, como os alunos da EEDFJ, observamos que eram muitas apresentações dos pesquisadores convidados de forma que a escassez de tempo, mas não somente, impossibilitou o desenvolvimento da interação esperada entre pesquisadores e moradores.

⁸² <https://www.ufmg.br/online/arquivos/024028.shtml> - acesso 14/02/2019

⁸³ <https://www.ufmg.br/online/arquivos/024028.shtml> - acesso 14/02/2019

No evento, os pesquisadores ligados à Reserva Vellozia exaltaram a doação de mais de mil mudas de espécies nativas para viabilizar o projeto de revitalização das rotatórias do distrito desenvolvido a partir da doação de mudas junto a outros parceiros “responsáveis por efetuar o plantio, buscar os insumos necessários e ainda a manutenção da rotatória”⁸⁴. Algumas mudas foram plantadas, mas a continuidade na manutenção da rotatória não se efetivou. Reforçamos mais uma vez a importância das ações voltadas para a conservação ambiental das espécies do cerrado e campo rupestre, bem como para o compartilhamento do conhecimento com a comunidade, apesar de considerarmos que o formato e proposta devem ser revistos para maior êxito na efetividade da interação entre pesquisadores e comunidade. Contudo destacamos que assim como em outros contextos, o debate ambiental no seminário citado se desenvolveu à margem das pautas sociais que impactam mais diretamente a vida dos moradores locais.

Como já salientado, de forma geral, todos os movimentos no distrito têm como pauta, direta ou indiretamente, questões ambientais que atravessam grande parte das discussões sobre a (re)produção do espaço do/no lugar. Os propósitos da sustentabilidade tornam-se argumentos comuns aos diferentes projetos e movimentos que já atuaram e ainda atuam no distrito que, em alguma medida, se voltam para as possibilidades do ecológico sem necessariamente alcançar a essência da crise ecológica.

2.4.2. Limitações do reformismo ecológico: a reprodução do existente representando o diferente

Destaca-se o afastamento dos movimentos ecológicos do enraizamento da crise ecológica nas relações capitalistas de produção (Bihr, 1991). Limitações estas que não restringem somente à crítica, no plano teórico (idem): “Limita também, com muita frequência, a importância prática (política) dos movimentos ecológicos, fazendo-os entrar em uma série de becos-sem-saída”. (Idem, 132). Intenta-se identificar os “becos-sem-saída” dos movimentos ecológicos e da sustentabilidade no distrito, mostrando suas relações com o ecologismo:

No plano ideológico (pois é possível, então, falar de uma verdadeira ideologia ecológica), o ecologismo define-se pela operação de redução e de extrapolação consistente para transformar a ecologia científica em

⁸⁴ O trabalho de paisagismo das rotatórias do Cipó pretende melhorar o impacto visual e mostrar um novo caminho, o da sólida conservação das espécies ameaçadas da região através da propagação de suas espécies endêmicas, fomentando de forma eficiente a educação e o turismo”. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/024028.shtml> - acesso 14/02/2019

um novo modelo de pensamento para o conjunto das ciências naturais e sociais. Particularmente, o ecologismo teórico (na verdade, ideológico) pretende explicar as interações sociais no modelo das interações ecológicas. Negando, em última análise, qualquer especificidade dos processos sociais (e, de modo mais amplo, da humanidade), pode, na melhor das hipóteses, fornecer analogias para sua explicação; mas qualquer um sabe que comparar não é suficiente. Ele é realmente incapaz de, no fundo, explicar por que as sociedades contemporâneas produzem uma crise ecológica (Idem, 131).

Bihr salienta que é preciso evitar “o beco-sem-saída (ideológico e político) do *ecologismo*” (Bihr, 1991, 131). O autor aponta as limitações do ecologismo mostrando como seus fundamentos são insuficientes para compreender a inerência do produtivismo na economia capitalista, caracterizando-a de forma peculiar: “Por isso essa crítica só pode incriminar a “sociedade industrial” (noção inteiramente confusa), e não o capitalismo enquanto tal” (Idem, 131-2). Argumento este, que contribui para exaltar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável ou como “indústria verde”. As perspectivas que normalizam a potencialidade ecológica do turismo como um setor econômico supostamente ecológico estão impregnadas de fundamentos ecologistas que não localizam as implicações do produtivismo na economia do turismo.

O ecologismo “conduz os movimentos ecológicos, na melhor das hipóteses, pela via do reformismo” (Idem, 133). O reformismo ecológico abre novos caminhos para acumulação do capital alimentando esperanças fraudulentas no desenvolvimento de um capitalismo ecologicamente reformado (Idem). Nessa perspectiva, salienta-se o predomínio do ecologismo e do reformismo ecológico nos movimentos do/no distrito que se voltam, uns mais que outros, às perspectivas do capitalismo ecológico. Diante disso, destaca-se como as pautas reformistas e o afastamento das questões inerente ao social no capitalismo contribuíram para afugentar os interesses dos moradores locais, sobretudo trabalhadores, desses movimentos.

Neste momento, pretendemos detalhar o contexto já sinalizado na introdução afeito a “descrença” e o “desânimo” dos moradores locais em relação ao debate ambiental, relacionando esse cenário com o predomínio do ecologismo e do reformismo ecológico nos movimentos locais que não fornecem a atenção devida a raiz capitalista da crise ecológica no debate sobre as questões ambientais.

No que concerne a degradação ambiental do/no distrito Serra do Cipó e os efeitos dos modos de operação que direcionam o crescimento urbano, de forma geral, é possível considerar que os moradores locais parecem os “aceitar” como consequências

inexoráveis. É muito comum, ouvir os moradores nativos ou moradores “de fora” que residem no distrito já há algumas décadas, falarem que: “A Serra do Cipó já não é mais como antigamente. Aquele Cipó que a gente conhecia, já não existe mais”, “o Cipó acabou”, etc. O cenário de descrença paira justamente sobre as impossibilidades de intervenção no contexto das transformações socioespaciais. Como já frisado, a maior parte dos moradores nativos ou que residem no distrito há muitos anos, não se envolvem com iniciativas institucionais e/ou coletivas, tais como associações, conselhos, manifestações, reuniões comunitárias, etc. Nas reuniões dos conselhos municipais (CODEMA e COMTUR), quando há entre os presentes moradores nativos, eles representam 10% ou menos do público presente. A fala de um dos interlocutores⁸⁵, expressa esse desinteresse: “dá preguiça de envolver com qualquer coisa”, em relação aos movimentos ecológicos que levantam a reflexão sobre os efeitos ambientais do crescimento urbano.

A audiência de revisão do Plano Diretor do município de Santana do Riacho, realizada em fevereiro de 2018 (Figuras 21 e 22), sobre a qual já foram tecidas considerações, é outro exemplo que reflete o desinteresse dos moradores do distrito quanto a esses momentos e respectivos debates. A audiência aconteceu na sede municipal, distante 27 km do distrito e a prefeitura disponibilizou um ônibus para levar os moradores interessados que somou um total de 3 pessoas. A nossa presença na audiência com veículo particular permitiu a liberação do motorista e veículo da prefeitura e o retorno dos moradores do distrito que utilizaram o transporte coletivo, conosco. A audiência teve um público de aproximadamente 100 pessoas sendo 13 moradores do distrito.



Figuras 21 e 22: Audiência Pública Plano Diretor – 19/02/2018. Fonte: Arquivos da autora

⁸⁵ Entrevista realizada em julho de 2017 com interlocutor I.1 (Apêndice 02).

Como já salientado, no momento com os jovens do distrito, na semana de meio ambiente da EEDFJ do ano de 2018, também constatamos o “desânimo” deles em relação às reflexões e possíveis intervenções no cenário de degradação ambiental que o crescimento urbano promove no distrito. Em um determinado momento, conversávamos sobre os novos loteamentos e condomínios e os efeitos do crescimento urbano para os córregos Soberbo e rio Cipó. Alguns contavam relatos dos pais e avós que compartilham histórias referentes a um volumoso córrego Soberbo que já não existe mais. Um jovem presente salientou, com certa impaciência, que eles já conheciam essas histórias e discussões. Ressaltou inclusive, que outros pesquisadores já estiveram presentes na escola para conversar sobre as questões ambientais no distrito:

Sinceramente, acho que essa conversa não vai dar em nada. Não há o que fazer. O córrego Soberbo está acabando e provavelmente vai acontecer a mesma coisa com o rio Cipó. O lugar está crescendo e é isso que acontece. (...). O problema que tem que resolver mesmo é melhorar a parte do emprego. (Jovem nativo do distrito, 17 anos⁸⁶).

A fala do jovem colocou no centro do debate a reflexão sobre o tipo de turismo que se desenvolve no distrito e os seus efeitos ambientais e sociais. Se por um lado, é verdade que a ocupação urbana tende a se expandir em detrimento da qualidade ambiental do espaço, por outro lado, é necessário e importante considerar que os modos de operação do turismo, convencional e de segundas residências, se relacionam com o crescimento urbano de formas distintas.

Como será apresentado no quarto capítulo, o turismo residencial (ou turismo de segundas residências) possui especificidades em relação ao mercado de trabalho e também, quanto a deterioração ambiental. De forma geral, o desenvolvimento do turismo de segundas residências pautado nos negócios imobiliários tem se desenrolado em detrimento do turismo convencional. O turismo de segundas residências (relacionado também ao aluguel turístico e comercialização destes imóveis) vem se tornando uma atividade cada vez central. Mais adiante, no capítulo citado, são realizadas considerações que explicam como o mercado de trabalho do turismo residencial (ou turismo de segundas residências) é menos dinâmico e diverso em comparação com o mercado de trabalho do turismo convencional, contudo ambos reproduzem as mesmas prerrogativas concernentes ao predomínio das relações informais e a precarização do trabalho.

⁸⁶ Fala transcrita da gravação do momento com os jovens na semana de meio ambiente de 2018.

Em relação aos efeitos ambientais, salienta-se a especificidade do turismo residencial cujo modo de operação adota como estratégia central o crescimento urbano. Diferentemente do turismo convencional, o turismo residencial aposta na expansão da área urbana e consequentemente da área construída, para alavancar os negócios. As operações turísticas das agências e os eventos voltados para os turistas não estão dentre as atividades centrais, o foco é a comercialização de segundas residências.

Os movimentos ecológicos têm debatido os efeitos ambientais do crescimento urbano no distrito, sem necessariamente reconhecer suas relações com o turismo. A expressão turismofobia é frequentemente usada para atitudes de rejeição ao turismo e os limiares entre a crítica ao turismo e a fobia ao turismo são tênues (Terán, 2018). Como já apontado, no distrito da Serra do Cipó, não existem movimentos coletivos e/ou institucionalizados que rejeitem o turismo. Contudo, há movimentos que criticam os efeitos do crescimento urbano, não necessariamente buscando suas relações com o turismo.

Em alguns casos, essas iniciativas propõem intervenções e mudanças, desconhecendo as forças e interesses que impulsionam e direcionam o turismo de segundas residências e o crescimento urbano no distrito. Um exemplo é o foco dispensado aos “pousadeiros”⁸⁷ e proprietários de empreendimentos comerciais, como se eles fossem os únicos responsáveis pela deterioração ambiental do/no distrito. Os empresários do setor imobiliário e os processos de ocupação urbana que fomentam, não são evidenciados como um dos efeitos do próprio turismo. A segregação entre a atividade imobiliária e turística nos debates dificulta o reconhecimento do produtivismo do/no turismo e da sua inerência no âmbito da economia capitalista. É nesse sentido que consideramos o investimento em propostas genéricas de modalidades ecológicas de turismo, pouco efetivas para lidar com as forças e interesses imobiliários que direcionam o desenvolvimento da atividade. Destaca-se, portanto, as dificuldades dos movimentos ecológicos locais para enfrentar os efeitos predatórios do turismo através do reconhecimento do turismo como condicionante do crescimento urbano. Trata-se genericamente das dificuldades de confrontar um “inimigo” que é indispensável para a economia do lugar, tal como salientado por Krippendorf (2000) quanto ao posicionamento dos nativos em relação ao fenômeno do turismo na Grécia:

⁸⁷ Como são conhecidos os novos moradores e empresários do setor de hospedagem no distrito.

Os turistas são os inimigos mais poderosos que existem, porque eles nos são indispensáveis. Por diversas razões não podemos reservar-lhes a mesma sorte dos inimigos de antigamente, que simplesmente matávamos, mas podemos ficar mudos (Idem, 67)

No contexto ambiental, esses movimentos críticos se apoiam no ecologismo, uma vez que formulam a “crítica que só pode incriminar a "sociedade industrial" (noção inteiramente confusa), e não o capitalismo enquanto tal” (Bihr, 1991, 131/132). Nessa perspectiva, a estrutura de produção do turismo, distinta da estrutura industrial, é estratégica para fomentar as possibilidades das versões ecológicas do capitalismo e o desenvolvimento sustentável. Este, como salientado por Escobar (2007), forja a reconciliação entre dois inimigos: o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, desdobrando um novo campo de intervenção e controle social. O turismo é promovido, muitas vezes, como “indústria verde”, uma atividade econômica que promete a conciliação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. No momento atual da expansão da economia neoliberal e da ratificação da máxima da reestruturação econômica, nota-se como os discursos que forjam a sustentabilidade, social e ambiental, do crescimento econômico tornam-se ainda mais pujantes.

Quanto aos medos e angustias e sobre a percepção do momento político atual, pelos moradores locais, há um caso curioso relatado por um funcionário⁸⁸ do PARNASC. Ele contou que em abril de 2018, logo após a prisão do ex-presidente Lula, um morador⁸⁹, remanescente de uma área do Parque conhecida como Retiro, que tentava de alguma forma ocupar (no sentido de dar uso) ao seu antigo terreno, disse-lhe: “Eu não vou ficar aqui (no terreno dele localizado dentro do parque) mais não... Eles prenderam até o Lula, imagina eu!”.

Das conversas com as pessoas comuns, que experimentam e compartilham o cotidiano e a vida no distrito, a angustia pode ser percebida num certo estado de escassez de esperanças. Identificado também, na falta de interesse e/ou disponibilidade para envolvimento em movimentos ecológicos e outras organizações coletivas, assim como nas pesquisas acadêmicas e respectivas entrevistas, como já relatado. Quanto aos movimentos ecológicos e organizações coletivas, referimo-nos, de forma ampla, as

⁸⁸ Interlocutor R1 (Apêndice 02), entrevista realizada em maio de 2018.

⁸⁹ Trata-se de um senhor de 68 anos que morava no Retiro no Parque Nacional da Serra do Cipó. Essa família teve vários conflitos com a gestão do Parque, de forma geral, pelo descumprimento das normas institucionalizadas pela unidade de conservação. Para outras informações sobre o histórico dessa família ver (Cardoso, 2008, p.96) e (Santos, 2016, 199/200 e capítulo 6).

mobilizações que procuram reunir membros da sociedade civil, por exemplo, por meio das associações, conselhos municipais e outras organizações comunitárias.

A “descrença” nessas iniciativas, por parte das pessoas do distrito, sobretudo dos nativos e trabalhadores, pode ser estendida à percepção deles em relação as pesquisas acadêmicas. Sousa (2017) relata a descrença dos moradores locais, que muitas vezes, deixam transparecer falta de vontade e interesse em participar das entrevistas: “essa pesquisa não vai dar em nada”, deixando transparecer certa “má vontade” em relação as práticas de coleta empírica. Estas afirmações são feitas a partir da experiência da própria pesquisadora no decorrer das entrevistas empíricas e são corroboradas por outros pesquisadores, como já mencionado. A pesquisa de Souza (2017) sobre o conflito ambiental derivado da instituição do PARNASC e da desapropriação dos antigos moradores, traz a fala de uma moradora nativa que expressa bem os desafios da pesquisa empírica no distrito, diante do cenário de desgaste e/ou descrença em relação as pesquisas acadêmicas.

Estou na verdade cansada. Chegaram aqui pesquisadores da UFMG e da UNIMONTES, fizeram oficinas, conversamos muito, achamos que alguma coisa ia mudar, não mudou foi nada. Eu acho que por não termos estudo, os pesquisadores escoram nas nossas costas. Nos usam para ganhar dinheiro com pesquisa, para virarem doutores, mas onde fica nossa história? Me chamaram para dar uma palestra na UFMG, fui. O professor disse que ia me pagar, não vi a cor desse dinheiro. Até hoje estou aqui, às vezes não tenho um dinheirinho que só. Mas me lembro que tem gente falando da Serra do Cipó, se vangloriando de pesquisar esse lugar. Se eu te contar que até para Terra de Minas da Tevê Globo eu falei. Já dei entrevista para o Globo Repórter, Record. Mas estou achando mesmo é que minha voz não serve para nada, me fazem lembrar, mas de nada adianta. Por que seria diferente conversar com você? Não tenho mais voz (Entrevista realizada por Souza, 2017, 47 com moradora nativa do distrito pertencente a 4º geração).

Muitos moradores do distrito convivem com a presença de pesquisadores desde a década de 1970, quando foram criados o PESC e, posteriormente, o PARNASC. São décadas convivendo com as pesquisas e participando das entrevistas. Entre estas pesquisas, muitas foram (e seguem sendo) movidas pelo pensamento promotor que reverbera as possibilidades da ciência para promover avanços técnicos e desenvolvimento, alimentam as esperanças em torno do desenvolvimento sustentável, do ordenamento turístico, do planejamento adequado, das modalidades ecológicas do turismo e amplamente de um “modelo ideal de sociedade”. Como já apontado, as perspectivas promotoras não nos garantem transformações em direção à sustentabilidade.

Muitas vezes, reproduzem o existente representando o diferente, daí a importância em romper com o utilitarismo na produção do conhecimento. Observa-se como as perspectivas promotoras refletem esperanças aos interlocutores das pesquisas, projetos e ações. A descrença e certa rejeição por parte dos moradores em relação as pesquisas, projetos e movimentos socioambientais, observadas atualmente, traduzem suas expectativas frustradas quanto as implicações dos mesmos na vida da comunidade.

É necessária muita cautela para que o desejo de que as esperanças se sobreponham aos medos, não encoberte através de discursos vazios do desenvolvimento sustentável por exemplo, o foco no crescimento econômico benéfico à um grupo específico.

No âmbito da elaboração do planejamento estratégico do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó para o período entre 2019-2022, Pacheco, Rocha e Martins (2019) detectaram a falta de motivação das comunidades para atuar junto as instâncias de governança. As autoras apontam que tal desânimo é expresso através de frases como: “Fizemos várias reuniões, mas nada foi colocado em prática, as ações previstas no planejamento nunca saíram do papel”. A falta de resultados torna a comunidade cética a respeito da capacidade dessas iniciativas em promover mudanças (Pacheco, Rocha e Martins, 2019). Em Santana do Riacho especificamente, as autoras salientam o desânimo da comunidade local em relação as diferentes iniciativas que não tiveram continuidade (Idem).

A falta de resultados práticos deve ser analisada sob a ótica dos diferentes interesses que constituem a (re)produção do espaço, bem como da falta de equivalência nestas relações. É certo que há sujeitos hegemônicos, representados sobretudo pelo poder público municipal, bem como pelo capital imobiliário, que se beneficiam financeiramente com os processos de degradação ambiental instituídos no distrito decorrentes em grande medida, do crescimento urbano do lugar. Os discursos pautados no ecologismo e no reformismo ecológico que reverberam as possibilidades do turismo sustentável não confrontam essas relações e interesses contribuindo muitas vezes, para mascará-las. Portanto, essas perspectivas implicam tomadas de posição implícita ou explicitamente favoráveis à dominação capitalista também porque contribuem para forjar a perversa conformidade entre crescimento econômico e desenvolvimento, um dos temas abordados no próximo capítulo.

Capítulo 03

Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo:

As relações entre turismo, interesses imobiliários e crescimento urbano

Neste capítulo, são realizados apontamentos sobre o conceito de desenvolvimento e suas relações com a noção de sustentabilidade a partir da reflexão sobre a gênese economicista do desenvolvimento e da conformidade engendrada entre desenvolvimento e crescimento econômico. Para o desenvolvimento dessa discussão nos valeremos dos aportes teóricos de Furtado (1974), Stavenhagen (1985), Sachs (2000), Foladori (2001), Sampaio (2005) e Del Gaudio, Freitas e Pereira (2015).

Na perspectiva do debate sobre finitude da natureza, limites físicos do planeta e inflação conceitual do desenvolvimento, incidimos na emergência do conceito de desenvolvimento sustentável como alternativa para forjar a reconciliação entre as formas altamente exploratórias da produção capitalista e a preservação do meio ambiente revigorando a economia capitalista. Destaca-se as relações do conceito de desenvolvimento sustentável e o ecologismo, identificando suas limitações para alcançar criticamente o produtivismo. Nota-se também como ele mascara a raiz capitalista da crise ecológica articulando-se com os preceitos do neoliberalismo.

No segundo tópico, a análise se volta para a hegemonia das perspectivas técnicas como um dos pontos de tensão do debate ambiental no distrito de Santana do Riacho. São apresentados os discursos hegemônicos do/no debate sobre as questões ambientais mostrando a supressão das contradições sociais constitutivas do debate. Para mostrar o predomínio das abordagens tecnicistas no debate ambiental do/no distrito, nos valeremos das análises realizadas a partir das ATAs das reuniões do CODEMA/Santana do Riacho. Retoma-se a pauta da primazia do econômico que impera nas abordagens tecnicistas que servem as práticas econômicas neoliberais e reproduzem assimetrias sociais.

Pretende-se exemplificar também como as ideologias dominantes “subordinam” outros grupos sociais às perspectivas sobre as questões ambientais afeitas aos interesses econômicos hegemônicos.

3.1. Desenvolvimento e sustentabilidade: considerações sobre as impossibilidades do turismo sustentável

A palavra (termo, conceito) desenvolvimento é cheia de implicações de valor, no entanto, até hoje, parece não haver uma substituição adequada (Stavenhagen, 1985).

Desenvolvimento” significa mudança, evolução, crescimento, metamorfose. Mas devemos perguntar: desenvolvimento de onde para onde, e de quê para quê?; de pequeno a grande?; de atrasado a adiantado?; de simples a complexo?; de jovem a velho?; de estático a dinâmico?; de tradicional a moderno?; de pobre a rico?; de inferior a superior? (Idem, 12)

Sachs (2000) cita o discurso de 1949, do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, como um marco do surgimento do conceito de desenvolvimento, a partir da instituição do termo subdesenvolvido. A definição do que se entendia como subdesenvolvido, definiu também, a referência do que era desenvolvido. Este discurso promoveu (e ainda promove) as possibilidades do progresso e dos avanços científicos para engendrar crescimento econômico para as regiões subdesenvolvidas.

Furtado (1974) observa como a problemática do subdesenvolvimento é organizada em contraposição à situação do desenvolvimento. Salienta ainda, que desenvolvimento abrange uma perspectiva endógena da incorporação do progresso técnico na sociedade capitalista, implicando alguma condição de equidade social.

A reflexão de Furtado sobre subdesenvolvimento parte da constatação de que as premissas históricas que viabilizam o desenvolvimento não estão presentes nas economias subdesenvolvidas. A situação periférica e a reprodução de grandes assimetrias sociais criam bloqueios à inovação e à difusão do progresso técnico que inviabilizam a endogeneização do movimento de transformação capitalista (Sampaio, 2005, 07).

A conformidade engendradora entre desenvolvimento e crescimento econômico contribuiu para velar as relações assimétricas na (re)produção capitalista do espaço. No contexto de emergência do desenvolvimento, a partir da evidência dos problemas do subdesenvolvimento, o conceito foi associado de maneira constitutiva ao crescimento econômico (Stavenhagen, 1985). Na gênese economicista do desenvolvimento, as regiões “subdesenvolvidas”,

eram “atrasadas” econômica, social, cultural e, acrescentariam alguns, politicamente. O atraso, tal como era entendido na época, significava pobreza, fome, produto nacional baixo, baixa renda per capita e, em geral, baixos padrões de vida para grandes parcelas da população. O remédio para o atraso era, naturalmente, crescimento econômico (Idem, 12).

De forma geral, é essa a origem da nociva conformidade entre desenvolvimento e crescimento econômico que segue sendo reproduzida. Essa conformidade foi disseminada

como padrão “universal” (Idem). Os interesses econômicos hegemônicos forjaram a centralidade dos indicadores econômicos, como padrões para medir o grau de desenvolvimento de uma determinada região. Sachs (2000) evidencia que o caráter otimista da perspectiva ativa do desenvolvimento foi fomentado pela centralidade que ganha o desempenho econômico, como medida de excelência de um país a partir de 1945. Esta mudança indicou a emergência de uma nova visão de mundo: o grau de civilização em um país poderia ser medido pelo seu nível de desempenho econômico (Idem, 05).

o subdesenvolvimento é o produto de uma situação histórica, que divide o mundo em uma estrutura "centro-periferia", e de uma opção política, que subordina o processo de incorporação do progresso técnico ao objetivo de copiar os estilos de vida das economias centrais. O problema decorre do fato de que a discrepância entre as economias centrais e periféricas (...) faz com que o estilo de vida que prevalece no centro não possa ser generalizado para o conjunto da população periférica. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a renda impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia dos estilos de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de considerável parcela da população aos padrões mais adiantados de vida material e cultural. A teoria do subdesenvolvimento de Furtado pode ser vista, portanto, como uma crítica à irracionalidade de um movimento de incorporação de progresso técnico que reproduz continuamente a dependência externa e a assimetria social interna (Sampaio, 2005, 09).

O desenvolvimento econômico engendrado nas regiões centrais não se realiza nas regiões periféricas cujas populações precisam consentir ou serem coagidas a aceitar a progressiva assimetria. Quando o reconhecimento de que o subdesenvolvimento era resultante de certos tipos de relações econômicas estabelecidas entre o centro e a periferia tornou-se o centro do debate, vieram à tona as fragilidades das perspectivas que apoiavam o crescimento econômico como vetor do desenvolvimento (Sachs, 2000). A perspectiva economicista do conceito de desenvolvimento começou a ser contestada em 1970, na emergência da crise do capitalismo, quando a questão da pobreza se tornou o foco central do debate, expondo as insuficiências da promessa atrelada aos benefícios do desenvolvimento econômico para a maioria das pessoas.

No contexto da renovação do capitalismo como “resposta” à crise que emergia, a perspectiva hegemônica do desenvolvimento se voltou para as populações vítimas e a margem do crescimento econômico, mas não para desnudar as assimetrias sociais das relações “centro-periferia” e questionar a inviabilidade da endogeneização do movimento de transformação capitalista. O significado do conceito de desenvolvimento se ampliou

para forjar a possibilidade do controle e amenização das assimetrias sociais instituídas também pela hegemonia da conformidade com o crescimento econômico. A inflação conceitual do desenvolvimento tornou o conceito vago e genérico, passa a significar tudo e nada (Sachs, 2000).

A inflação conceitual da ideia de desenvolvimento diante das impossibilidades da realização das promessas da perspectiva economicista do desenvolvimento atreladas também às conjunturas relacionadas às limitações físicas do planeta para a continuidade do crescimento econômico nos modelos hegemônicos vigentes; tornaram necessárias perspectivas que renovassem as possibilidades do desenvolvimento (Idem). É nesse cenário que surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Face à finitude da natureza ou a “insustentabilidade” da Terra para outras gerações, organizações multilaterais, cientistas e políticos foram compelidos a patrocinar a instauração do “Desenvolvimento Sustentável”. Esse foi/é entendido como aquele capaz de preservar a Terra para as gerações futuras e garantir a sustentabilidade da vida (Relatório Brundtland, 1987). Se, inicialmente, esse questionamento adveio dos movimentos que contestavam o modo de vida dominante, a seguir sua captura pelos circuitos de valorização do capital proporcionou a crescente apologia ao Desenvolvimento Sustentável das/nas empresas, a exemplo, da “maquiagem verde”. Era necessário fundar uma alternativa de reconciliação entre as formas altamente exploratórias da produção capitalista e a preservação do meio ambiente, para revigorar a economia mundial. (Del Gaudio, Freitas, Pereira, 2015, 102).

Destaca-se a importância da reflexão sobre a inflação conceitual do desenvolvimento na perspectiva das imprecisões que permeiam a busca por um suposto tipo ideal de desenvolvimento, que viabilizaria o crescimento econômico do/no modo de (re)produção capitalista do espaço em uma perspectiva de equivalência social e equilíbrio ambiental. Stavenhagen (1985) tece considerações sobre a perspectiva científica em relação ao “mal desenvolvimento” ou desenvolvimento “perverso”, com a implicação de algum tipo de patologia que seria desviante de um tipo ideal de desenvolvimento” (Idem, 12/13). Observa-se que a ideia de um tipo ideal de desenvolvimento é afeita à manutenção do consentimento quanto às relações desiguais que definem as assimetrias centro-periferia.

Sachs (2000) aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável serve aos interesses econômicos hegemônicos, como um “receptáculo vazio que abrange tudo que é controverso e que não está claro” (Sachs, 2000, 11). Ademais

Esse novo momento (re)produziu, em diversas escalas e meios, um discurso ecológico que criticava a modernização da sociedade, baseada no modelo urbano-industrial. O crescimento econômico via urbanização/industrialização passou a ser demonizado, frente à iminência das catástrofes ambientais. (Del Gaudio, Freitas, Pereira, 2015, 102).

O discurso ecológico citado e a crítica à modernização da sociedade baseada no modelo urbano-industrial podem ser analisados através da perspectiva da predominância do ecologismo. Como enfatizado por Bihr (1991), a crítica fundamentada no ecologismo é limitada, uma vez que é incapaz de compreender que o produtivismo, com os seus efeitos ambientais, é inerente à economia capitalista, não sendo exclusividade do modelo industrial. A restrição da crítica a este modelo, exaltando a ameaça de escassez dos elementos da natureza, sobretudo daqueles capazes de aumentar a aferição de rendas, estimulam a condição da natureza enquanto “nova raridade”.

É neste contexto que o turismo se consolida como alternativa para expansão e renovação do capital. No cenário da escassez dos elementos da natureza e da crítica fundamentada nos preceitos do ecologismo e do reformismo ecológico, o turismo se desenvolve através das “novas raridades”. Como já salientado, a utopia urbana do “retorno” à sociabilidade não rompida com a “natureza”, enquadra as qualidades ambientais do espaço do distrito da Serra do Cipó, como “necessidade” e “objeto” de consumo das pessoas residentes nos grandes centros, sobretudo, na RMBH. Diante da expansão da atividade minerária na Serra do Espinhaço, os discursos sobre o turismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável, são legitimados na medida em que encontram múltiplos espaços para serem proferidos e reproduzidos. Contudo, os efeitos do crescimento urbano vulnerabilizam cada vez mais, os discursos que promovem o desenvolvimento sustentável. Salienta-se a importância de localizar as relações entre o crescimento urbano e o turismo como forma de desconstruir os discursos que forjam a sustentabilidade no turismo.

O “Desenvolvimento Sustentável” indica imprecisões, mas, simultaneamente, comporta consensos e “visões sociais de mundo” (Löwy, 2002) hegemônicas. Afinal, quem seria contra “a salvação do mico leão dourado”, dos “baobás” ou da preservação do planeta”? Se, para isso, torna-se necessário, por exemplo, “pagar pela água que se consome em casa”, que assim, seja. E “que o preço seja alto, de modo a que as pessoas aprendam a economizar”... E quem não pode pagar? Eis um problema para o governo. É fundamental considerar a articulação, do ponto de vista econômico, entre a IDS e os preceitos do neoliberalismo, em especial a supremacia do mercado sobre todas as

esferas da vida. Tudo deve entrar no circuito de valorização do capital sob a forma mercadoria. (Freitas; Del Gaudio, 2015b: 3-4 apud Del Gaudio, Freitas E Pereira, 2015, 103).

A busca pelo controle da ação de transformação da natureza pela humanidade, liberando-a da influência das relações capitalistas de produção, que dela fazem, atualmente, uma obra destruidora (Bihr, 1991), através do ecologismo e do reformismo conduzirá discursos e movimentos ecológicos aos “becos sem saída”. A transformação do cenário ambiental atual, no distrito, implica a reflexão sobre as possibilidades de ruptura com as relações capitalistas de (re)produção do espaço.

3.2: Discursos hegemônicos, interesses econômicos dominantes e supressão das contradições sociais no debate ambiental

A sociedade humana não pode ser estudada apenas em si, como se a relação com o meio ambiente fosse uma "externalidade" para colocá-la em termos econômicos (Foladori, 2000). O autor mostra o papel central das relações sociais de produção na crise ambiental contemporânea e mostra como os seres humanos antes de enfrentar limites externos físicos ou naturais enfrentam contradições sociais.

A maioria das análises sobre questões ambientais começa a partir de uma perspectiva técnica. Isso é claro quando reduzimos os problemas ambientais, como aparecem na literatura especializada, aos três grandes grupos de: contaminação, depredação e excesso de população. Nos três casos, há uma questão técnica como um denominador comum: os limites físicos enfrentados pelo ser humano em seu desenvolvimento. (Foladori, 2001, 08)

Nas abordagens técnicas acerca dos “problemas ambientais”, a questão ambiental é apresentada como se fosse um problema técnico. A hipótese desenvolvida pelo autor é a de que a contradição comumente levantada entre limites físicos e desenvolvimento social é equivocada. Antes de confrontar os limites naturais ou físicos, o desenvolvimento da sociedade enfrenta contradições sociais.

Como já alertado, o predomínio tecnicista nas abordagens do turismo que se propõe a analisar os seus efeitos como “externalidades” não contribui para integrar as questões sociais ao debate ambiental. A análise realizada nas Atas das reuniões do CODEMA/Santana do Riacho (2008-2019) mostra que a pauta dos resíduos sólidos, por exemplo, é predominante desde 2008. Observa-se que em todos os anos, há registros de discussões sobre os resíduos sólidos, mais especificamente sobre a coleta seletiva, em

pelo ou menos 5 entre as 12 ATAs anuais, já que o encontro do conselho é mensal. Há mais de uma década, este conselho vem debatendo o tema dos resíduos sólidos tentando encontrar alternativas técnicas para o manejo adequado do seu volume crescente.

De forma geral, a discussão se desenvolve em torno das possibilidades da coleta seletiva que ainda não se efetivou no distrito, apesar do longo e intenso debate por parte dos membros do CODEMA. Algumas associações do entorno, como a Associações dos Catadores de Baldim/MG, bem como empresas privadas, já operaram a coleta seletiva no distrito sem sucesso. Os problemas da operacionalização estão atrelados de forma geral, a falta de estrutura física e administrativa dessas organizações para realizar a coleta e respectivo armazenamento de forma regular. Salienta-se também os desafios na adesão da comunidade no que tange a separação e disponibilização dos resíduos recicláveis para a coleta. O debate descolado das questões sociais, das diferenças nos padrões de consumo e na produção dos resíduos, restrito ao tratamento do tema como “externalidade” do processo produtivo conduz a discussão a “becos sem saída”, já que há 11 anos o tema vem sendo debatido sem avanços significativos.

O município já contou com um aterro localizado entre a sede municipal e a Lapinha desativado em 2011 devido à saturação da área, bem como as irregularidades que caracterizavam o seu funcionamento. No ano de 2010, houve longo e polêmico debate, registrados nas Atas do CODEMA daquele ano sobre a delimitação de nova área para a implantação de um aterro. No mês de março daquele ano, o responsável técnico da prefeitura municipal registrou que o poder público municipal adquiriu uma área na comunidade rural da Varginha, próxima à Lapa da Sucupira, importante sítio arqueológico do município para instalação do novo aterro. O referido aterro não foi implantado, de forma geral, devido à inadequação da área para operacionalizar a atividade.

Atualmente, o município segue sem estratégias para efetivar a coleta seletiva e os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos prestados pela Prefeitura Municipal e terceirizados, atendem a sede municipal, o distrito Serra do Cipó e, parcialmente, outras localidades urbanas e rurais, abrangendo 70% da população (COBRAPE, 2014). Os resíduos coletados são encaminhados ao aterro sanitário localizado no município de Sabará (Idem). Nos períodos de férias e/ou feriados prolongados, o volume de resíduos sólidos domésticos - RSD gerados é maior em relação aos outros períodos do ano, devido ao movimento turístico na região nessas épocas (Quadro 01 - Idem). O diagnóstico realizado pela COBRAPE (2014) recomenda melhorias na gestão dos serviços de manejo

de resíduos principalmente no que concerne a coleta seletiva e a coleta e de disposição de resíduos de construção civil.

Quadro 01: Volume resíduos sólidos domésticos (2014)

Pesagem mensal dos RSD de Santana do Riacho/Mês	Peso (t)
Janeiro	-
Fevereiro	67,43
Março	47,62
Abril	56,28
Maiο	41,64
Junho	48,80
Julho	54,68
Agosto	48,02
Setembro	47,23
Outubro	53,78
Novembro	59,74
Dezembro	63,33
TOTAL	588,55

Fonte: COBRAPE, 2014, 358

Como destacado pelo diagnóstico, o aumento do volume de resíduos nos meses de fevereiro e dezembro é um reflexo do crescimento do fluxo turístico nestas temporadas, bem como a redução desse volume nos meses de maio e agosto dito pelos empresários como meses ruins para os negócios turísticos. O documento enfatiza também:

Apesar de o município possuir características rurais em maior parte de seu território, apresentando poucas áreas impermeabilizadas, a drenagem urbana e o manejo das águas pluviais no município merecem uma atenção, devendo ser tomadas medidas de planejamento e prevenção para que o município não venha a ter problemas futuros, conforme haja o crescimento e expansão populacional (Idem, 358).

A questão do esgotamento sanitário é outra pauta recorrentemente levantada no âmbito do CODEMA, desde 2008 e mesmo anteriormente. Apesar dos esforços do conselho municipal no que tange ao desenvolvimento e ampliação do debate, bem como o constante monitoramento e cobrança em relação a realização de diagnósticos e proposição de estratégias por parte dos órgãos competentes, a questão do manejo dos efluentes no distrito segue sem alternativas efetivas.

Destaca-se que a partir de 2006, a COPASA assume, pelo período de 30 anos, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da zona urbana do distrito de

Serra do Cipó, garantindo investimentos da ordem de R\$ 2,6 milhões em saneamento na região, em um contrato assinado no dia 17/10/2005, em solenidade realizada na sede da COPASA, em Belo Horizonte, pelo presidente, Márcio Nunes, pelo diretor de Operação da Metropolitana, Juarez Amorim, e pelo prefeito de Santana do Riacho na época, Agnaldo José da Silva. Também estavam presentes o deputado Estadual Fábio Avelar, e os vereadores Joaquim de Castro e Zezinho da Cy (José Ferreira). Os recursos seriam aplicados na implantação de melhorias no sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário local. Dentre as diversas promessas no que tange ao investimento em infraestrutura incluem-se perfuração de dois poços profundos, uma moderna unidade de tratamento, um reservatório com capacidade para 300 mil litros de água, substituição de 8.200 metros de redes distribuidoras e adutoras, para reforço do abastecimento na área central, além da padronização de 600 ligações de água no distrito⁹⁰.

O contrato assinado no ano de 2005, além de todas as melhorias prometidas no que tange a infraestrutura de captação, tratamento e abastecimento da água, o contrato respaldava também iniciativas na área de esgotamento sanitário. Dentre as ações prometidas, ficou acordado que a empresa iria implantar aproximadamente 22 mil metros de redes coletoras e interceptoras, além de construir uma estação elevatória e uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com serviços de qualidade e promovendo mais conforto e saúde para a população local. Desta forma, parte do investimento de 2,6 milhões de reais seria destinado também para a questão do esgotamento sanitário. Na solenidade da assinatura do contrato, o prefeito Agnaldo revelou que a concretização dessa concessão vem de encontro a um antigo desejo da comunidade de ter seus serviços de água e esgotos prestados de forma a garantir mais saúde e qualidade de vida à população. O prefeito salientou ainda o fato da região estar inserida no circuito da Estrada Real e ter características que promovem o turismo ecológico, destacando: “com a chegada da COPASA à Serra do Cipó inclusive os turistas estarão mais bem servidos”⁹¹.

Destaca-se que as melhorias foram implementadas parcialmente apenas no sistema de abastecimento de água, já que o esgotamento sanitário ainda não foi implantado. Nota-se a inviabilidade das ações prometidas em 2005 em relação ao esgotamento sanitário já que o modelo ideal é o de esgotamento estático devido ao fato

⁹⁰ Informações retiradas da matéria publicada pela COPASA, disponível em: <https://bit.ly/2Pekapd> - acesso 20/10/2017

⁹¹ Informações retiradas da matéria publicada pela COPASA, disponível em: <https://bit.ly/2Pekapd> - acesso 20/10/2017

do Rio Cipó ser um curso d'água de Classe Especial. Se o sistema dinâmico não se aplica ao distrito, como foi institucionalizado o investimento de 2,6 milhões de reais nesta iniciativa?

Como salientado, em 2008, o tema já era pauta recorrente do conselho, fato registrado nas Atas daquele ano. Em outubro do mesmo ano, a COPASA apresentou um diagnóstico ao ICMBIO sobre a situação do esgotamento sanitário. Para a COPASA, a implantação do sistema estático é um desafio, já que essa estratégia alternativa não é familiar aos modos de operação da instituição, que detém a concessão pela captação e abastecimento da água no distrito da Serra do Cipó. De acordo com o diretor da COPASA, José Cláudio Ramos:

Na região, o modelo ideal é o de esgotamento estático, como são os casos das fossas sépticas, biodigestores e bombonas – tendo em vista que o sistema dinâmico e coletivo, que intercepta, coleta e direciona para uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), não pode ser aplicado na região”, explicou o gerente do distrito da COPASA, José Cláudio Ramos. Segundo ele, essa premissa se dá pelo fato do Rio Cipó ser um curso d'água de Classe Especial (enquadramento legal que atesta a excelente qualidade das águas e, por isso, impõe padrões mais restritivos de uso) impedindo que receba os efluentes da ETE -, líquido resultante do processo de tratamento do esgoto⁹².

Nos anos seguintes a 2008, o debate seguiu ocupando significativo espaço nos encontros do CODEMA sem apresentar avanços significativos. Em 2012, o então presidente do conselho, Roberto Baruqui, registra em Ata a necessidade do agendamento de uma reunião com representantes da COPASA e da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG. Em 2014, conforme registrado em ATA (anexo 04), o então diretor de meio ambiente da Secretaria de turismo e meio ambiente de Santana do Riacho, Diego Firmino, informou que aos conselheiros que o contrato firmado entre Prefeitura e COPASA (Distrito da Serra do Cipó), inclui abastecimento de água e esgotamento e a COPASA não está cumprindo o item de esgotamento sanitário. Sugeriu como encaminhamento para o CODEMA a manutenção do foco do esgotamento sanitário estático e a convocação de uma reunião com representantes da COPASA para posicionamento e esclarecimentos em relação ao andamento do processo, encaminhamento que já havia sido proposto em 2012.

⁹² Termo de compromisso para garantir esgotamento sanitário da Serra do Cipó validado em 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IApcef> - acesso 20/10/2017

Ainda no ano de 2014, o atraso nas obras de esgotamento sanitário da COPASA volta a ser pauta das reuniões do CODEMA e o diretor de meio ambiente já citado ressaltou naquele momento que as obras não tinham (e ainda não têm) previsão para começarem e que a Prefeitura Municipal havia agendado uma reunião com o presidente da COPASA para que este pudesse dar um direcionamento ao impasse (o que não aconteceu). Os conselheiros sugeriram que fosse feito um levantamento honesto com todo o real quadro da situação do município, em relação às fossas sépticas. Um dos conselheiros salientou que um sistema de saneamento básico no município em si é muito difícil devido a sua carência de alternativas viáveis, explicando que pela preservação do rio Cipó, não se pode usar a forma de tratamento convencional, dizendo também que o sistema estático é muito difícil se manter, operar e gerenciar, pois é complexo e oneroso (Registro em ATA – anexo 05).

No ano de 2016, os desafios e dificuldades no debate sobre o esgotamento sanitário do distrito permanecem. Conforme registrado em ATA (anexo 06), o representante da COPASA, afirmou que sozinha a instituição não possui condição de apontar o sistema ideal, a empresa entende que é necessária uma construção coletiva para definição de um sistema eficaz, contudo o sistema de esgotamento dinâmico parece ser inviável. Afirma ainda que a solução seria a implantação de um sistema individual, antes contudo, reforça a importância de definirem as responsabilidades e as competências de cada órgão, entidade e segmento. Destaca que é de suma importância a formação de um grupo de acompanhamento para discutir todas as questões que compõe o processo, com ampla participação social. O representante da COPASA complementa afirmando que os critérios precisam ser bastante delineados, pois influenciam diretamente não somente na qualidade da prestação do serviço, como na tarifação. Complementa com dados coletados pela empresa sobre a situação do esgotamento sanitário do distrito, ressaltando que 548 propriedades de diferentes usos, como pousadas, residências, casas de campo etc., foram pesquisadas. Destas, 288 afirmaram utilizar fossas sépticas, contudo afirmaram não realizar nenhum tipo de manutenção, o que indica que parte delas pode não ser fossa séptica, já que esta demanda manutenção. Outras 115 fossas foram classificadas como irregulares. O representante da COPASA chama a atenção para a gravidade dos dados, refletindo sobre a dimensão dos efeitos ambientais decorrentes da ausência de um sistema de esgotamento sanitário.

Nesta mesma reunião realizada em junho de 2016 (anexo 06), o prefeito (ainda no cargo) André Torres mostrou preocupação com relação a efetiva implantação do sistema

para o distrito. Afirmar que o contrato para concessão do saneamento foi assinado em 2006 com a prefeitura e, até o momento, nenhuma ação concreta foi realizada. Torres avalia que grande parte das atribuições e responsabilidades ficaram à cargo da prefeitura e da comunidade que questionará o poder público sobre os custos a serem arcados. André Torres salienta que é necessário a COPASA arranjar uma solução para a questão. Os representantes da COPASA retomam as dificuldades de implantação do sistema estático e a impossibilidade do sistema tradicional no distrito, em função das peculiaridades ambientais do rio Cipó. Os conselheiros afirmam que as discussões devem ser feitas de forma mais propositiva, classificando o tipo de fossa, normatizando e estabelecendo padrões nos procedimentos. Concordam que concorda que a responsabilidade de construção e manutenção das fossas (com algumas ressalvas), devem ser do morador, contudo, a coleta e o transporte devem ser de responsabilidade da COPASA.

O termo de compromisso assinado em 2017⁹³, pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, a COPASA, a Prefeitura de Santana do Riacho, a ARSAE e a Agência Peixe Vivo com o objetivo de promover melhorias nos serviços de esgotamento sanitário e a revitalização do Ribeirão Soberbo, afluente do Rio Cipó teve uma das ações a instalação de bombonas (fossas sépticas) em algumas residências às margens do Ribeirão Soberbo para realização de testes e avaliação da eficácia. De acordo com o técnico da COPASA responsável pelos serviços no distrito¹, o sistema testado não apresentou a eficácia esperada devido sobretudo ao adensamento urbano da área. Portanto, a proposta das bombonas foi descartada e a empresa junto a outras instituições envolvidas seguem trabalhando para encontrar a melhor estratégia para lidar com o sistema estático do esgotamento do distrito.

Ainda em 2017, o posicionamento do representante da COPASA na reunião do CODEMA expressa a ausência de avanços no processo. De acordo com ele, a COPASA segue: “buscando soluções para lidar com o sistema estático que foi decidido pelo município”. Apesar do termo de compromisso firmado em 2017, em 2019 a questão do esgotamento sanitário no município segue sem estratégia definida para a gestão dos efluentes no distrito. Embora haja pessoas e instituições envolvidas no debate e empenhadas na busca por soluções possíveis para o esgotamento sanitário, é necessário ressaltar que são 13 anos de atraso, de descaso com a situação do esgotamento sanitário no distrito, de constância cíclica de debates que não avançam para soluções efetivas e de

⁹³ Termo de compromisso disponibilizado pelo CBH Rio das Velhas em: <https://bit.ly/2V8oLiY> - acesso 22/04/2019

repetição de diagnósticos que não foram suficientes e/ou tornaram-se obsoletos. Se há organizações interessadas na viabilização e implantação efetiva do sistema estático de esgotamento, é possível que existam interessados na implantação do sistema tradicional adotado pela COPASA: rede coletora de esgoto. Se atualmente a qualidade da água do rio Cipó ainda é um impeditivo para implantação de rede coletora, é possível que a perda das suas qualidades ambientais torne o contexto mais favorável a instituição do modo de operação padrão da empresa.

Na ausência de uma ETE, como é o caso do município de Santana do Riacho atualmente, a implantação de rede coletora no distrito pode implicar graves danos ambientais já que o descarte do efluente se dá costumeiramente em cursos d' água próximos a área de coleta. É verdade também, que o adensamento urbano, bem como das fossas irregulares já engendra um cenário preocupante em relação a contaminação dos lençóis freáticos e da dinâmica hídrica local. O contexto é complexo pois confronta a empresa concessionária a adotar práticas incomuns ao seu modo de operação tradicional e também por defender um sistema estático (fossas) em áreas onde o progressivo adensamento urbano torna sua possibilidade cada vez mais remota. A questão do esgotamento sanitário do distrito aproxima-se de um beco sem saída. De forma geral, os acordos entre autoridades locais e representantes da COPASA não alcançaram ainda resultados suficientemente satisfatórios para atenuar a gravidade da situação atual marcada pelo progressivo crescimento urbano e pela ausência de um sistema de gestão de efluentes e/ou de uma proposta definitiva e viável para o esgotamento sanitário do distrito. Alerta-se que o risco iminente da contaminação dos cursos d'água locais parece não ser categórico o bastante para se consubstanciar em um critério para arrefecer novos projetos imobiliários residenciais.

Diante de tantos debates técnicos, diagnósticos e relatórios, tantas possibilidades já levantadas e recursos mobilizados, enfatiza-se que a questões do esgotamento sanitário, bem como da gestão dos resíduos sólidos, não é um “problema técnico”, é uma questão política. Enquanto o CODEMA ou outra organização envolvida e/ou implicada e/ou interessada no debate, não se propuser a discutir o tema sob a ótica política, localizando os interesses envolvidos na manutenção da inoperância e os sujeitos hegemônicos que se beneficiam com acordos firmados e não implantados, a tendência é que na próxima década esses grupos sigam reproduzindo discussões que conduzem a “becos sem saída” porque não incidem sobre as centralidades que determinam os contextos e, portanto, não avançam no debate das questões ambientais. Há interesses na manutenção da situação dos

resíduos sólidos e do esgotamento sanitário da forma como está e/ou na contenção de determinados avanços nesses processos, é necessário superar as perspectivas tecnicistas e ampliar o debate ambiental de modo a abranger as questões políticas e sociais que o determina.

As abordagens tecnicistas não alcançam o debate sobre a mercantilização da ideia da finitude da natureza, bem como da desigualdade no acesso às qualidades ambientais do espaço, do uso e grau de transformação do ambiente.

As diferenças no acesso, uso e grau de transformação do ambiente são radicalmente diferentes de acordo com as diferentes classes sociais e o nível de desenvolvimento técnico e científico. (...). A humanidade nunca confronta o ambiente como um todo, antes de chegar a qualquer contradição externa, antes de encontrar limites físicos, enfrenta contradições sociais. (Foladori, 2001, 09)

Não se trata de discutir se existem ou não limites físicos. O autor ressalta que não é resolvido se a matéria no nível universal é infinita ou finita. Nenhum avanço é feito se considerarmos a finitude dos materiais no Planeta Terra, porque neste caso, o importante é se as taxas de uso desses materiais implicam um esgotamento no futuro previsível. Sobre isso, o autor alerta que, no início da década de 1970, o mundo ficou alarmado com a possibilidade da falta de matérias-primas (Meadows, 1972 *apud* Foladori, 2001, 10), de acordo com o autor no início dos anos 2000, parece que o problema da escassez de matéria-prima não é mais tão alarmante.

A possibilidade de substituição de alguns materiais é um fato importante a ser considerado no debate sobre as questões ambientais. A história econômica mostra que, quando um produto tornou-se escasso, a sociedade humana o substituiu por outro (Idem). Contudo, é necessário contrapor criticamente o mito da natureza inesgotável. O que é claro é que qualquer tipo de depredação ou contaminação implica vantagens para certos grupos, classes, países, etc. e desvantagens para outros (Idem). Foladori (2001) ressalta como a sociedade humana “traduz” as contradições internas no problema dos limites físicos, distorcendo e mascarando as contradições sociais do modo de (re)produção capitalista do espaço. Salienta-se como os discursos sobre os limites físicos do planeta e a finitude da natureza são afeitos ao capitalismo ecológico que torna natural as relações de produção, confundindo pobreza com deterioração ambiental, igualando a crise social e econômica à crise ambiental, muitas vezes culpando a vítima pelas crises.

A partir das considerações do autor e do empírico observado, um dos pontos de tensão do debate ambiental no distrito de Santana do Riacho, está justamente no fato de que as análises sobre as questões ambientais que se restringem a perspectiva técnica são predominantes. Reduzem os “problemas ambientais” às questões técnicas:

Observa-se que as transformações ambientais que vêm ocorrendo no município de Santana do Riacho-MG, nas últimas décadas, foram impulsionadas pelo grande fluxo de turistas para região do Parque Nacional da Serra do Cipó e pela abertura de novos loteamentos destinados, sobretudo, às classes média e alta (Oliveira, 2002). Essa crescente busca pelos atrativos turísticos tem feito surgir, além de casas e sítios de finais e de semana, vários estabelecimentos comerciais, como pousadas, áreas de camping, mercearias e restaurantes, que visam suprir essa demanda. Isso tem levado à substituição da cobertura vegetal nativa por novos espaços antropizados, ou seja, onde há edificações ou intervenções humanas na paisagem. (Leite, *et al.* 2010, 1451)

Muitas vezes, as abordagens técnicas abordam as questões ambientais como se não houvesse diferenças no acesso, uso e grau de transformação do ambiente de acordo com as diferentes classes sociais. No que tange ao debate sobre as questões ambientais no distrito é importante incidir sobre essas diferenças. Nesse sentido, os interesses econômicos que determinam os modos de operação da expansão urbana e seus respectivos efeitos locais nos distritos não podem ser negligenciados. Assim como, o fato de que as diferentes classes sociais não experimentam os “problemas ambientais” na mesma intensidade e na mesma proporção.

Um exemplo dos diferentes interesses que permeiam o debate predominante tecnicista acerca das questões ambientais refere-se as dissonâncias entre empresários do turismo convencional e empresários do setor imobiliário. Os primeiros, sobretudo proprietários de pousadas cuja demanda é constituída na sua maior parte por turistas, defendem a preservação das áreas verdes, a estruturação dos espaços públicos (com ênfase para questões estéticas) e dos “atrativos turísticos”, sem necessariamente questionar a desigualdade social do acesso às qualidades ambientais do espaço. De forma geral, se voltam para as demandas estritamente turísticas destinadas a incrementar o fluxo de visitantes. Importante enfatizar que muitos “pousadeiros”, sobretudo pioneiros, que defendem o controle do crescimento urbano do distrito, implantaram seus empreendimentos nas décadas de 1980 e 1990, em contextos bem menos visados sob a ótica das questões ambientais e sociais.

A despeito dos momentos institucionais necessários para efetivação do licenciamento do empreendimento imobiliário (quando a empresa apresenta o projeto ao CODEMA e/ou respectiva câmara técnica ou em audiência e momentos mais abertos com a comunidade), os empresários do setor imobiliário não se envolvem com os debates ambientais, suas atenções estão voltadas a área específica do empreendimento e suas respectivas demandas. Portanto, eles preocupam-se com a preservação das qualidades ambientais do espaço dentro da área do condomínio, buscando atender às necessidades e desejos dos seus clientes. Se por um lado, os empresários do turismo convencional dependem das qualidades ambientais do espaço (para além da área do seu empreendimento) para garantir o fluxo de turistas atraído, sobretudo, por estas qualidades; por outro lado, os empresários do setor imobiliário concentram-se em preservar as qualidades do espaço na área exclusiva do condomínio. Alguns condomínios como Bosque do Sol (Mãe d'água), Quintas do Palácio, Terra de Arroz, possuem suas cachoeiras particulares e acesso privativo aos cursos d' água, garantido aos seus moradores e/ou proprietários de segundas residências acesso às qualidades ambientais e ao lazer.

De forma geral, os “pousadeiros” restringem o debate sobre as questões ambientais às necessidades do turista convencional visando incrementar este fluxo, enquanto os empresários do setor imobiliário limitam-se a atender, com exclusividade, as necessidades dos proprietários de segundas residências concernentes às qualidades ambientais do espaço. A necessidade dos moradores locais destituídos da propriedade privada e do acesso às qualidades ambientais, bem como ao lazer, inclusive produtivo (pesca, coleta de plantas e frutos do cerrado, de lenha, etc.), não compõe as pautas de interesse do empresariado local.

Salienta-se que as abordagens técnicas predominantes nos ciclos de debate no distrito sobre as questões ambientais não incidem nas divergências de interesses entre o empresariado local, bem como da ausência das questões sociais nos debates das questões ambientais. O foco é restrito ao “planejamento ordenado” ou “planejamento consistente”, a exemplo de Leite, *et al.* (2010):

Diante do exposto, julgamos importante conhecer a intensidade e direção dessas transformações da paisagem natural e compará-las às fragilidades ambientais do município (Santana do Riacho), no que diz respeito à ocupação urbana. Sobretudo pelo importante valor paisagístico do município, que é contemplado em sua maior parte pela Serra do Espinhaço, e por estar na Área de Preservação Ambiental

Morro da Pedreira, região de alto endemismo de flora e fauna. Além disso, é necessário entender a dinâmica dessas transformações para um planejamento consistente das intervenções propostas, como as de infraestrutura viária, e suas respectivas implicações no meio. (Idem, 1451)

Como já destacado, não é o objetivo desconsiderar a importância das técnicas e/ou do planejamento mais amplamente. O objetivo é salientar o fato de que as questões ambientais não podem ser abordadas como se fossem questões estritamente técnicas. É importante retomar a primazia do econômico que impera nas abordagens tecnicistas e como servem as práticas econômicas neoliberais, reproduzindo as assimetrias sociais, inclusive no que tange ao acesso as qualidades ambientais do espaço e ao lazer.

As questões ambientais devem ser discutidas sob a ótica das contradições sociais que lhes são constitutivas que implicam relações desiguais de poder, muitas vezes ocultadas pelos discursos hegemônicos sobre crescimento econômico manipulado pela conformidade com o desenvolvimento. Assim, as análises sobre as questões ambientais devem se voltar para relações sociais historicamente determinadas, bem como para os interesses divergentes em termos de uso do espaço (Foladori, 2000), como apontado por Costa, Oliveira e Ramos (2003) sobre a urbanização na APAMP:

O foco é o processo de urbanização em duas Unidades de Conservação (UC) em Minas Gerais, na região da Serra do Cipó (distrito de Cardeal Mota). Essas unidades, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e o Parque Nacional da Serra do Cipó, localizam-se na Serra do Espinhaço, com acesso principal pela MG-10, a cerca de 100 km de Belo Horizonte. A região vem experimentando um intenso processo de transformação em função do crescimento do ecoturismo e da crescente expansão imobiliária, associada à fuga, para segundas residências e sítios de recreio, de parcela da população metropolitana. Na região, há conflitos associados tanto a interesses divergentes em termos de uso do espaço, quanto a diferenças entre modos de vida mais tradicionais e outros que compõem um enorme espectro, mais típicos das grandes áreas urbanas, aí incluindo-se tanto os turistas/ecologistas/pesquisadores, quanto os praticantes de um turismo de massa (Costa, Oliveira e Ramos, 2003, 04).

Enquanto a questão for discutida sob um prisma analítico essencialmente técnico, os modos de operação e os efeitos locais desses interesses prevaletentes, não serão problematizados. As controvérsias discursivas entre os propósitos da sustentabilidade e aqueles atrelados aos interesses econômicos dominantes permanecem ocultos, as contradições sociais constitutivas do debate ambiental seguem sendo suprimidas.

Como salientado por Costa (2008), o pensamento ambiental nasce de uma crítica geral ao projeto da modernidade, questionando o modelo de organização territorial da urbanização contemporânea. No âmbito da apropriação dessa crítica pelos circuitos dos capitais, as ideologias afeitas ao neoliberalismo, que emerge como “resposta” e mecanismo de contenção da crítica geral ao projeto da modernidade, sustentam os discursos desenvolvimentistas pró-turismo, apoiando-se no capitalismo ecológico (supostamente renovado) para alavancar o crescimento econômico e recrudescendo as assimetrias sociais.

É necessário analisar a quem predominantemente o progresso serve e determinar quem escolhe a direção desse progresso e com quais objetivos (Dupas, 2007). De forma geral, o progresso serve aos interesses econômicos dominantes que constituem os discursos hegemônicos sobre crescimento econômico. É necessário, portanto:

desconstruir o discurso hegemônico sobre a globalização associada à ideia de progresso inexorável. Talvez o melhor fosse ficar com Merleau-Ponty, quando ele afirma que “transformar caminhada em progresso é uma elaboração ideológica das elites”. (Idem, 86/87).

Ideologias estas (Ideologia do progresso e do desenvolvimento) ressignificadas e atualizadas no contexto da crise ecológica, tornando-se, através de uma mudança discursiva, mais afeitas à “natureza” e aos recursos naturais (Del Gaudio, Freitas e Pereira, 2015).

Se para Therborn (1991), as ideologias submetem e qualificam os sujeitos, entendemos que o desenvolvimento sustentável, como ideologia, exerce esse papel, ao possibilitar situar, por exemplo, a questão ambiental em torno do que existe e não existe, do possível e do impossível, do correto, bom e bonito. As interpelações da IDS ocasionam, de um lado, a aceitação das propostas de resolução da crise afeitas às classes dominantes, tais como a cobrança pelos “serviços ambientais” e a instituição de novas formas de valorização do capital, por meio do comércio de carbono, dos mecanismos de desenvolvimento limpo, pelas certificações etc. De outro, geram um medo crescente e asfixiante de esgotamento dos recursos nos sujeitos, induzindo ao controle das ações cotidianas do vizinho, colega de trabalho, parentes, a fim de evitar o “desperdício” que, certamente, produzirá a escassez absoluta. A interligação entre essas duas formas reforça ambos os lados a partir de uma concepção hegemônica do ambiente e da crise. (Idem, 102)

As propostas genéricas voltadas para o turismo sustentável compõem estratégias afeitas aos interesses econômicos predominantes e reforçam uma concepção hegemônica do ambiente e da crise. Um exemplo disso é a identificação e proliferação das concepções hegemônicas da questão ambiental, em um discurso acadêmico construído por uma jovem moradora da Varginha, comunidade rural do município de Santana do Riacho que realizou uma pesquisa sobre o turismo na Lapinha, no âmbito da sua graduação no curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade de Educação - FAE/UFMG:

No turismo ecológico/ambiental a natureza é o atrativo, trazendo gente de fora para a cidade, gerando trabalho e renda para a comunidade. As cachoeiras, as matas, paisagens bonitas tornam-se uma espécie de “galinha dos ovos de ouro” ou contraditoriamente o “lobo mau” da história. Conservação é a palavra-chave para o desenvolvimento do ecoturismo. Em vez de somente explorá-la depredando seus recursos naturais (poluindo, desmatando) é necessário explorar conservando e estendendo esses recursos para as próximas gerações. É preciso cuidar bem da fonte de renda, a natureza. (Sousa, 2016, 19/20)

Em um contexto similar ao observado quanto aos Projetos de Intervenção no âmbito do CTMAT, o discurso reproduzido pela autora é elucidativo quanto às concepções hegemônicas de crescimento econômico e de desenvolvimento sustentável afeitas aos interesses das classes dominantes nos distritos, e as formas através das quais são amplamente apropriadas e reproduzidas por discursos proferidos por pessoas pertencentes à outras classes sociais. Para esclarecer, vale apontar as considerações da autora na apresentação da pesquisa:

(...), tenho 23 anos, moro no campo desde que nasci com meus pais e meu irmão. Meus pais são agricultores familiares e temos uma casa na zona rural de Santana do Riacho, distante da sede a 20 km. Possuímos um pequeno quintal onde plantamos diversas frutas e hortaliças que é destinada para o nosso próprio consumo. (Idem, 08)

Em julho de 2017, me encontrei com a autora desse texto para conversar com ela⁹⁴ sobre nossas pesquisas e suas perspectivas analíticas como pesquisadora e como moradora nativa, no que tange ao debate ambiental de forma ampla. De forma geral, observei através da nossa conversa, a predominância e reiteração de uma perspectiva técnica no seu discurso. É claro que ela é jovem e que existem questões específicas do

⁹⁴ Essa interlocutora não está identificada nos quadros dos apêndices por ela não ser moradora do distrito, sendo este recorte empírico (entrevistas com moradores do distrito) restrito ao referido universo.

seu percurso formativo que também interferem. Contudo, naquele momento, o objetivo foi identificar a amplitude dos discursos hegemônicos sobre desenvolvimento e sustentabilidade, a partir das suas possibilidades e tendências em serem absorvidos e reproduzidos também pelos grupos sociais que não são dominantes. As ideologias dominantes que servem aos interesses econômicos hegemônicos, “subordinam” outros grupos sociais às perspectivas sobre as questões ambientais afeitas às classes dominantes:

Essas formas de subordinação despolitizam questões como a superexploração do trabalho e a introdução de estratégias de aumento das taxas de lucro, que recrudesce as desigualdades sociais, impondo o “silenciamento”; “emudece” os significados tradicionais do território e cria uma visão unívoca de natureza que auxilia na manutenção da exploração capitalista do espaço – não sem contestações. (Del Gaudio, Freitas e Pereira, 2015, 103)

No distrito pesquisado, a ideologia dominante do desenvolvimento sustentável é aceita e reproduzida também, pelas abordagens técnicas e genéricas que propagam as estratégias alternativas de desenvolvimento, pautadas ainda na educação ambiental, no turismo sustentável e no ordenamento territorial via planejamento adequado ou consistente, por exemplo. A ideologia dominante do desenvolvimento sustentável, a serviço dos interesses econômicos prevaletentes, expressa nos discursos reverberam a conciliação entre os interesses hegemônicos no crescimento econômico e os propósitos da conservação ambiental ou da sustentabilidade, sem incidir sobre as controvérsias derivadas.

A supressão dessas controvérsias, confere centralidade aos discursos desenvolvimentistas pró-turismo. Qualquer discurso que não coloca no centro do debate ambiental as relações desiguais de poder que permeiam os modos de operação instituídos por empreendedores, incide no risco de construir abordagens genéricas/equivocadas sobre desenvolvimento e sustentabilidade e, portanto, convergentes aos interesses econômicos dominantes. Como salientado por Dupas (2007), frente à ampla aceitação dos discursos hegemônicos, a tarefa mais difícil, no entanto, é manter-se crítico.

3.2.1. As questões sociais, políticas e econômicas do debate ambiental: interesses divergentes no processo de avaliação do Parque Estadual Serra do Cipó

Ainda nas décadas de 1960 e 1970 era grande o número de pesquisadores e professores, de Belo Horizonte e São Paulo, que se hospedavam no Hotel Veraneio⁹⁵. Essa presença já evidenciava em seus estudos a relevância das espécies de flora e fauna da Serra do Cipó e a importância da tomada de medidas voltadas à proteção da sua biodiversidade. Como já apontado, o interesse científico e a pressão de pesquisadores e ambientalistas contribuíram decisivamente para a criação do PESC, em 1978, sobreposto/federalizado pelo PARNASC, em 1984⁹⁶. No processo de federalização da unidade de conservação, algumas áreas que pertenciam ao Parque Estadual foram excluídas (Santos, 2016). O decreto de criação do PESC não foi revogado quando de sua federalização nem as terras incorporadas aos limites do PARNASC pois, estariam em termos legais, ainda sob a tutela do governo estadual (Idem). O autor relata a tentativa de esclarecer a questão junto à equipe do PARNASC que não possuía (em 2016) um posicionamento oficial a respeito, salientando que a questão poderia expor novos conflitos no futuro, o que de fato aconteceu.

A denominação de algumas unidades de conservação como “parques de papel” se deve ao fato de serem criadas e não serem implementadas (Lopes, De Fillipo, Gontijo 2019). Nota-se que as realidades de algumas unidades de conservação foram alteradas ao longo da lacuna temporal entre a sua criação e implementação que pode abranger décadas (Idem). Para lidar com tal realidade, em muitos casos, se faz necessária a avaliação dessas áreas, podendo incidir na modificação de limites, de categoria de manejo (recategorização), bem como na sua revogação (Idem). Em 2012, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MP/MG, iniciou um diagnóstico sobre a real situação das Unidades de Conservação do Estado (MP/MG, 2016), entre eles o PESC (Idem).

Em março de 2018, nas reuniões do CODEMA e COMTUR, a autora participou do momento da apresentação da equipe técnica do IEF/MG, incluindo a Gestora do PESC, sobre a retomada institucional da discussão acerca dessa unidade de conservação. Sob a orientação dos representantes do IEF, foi formatado um GT de Avaliação do PESC, do qual participamos. Ao longo do ano de 2018 (março, junho e outubro), aconteceram 3

⁹⁵ Informações relatadas pelo fundador do empreendimento, em entrevista concedida a Santos (2016) (Idem, 155). O Hotel Veraneio é o primeiro e único hotel (como categoria de meio de hospedagem) na região do distrito. Há centenas de pousadas e hospedarias, mas apenas o Hotel Veraneio tem essa classificação.

⁹⁶ Sobre o processo histórico de criação do Parque Estadual da Serra do Cipó e sobre sua posterior sobreposição/federalização ver (Santos, 2016, 156 a 161) e (Lopes, De Fillipo e Gontijo, 2019).

reuniões conduzidas pelo IEF, abertas à comunidade e que contaram com a participação do GT para condução do processo. Nessas reuniões e fora delas, a notícia sobre a regulamentação da área do PESC gerou dúvidas e especulações. Nas reuniões, houve debate por parte dos representantes do IEF e do ICMBIO sobre os processos legais em relação ao processo de federalização do Parque Estadual. De forma geral, tramitaram processos jurídicos e administrativos entre as instituições, para validação da legitimidade atual do PESC. Transcorridos os processos, o posicionamento final do ICMBIO refutou a legitimidade da regularização do PESC, reafirmando a federalização da UC integrada ao PARNASC em 1984. Em contrapartida, os representantes do IEF alegam que a instituição foi acionada pelo MP/MG e precisa emitir um parecer oficial sobre as unidades de conservação do Estado que existem apenas no papel, entre elas o PESC.

O processo de avaliação do PESC se justifica pela área não coincidente ao PARNASC, de aproximadamente 750 hectares (figura 23), que abrange o distrito Serra do Cipó (em Santana do Riacho) e áreas da Zona Rural de Jaboticatubas: Terra de Arroz, Fervedouro e parte da Serra da Caetana (Idem). Na área, destaca-se a relevância ambiental da baixada inundável do Rio Cipó. Neste trecho, o rio Cipó demarca os limites municipais, estando Santana do Riacho à margem direita e Jaboticatubas à margem esquerda do rio (Idem) (figura 24).

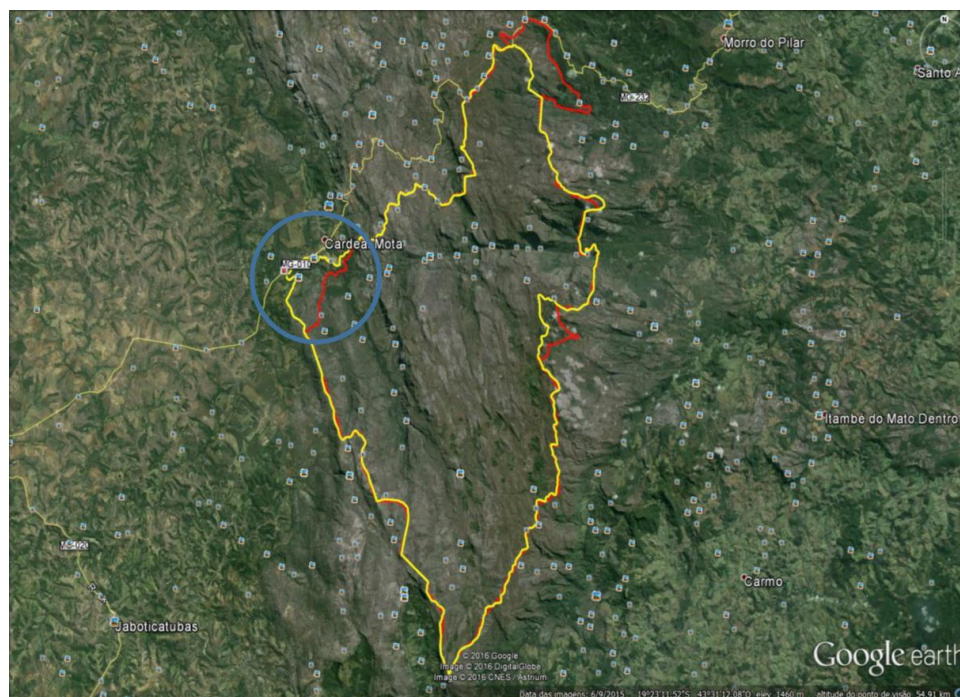


Figura 23: Limites do PESC (amarelo) e limites do PARNASC (vermelho). O destaque (círculo azul) indica área do PESC não sobreposta pelo PARNASC. Fonte: (Lopes, De Fillipo, Gontijo, 2019, 04)



Figura 24: Imagem da área do PESC não sobreposta ao PARNASC ampliada. À margem direita do rio Cipó, o distrito Serra do Cipó (Santana do Riacho) e à margem esquerda do rio Cipó, zona rural de Jaboticatubas. Fonte: (Lopes, De Fillipo, Gontijo, 2019, 05)

O Rio Cipó é formado na divisa entre os municípios Santana do Riacho e Jaboticatubas, na região do Médio Baixo Rio das Velhas, dentro do PARNASC, a partir do encontro entre seus dois ribeirões formadores, Mascates e Bocaina. A baixada do Rio Cipó, está localizada na vertente oeste da Serra do Cipó (sul da Serra do Espinhaço), dominada pelo Bioma Cerrado. Com altitude aproximada de 800m, os cursos d'água que formam o Rio Cipó percorrem um solo arenoso, fortemente suscetível às erosões (Idem). A Cachoeira Grande funciona como uma barragem natural à montante, o rio Cipó é meândrico e passa por uma baixada inundável na época das chuvas, com várias lagoas marginais temporárias e permanentes (Vieira, Santos e Alves, 2005; ICMBio, 2009), habitat que vem se tornando cada vez mais raro no Cerrado brasileiro (Rodrigues, *et. al*, 2005) (Idem). À jusante da Cachoeira Grande, são formadas corredeiras, em um complexo de cachoeiras de diversos tamanhos (ICMBio, 2009) (Idem). Quanto a relevância ambiental do rio Cipó:

O rio Cipó corta a Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro da Pedreira no seu alto percurso e corre no sentido SE/NW, paralelamente às encostas íngremes da Serra do Cipó, denominação local da faixa ocidental da porção meridional da Serra do Espinhaço. Toda essa região encontra-se inserida na bacia do rio das Velhas, tributário da São Francisco e um dos mais importantes do ponto de vista histórico, geográfico e econômico de Minas Gerais. Considerando o grau de poluição da bacia do Velhas, a bacia do Cipó ganha grande importância na medida em que constitui-se na única com padrão de qualidade considerado satisfatório pela Fundação Estadual do Meio Ambiente

(FEAM, 1997), tratando-se então de um verdadeiro repositório da biodiversidade da bacia como um todo (Gontijo, 2003, 39).

Em relação às lagoas marginais (Figura 25), as mesmas encontram-se em maior número e concentração na área do PESC, portanto não sobreposta pelo PARNASC (Lopes, De Fillipo, 2019). As lagoas marginais são utilizadas como refúgio e áreas reprodutivas para peixes, o que torna esta área tão relevante nos âmbitos ambiental e social (Idem). São várias as espécies visualizadas na área, que se beneficiam deste ecossistema, como, por exemplo, o jacaré do papo amarelo (*Caiman latirostris*) e, a ameaçada de extinção lontra (*Lontra longicaudis*) (Idem).



Figura 25: Foto à esquerda mostra a área da baixada do meândrico Rio Cipó com as suas lagoas marginais. Do lado direito da foto (margem esquerda do Rio) está o município Jaboticatubas. Do lado esquerdo da foto (margem direita do Rio, distrito Serra do Cipó). A foto à direita, é a mesma baixada, inundada em período chuvoso. Fotos: Henri Collet, 2010. Fonte: (Idem, 06)

O Rio Cipó, de Rio de Preservação Permanente pela Lei Estadual nº 15.082/2004, é considerado o contribuinte de melhor qualidade de água e com maior diversidade de peixes para o Rio das Velhas (CBH VELHAS, 2016), tratando-se de um verdadeiro repositório da biodiversidade da bacia como um todo (Gontijo, 2003) (Idem). Além disso, este rio é Classe Especial no interior do PARNASC, e ao sair desta UC, passa a ter Classe 1 (DN COPAM N° 20 de 1997) (Idem).

Outras áreas protegidas foram criadas contemplando parte da área do PESC não sobreposta pelo PARNASC, como por exemplo a APAMP e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Reserva da Cachoeira, limítrofe à Cachoeira Grande e também de propriedade do Zareia Empreendimentos, que caracteriza-se como um dos principais empreendimentos turísticos do distrito da Serra do Cipó (Idem).

Devido à ausência da gestão do PESC desde a sua criação, a área não sobreposta pelo PARNASC foi sendo parcialmente urbanizada (Idem). Os interesses imobiliários na área já se faziam presentes na década de 1980, quando foi criada a primeira proposta de parcelamento de terras no interior do PESC, materializada no projeto Condomínio Rio Cipó, sobre o qual já foram tecidas considerações na introdução deste texto. O loteamento Terra de Arroz, em Jaboticatubas, é outro exemplo de área no interior da UC, que foi urbanizada, no final da década de 1990, com 12 lotes de 1.000m² (Idem). Quanto ao Fervedouro, esta área é diferenciada em relação às demais no processo avaliativo, pelo fato das famílias ali presentes serem de moradores nativos inseridos em um contexto de maior vulnerabilidade social em comparação aos outros proprietários (Idem).

A despeito da insegurança geral perante a situação de avaliação do PESC, houve uma diferença no posicionamento entre aqueles que possuem imóveis (primeira e segunda residências) e aqueles proprietários de terras (Idem). De forma geral, os proprietários de imóveis mostram-se favoráveis à continuidade ou a um novo limite do parque, desde que eles possam permanecer no local e que não impacte seus direitos sobre a propriedade privada (Idem). Já entre os proprietários de terras, é notável certa aversão em relação ao parque, principalmente pelo fato de o enxergarem como uma ameaça aos seus patrimônios, já que, na maioria das vezes, o processo de desapropriação é demasiadamente demorado e pode implicar na desvalorização imobiliária (Idem).

Quanto a relevância do debate sobre a conservação do rio Cipó, vale ressaltar a pesquisa de Murta, Porto e Ribeiro (2019) que avalia os peixes do rio Cipó, na relação espécie-área e a perda da biodiversidade por impactos humanos:

A relação espécie-área é uma medida numérica em constante pressão ambiental. Ela flutua segundo as condições do hábitat, tais como a disponibilidade de recursos, qualidade ambiental, fatores limitantes e impactos ambientais que por sua vez, determinam a presença ou não de determinadas espécies. A finalidade do estudo foi comparar a relação espécie-área da sub-bacia do rio Cipó entre os anos de 2005 e 2018. Esta informação foi acessada através da divisão entre a riqueza de espécies da bacia hidrográfica nos diferentes anos (2005 e 2018), pela área da sub-bacia do rio Cipó (Idem, 279).

Os pesquisadores realizaram coletas trimensais em diferentes pontos ao longo da sub-bacia do rio Cipó, capturando 297 indivíduos distribuídos em 29 espécies. Eles constataram uma redução na relação espécie-área de 2,256 indivíduos/m², em 2005, e de 2,195 ind./m², em 2018. Para os autores:

Ainda que pequena, é possível que a queda observada tenha relação ao turismo e à crescente expansão demográfica e sem planejamento adequado. Ambos são fatores que sem uma boa gestão, podem causar impactos ambientais negativos e comprometer a integridade biológica da região. A fauna de peixes local é composta por espécies ameaçadas, além de muitas espécies sensíveis como a Pirapitinga (*Brycon natereri*). Portanto, a diferença encontrada na relação espécie-área, serve como alerta aos riscos ambientais inerentes à uma gestão ambiental inadequada perante ao crescente processo de urbanização e turismo na Serra do Cipó (Idem, 279).

Os autores alertam que a expansão demográfica, o crescente processo de urbanização e o turismo podem estar relacionados à redução observada na biodiversidade dos peixes. Eles atribuem essa redução à ausência de uma “boa gestão”. Os interesses econômicos ditam os rumos da ocupação urbana e do planejamento. Se o projeto de crescimento econômico do lugar é baseado no crescimento urbano, por exemplo, a “boa gestão” é aquela que engendrará uma maior ocupação urbana.

Quanto a área do PESC, salienta-se a valorização imobiliária das qualidades ambientais do espaço, materializadas neste caso, na proximidade e acesso, cada vez mais restrito, ao rio Cipó. O apelo imobiliário na área é grande e os proprietários já manifestaram interesse em disponibilizar as terras para oportunidades comerciais. Portanto, a regularização da UC, através da demarcação de nova área para o PESC ou por meio da recategorização da UC, poderá funcionar como uma “barreira” para a ocupação urbana na área das lagoas marginais do rio Cipó. Contudo, e como já considerado na introdução deste texto, no contexto atual da crise do capitalismo, da expansão do neoliberalismo e da primazia do econômico sob as questões ambientais, o que se observa é o desmonte vertiginoso das políticas ambientais⁹⁷ em prol do favorecimento dos interesses econômicos hegemônicos.

Os reflexos disso na área de estudo se expressam na ausência de gestor para o PESC, desde janeiro de 2019 (Decreto Estadual N° 47.608), que exonerou milhares de funcionários do Estado. Parte desses funcionários foram readmitidos, e mesmo com as realocações dos servidores que permaneceram na instituição, alguns cargos continuam desocupados, como a gestão do PESC. É possível que o desmantelamento da gestão da UC implique em retrocessos no processo de mobilização da comunidade, sensibilização

⁹⁷ Um exemplo deste desmonte é a exoneração de 21 dos 27 superintendentes regionais do IBAMA por Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro - <https://bit.ly/2COmLRY> - acesso 02/03/2019

dos proprietários e de contenção da ocupação urbana da área (Idem). Processualmente, o desenvolvimento da ocupação urbana tende a aumentar a pressão sobre o rio e degradar suas qualidades ambientais.

Se por um lado, a institucionalização das áreas protegidas, como no caso do PESC, pode funcionar como entrave à ocupação urbana, por outro lado, pode engendrar a valorização imobiliária dos terrenos no seu entorno e a seletividade do acesso às áreas conservadas ambientalmente, questões exploradas no próximo tópico.

3.2.2. O “papel turístico” da unidade de conservação e as consequências imobiliárias da sua implantação

O relatório publicado em 1982 e elaborado pelo Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia – SOCT, da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC avaliando as principais atividades realizadas para implantação do Parque Estadual da Serra do Cipó – PESC, apresenta dados que corroboram com a afirmativa sobre a intensificação do turismo e do crescimento urbano, a partir da década de 1980. As taxas negativas de crescimento nos censos demográficos de 1970 e 1980, mostraram que tanto Santana do Riacho como o seu distrito Cardeal Mota eram *expulsores de população* (CETEC, 1982, 14).

Como já considerado, os primeiros loteamentos datam de 1980. De forma geral, é possível considerar que o interesse turístico precedeu o interesse imobiliário, já que o primeiro, data da década de 1940, quando foi inaugurado o Hotel Veraneio e o fluxo de visitantes já era uma realidade. O turismo naquelas décadas não pode ser comparado à intensidade das transformações sócioespaciais desencadeadas a partir de 1980, quando se acentuaram os fluxos turísticos, os processos de parcelamentos e de instalação de segundas residências e novos moradores. O turismo exerceu e exerce um papel de “vitrine” que atrai os interesses econômicos do mercado imobiliário, impulsionando-o com o valor turístico agregado aos imóveis e terrenos.

A respeito do processo de uso e ocupação do solo e as interferências das casas de veraneio e segundas residências, Santos (2016) destaca:

A Serra do Cipó vem passando por significativas transformações socioespaciais, associadas, em grande medida, ao asfaltamento, no final dos anos 1980, do trecho da Rodovia MG- 010 entre Lagoa Santa e o distrito de Cardeal Mota (atual Serra do Cipó), sendo este “a porta de entrada” para o turismo na Serra do Cipó, como bem interpreta Gontijo (2007). Desde então, a vertente oeste da Serra começou a conviver com

um rápido processo de ocupação e uso do solo, em grande medida, decorrente do aumento pela busca de casas de veraneio e de segundas residências e, também, da necessidade de implantação de infraestrutura de apoio e serviços aos visitantes. Em grande medida, esse movimento foi sustentado pela implementação de políticas governamentais e programas de incentivo ao turismo – como a criação do Circuito Turístico da Serra do Cipó e o Programa Estrada Real – que trataram de consolidar o potencial turístico dessa porção da Serra do Cipó e, ao mesmo tempo, conferiram maior visibilidade a outras regiões menos conhecidas e visitadas, principalmente em sua vertente leste. Como resultado, a sociobiodiversidade regional tem sofrido fortes pressões associadas ao incremento da visitação turística e à crescente especulação imobiliária (Ferreira, 2010). (Idem, 235/236)

Vale ressaltar como pesquisas anteriores já sinalizaram a centralidade das segundas residências no processo de crescimento urbano no distrito. Os autores citam também a relação entre as políticas governamentais e os programas de incentivo ao turismo, como o Circuito Turístico da Serra do Cipó – Programa de Regionalização do Turismo - e o Programa Estrada Real, e a divulgação dos lugares. As iniciativas que “trataram de consolidar o potencial turístico dessa porção da Serra do Cipó (distrito Serra do Cipó)”, como afirmado pelos autores citados; podem ter beneficiado mais o setor imobiliário do que o setor do turismo convencional (equipamentos turísticos: Pousadas, agências, “atrativos”, restaurantes, etc.). Dessa forma, vale considerar a hipótese de que esses programas de incentivo impactaram mais a valorização imobiliária e o crescimento urbano do que o desenvolvimento da atividade turística propriamente dita.

No contexto da emersão do imobiliário, os terrenos e condomínios localizados no entorno do PARNASC, configuram-se nos espaços mais valorizados no mercado imobiliário local:

a expansão urbana no distrito da Serra do Cipó se espalha ao longo da rodovia MG-010 (...), direcionando-se exatamente para as bordas do Parque Nacional da Serra do Cipó, em função também das paisagens atrativas e da promessa da “vista definitiva”. (Moss, 2014, 102)

Retoma-se o debate crítico sobre a mercantilização das qualidades ambientais do espaço com foco para a valorização imobiliária no entorno das áreas protegidas definindo ali exclusividades da natureza e estimulando a condição dos elementos naturais como novas raridades. Trata-se da construção da ideia de finitude da natureza voltada para sua conversão em mercadoria.

O caso do empreendimento Residencial Fazenda do Engenho é expressivo para ilustrar a apropriação das qualidades ambientais do espaço do/no distrito da Serra do

Cipó. Implantado em 2012, se apropria do acesso privilegiado às qualidades ambientais para incrementar seu discurso comercial:

Todos os 159 lotes possuem áreas a partir de 1.000m² e excelente topografia. A área total do condomínio é de 258.400m², dividido em 12 quadras. O residencial conta ainda com portaria 24 horas, mirante com vista definitiva para o Parque Nacional da Serra do Cipó, espaço gourmet e área de lazer⁹⁸.

Os preços dos lotes no condomínio variam entre R\$150.000,00 e R\$250.000,00 por 1.000m², além da taxa condominial mensal de R\$250,00 reais que devem ser dispendidas mensalmente pelo proprietário⁹⁹. O público-alvo de pessoas com alto poder aquisitivo, pode ser comprovado pelo padrão dos primeiros imóveis construídos (figura 13 – referência em um site internacional de arquitetura¹⁰⁰), em sua maior parte, segundas residências. A apropriação privilegiada das qualidades ambientais do espaço, se realiza também, na área de lazer do empreendimento que possui uma vista exclusiva e “definitiva” para o PARNASC (figura 26 e 27).



Figura 26: Segunda residência condomínio Residencial Fazenda do Engenho. Fonte: <https://bit.ly/2V9yIbL> – acesso 22/02/2018



Figura 27: Área de lazer com vista para o PARNASC - Residencial Fazenda do Engenho. Fonte: <http://residencialfazendaengenho.com.br> - acesso 22/02/2019

⁹⁸ Disponível em: <http://residencialfazendaengenho.com.br/> - acesso 22/02/2018.

⁹⁹ Informações coletadas com interlocutores H3 e I3 (Apêndice 04), proprietários de imóvel em construção e terreno respectivamente, no condomínio.

¹⁰⁰ <https://bit.ly/2V9yIbL> – acesso 22/02/2018.

Esses terrenos privilegiados possuem grande extensão que permite a formatação da proposta com lotes amplos e áreas verdes. Quando comparamos a área do condomínio com as áreas dos bairros vizinhos, Progresso e Santa Terezinha¹⁰¹, é possível constatar a desproporcionalidade nas dimensões dos parcelamentos que implica a falta de equivalência no acesso às qualidades ambientais. Nas imagens (figura 28 e 29) observa-se a aglomeração urbana intensa, sobretudo no bairro Progresso, sobre o qual teceremos outras considerações adiante. A desproporcionalidade entre as dimensões das áreas expressa os privilégios no uso e ocupação do solo e de quem pode ou não pagar por tudo isso.



Figura 28: Residencial Fazenda do Engenho (direita) e bairros do distrito, Progresso e Santa Terezinha. Fonte: <https://bit.ly/2OLNcMV> – acesso 22/02/2019

O exemplo do Residencial Fazenda do Engenho é relevante para pontuar como os interesses econômicos hegemônicos, ali os correspondentes ao setor imobiliário se apropriam da natureza e de seus elementos. Eles privilegiam as potencialidades como força produtiva social e, portanto, capazes de aumentar a aferição de rendas. A

¹⁰¹ A autora reside desde 2010 no bairro Santa Terezinha. Na figura sinalizamos com X (vermelho), meramente ilustrativos, as áreas do bairro onde a ocupação urbana já mostra os seus primeiros sinais e que tende a crescer nos próximos anos. No entorno da residência da autora foi possível acompanhar o início da ocupação urbana da área do bairro desocupada. Nesse processo, observou-se a abertura de rua, instalação de segundas residências e de uma pousada. O cercamento e a limpeza dos lotes desocupados, assim como o movimento significativo de interessados e possíveis compradores conhecendo a área, reforçam os indícios de que nos próximos anos, a ocupação urbana no local irá se intensificar.

desigualdade social no acesso às qualidades ambientais do espaço associa-se amplamente, a restrição do acesso e uso das áreas preservadas por parte das pessoas destituídas da propriedade privadas destas qualidades.

No caso relato, vale salientar que, anteriormente a 2012, quando o condomínio foi implantado, a área era comumente utilizada pelas pessoas do distrito, sobretudo, moradores dos bairros situados no entorno do empreendimento - como no caso da autora que reside no bairro, já citado, Santa Terezinha - para coletar frutos do cerrado, como pequi e mangaba. A implantação do empreendimento restringiu a prática da coleta dos frutos, o acesso às qualidades ambientais daquela área e aniquilou a “passagem”/“atalho” para a portaria do Retiro no PARNASC, percurso que se tornou mais longo.

3.3. O “rótulo” Serra do Cipó e a comercialização dos produtos turísticos e imobiliários

Vale apontar que mesmo quando ainda era denominado Cardeal Mota, Serra do Cipó sempre foi uma referência importante para denominar o lugar onde se localiza o distrito. Como observado por Oliveira (2002b), muitas pessoas desconheciam o distrito pelo nome Cardeal Mota, “a grande referência para a localidade é simplesmente Serra do Cipó” (Idem, 67). Ferreira (2010) e Braga (2011) também enfatizam que durante muito tempo, convencionou-se chamar de Serra do Cipó uma pequena área, mais movimentada, então cortada por uma estrada de terra no antigo distrito de Cardeal Mota, pertencente ao município de Santana do Riacho.

Serra do Cipó é um nome que possui diferentes significados, que nem sempre são possíveis de serem plenamente separados, se distinguem, mas não se dissociam. As regiões, localidades e os elementos da geografia física que carregam o nome Serra do Cipó muitas vezes encontram-se sobrepostos. Por exemplo, parte da unidade geomorfológica Serra do Cipó (anexo 07) encontra-se no distrito Serra do Cipó, que, por sua vez, abriga parte da área territorial que foi transformada no PARNASC. Três contextos geográficos distintos, que representam conjuntos socioespaciais também distintos, mas que possuem áreas territoriais em comum e que estão associados ao mesmo nome, sendo, portanto, representados e reconhecidos como Serra do Cipó.

Por meio de uma polêmica e rápida “manobra política”, em 2003, os vereadores regulamentaram a alteração do nome do distrito para Serra do Cipó. Não houve consulta pública e, talvez por isso, tratou-se de uma decisão polêmica. Através dos dados coletados

em entrevista foi possível conhecer um pouco mais das circunstâncias da mudança “repentina” do nome do distrito.

Em 2003, um dos interlocutores entrevistados¹⁰² atuava na Secretária Municipal de Educação e, portanto, tinha conhecimento do que se desenrolavam na Prefeitura Municipal de Santana do Riacho. Segundo a pessoa entrevistada, nesse ano, o poder público de Santana do Riacho teve conhecimento de que o município de Conceição do Mato Dentro estava se articulando para alterar o nome de um dos seus distritos para Serra do Cipó. Tal iniciativa possibilitaria se apropriar assim dessa “marca”, que já tinha seus significados ambientais e turísticos e que já era reconhecida, de alguma forma, como um “rótulo do ecoturismo”.

Na época, a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, distante 60 Km do distrito da Serra do Cipó, atuava junto à SETUR/MG em um mote para se tornar a Capital Mineira do Ecoturismo. É bem provável que havia interesse por parte desse município em tomar para si alguma referência localizada socioespacialmente do nome Serra do Cipó. De acordo com as informações coletadas na entrevista citada, o poder público municipal de Santana do Riacho teve acesso a essas informações e se articulou rapidamente para que o nome Serra do Cipó fosse destinado ao distrito de Santana do Riacho. Segundo o interlocutor, não houve tempo para consulta pública.

Nos últimos anos, o município de Conceição do Mato Dentro tem realizado um conjunto de ações para retomar o título de Capital Mineira do Ecoturismo, uma vez que, em 2006, o turismo deixou ser prioridade “em razão da modificação das fronteiras econômicas com a proposta da mineração” (Vieira, 2015, 49). “As elites regionais de poder decidiram que, além do turismo, a Macrorregião Norte da Estrada Real teria também a mineração como vetor de desenvolvimento regional” (Becker 2009, 339 *apud* Idem, 50). A partir de 2006, a economia regional tomou novos rumos com o início da implementação do empreendimento Minas-Rio, que abrange uma mina, uma usina de beneficiamento e um mineroduto de 529 Km (Idem), inicialmente de propriedade da mineradora MMX e, posteriormente, adquirido pela Anglo American. A autora ressalta ainda as manobras realizadas na legislação municipal, já que antes todo o patrimônio natural era protegido legalmente, mostrando a prevalência dos interesses econômicos hegemônicos através da “flexibilização” do aparato legal existente para atender os interesses citados.

¹⁰² Interlocutor A2 (Apêndice 03), entrevistas realizadas em maio de 2017 e julho de 2018.

É certo que o empreendimento minerário incrementou os circuitos dos capitais em Conceição do Mato Dentro, transformando também, o orçamento da prefeitura que, a partir de 2015, volta a investir no turismo para a retomada do título da Capital Mineira do Ecoturismo. Foi realizada uma parceria com a ONG TechnoServe que, de acordo com o site institucional, trabalha com pessoas empreendedoras em países em desenvolvimento para construir empresas e indústrias competitivas, promovendo soluções de negócios para a pobreza ao vincular as pessoas à informação, ao capital e aos mercados. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que opera em 29 países¹⁰³. O *Projeto Além da Extração* é fruto de uma parceria público-privada entre a TechnoServe, a Anglo American e o Banco Interamericano para “catalisar o desenvolvimento econômico localmente adaptado para as comunidades ao redor das operações de mineração da Anglo American no Brasil, Chile e Peru”¹⁰⁴.

A atuação da Techno Serve através de consultores em turismo tem investido em diversas ações para promover o turismo como: a captação de eventos esportivos nacionais e internacionais e o desenvolvimento de conteúdo gráfico promocional para divulgação turística. As afinidades das propostas da ONG com os interesses econômicos da economia neoliberal estimulam os negócios turísticos tornando-os competitivos no mercado.

No cenário da expansão neoliberal, da exaltação do livre mercado e da livre concorrência como mecanismo de regulação, o município tem desenvolvido ações “agressivas” para cooptar a demanda turística da região da Serra do Cipó. A concorrência turística entre os municípios da região tem sido injusta, já que o montante de recursos investido é extremamente maior por parte do município de Conceição do Mato Dentro, que conta com as divisas advindas da exploração mineral. Essa questão pode constituir-se em tema de futuras pesquisas acerca das interferências dos investimentos dos recursos da exploração mineral para o turismo nas regiões do entorno, como no município de Santana do Riacho e, mais especificamente, no distrito da Serra do Cipó. Neste momento, ressalta-se que nos primeiros anos do século XXI, o interesse no nome “Serra do Cipó” por parte de Conceição do Mato Dentro, reforça as considerações sobre a “força” dessa “marca turística”.

Na entrevista já citada, questionei o interlocutor (A2 – apêndice 03) acerca dos significados do nome Cardeal Mota, que foram sobrepostos, e as consequências um tanto polêmicas disso. Ele olhou para mim e disse: “Quem foi Cardeal Mota, Cristiana? Você

¹⁰³ <https://www.technoserve.org/our-work/where-we-work/country/brazil> - acesso 24/02/2019

¹⁰⁴ <https://www.technoserve.org/our-work/projects/beyond-extraction> - acesso 24/02/2019

sabe? Que importância ele tem? O que ele fez para o Cipó? Nada. Ele foi um bispo, um religioso, um homem que ninguém sabe quem é, que foi homenageado pelo “povo do Cipó”¹⁰⁵ (referindo-se às pessoas pertencentes à família da Fazenda do Cipó). Não é difícil observar que para os moradores locais, não há muitos significados espaço-temporais impressos na denominação do distrito de Cardeal Mota. Talvez também por isso, o nome Serra do Cipó tenha sido tão facilmente apropriado para mencionar este distrito de Santana do Riacho, mesmo antes da alteração oficial do seu nome.

Salienta-se a contribuição dos discursos midiáticos para multiplicar a associação comercial entre o nome Serra do Cipó à um “rotulo do ecoturismo”, uma marca turística ou ecoturística. Há décadas, as matérias veiculadas em cadernos de turismo em jornais de ampla circulação divulgam o nome Serra do Cipó, como um conjunto de serviços turísticos, cachoeiras e montanhas disponíveis para aqueles que desejam fugir do estresse e da rotina do dia-a-dia (anexo 08). De forma geral, a “marca” Serra do Cipó “naturaliza” a mercantilização dos elementos naturais do espaço, apresentando-os como “produtos” disponíveis ao consumo desde que se tenha dinheiro para pagá-lo. A identificação do nome Serra do Cipó à um *cardápio de atrações*¹⁰⁶ compõe os discursos midiáticos que determinam há décadas, a multiplicação da marca Serra do Cipó como um rótulo do turismo apropriado também pelo mercado imobiliário (figura 29).



Figura 29: Logomarca da empresa Lotes MG (acima) e primeira imagem do vídeo promocional sobre lotes à venda em Jaboticatubas (abaixo). Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=1Q_Yso53Hyw – acesso 24/11/2017.

¹⁰⁵ “O nome Cardeal Mota, foi dado ao distrito em homenagem ao Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, primeiro cardeal mineiro, que gostava muito da região onde tinha parentes” (Escola Estadual Dona Francisca Josina, 2010).

¹⁰⁶ Um dos instrumentos do PARNASC para fomentar o uso público da UC é um Cardápio de Atrativos. Fonte: <https://bit.ly/2uDo0yz> – acesso em 24/08/2017

3.4. Negócios imobiliários e crescimento urbano no distrito da Serra do Cipó

No momento atual, não há um projeto consolidado para a implantação de complexos turísticos imobiliários no distrito da Serra do Cipó, como o caso da cidade turística Nova Atlântida no Ceará, empreendimento citado no primeiro capítulo. Contudo, vale ressaltar que existem terrenos disponíveis para isso. Um exemplo é parte da área pertencente ao Zareia Empreendimentos, localizada nas imediações da divisa do distrito com o município de Jaboticatubas abrangendo a área do PESC já citada. A portaria do empreendimento se encontra no KM95 da MG-010. Trata-se de um dos empreendimentos turísticos mais visitados do distrito, com fluxo de 1.000 visitantes/dia na alta temporada. Quanto aos planos futuros em termos de investimentos e operação turística, em entrevista realizada¹⁰⁷ com membro da família proprietária do empreendimento, o interlocutor destacou: “devido `a insegurança jurídica instaurada com as discussões sobre o PESC, todos os planos referentes ao futuro da operação foram suspensos”.

Realizamos entrevista também com outro membro dessa família¹⁰⁸, envolvido mais diretamente com a venda da área. De acordo com ele, as motivações para a venda da área em detrimento do investimento em algum empreendimento e/ou na ampliação da operação turística já existente se devem a ausência de condições físicas (idade, saúde), bem como de recursos financeiros para envolvimento com “empreendimento da envergadura que uma área tão nobre sugere”. De acordo com o entrevistado, como seus filhos “se voltaram para interesses distantes da Serra do Cipó, a venda do terreno se tornou um encaminhamento praticamente natural”. Quanto a operação turística atual e o potencial da área, ele enfatiza:

Acredito que este terreno reúne condições excepcionais para um belíssimo e diferenciado empreendimento imobiliário, entretanto não tenho dúvida de que seu potencial turístico é muito maior. O produto turístico atualmente explorado necessita ser melhorado e ampliado, e a atividade comercial precisa ser desenvolvida em moldes mais profissionais. Para realizar isso de maneira efetivamente adequada o volume de recursos financeiros é elevado.

¹⁰⁷ Interlocutor N1.1 (Apêndice 02), entrevista realizada 04/02/2019.

¹⁰⁸ Ele não consta na amostragem dos interlocutores desta pesquisa porque não é um morador do distrito, ele é de Belo Horizonte onde reside. Foi realizada uma entrevista por e-mail em março de 2019 (roteiro – apêndice 06)

Ele destaca que a atividade explorada pela empresa da sua família (Zareia Empreendimentos) sempre foi financeiramente rentável. Sobre o histórico da disponibilização da área para a venda, o interlocutor ressalta:

Por volta de 2015-2016 o processo de venda amadureceu, ocasião que intensificamos os contatos e a busca por um investidor com recursos. Nunca houve pressa. Na época o objetivo principal era obter uma avaliação realista do terreno, pois entendíamos que isso não era simples em razão da existência de alguns valores subjetivos importantes envolvidos no negócio – beleza natural, singularidade, etc.

Questionado sobre a realização de possíveis contatos com interessados na aquisição da área e sobre os objetivos desses potenciais compradores/investidores, o entrevistado ressaltou que já houve contato com “inúmeros empreendedores, especialmente do ramo imobiliário”. Fato que corrobora com a tese de que os interesses imobiliários possuem centralidade na economia do distrito. Para o entrevistado:

O enorme interesse por parcelamento decorre do fato desse tipo de negócio exigir comparativamente menor investimento e risco, além de possibilitar em geral resultado financeiro satisfatório mais rápido. Investidores interessados em explorar a atividade turística são esporádicos, e raramente possuem condições financeiras para adquirir o imóvel e em seguida implantar o negócio.

Quanto à sua expectativa em termos da venda da área, ele aponta que não é simples negociar uma área com essas características na Serra do Cipó, “especialmente em razão do volume de recursos financeiros envolvido”. Ele ressalta:

Até o presente momento, sempre existiu uma preocupação em se buscar uma conciliação com os interesses da empresa Zareia Empreendimentos. Entretanto, a partir do momento que a venda foi definitivamente resolvida e o preço fixado de maneira realista, acredito que em no máximo um ano a venda venha a ser concretizada.

Quanto ao impacto da venda da área para a comunidade local, ele considera:

Acredito que isso irá depender da capacidade financeira para investir e profissionalismo de quem adquirir o terreno. A Serra do Cipó necessita muito da instalação na região de um grande empreendimento, pois com isso, além de atrair capitais poderá dispor de padrões comparativos qualitativamente mais elevados de serviços.

No que tange a percepção do entrevistado sobre o crescimento urbano e econômico no distrito, ele aponta:

Infelizmente ambos sempre ocorreram de forma improvisada e sem planejamento minimamente adequado. Para agravar essa situação se observa que, por parte do poder público, nunca houve qualquer tipo de incentivo à instalação de novos empreendimentos ou mesmo ao aprimoramento continuado das atividades existentes. A região sempre foi muito pobre, mas mais grave é que os dirigentes locais ainda não perceberam que é fundamental atrair capitais e profissionalismo para as atividades.

Quanto a venda da área que abarca parte do empreendimento, ressalta-se que há canais de venda disponíveis na internet que oferecem a área por R\$8.500.000¹⁰⁹, apresentando-a como imóvel “Encantado”¹¹⁰ (Figura 30).



Figura 30: Terreno disponível no mercado imobiliário para empreendimento e/ou investimento
Fonte: <https://bit.ly/2OgXd4o> - acesso em 20/08/2018

Essa área do Zareia Empreendimentos possui 170.000 m², sendo 130.000 m² de espaço destinado a ocupação e construções, e 40.000 m² de área de reservas onde atendendo a legislação vigente foram demarcadas a Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP)¹¹¹. Como destacado no material promocional¹¹², trata-se de:

¹⁰⁹ <https://bit.ly/2TbQRUE> - acesso em 17/09/2018.

¹¹⁰ <https://bit.ly/2OgXd4o> - acesso em 20/08/2018.

¹¹¹ <https://bit.ly/2OgXd4o> - acesso em 20/08/2018

¹¹² O material não é assinado e está disponível em: <https://bit.ly/2Y8iT72> - acesso em 17/09/2018

Imóvel cinematográfico localizado na Estrada Real, km 95 da Rodovia MG-10, após o Aeroporto Internacional de Confins, junto à região metropolitana de Belo Horizonte, MG, no local mais nobre e valorizado da Serra do Cipó, área reconhecida como uma das raras joias dessa província turística em virtude de suas características e potencialidades. Ideal para a implantação de inúmeros empreendimentos, tais como: complexo hoteleiro, shopping de pousadas, parcelamento imobiliário, área de visitação turística, SPA, centro de treinamento, clube campestre, etc.

Este material está disponível em um site¹¹³ aparentemente turístico que possui um espaço denominado *oportunidades de negócios* onde encontra-se as informações sobre o terreno Encantado. Neste site, há também um link denominado Tribuna Livre com 4 textos assinados pelo mesmo autor¹¹⁴. No texto *Shopping de Pousadas*, por exemplo o autor sugere a implantação de um shopping de pousadas no distrito, afirmando que para o investidor capitalista trata-se de um excelente negócio em termos de retorno do investimento nos moldes de inúmeros shoppings. Salienta ainda a importância da integração de capitais e bandeiras internacionais no setor de hospedagem. Já no texto *A comunidade não pode vir a ser prejudicada*, o autor inicia enfatizando que:

Todo governo ou dirigente que deseja efetivamente ajudar os menos favorecidos deve se preocupar em tratar bem os ricos, e muito especialmente, os empreendedores, pois são esses os mais importantes criadores da riqueza na comunidade.

Por fim, no texto *Reflexões sobre a urbanização das cidades*, ele levanta questionamentos: “A onda de urbanização das cidades deve ser contida? Essa onda pode ser vista com bons olhos? Há país urbanizado pobre? E país rural rico? Serão as cidades efetivamente os motores da prosperidade?” Encerra o texto recomendando a leitura do artigo publicado na revista National Geographic Brasil (editora Abril S.A.), de autoria de Robert Kunzig, intitulado *Solução Urbana: Por que as cidades são o melhor remédio contra os males da superpopulação no planeta*. De forma geral, os textos publicados são elucidativos para mostrar as afeições entre os empreendedores, como o autor, por exemplo, às ideologias neoliberais que primam pela supremacia do crescimento econômico, mascarando sua desigualdade intrínseca, bem como os efeitos perversos do crescimento urbano.

¹¹³ <http://www.serradocipo.com/inicio> - acesso 17/09/2018

¹¹⁴ <http://www.serradocipo.com/tribuna> - acesso 17/09/2018. Textos: Shopping de Pousadas; A comunidade não pode vir a ser prejudicada; A importância de o município formular a sua própria política para a zona rural; todos do mesmo autor.

O material promocional cita ainda o dinamismo urbano do entorno do terreno, “rodeado por uma centena de hotéis e pousadas, inclusive parcelamentos imobiliários recentemente implantados”. Reforça que o terreno se situa a dois quilômetros da divisa do Parque Nacional e esclarece que, como qualquer outra propriedade particular localizada na zona urbana do distrito pode ser objeto de empreendimento e exploração comercial¹¹⁵.

Com certeza é uma gleba de terras totalmente diferenciada que desperta o interesse das pessoas, tanto em função da raridade como das suas potencialidades, e especialmente como atrativo investimento. Certamente esse terreno faz parte daquele seletíssimo grupo de imóveis considerados reserva de valor, ou seja, aquele tipo de propriedade imobiliária única, que uma ou outra pessoa talvez até possua algo parecido, mas cuja oferta é praticamente inexistente. Resumindo: é um tesouro! Convém enfatizar que para não permanecer ociosa há vários anos essa gleba de terras vem sendo arrendada e explorada comercialmente, com excepcional rentabilidade, como a mais importante área particular de visitação turística da região, sendo que pela portaria existente na mesma passam anualmente dezenas de milhares de visitantes que diariamente pagam para ingressar¹¹⁶.

O terreno à venda abrange parte da área do PESC localizada no município de Santana do Riacho. De acordo com Plano Diretor de Santana do Riacho, na margem direita do rio Cipó, está a Zona Urbana do distrito Serra do Cipó, com permissão para parcelamentos em até 1.000m² (Lopes, De Fillipo e Gontijo, 2019). Como já esclarecido, o Plano Diretor do município está em processo avançado de revisão, já em análise na Câmara dos Vereadores. A última proposta apresentada em Audiência Pública apontou que na maior parte da área seria permitido parcelar em até 5.000m² e apenas o loteamento já existente denominado Recanto da Serra poderia ser parcelado em 1.000m² (IBGP, 2018), consideração que mostra certa cautela no debate sobre o adensamento urbano da área (Idem). Contudo, resta saber como os interesses econômicos hegemônicos irão impactar as decisões do legislativo municipal e a versão final do documento (Idem).

O conteúdo adotado realça o imóvel situado na Estrada Real. De forma geral, as ações do programa turístico Estrada Real foram fundamentadas na produção de material gráfico para divulgação dos “destinos”, “atrativos” e “produtos”. As estratégias de *marketing* contribuíram mais para incrementar os negócios imobiliários, a partir da

¹¹⁵ <https://bit.ly/2Y8iT72> - acesso em 17/09/2018

¹¹⁶ <https://bit.ly/2Y8iT72> - acesso em 17/09/2018

divulgação das “áreas” disponíveis para este mercado do que para consolidar o mercado do turismo convencional.

Quanto ao Instituto Estrada Real - IER, atualmente ele integra o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. Fizemos contato, por telefone e por e-mail, com o IER/ FIEMG perguntando sobre questões relativas a atuação do Instituto no distrito onde já teve um escritório (entre 2003 e 2009), inclusive acerca dos motivos que levaram a desativação desta sede, sobre os projetos implantados pelo Instituto e como impactaram o turismo em Santana do Riacho, entre outras pautas. A analista do setor de Responsabilidade Social e Empresarial salientou que a FIEMG está passando por um momento de reestruturação e infelizmente não havia ninguém da equipe para responder as questões. A autora desta pesquisa insistiu quanto à existência de arquivos, sobre as ações passadas do IER que pudessem ser consultados, bem como sobre perspectivas relativas ao momento presente e perspectivas futuras de atuação do Instituto no distrito. A analista frisou: “infelizmente no momento não temos acesso aos arquivos passados. Conforme informado anteriormente estamos passando por uma grande reestruturação a nível de governança e ainda não temos o planejamento para as próximas ações”.

Retomando as considerações sobre a área à venda do Zareia Empreendimento, há aproximadamente uma década essa área vem sendo arrendada e explorada comercialmente, sendo uma das mais importantes áreas particulares de visitação turística do distrito. Atualmente, o ingresso para visitação nas cachoeiras da área custa R\$ 30,00 por pessoa. Em geral cerca de 60% dos usuários pagantes do empreendimento é composto por excursionistas procedentes da região metropolitana, isto é, pessoas que passam o dia no “atrativo” e retornam para o local de origem no mesmo dia (*visitantes do dia*)¹¹⁷.

Apesar da ausência de complexos turísticos imobiliários e de empreendimentos turísticos de grande porte, os negócios imobiliários, caracterizados sobretudo por parcelamentos e condomínios voltados para o turismo residencial, não param de crescer. Como será mostrado no próximo capítulo, o mapeamento realizado por esta pesquisa, baseado em informações coletadas nas reuniões e ATAs do CODEMA e confirmadas com os representantes do poder público municipal (Engenheira Civil RT da prefeitura,

¹¹⁷ Dados coletados com funcionários do empreendimento (Interlocutores A1 – apêndice 02 e, W2 e O2 – apêndice 03) a partir de observações e experimentação dos seus respectivos cotidianos de trabalho. No empreendimento, não há uma estratégia para tabular os dados dos visitantes, é computado apenas o número total de visitantes (pagantes e não pagantes). Portanto, o número de visitantes e turistas é estimado.

Secretaria Municipal de Agricultura e Diretoria de Meio Ambiente), em abril de 2019, identificou, aproximadamente, 500 novos lotes em condomínios fechados regulares, nos últimos 7 anos.

As intervenções e projetos dos mercados imobiliário e turístico no distrito são de menor magnitude, quando comparados, por exemplo ao megaempreendimento turístico e residencial, Nova Atlântida, no Ceará: “os empreendimentos turísticos na porção meridional Serra do Espinhaço estão relativamente à margem do grande capital” (Ribeiro, 2015, 50). As colocações do proprietário do terreno Encantado citadas anteriormente corroboram com essas considerações. O que não impede que os seus efeitos sejam menos destrutivos ambientalmente e socialmente.

O crescimento urbano do distrito é um processo progressivo: Os “canteiros de obras” constituem sua paisagem e os “sons” da construção civil estão presentes em toda parte. A ocupação urbana do solo se expande com a instalação de novos moradores e novas habitações. Destacam-se o crescimento dos loteamentos, tais como o Mandinga (figura 31). O loteamento Mandinga foi implementado em 2016 e já possui 30% da sua área ocupada, sobretudo por segundas residências. Apesar das características predominantemente residenciais do empreendimento, destaca-se a construção de chalés para locação com fins turísticos (figura 31 à esquerda)¹¹⁸.



Figura 31: Loteamento de 2016, denominado Mandiga (esquerda) com área ao fundo já ocupada (direita). Foto: arquivo da autora julho/2018

A figura abaixo (figura 32) mostra duas novas construções em terrenos localizados às margens do Parque Municipal da Mata da Tapera (distrito da Serra do Cipó) que eram de propriedade do município.

¹¹⁸ Informações coletadas em visitas a campo a área do loteamento, em julho de 2018 e em entrevistas com interlocutores J2 (Apêndice 03) e G3 (Apêndice 04) um morador e outro proprietário de segunda residência respectivamente.



Figura 32: Nova Igreja Evangélica e novo supermercado da rede BH Supermercados. Foto: arquivo da autora - Imagem esquerda: julho/2018 e Imagem direita: abril/2019

A Igreja Evangélica, construída em 2016, foi regulamentada pelo projeto de lei nº 658/2016¹ que autoriza ao chefe do poder executivo municipal a permutar imóveis de propriedade do Município de Santana do Riacho para imóveis de propriedade da Assembleia de Deus – Ministério de Vespasiano/MG. De acordo com o projeto de lei, o Lote de terra nua, avaliado em R\$233.300,00 (duzentos e trinta e três mil e trezentos reais), de acordo com o Laudo de Avaliação do Departamento de Engenharia Municipal foi permutado pelo imóvel de propriedade da Assembleia de Deus de Vespasiano, situado no Bairro Vacaria e avaliado em R\$265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais). A diferença nos valores estimados para os imóveis traz uma depreciação de mais de 10% e não explicita as características, localização e situação física e jurídica dos terrenos. De acordo com representantes do poder público, primeiramente, o imóvel permutado seria destinado à implantação da nova delegacia. Contudo, em conversa com estes representantes em março de 2019, foi informado que a proposta original foi alterada. O novo projeto para o imóvel abrange um cinema e um centro de cultural. Todavia, até o momento não há indícios da efetivação deste projeto. O imóvel permutado pela prefeitura segue fechado e sem utilização.

No que se refere as Igrejas Evangélicas, vale ressaltar, o crescimento deste segmento religioso no distrito que possui muitos adeptos. De acordo com dados apresentados no Plano de Manejo da RPPN Reserva da Cachoeira (Campello, 2009), em 2009, havia duas igrejas evangélicas no distrito. Atualmente o distrito conta com 6 igrejas evangélicas, 1 igreja católica e 1 centro espírita. De forma geral, é interessante observar como os discursos e práticas fomentados no âmbito da religião evangélica fortalecem o consentimento quanto à primazia do econômico e a mercantilização de todas as esferas

da vida, incluindo a dimensão da espiritualidade e fé intensamente capitalizadas neste segmento religioso. Não é incomum no distrito, encontrar parte dos pastores das igrejas evangélicas nos comércios (sobretudo supermercados) no 5º dia útil (ou próximo a esta data) para “vigiar” os gastos e consumo dos fiéis, bem como para cerceá-los para receber o dízimo. Em uma ocasião como esta, observamos uma moradora nativa que frequenta uma igreja evangélica local ser abordada pelo pastor enquanto deixava o supermercado, entregando ao mesmo R\$150,00 referente ao dízimo. A cena chamou a atenção já que tratava-se de uma mãe que cria três filhos sozinha com 1 salário mínimo, de forma que a quantia repassada compõe significativa parcela da renda da família.

Ainda na figura 32, encontra-se o novo supermercado do distrito, empreendimento pertencente à uma grande rede de supermercados BH, que expande também no eixo norte da região metropolitana de Belo Horizonte. Em 2010, a rede abriu sua primeira loja em Lagoa Santa/MG que atualmente possui 3 lojas da rede. Em julho de 2018, ela inaugurou uma loja em Conceição do Mato Dentro e, posteriormente, em novembro de 2018 no distrito da Serra do Cipó.

A inauguração da loja no dia 16 de novembro de 2018 foi um evento marcante no lugar onde não é comum a instalação de grandes empresas com sede na capital Belo Horizonte e com dezenas de filiais em diferentes municípios mineiros. Mesmo anteriormente à inauguração, a chegada do empreendimento já agitava a comunidade que ansiava pelas oportunidades de emprego, pela nova concorrência que possivelmente geraria a queda dos preços e pelo show do cantor sertanejo Eduardo Costa, divulgado pelos locais, como atração da inauguração. Nota-se que, de forma geral, se os empreendimentos turísticos (vinculados ao setor do turismo convencional - pousadas e empreendimentos turísticos voltados ao lazer, por exemplo) estão à margem do grande capital, é possível considerar que a chegada da rede BH Supermercados sinaliza a integração de parte do setor de serviços a estes circuitos.

A inauguração aconteceu na parte da manhã e mobilizou centenas de moradores, muitos deles na expectativa do show do cantor sertanejo que não aconteceu, tratava-se de um “boato” cuja procedência é desconhecida. Logo cedo, já era possível ouvir o som alto que vinha do local e, posteriormente, o barulho dos helicópteros e foguetes que marcaram a chegada do alto escalão da empresa. Os carros importados presentes no evento foi um dos pontos mais comentados pelos locais que se referiram ao novo estabelecimento como um “shopping”. Logo após a inauguração, muitos iam até o local para “passar”. O estabelecimento, 3 ou 4 vezes maior do que os existentes no distrito, gerou grande

impacto com a diversidade de produtos e marcas, bem como com as promoções pontuais de inauguração. É certo que a nova concorrência foi muito bem-vinda pela maior parte dos moradores locais que exaltam as benesses da ruptura com a “exclusividade” do supermercado Super Serra mantida durante duas décadas.

Em entrevista com o gerente dos supermercados BH¹¹⁹, ele informou que a loja do distrito possui 69 funcionários todos registrados formalmente, sendo que aproximadamente 60% são moradores do distrito. A média de salários é pouco superior à um salário mínimo mais plano de saúde, benefício este que não é comum nos empregos ofertados no distrito. De acordo com o gerente, a empresa tem preferência por funcionários que residem no distrito devido ao custo menor com deslocamento. Os demais funcionários são oriundos da sede municipal de Santana do Riacho e do distrito São José do Almeida/Jaboticatubas.

Ele salientou que o estabelecimento é muito grande para a população do distrito. Com base na sua experiência em lojas de BH e Lagoa Santa, enfatizou que metade da loja seria suficiente para atender as demandas locais. Questionado sobre as intenções da empresa na implantação de um empreendimento tão grandioso em um distrito tão pequeno, o gerente salientou que a empresa aposta na população flutuante que é muito grande e no crescimento futuro do lugar. A operação do estabelecimento é voltada para os finais de semana. Segundo o gerente, os produtos que mais saem são aqueles demandados pelo público de final de semana, itens para churrasco e cerveja, de forma geral. Ele acredita que com o tempo, o empreendimento tende a se adequar a realidade local o que pode implicar na diminuição da diversidade na oferta de produtos, já que alguns deles não tem saída, como por exemplo, o arroz Albaruska que utiliza sementes nobres, totalmente uniformes e livre de impurezas. Segundo o entrevistado, no distrito, vende-se no máximo um fardo deste produto por mês, enquanto em lojas da capital e de Lagoa Santa vende-se de 30 a 40 fardos no mesmo período.

Anteriormente o distrito possuía dois supermercados de porte menor. Entre eles, está o primeiro supermercado do distrito, Super Serra, que existe desde 1998 e pertence a uma família “de fora” (Vargem Grande/Jaboticatubas) que mora no distrito da Serra do Cipó desde o início da década de 1990. Os moradores do lugar contam que eles começaram o negócio com um pequeno trailer de lanche no local onde hoje existe o

¹¹⁹ Entrevista realizada no dia 13/01/2019. O entrevistado é de Lagoa Santa onde reside e não consta na amostragem de interlocutores desta pesquisa que abrange moradores locais (nativos e “de fora”) e proprietários de segundas residências.

supermercado. Ao longo do tempo, a família foi investindo no supermercado e outros negócios. Na pesquisa realizada por Martins (2018), a autora identifica este empresário, como um “empreendedor serial, dono de vários estabelecimentos comerciais (Idem, 153) gerenciados por membros da família¹²⁰.

Quanto ao supermercado Super Serra destaca-se que, de forma geral, o crescimento e diversificação do estabelecimento acompanhou o crescimento das segundas residências, o que foi possível observar comparando os produtos que haviam no supermercado em 2005, quando a autora desta pesquisa estagiou na sede do PARNASC/IBAMA, com a realidade atual. Processualmente, este empreendedor foi atendendo aos padrões de consumo mais refinados e diversificados dos visitantes, proprietários de segundas residências e novos moradores, com ênfase para os dois últimos que experimentam um contato mais cotidiano com os moradores do distrito, incluindo proprietários e funcionários do referido supermercado. É prática comum entre estas pessoas, incluindo a própria autora, solicitar e/ou sugerir diretamente aos proprietários a disponibilização de algum produto¹²¹.

Salienta-se que ainda em 2018, o estabelecimento Super Serra passou a integrar a rede SMART Supermercados. Uma entrevista realizada com o Interlocutor O1 (Apêndice 02), na época precedente à inauguração do novo supermercado BH, em outubro de 2018, ele expôs um “boato” que se espalhava entre os locais acerca do “mecanismo de espionagem” da rede SMART que culminou na instalação do BH. De acordo com ele, “o povo estava falando” que quando o Super Serra passou a integrar a rede SMART, eles (rede SMART) tomaram conhecimento do montante de dinheiro arrecadado pelo supermercado. De acordo com a “fofoca”, foi neste momento que a notícia de que o supermercado era um excelente negócio se espalhou, chegando às redes BH.

¹²⁰ O casal envolvido possui 05 filhos que gerenciam negócios diversos (Posto de gasolina Serra do Cipó-SHELL; Estabelecimento voltado para venda de rações, produtos agropecuários e utilidades diversas – equipamentos para nadar, mergulhar, produtos veterinários, casas para cachorros, artigos para presentes, churrasqueiras, etc.; Área de Eventos – onde acontece os maiores shows do distrito; bar/restaurante; distribuidora, chalés para aluguel; fazenda; entre outros).

¹²¹ Sobre o crescimento e diversificação na oferta de produtos no estabelecimento, vale considerar que em 2005 havia três tipos de macarrão todos da mesma marca, sendo o tipo “pai nosso”, tão comum entre os hábitos de consumo dos moradores da região, sobretudo pertencentes à 4ª geração, disponíveis em maior quantidade. Atualmente, existem dezenas de tipos e marcas de massas, inclusive artesanais. Quanto ao estímulo proveniente sobretudo dos novos moradores e proprietários de segundas residências, aos proprietários do estabelecimento na aquisição de novos produtos, destaca-se, por exemplo, o advento das linhas integrais, produtos como grão de bico e frutos do mar, da diversificação e sofisticação dos azeites, queijos e bebidas alcoólicas. Em 2005, estes produtos não estavam disponíveis no distrito.

A exposição deste “boato” é relevante para elucidar as formas cotidianas através das quais os moradores locais absorvem a integração de estabelecimentos do setor de prestação de serviços aos circuitos dos grandes capitais. Também, para destacar a exclusividade do Super Serra que durante duas décadas, se manteve em uma operação praticamente solo no mercado. De forma geral, os moradores eram dependentes das determinações (de horários, dias de funcionamento, preços, etc.) estabelecidos pelo empreendimento. A “fofoca” também ilustra a forma como a referida família (proprietária do Super Serra) é vista pelos locais.

O outro supermercado, denominado Reis, era um estabelecimento pequeno e quase informal do ponto de vista das suas operações e gestão que fechou uma semana após a abertura do supermercado BH, em novembro de 2018. Salienta-se que um dos filhos do proprietário do Super Serra alugou o imóvel onde funcionava o referido supermercado para alocação da sua distribuidora de bebidas, contexto que provavelmente interferiu significativamente na decisão do proprietário de encerrar as atividades.

As demais figuras (33, 34 e 35) mostram construções e imóveis no bairro Progresso, bairro já referenciado neste capítulo que possui uma história peculiar no contexto do crescimento urbano do distrito. O parcelamento desta área data da segunda metade da década de 1990 e a maior parte dos terrenos foi doada pela prefeitura. Alguns terrenos doados foram posteriormente vendidos para outras pessoas.



Figuras 33 e 34: Novas construções no bairro Progresso. Foto: arquivo da autora julho/2018



Figura 35: Imóvel bairro Progresso. Fonte: (IBGP, 2017, 85)

O bairro Progresso é referenciado, pejorativamente, pelos moradores do distrito como a “favela do Cipó”¹²². Segundo De Filippo (2013),

O que se sabe é que parte das casas construídas neste bairro está em terrenos doados pela prefeitura e parte é o resultado de invasão. Ainda há relatos sobre pessoas que receberam doação da prefeitura e que posteriormente mudaram a cerca de lugar expandindo desta forma a sua propriedade. Alguns lotes foram doados pela prefeitura para famílias que não tinham condições de comprar, algumas que moravam no Retiro e saíram de lá após a criação do parque, outras que moravam no Vau da Lagoa que tiveram que ir para a área urbana para os filhos estudarem, após o fechamento da escola que havia onde eles moravam. Muitos entrevistados relataram também que vários terrenos foram doados em época de campanha eleitoral, em troca de votos e até mesmo da transferência de título de eleitor. Nestes casos as famílias que receberam os lotes nem sempre eram carentes (Idem, 64)

Um mapeamento realizado por estudantes nativos do distrito com o acompanhamento da autora¹²³ desta pesquisa contribuiu para melhor compreender o contexto social do bairro Progresso (Gráfico 02).

¹²² As informações sobre o bairro Progresso foram coletadas com moradores da área e com representantes da prefeitura. Entre os entrevistados, três pessoas são moradores do bairro.

¹²³ Em 2017, dois estudantes (Técnico em Enfermagem e Licenciatura em Geografia) moradores nativos do distrito fizeram contato com a autora para realização de um trabalho sobre o bairro Progresso que incluiu o mapeamento aqui compartilhado. Do ponto de vista metodológico desta pesquisa, o acompanhamento desse trabalho foi uma oportunidade ímpar para melhor conhecer a percepção desses moradores em relação a ocupação urbana do Progresso. Além disso, a familiaridade dos moradores com as famílias do bairro e seus respectivos contextos contribuiu para a coleta dos dados.

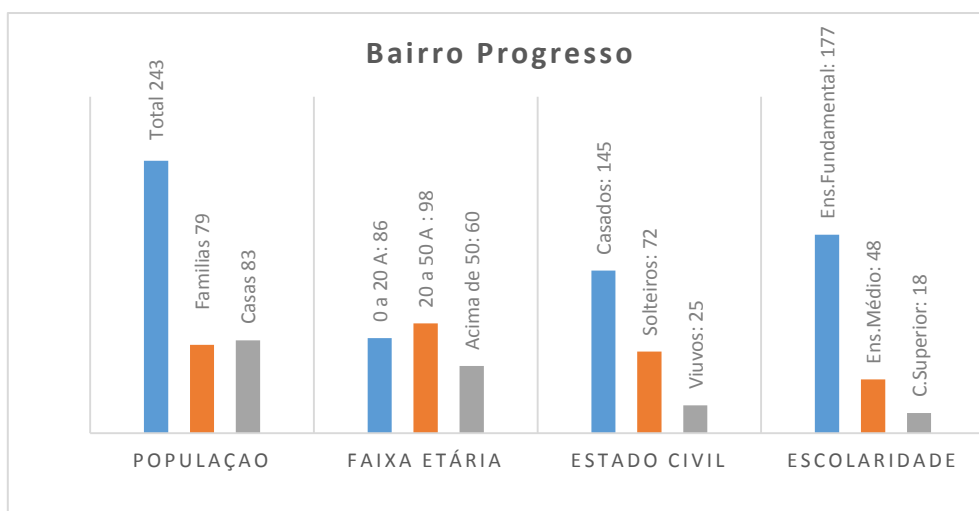


Gráfico 02: Perfil socioeconômico da população do bairro Progresso. Fonte: Elaborado por Simone Santos, Flávio Guedes com a participação da autora (2017)

O nível de escolaridade da população do bairro pode ser um dado importante para avaliar o grau de vulnerabilidade social da população. O fato da maior parte das pessoas finalizarem os estudos ainda no ensino fundamental, pode ser indicativo de dificuldades econômicas que restringem as possibilidades de continuidade do percurso formativo escolar. O mapeamento mostra também um número médio de três pessoas/por família/por residência. Diante do que foi possível mapear e como revela o gráfico, não há déficit habitacional, havendo uma média de uma residência por família, apesar do adensamento intenso. De forma geral, os lotes possuem entre 360 m² e 500 m² sendo muitas vezes compartilhado por mais de uma residência. Assim como em todo o distrito, no bairro não há um sistema dinâmico de coleta e tratamento do esgoto. O sistema adotado é o estático baseado em fossas cujo controle é inexistente.

Em uma das entrevistas realizadas¹²⁴, sobre os novos condomínios e as novas casas no Cipó, o interlocutor me disse: “O Cipó tem que parar de crescer...”. Questionei-o: Será que tem jeito? E ele respondeu enfático: “Tem que ter! Tem que dar um jeito de parar”. Questionado sobre a importância dos empregos gerados pelo turismo, como o caso de integrantes da família do interlocutor que trabalham em pousadas, ele argumentou: “o que já está aí, tem que continuar... O que tem que parar é esse crescimento, esse tanto de gente construindo e vindo morar aqui”. Há falas de moradores que expressam o desejo pelo “controle” e, muitas vezes, interrupção do crescimento urbano. Ainda sobre a entrevista citada, perguntei-lhe quanto ao desenvolvimento sustentável. As pessoas do distrito estão bem “adestradas” aos discursos da sustentabilidade e expressões atreladas a

¹²⁴ Interlocutor I1 (Apêndice 02), entrevista realizada em julho de 2017.

eles, como o desenvolvimento sustentável, por exemplo. Ela me disse: “É meio bravo.... Não acredito nesse negócio de sustentável... Sabe por quê? O homem é muito ganancioso”.

Os interesses econômicos de manutenção do crescimento urbano, tanto por parte dos empresários ligados aos setores imobiliário e turístico, quanto por parte dos representantes do poder público, demandam, mais do que nunca¹²⁵, a geração de receita. De acordo com o secretário especial de gabinete, a situação financeira da prefeitura é muito grave. A administração municipal está desfalcada em quase R\$ 2.000.000 de reais pelo governo do estado, contudo a prefeitura conseguiu arcar com todos os encargos trabalhistas do seu quadro de funcionários, no final de 2018, como consta na faixa divulgada (figura 36). O secretário especial de gabinete afirma que se o repasse do governo estadual não for regulamentado, a instituição precisará reduzir bastante o seu quadro administrativo, o que impactaria no mercado de trabalho local. Outro indício de que o poder público municipal se volta para a arrecadação de divisas é o movimento de regulação e atualização do IPTU, realizado no ano de 2018. De acordo com informações coletadas em entrevistas com representantes da prefeitura (secretaria especial de gabinete e administração regional do distrito), a cobrança do IPTU no distrito estava desatualizada e precisava ser reajustada para acompanhar o aumento no valor do m², bem como o crescimento das áreas construídas dos imóveis, as benfeitorias urbanas ainda não contabilizadas, tais como: rede de luz, calçamento, água, etc.



Figura 36: Faixa colocada pela administração municipal divulgando déficit financeiro proveniente da dívida do governo do estadual. Fonte: Arquivo da autora – janeiro/2019

No dia 19/02/2018, na audiência pública no salão paroquial da sede municipal de Santana do Riacho, para apresentação e “validação” do novo Plano Diretor junto aos

¹²⁵ Os municípios mineiros enfrentam o déficit financeiro proveniente da dívida do governo do estadual com os municípios mineiros que já ultrapassam os 8 bilhões de reais. <https://bit.ly/2HQVySF> - acesso 29/09/2018.

moradores do município, o atual prefeito, André Torres¹²⁶, discursou no início da reunião. Ele ressaltou: “o município de Santana do Riacho pode ter receita para ser urbanizado, o que é um passo largo para um município tão pequeno” e prosseguiu: “o problema da urbanização é o crescimento desordenado e os parcelamentos irregulares”. Para o prefeito: “o progresso vem com a urbanização e o crescimento através do turismo. Somos uma potência turística de Minas Gerais. Mas temos que cuidar do meio ambiente”¹²⁷.

Antes da declaração do prefeito, o então secretário estadual de turismo de Minas Gerais, Gustavo Arrais exaltou a importância da Serra do Cipó e do município de Santana do Riacho para o desenvolvimento do turismo no Estado. Ele enfatizou a importância de cuidar deste destino e perguntou ao público presente se já tinham ouvido falar do Piscinão de Ramos, no Rio de Janeiro. Praticamente todos os presentes levantaram a mão afirmando que sim. O secretário perguntou quem gostaria de conhecer o Piscinão de Ramos e ninguém manifestou interesse. Por fim, ele ressaltou que existe uma diferença muito grande entre o destino a ser conhecido e aquele desejado e reiterou a importância de planejar o destino para o turismo.

Os discursos do prefeito e do secretário estadual são bons exemplos das abordagens economicistas acerca do turismo que ratificam a supremacia do crescimento econômico e o consentimento quando as desigualdades sociais subjacentes. São discursos que o propagam, mascarando/omitindo suas contradições sociais constitutivas.

Após as considerações realizadas sobre o contexto do crescimento urbano no distrito, retoma-se a importância ambiental e turística da área disponível ao mercado imobiliário e pertencente ao Zareia Empreendimentos (Terreno Encantado já citado neste tópico). A área possui 4 “atrativos naturais” explorados pela operação turística (Cachoeira do Tomé, Cachoeira da Chica, Lajeado e Cachoeira Grande). No município falta uma legislação específica em vigor para regulamentar a operação dos empreendimentos turísticos voltados ao lazer que funcionam em áreas naturais, de forma que não há fiscalização dos modos de operação desses empreendimentos. Uma proposta de normatização para estes estabelecimentos, elaborada por câmara técnica do COMTUR, com a participação de alguns proprietários, encontra-se em tramitação desde 2013. A

¹²⁶ O prefeito de Santana do Riacho, anteriormente conhecido como “André do posto”, por atuar na unidade de saúde básica da sede municipal. Ele nasceu no município de Pedro Leopoldo e mora em Santana do Riacho, mais especificamente na sede municipal, há mais de duas décadas. Ele foi eleito prefeito em 2012 e reeleito em 2016, pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, Coligação: Continuamos Unidos Por Santana/Cipó. Composição: PTB / PDT / PSDB / PMDB.

¹²⁷ Falas coletadas através de gravação e transcrição parcial da audiência pela pesquisadora.

proposta já está nas mãos do prefeito que precisa valida-la e encaminha-la para apreciação da câmara dos deputados¹²⁸.

É possível que a morosidade do encaminhamento final dos trâmites para regulamentação da norma esteja relacionada à resistência desses proprietários em se adequarem às novas diretrizes que envolvem, de forma geral, um controle mais rigoroso do fluxo de visitantes e maior investimento na estruturação do empreendimento. Esses proprietários possuem contato direto com o prefeito, influenciando-o, significativamente, uma vez que não há interesse por parte do representante do poder público municipal em com eles se indispor.

No que concerne ao caso específico do Zareia Empreendimentos, é interessante para mostrar as relações entre turismo e imobiliário, assim como o processo de restrição do acesso às qualidades ambientais e ao lazer. Sobre a história mais recente, até o ano de 2013, o empreendimento era operado, mais diretamente, por outro integrante da família. A partir deste ano, a área passou a ser administrada pelos membros da família que se encontram atualmente na gestão. De forma geral, o modo de operação do empresário anterior era mais “informal” e mantinha o acesso livre para moradores locais, não só devido às relações pessoais do antigo gestor da área, mas também, devido à inexistência, na época, de diretrizes municipais para normatização dos empreendimentos turísticos em áreas naturais.

Vale ressaltar, que havia um movimento sendo articulado no COMTUR para debater a regularização desses espaços, o que levantou a questão, podendo ter impactado de alguma forma a gestão desses estabelecimentos. O fato é que a partir de 2013, com a nova gestão, algumas intervenções foram realizadas, incluindo a renovação de todo cercamento, dificultando a entrada por caminhos alternativos à portaria principal. Além disso, funcionários foram posicionados ao longo do cercamento do empreendimento para monitorar e barrar as tentativas de utilização das passagens alternativas. Processualmente, as novas normas vêm sendo cada vez mais obedecidas pela comunidade local e visitantes, mas não deixam de mostrar a autoridade e comando e, em outros exemplos, a mercantilização das passagens e acessos ferindo o direito de ir e vir e colocando a propriedade privada como obstáculo a apropriação e uso espacial.

¹²⁸ Informações coletadas através da participação na referida câmara técnica, do acompanhamento desse processo através da participação nas reuniões do COMTUR e de entrevista realizada com o secretário especial de gabinete que repassou informações atualizadas sobre a tramitação da normativa.

Também houve mudanças na política de acesso dos moradores locais ao complexo de cachoeiras devido ao crescimento populacional rompendo com a política de acesso livre aos moradores. Contudo, de forma geral, essa política ainda se mantém para moradores nativos. A política de acesso livre para moradores, sempre teve um controle informal por parte dos seus gestores, a entrada é garantida pelo fato dos proprietários conhecerem as pessoas e as famílias. Com o crescimento dos novos moradores e dos proprietários de segundas residências, muitas pessoas que podem comprovar¹²⁹ que são moradores, são desconhecidas para os gestores e funcionários que administram a portaria, sendo impedidos da liberação do acesso à área. Quanto às polêmicas intervenções no controle de acesso e uso da área do empreendimento, vale ressaltar alguns aspectos. A contratação de salva-vidas acabou com as ocorrências de afogamentos fatais comuns na área. Nas altas temporadas de verão, sobretudo no réveillon e carnaval, eram comuns as mortes por afogamentos. A restrição do acesso e o direcionamento do público para os locais monitorados por salva-vidas, assim como a proibição da entrada com bebidas alcoólicas e o controle da norma, não há mais registros de vítimas fatais de afogamento.

A administração “informal” que imperou em anos anteriores se estendia também as áreas da RPPN Reserva da Cachoeira, anexa ao terreno do Zareias Empreendimentos, mas que nunca esteve aberta formalmente para a visitação. Na área da RPPN, há dois lugares que eram intensamente utilizados por moradores locais e visitantes: Prainha e Fonte da Vó, cujos acessos eram liberados sem nenhum tipo de controle, com exceção de placas de sinalização acerca da proibição da entrada, mas ignoradas pelos usuários. Sobre a Prainha, o ICMBIO (2009) observa:

Faz parte da área da RPPN uma praia às margens do rio Cipó, conhecida como “prainha”, constantemente invadida por centenas de banhistas, entre moradores locais e turistas. Após fins de semana e principalmente feriados, a área fica repleta de lixo e marcas de fogueiras, churrascos e, frequentemente, é usada para acampamentos e invadida por motociclistas. (...). O proprietário alega impossibilidade de evitar as invasões sem apoio do poder público (Idem, 29).

Quanto à Prainha, a pesquisa realizada por Silva (2011)¹³⁰ constatou que, além dos afogamentos comuns, o uso intenso dos lugares através de práticas de camping sem

¹²⁹ Apresentando um comprovante de residência, por exemplo.

¹³⁰ Silva (2011) é uma moradora nativa que cursou o CTMAT entre 2009 e 2011. A autora foi sua professora e orientadora do seu trabalho de conclusão de curso, disponível na biblioteca da EEDFJ. De forma geral, o objetivo da pesquisa de Silva (2011) foi mapear o perfil do público usuário da Prainha, identificando seus principais efeitos ambientais e propondo uma cartilha para melhor orientação dos visitantes.

estrutura e de churrascos geravam impactos como a supressão da mata ciliar e acúmulo de resíduos (figura 37).



Figura 37: Trabalho de limpeza da Prainha realizada por brigadistas do ICMBIO em 2011. Fonte: Aleci Pereira da Silva – Projeto de Intervenção/CTMAT (Silva, 2011, 12)

A figura 37 mostra a área da Prainha, exaltando o solo exposto que configurava-se em uma das áreas naturais “abertas”, mais intensamente visitados no distrito. Com a interrupção da visitação, a área com o solo exposto foi coberta pela vegetação (figuras 38-41). De forma geral, não há mais “prainha” na Prainha. A recomposição da vegetação é um dos indícios de como a restrição do acesso à área, impactou positivamente a conservação ambiental do lugar.



Figuras 38 e 39: Área da antiga prainha com a vegetação em recomposição. Fotos: Jeferson Luís – janeiro/2019



Figuras 40 e 41: Área da antiga prainha com a vegetação em recomposição vista da margem oposta do rio Cipó. Fotos: Daniela De Fillipo – outubro/2018

A pesquisa realizada por Aleci (2011) orientada pela autora do presente texto, mapeou os visitantes da Prainha no ano de 2011 através da aplicação de 76 questionários durante os meses de janeiro, setembro e outubro daquele ano. Como constatado pelo mapeamento, no que concerne ao nível de escolaridade, quase 60% dos visitantes possuíam ensino médio, enquanto apenas 2% possuíam nível superior (Gráfico 03). Como já apontado, o nível de escolaridade pode ser um dado importante para avaliar o grau de vulnerabilidade social da população, indicativo de dificuldades econômicas que restringem as possibilidades de continuidade do percurso formativo escolar. Nessa perspectiva, no caso da Prainha, a conservação ambiental do lugar aconteceu em detrimento do acesso ao lazer e às qualidades ambientais do espaço por parte do público que frequentava a área, de forma geral constituído por pessoas de classes mais vulneráveis social e economicamente.

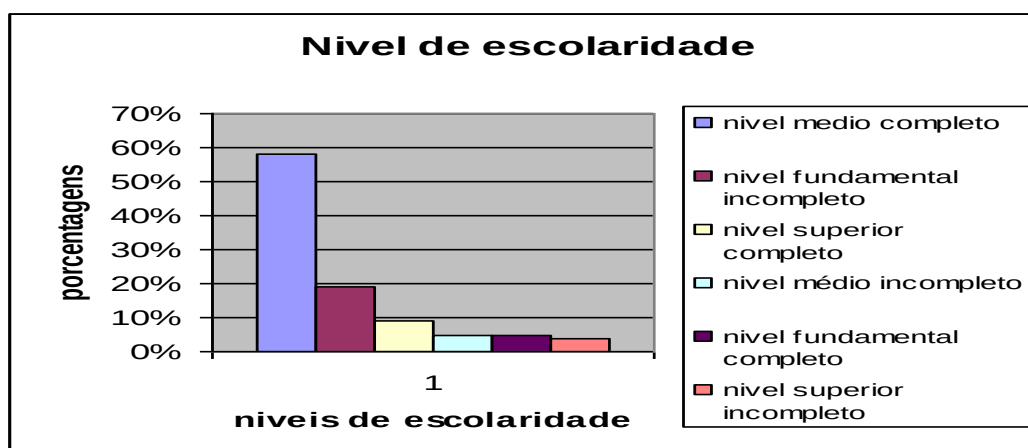


Gráfico 03: Nível de escolaridade dos visitantes da Prainha em 2011. Fonte: (Silva, 2011, 25)

Quanto a área do Zareia Empreendimentos, se, até o momento, os moradores, sobretudo nativos, ainda possuem acesso gratuito ao lugar, é possível que a venda da área impeça o acesso dos moradores. Eventualmente, impactando até mesmo o acesso dos turistas e visitantes, no caso de a área ser transformada em um empreendimento residencial, por exemplo. Tal ameaça é real por estar o empreendimento disponível no mercado e pelo predomínio dos interesses imobiliários na área em detrimento de projetos turísticos, conforme destacado pelo proprietário.

Capítulo 04

O fenômeno do turismo e o crescimento urbano: os efeitos sociais e ambientais do turismo residencial

Neste capítulo, o objetivo é explorar analiticamente as relações entre o turismo e o crescimento urbano a partir da apresentação da centralidade do *turismo residencial* (Aledo e Mazón, 2005; Aledo, Mazón e Terán, 2007; Nieves, Terán e Martínéz, 2008; Aledo, 2008), denominado também de *turismo de segundas residências* (Abrahão e Tomazzoni, 2018; Larsson e Müller, 2017) no distrito. Pretende-se caracterizar o fenômeno do turismo no distrito, mostrando como os aspectos que caracterizam turismo residencial (TR) são predominantes. Evidências teóricas e empíricas que comprovam sua centralidade no distrito e enuncia-se as implicações sociais e ambientais do crescimento desse segmento. Interessa-nos explorar a linha discursiva, centrada na exposição da relação constitutiva entre o turismo e o setor imobiliário.

A despeito da contradição implicada na expressão, aposta-se na sua potencialidade para expressar os processos sócioespaciais impulsionados por um fluxo específico de pessoas cujos comportamentos e práticas se aproximam ora do turista, ora do morador. Os proprietários e/ou usuários das segundas residências no distrito não podem ser caracterizados como turistas convencionais e nem como moradores locais, situando-se em um limbo entre o turista e o morador. Portanto, considera-se que a discussão sobre o TR e os turistas residenciais é oportuna para fornecer visibilidade ao crescente fenômeno no distrito: as segundas residências. Além de contribuir para expor as implicações deste contexto na manutenção do turismo convencional (TC).

O turismo residencial será caracterizado através da exposição detalhada sobre o crescimento populacional, o crescimento das segundas residências e a sobreposição do TR frente ao TC, mostrada através dos elementos empíricos que sinalizam a expansão do mercado imobiliário e a retração do mercado turístico convencional. De forma geral, caracteriza-se o TR como uma atividade que se dedica à produção de uma urbanização, construção e venda de terrenos, lotes e residências. Nessa perspectiva, trata-se de um modo de operação da atividade turística centrado nos negócios imobiliários, no caso do distrito, mais especificamente, na comercialização de segundas residências.

Intenta-se caracterizar o grupo de pessoas “de fora”, incluindo os proprietários de segundas residências, que interferem significativamente no crescimento urbano do distrito. Para tanto, teceremos considerações sobre os novos moradores e os turistas

residenciais. Quanto a esses últimos, de forma geral, tratam-se dos proprietários das segundas residenciais, denominados por alguns pesquisadores que desenvolveram estudos no distrito de moradores de fins de semana (Cardoso, 2008) e novos moradores (Moss, 2014). O objetivo é mostrar o contexto que caracteriza essas pessoas em um nível intermediário entre o turista e o morador. Pretendemos atestar também as relações entre o crescimento dos turistas residenciais com o processo de fidelização do turista convencional, evidenciando as contradições implicadas neste processo de fidelização, uma vez que fortalece o crescimento das segundas residências em detrimento do desenvolvimento do TC.

Para mostrar a sobreposição do TR frente ao TC e, mais amplamente, do setor imobiliário em relação ao setor turístico convencional, incidimos sobre a (re)produção do espaço do/no distrito pelos loteamentos. Destacam-se o crescimento demográfico na última década e o crescimento dos loteamentos residenciais, salientado as implicações desses processos na dinâmica do TC especificamente em relação ao setor de hospedagem. Nessa perspectiva, levantamos o questionamento sobre uma possível crise do TC no distrito mostrando indícios da saturação do setor de hospedagem convencional.

A realização das contradições sociais do turismo através da precarização das relações de trabalho aparece ainda na escassez de oportunidades para os jovens, constatadas em coletas empíricas com essa geração. No âmbito da inserção desses jovens e respectivos responsáveis no mercado de trabalho local, averiguamos também o predomínio das ocupações relacionadas à construção civil e ao setor de serviços em geral, bem como a baixa representatividade das ocupações diretamente relacionadas ao setor do TC. Destaca-se o caráter eminentemente terciário e informal da economia no distrito. Para finalizar, são tecidas considerações sobre o crescimento urbano como projeto hegemônico e os efeitos ambientais desse processo. Na perspectiva do devir do crescimento do distrito, elabora-se reflexões sobre a perda das condições balneárias e as implicações da transformação do distrito em um centro de comércio e serviços.

4.1 – Turismo, segundas residências e setor imobiliário: considerações teóricas sobre o turismo residencial

O debate acadêmico sobre turismo residencial (TR) é amplo e diverso. Há perspectivas reflexivas que tratam as segundas residências como um tema constitutivamente atrelado ao fenômeno do turismo e, mais especificamente ao TR, enquanto outras abordam a temática sem equipará-la ao turismo (Kiyotani e Rocha,

2017). No contexto desta análise, destaca-se a integração entre a dinâmica das *habitações turística-residenciais* (Nieves, Terán e Martínéz, 2008), classificadas como uma subcategoria das habitações secundárias (ou segundas residências) no âmbito do TR. A escolha pelo termo TR em detrimento do termo turismo de segundas residências (TSR), se deve à ênfase dada a habitação turística-residencial no contexto das habitações secundárias e, portanto, a sua maior amplitude em relação às formas de mobilidade dos proprietários e aos respectivos usos dados por estes às habitações, não circunscritos aos usos característicos da segunda residência. Além disso, de forma geral, o termo TSR circunscreve a habitação como secundária e como será mostrado, os limiares entre a definição da primeira e segunda residência são fluídos e dinâmicos. Além disso, essas habitações podem envolver diferentes usos, inclusive compondo a oferta turística como hospedagens não convencionais.

Pereira (2013) aponta as relações entre a prática da segunda residência próxima ao mar e o conceito de vilegiatura, que remete à vontade de desfrutar de um ambiente praiano, afastado dos grandes centros urbanos, porém com as comodidades deste. Nesse contexto, o setor imobiliário voltado para o lazer constitui-se em um desdobramento da vilegiatura marítima (Idem). Os empreendimentos e demais imóveis referentes às atividades de vilegiatura e turismo são marcas características de diversos lugares no litoral brasileiro (Idem). Entre eles distinguem-se dois conjuntos: os relativos à hospedagem rotativa (mais próximos ao uso turístico convencional) e aqueles onde a vilegiatura também se efetua preponderantemente, incluindo assim a possibilidade da aquisição da propriedade imobiliária individual (Idem):

DANTAS E PEREIRA (2010) contam que, no princípio, a vilegiatura ocupa áreas dentro da cidade, frente ao mar, que não estavam totalmente absorvidas pelo fluxo de massa urbano, ou seja, em bairros afastados. Porém, paulatinamente, o adensamento e falta de imóveis nesta região leva a busca por novos espaços, mais distantes e até fora do centro urbano, em municípios litorâneos ainda rurais. Contudo, segundo DANTAS E PEREIRA (2010), o vilegiaturista exige condições materiais equiparadas ao padrão citadino, díspares do ambiente rural, criando-se conflitos. (...). Sua natureza consiste em deslocamento com objetivo de estabelecer-se [fixar-se] em espaço privilegiado (...). O objeto de desejo desse novo vilegiaturista é a obtenção da segunda residência. (...). Desde sua origem, a vilegiatura é incapaz de conviver longamente com práticas marítimas de outra natureza. Onde ela se instala gera conflitos. Os pobres tendem a ser expulsos, relegados a espaços menos valorizados, (...) (Dantas e Pereira, 2010, 73) (Kiyotani e Rocha, 2017, 269).

Embora originalmente a vilegiatura envolva um debate localizado no litoral, cabe estendê-lo para o crescimento das segundas residências nas regiões montanhosas mais distantes do litoral, já que este fenômeno possui a mesma natureza: o deslocamento das populações urbanas derivado dos seus anseios pelas qualidades ambientais do espaço que configuram o objeto de desejo/consumo dessas pessoas: a segunda residência.

O termo turismo residencial foi utilizado primeiramente por pesquisadores espanhóis do Instituto Nacional de Estatística da Espanha que definem uma residência como secundária quando é utilizada somente parte do ano, de forma estacional, periódica ou esporádica e não constitui residência habitual de uma ou várias pessoas (Idem). Pode ser, portanto, uma casa de campo, praia ou cidade utilizada nas férias, verão, finais de semana, trabalhos temporais ou em outras ocasiões (Idem).

A segunda residência é uma forma de turismo, sendo “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílio permanente em outro lugar” (Tulik, 2001, 10 apud Kiyotani e Rocha, 2017, 270). Salientamos, contudo, que os usos atribuídos por estas pessoas às suas residências não se restringem aos usos turísticos, implicando muitas vezes aspectos concernentes aos usos característicos do morador concernentes ao ritmo cotidiano, mais doméstico, menos dinâmico e propenso a gastos em atividades recreativas quando comparados aos turistas que utilizam os meios de hospedagem convencionais, conforme apontado por Nieves, Terán e Martínéz (2008).

Todavia, considera-se que, em determinados casos, quando o fenômeno das segundas residências se desenvolve simultaneamente ao fenômeno do turismo convencional, isto é, quando o crescimento das segundas residências se desenrola em um lugar onde existe a prática do TC, sendo intenso o uso turístico das segundas residências, como no caso do distrito da Serra do Cipó; o tema das segundas residências deve ser analisado de forma correlata ao turismo. Nesse sentido, pontua-se a potencialidade analítica do debate do TR que tem como foco a fusão entre os elementos turísticos e imobiliários englobando outros usos das habitações além daqueles característicos das segundas residências.

O TR é uma das principais modalidades de turismo em desenvolvimento desde a segunda metade do século passado, principalmente no mediterrâneo espanhol a partir dos anos 1970 (Demajorovic *et al.* 2011). Trata-se de uma atividade que se dedica à urbanização, construção e venda de residências, cujos proprietários, que residem em outros lugares, as utilizam com a finalidade de residir ou veranejar, de forma permanente

ou semipermanente, representando novas fórmulas de mobilidade e moradia da sociedade contemporânea (Martínéz e Aledo, 2005).

Acrescenta-se que, cada vez mais, esses imóveis têm sido utilizados também, como fonte de renda complementar para os proprietários através da disponibilização dos mesmos no conjunto da oferta turística local. Por conta do caráter dinâmico da segunda residência, em particular a mudança da relação entre primeira e segunda residência, bem como a identificação dos diferentes usos a ela dados, torna-se difícil sua mensuração e identificação (Coppock, 1977). Essa dificuldade conceitual de mensuração pode justificar as inúmeras conceituações e multiplicidade de termos na literatura internacional, tais como *second homes*, *vacations homes*, *seasonal homes*, *weekend homes*, *recreational homes*, (ROCA et al. 2009 apud Souza, Matias e Selva, 2016).

Destaca-se a contemporaneidade entre o desenvolvimento do TR, inicialmente no contexto europeu, nos anos 1970 e o contexto da crise do capitalismo, sobre o qual já foram tecidas considerações no segundo capítulo. Para além do TR, o processo da instituição dos espaços turísticos emerge no cenário da crise econômica como uma possibilidade de expansão e renovação do capitalismo, ratificando a prevalência do econômico sob questões ambientais e sociais.

É certo que anteriormente, as atividades de vilegiatura e o turismo mais amplamente, já existiam em diversos lugares do mundo. Contudo, o contexto histórico da década de 1970 reflete o momento em que os espaços de lazer ganham centralidade na (re)produção capitalista do espaço. A exiguidade das qualidades do espaço nos grandes centros urbanos impulsiona seus moradores na busca pela qualidade ambiental do espaço. O TR foi engendrado a partir da associação entre os interesses econômicos dos mercados turístico e imobiliário para engendrar a (re)produção capitalista do espaço.

Antonio Aledo aborda a temática das segundas residências de forma vinculada ao debate do TR, denominando como TR o que outros autores descrevem como prática de segunda residência, denominadas também, de casas de veraneio ou casas de campo, de acordo com sua localização e com seus respectivos fluxos sazonais (Kiyotani e Rocha (2017).

As residências secundárias podem estar junto ao mar, (...), ou no interior, preferencialmente situadas em regiões montanhosas” (Tulik, 2001). Todo litoral brasileiro tem sido alvo de uma massiva ocupação pelas segundas residências, que buscam na praia e no campo, refúgio e lazer. Decorrem daí pesquisas sobre sua história e seus impactos, sejam elas vinculadas à urbanização, à economia ou ao turismo, entre outras

(Luchiari, 1997; Lopes Júnior, 1997; Serpa, 2002; Macedo, 2002) (Idem, 168).

Aledo (2012) aponta que o TR implica em um uso intenso e forte aproveitamento de bens e serviços públicos e comunitários. Em certos contextos, tem funcionado como um caminho de "acumulação por despossessão", fazendo referência ao conceito utilizado por Rosa Luxemburgo e David Harvey. O modelo se beneficia da fraqueza institucional existente, reafirmando-a, alimentando a corrupção das autoridades públicas e o déficit democrático (Idem). A expansão do TR tem sido mais rápida e mais proeminente quanto maior a vulnerabilidade institucional (Idem). A forte expansão do TR não pode ser explicada sem a referência ao contexto amplo do desenvolvimento de uma nova economia global profundamente financeirizada e aos processos de elitização do território ou *Gentrificação* (Neil Smith *apud* Aledo, 2012, 06). De forma geral, o TR é uma expressão das relações constitutivas entre turismo e setor imobiliário, bem em como dos modos de operação deste setor no turismo. Sendo assim, em contexto de crise econômica e no âmbito do mercado imobiliário, é engendrada a comercialização das segundas residências como alternativa para circular, diversificar e expandir a (re)produção capitalista do espaço.

Quanto às relações constitutivas entre a dinâmica das segundas residências e o TR, salienta-se a contemporaneidade entre o desenvolvimento do TR e o intenso crescimento das segundas residências, especialmente na Europa, na segunda metade do século XX (Cravidão, 2008 *apud* Souza, Matias e Selva, 2016). Em relação à gênese do debate sobre as segundas residências esta remete à França e aos estudos do geógrafo Barbier (1965) (Idem). Em síntese, corrobora-se com a considerações de Martínéz e Aledo (2005) que definem o turismo residencial como uma atividade que se dedica à urbanização, construção e venda de residências, incluindo as segundas residências.

Quanto ao processo produtivo do TR, Souza, Matias e Selva (2016) ressaltam:

O turismo é uma atividade que, além de suscitar estudos e reflexões, tem se constituído um espaço de disputas políticas e econômicas em favor de um mercado turístico que comercializa espaços e culturas (Adrião, 2003). Novos formatos de residência, mobilidade e ócio (Aledo, 2008), uma impactante proliferação do fenômeno imobiliário no mundo inteiro (Matteucci, 2011), reurbanização de espaços rurais (Contreras, 2010), dentre outros fatores de caráter mais global e regional, produziram ao longo do tempo o turismo de segundas residências (Idem, 181).

O termo TR foi incorporado ao debate acadêmico pelo autor Jurdao Arrones, na obra de 1979, *Espanha à venda: compra de terras por estrangeiros e colonização dos camponeses da Costa do Sol*, referência quando se trata da origem do TR na Espanha. (Nieves, Terán e Martínez 2008). Jurdao usou o termo para explicar e criticar as mudanças sociais que ocorreram em Mijas (Málaga), na década dos anos 1970, por causa da venda de terras agrícolas, de propriedade de camponeses, para empreendedores urbanos para a construção de moradias (Idem).

Este termo tem sido usado por pesquisadores para se referir a um conjunto diversificado de processos difíceis de delimitar, cujo contexto gênese mais significativo é formado pelas regiões turísticas do Mediterrâneo. Lá, a intensa economia gira em torno do negócio imobiliário com aspectos do turismo convencional e estes, por sua vez, com algumas das novas formas migratórias e residenciais (Idem).

No Brasil, destaca-se que parte significativa dos estudos do TR e mais amplamente, das relações entre o turismo e o setor imobiliário concentram-se no litoral da região Nordeste e Sudeste, com ênfase para as questões concernentes ao Complexo Turístico Imobiliário (CTI).

A despeito do conjunto diversificado e complexo de processos difíceis de delimitar de forma objetiva que constituem as interfaces entre turismo e setor imobiliário, nota-se um aspecto comum entre as diversas abordagens do TR: as relações constitutivas entre estes setores. Independente dos diferentes contextos, definições e termos utilizados no debate acadêmico sobre o tema (TR, TSR, turismo imobiliário, imobiliário-turístico) as relações entre o turismo e o setor imobiliário constituem a questão cerne de todas as abordagens. Salienta-se, portanto, a potencialidade do debate sobre os diferentes contextos e terminologias para expressar as relações constitutivas entre turismo e o setor imobiliário no intuito de fornecer a devida visibilidade a estas relações na discussão sobre o fenômeno turístico.

Nieves, Terán e Martínéz (2008) abordam a difícil contradição que constitui a expressão TR, mas salientam como o termo se generalizou entre a população local do Mediterrâneo espanhol e como fornece centralidade aos interesses econômicos dos empreendedores imobiliários e autoridades políticas (Idem). Nessa perspectiva, no caso do distrito mais especificamente, com o debate do TR intenta-se gerar centralidade à questão imobiliária, muitas vezes velada pela máxima reproduzida amplamente que reafirma o turismo como principal atividade econômica. Assim, a discussão do

crescimento urbano não ganha centralidade, bem como suas relações estreitas com o turismo, mais especificamente com o TR.

É verdade que alguns moradores locais e representantes do poder público já se posicionaram (e outros seguem se posicionando) quanto ao crescimento urbano do distrito, como mostra a fala do representante da SETUR/Santana do Riacho (fala registrada na Ata do CODEMA de 09/06/2014, anexo 04) em 2014, que alerta para as implicações do crescimento preocupante dos loteamentos e desmembramentos, ressaltando suas interferências diretas no turismo através da descaracterização do local, aumento de despesas para o município e impasses relacionados ao esgotamento sanitário que agravam a questão do crescimento urbano. Contudo, de forma geral, a crítica aos efeitos do crescimento urbano segue sendo reproduzida de forma descolada do turismo.

No contexto das relações entre os setores imobiliário e turístico, a aquisição de segundas residências, “tem sido um dos maiores estimulantes do mercado imobiliário do Nordeste e Sudeste brasileiros” (Kiyotani e Rocha, 2017, 269). No caso específico do Nordeste, as autoras enfatizam que a compra de imóveis por turistas, “aqueceu as vendas, escalonou os preços, especulou terrenos, bairros e até localidades praianas inteiras” (Idem, 269). Para Ferreira e Silva (2010) “uma inovação na escala, financiamento e demanda forçou uma superposição inovadora entre Turismo e Imobiliário, tornando imperativa a criação da expressão ‘turismo-imobiliário’ pelo mercado” (Idem, 126). Tanto a vilegiatura quanto o turismo imobiliário ou imobiliário-turístico são perspectivas sobre os modos de operação e efeitos das segundas residências, a partir de vertentes específicas de pesquisa (Kiyotani e Rocha, 2017).

O que difere o TR no contexto do setor turístico-imobiliário e o turismo convencional é a forma de circulação, tanto física como de capital, dentro da cadeia de negócios turísticos (Souza, Matias e Selva, 2016). Em comum há entre eles, a mercantilização da paisagem, a utilização do meio ambiente como ativo financeiro e o consumo dos espaços de forma sazonal (Fonseca *et al.* 2007) (Idem).

O TR é um dos componentes fundamentais para a existência de um CTI, complementados com uma diversa infraestrutura de serviços (Idem). No entanto, é a necessidade de comercialização de segundas residências que caracteriza a gênese deste segmento de empreendimento turístico, motivado principalmente pela expansão do mercado imobiliário por novos negócios, principalmente nos momentos de crise (Idem). Sendo assim, apesar dos CTIs não constituírem (ainda) a dinâmica da (re)produção do espaço do/no distrito, vale destacar a consolidação de um dos seus componentes

fundamentais: a comercialização de segundas residências. Se os CTIs ainda não são uma realidade no distrito Serra do Cipó, enfatiza-se as iniciativas já empenhadas como o caso do Condomínio Rio Cipó (citado no segundo capítulo) e o caso da oferta existente para isso, o imóvel Encantado (citado no terceiro capítulo).

O termo CTI passou a ser usado no Brasil para denominar os megaempreendimentos derivados da associação do segmento de resorts com a modalidade turística já conhecida: as segundas residências (Idem). A instabilidade do setor de construção civil aproximou os empreendedores deste ramo, do setor turístico, consolidando a migração de capitais entre os setores da economia, como forma de garantir sua reprodução em momentos de crise (Idem).

Quanto à escolha do termo TR, como forma de ampliar a perspectiva da habitação secundária, destacam-se as dificuldades que permeiam a definição da segunda residência que abrange a distinção entre esta e a primeira residência (Coppock, 1977, Souza, Matias e Selva, 2016). Nem sempre os limites entre uma e outra são passíveis de delimitação através de critérios objetivos. Os desafios impostos na distinção entre a primeira e a segunda residência relacionam-se com as dificuldades que permeiam a definição dos aspectos que configuram o uso turístico de uma residência, bem como a identificação dos diferentes usos atribuídos a habitação.

Como caracterizar as segundas residências disponibilizadas também para turistas através do aluguel por temporada? Como, por exemplo, no caso das diversas segundas residências do distrito que são disponibilizadas no Airbnb¹³¹. Devem ser consideradas como parte da oferta turística? Ou categorizadas apenas como habitação secundária? Observa-se que a multiplicidade de usos e funções destas habitações deve ser reconhecida. Diante do dinamismo e diversidade dos usos das segundas residências, destaca-se a contemplação da perspectiva da habitação turística-residencial para abordar o tema através de um viés mais plural, envolvendo também os usos que as caracterizam como parte da oferta “informal”¹³² de hospedagem.

¹³¹ Airbnb é um serviço online comunitário para as pessoas anunciarem, descobrirem e reservarem acomodações e meios de hospedagem. O Airbnb permite aos indivíduos alugar o todo ou parte de sua própria casa, como uma forma de acomodação extra. O site fornece uma plataforma de busca e reservas entre a pessoa que oferece a acomodação e o turista que busca pela locação. Abrange mais de 500 mil anúncios em mais de 35.000 cidades e 192 países. Desde sua criação em novembro de 2008 até junho de 2012, mais de 10 milhões de reservas foram agendadas via Airbnb. (<https://bit.ly/2CGQlsZ> - acesso 10/10/2018). Mais adiante, ainda neste capítulo, serão tecidas considerações sobre a operacionalização das segundas residências como meios de hospedagem através do Airbnb.

¹³² Trata-se de uma oferta informal por não ser contemplada pelos cadastros oficiais do Estado (do Ministério do Turismo, da SETUR/MG e da SETUR/Santana do Riacho) e pelos processos regulatórios que constituem a implantação e a operacionalização de um meio de hospedagem.

Aledo (2012) salienta a natureza versátil do mercado de segundas residências, justamente por colocá-las ora no mercado imobiliário, ora no mercado turístico. Essa natureza foi também tratada por Fonseca e Lima (2012), cuja reflexão incide nas características da residência secundária enquanto modalidade de alojamento turístico. As autoras reforçam que a segunda residência pode configurar um alojamento turístico, porém, de forma geral, não o é por natureza:

A segunda residência apenas pode ser considerada um alojamento turístico se seu usuário for um turista. Como nem sempre isto ocorre, verificam-se muitas dificuldades e confusões na compreensão do lugar da segunda residência no contexto da atividade turística (Fonseca e Lima, 2012, 55).

Concordamos que é importante distinguir o turista que utiliza uma segunda residência como hospedagem, dos proprietários dessas residências que geralmente as utilizam de forma mais constante. Como já destacado, estes proprietários podem ser caracterizados em termos da relação e interação com o lugar, em um nível intermediário entre os turistas e os moradores, portanto considera-se oportuno denomina-los: turistas residenciais.

A complexidade na distinção entre primeira e segunda residência, bem como na caracterização precisa dos usos dados às habitações secundárias, relaciona-se às dificuldades impostas à fragmentação entre experiências turísticas e cotidianas, estas últimas concernentes mais especificamente às experiências de morador. Trata-se da dificuldade na delimitação dos momentos em que as experiências, práticas e usos deixam de ser turísticos (Nieves, Terán e Martínéz, 2008).

Ao definir habitação secundária em relação à principal, descobrimos que seu atributo mais importante é o tempo que a habitação é usada [...] Fala-se de um uso ocasional em habitação secundária e uso habitual na habitação principal. Sem, no entanto, explicitar os limites temporais de ambos os advérbios referentes ao abrigar [...]” (Idem, 108).

Apesar das limitações em relação à definição entre a primeira e a segunda residências, considera-se que a questão temporal citada, pode ser tomada como um critério para a delimitação das segundas residências, podendo estas, serem caracterizadas pelo seu uso ocasional. Nesse sentido, a segunda residência pode ser caracterizada como aquela que possui um uso menos intenso e cotidiano. Apesar de abranger aspectos

quantitativos, essa caracterização é essencialmente qualitativa (Nieves, Terán e Martínéz 2008):

O significado e uso que é dado à habitação, e não à localização ou singularidade da propriedade, é o que potencialmente define como turística. Neste sentido, é apropriado começar salientando que, objetivamente, todos os domicílios particulares são suscetíveis de serem considerados como tal, embora apenas seus inquilinos ou usuários possam conferir tal papel a ele (Callejo, 2004: 145 *apud* Nieves, Terán e Martínéz, 2008, 108).

Como alertado pelos autores, quando a análise reconhece a subjetividade afeita a classificação do uso turístico da habitação, “deverá renunciar à suposta operacionalidade daquelas definições que pretendem estabelecer com base em critérios objetivos o que é um alojamento turístico e o que não é” (Idem, 108). Os autores recorrem também a Aronsson (2004), que identifica a segunda residência com um estilo de vida que pressupõe desejo de mobilidade, como o de estabelecer vínculos de caráter mais permanente com o lugar em que a referida residência esteja localizada. Mais adiante, este contexto é relacionado ao contraditório processo de fidelização do turista impulsiona o setor imobiliário através do desenvolvimento do TR em detrimento do TC. Os significados subjetivos que cada pessoa concede para esses desejos de mobilidade e estilo de vida, define o significado da residência para ela e, portanto, sua caracterização em relação ao seu uso e finalidade (Idem).

Nieves, Terán e Martínéz (2008) se posicionam em relação aos desafios e complexidades que perpassam esse processo de caracterização, reconhecendo que o problema de definir o TR a partir da perspectiva da oferta (produção de habitação residencial-turística) ou demanda (consumo habitação residencial-turística) tem a ver com a decisão de decidir o que é uma habitação residencial-turística. Nesse tema, os autores afirmam que:

É muito complicado estabelecer um critério "objetivo" ou externo ao sentido subjetivo que cada indivíduo quer dar à sua residência. Qualquer critério externo à subjetividade do residente pode resultar em situações em que uma alta porcentagem de pessoas não se identifique com o rótulo atribuído à sua casa e que, conseqüentemente, pessoas classificadas como turistas ou migrantes podem não se reconhecer nessas categorias (Idem, 109)

No caso das entrevistas realizadas com dois proprietários de segundas residências¹³³, destaca-se que, apesar de possuírem atividades profissionais em outro estado, onde passam a maior parte do tempo, eles identificam o imóvel na Serra do Cipó como primeira residência e/ou residência principal.

A partir das reflexões dos autores com os quais dialogamos, é possível considerar que se por um lado, não estão claros os critérios para delimitação e caracterização do uso turístico das segundas residências; por outro lado, em meio às limitações e impossibilidades das definições objetivas, pode-se afirmar que o “turista residencial” é aquele que “produz” a habitação turística-residencial. “Produz” no sentido de idealizar e implantar, através das segundas residências, processos específicos de mobilidade e de estilo de vida ora afeitos às experiências turísticas, ora às experiências cotidianas. Essas pessoas impulsionam o crescimento das segundas residências definindo as características do fenômeno do turismo em determinados contextos espaço-temporais, como no caso do distrito.

Nieves, Terán e Martínéz (2008) ressaltam os turistas residenciais buscam “produzir” em torno da sua segunda residência um espaço-tempo que tentem a romper com algumas das rotinas básicas que caracterizam o espaço-tempo do trabalho e do cotidiano. No caso da análise realizada pelos autores, o foco não é a definição de critérios para classificar os turistas residenciais, o objetivo é entender como a ideia de TR é construída na concepção da população local (moradores locais, trabalhadores e empresários dos setores imobiliário e turístico) a partir dos discursos produzidos pelos sujeitos que ocupam as diferentes posições de poder no nível sociopolítico municipal.

Se no contexto europeu a população local já está familiarizada com o debate acerca do TR, no Brasil esta discussão ainda é incipiente quando a ele comparada. No distrito Serra do Cipó, de forma geral, ainda não há uma clareza quanto às relações entre o TC e o fenômeno das segundas residências. Os moradores locais se referem de forma fragmentada aos processos, como se não tivessem relação. Sendo assim, amplamente, eles identificam: o turismo e os turistas; as pessoas “de fora” que possuem casa no distrito e as pessoas “de fora” que moram ou estão morando no distrito. Esta percepção foi constatada nas entrevistas e conversas informais por meio da identificação da forma como os moradores locais consultados se referem a diferentes grupos de pessoas que constituem o cotidiano do/no distrito. Como mostram as pesquisas realizadas pelos autores com os

¹³³ Interlocutores H3 e J3 (Apêndice 04). Entrevista interlocutor H3 realizada em maio/2018. Entrevista interlocutor J3 realizada em dezembro/2017.

quais dialogamos, destaca-se que se no contexto europeu a familiaridade com o tema já é suficiente para promover a amplitude da crítica ao TR, incluindo aí a emergência do termo *turismofobia*. No contexto do distrito da Serra do Cipó, o fenômeno das habitações turísticas-residenciais ainda encontra-se à margem da crítica existente aos efeitos do crescimento urbano, bem como do debate do turismo mais amplamente.

A pesquisa realizada pelos autores na região do Mediterrâneo espanhol mostra que as pessoas que tendem a ser mais críticas quanto aos processos do TR são os empresários e funcionários ligados ao setor hoteleiro convencional, bem como parte da comunidade local que sofre as pressões advindas da especulação imobiliária e da saturação do mercado de trabalho com a chegada de novos moradores e trabalhadores (Idem). As pessoas ligadas às atividades de aluguel turístico de segundas residências, bem como os empreendedores do mercado imobiliário tendem a exaltar este segmento, considerando os turistas residenciais mais regulares e fiéis (Idem). De acordo com as pessoas que integram o setor imobiliário-turístico entrevistadas pelos autores, o TR resiste melhor aos tempos de crise, já que os turistas possuem sua própria residência tornando a viagem menos onerosa quando comparada às hospedagens convencionais. Assim, de acordo com os entrevistados, os turistas residenciais podem visitar o destino um número maior de vezes ao longo do ano (Idem).

Como já salientado, no distrito, de forma geral, a perspectiva dos moradores locais consultados em relação às segundas residências é positiva, já que muitos trabalham com o aluguel e comercialização desses imóveis, bem como prestando serviços diversos para os proprietários dessas habitações tais como: pedreiro e servente, caseiro, jardineiro, etc., atividades importantes na composição da oferta de empregos para os moradores do distrito, como será mostrado mais adiante. A despeito do incômodo difuso entre os locais em relação à crescente concorrência no mercado de trabalho engendrada pelos novos moradores¹³⁴, os posicionamentos deles não incidem sobre as relações mais amplas entre este processo, o turismo, o crescimento das segundas residências e urbano.

Os autores relatam os efeitos da sobreposição do desenvolvimento do TR frente ao desenvolvimento da infraestrutura turística convencional. Em muitos casos, sobretudo na Espanha, a infraestrutura básica e turística dos lugares não acompanha o crescimento urbano decorrente do desenvolvimento do TR (Nieves, Terán e Martínéz, 2008). Em uma

¹³⁴ Quanto ao contexto da concorrência entre moradores locais e novos moradores no mercado de trabalho vale relembrar a fala do interlocutor F1 (Apêndice 02 – citada na página 72 deste texto) que exalta que: “se continuar do jeito que está pode piorar porque até emprego vai faltar para os daqui”.

perspectiva similar, a infraestrutura básica e turística do distrito também não acompanha o crescimento dos loteamentos residenciais na última década.

Para Aledo, Martínéz e Terán (2007) que se propuseram a analisar a viabilidade ambiental, económica e social do modelo do TR no Mediterrâneo espanhol, trata-se de uma atividade económica que se dedica ao desenvolvimento dos negócios imobiliários e, mais pontualmente, à construção e venda de casas que compõe o setor extra hoteleiro, onde os usuários usam como alojamento temporário ou residem de forma permanente ou semipermanente, fora de seus locais habituais de residência, e que respondem às novas fórmulas de mobilidade e residência das sociedades modernas.

Kiyotani e Rocha (2017) sintetizam as características do TR destacando: a alta concentração temporal, isto é, os turistas residenciais tendem a passar períodos maiores nos lugares de destino quando comparado aos turistas convencionais; a oferta turística convencional (incluindo a infraestrutura turística, denominada pelas autoras: complementar) apresenta baixa qualidade; ausência de planejamento urbano; poucos gastos no local visitado (o que reduz o capital circulante no local) e alta fidelidade ao destino.

Aledo (2008) indica que a caracterização do uso turístico das segundas residências, enfatizando que associação desta atividade imobiliária com turismo é intensa e pode ser evidenciada através dos seguintes aspectos: o produto imobiliário-residencial ocupa e compete por espaços turísticos; durante o período de ocupação dessas residências os usuários não realizam atividade laboral, desenvolvendo práticas caracteristicamente turísticas associadas ao lazer, busca de bem-estar e qualidade de vida; uma parte importante dos usuários das segundas residências são veranistas, ocupando essas habitações, seja em propriedades, seja para alugar ou em casas de família ou amigos; e, por fim, os fluxos migratórios implicados nas dinâmicas das segundas residências possuem motivações turísticas.

Kiyotani e Rocha (2017) salientam que os estudos de Aledo são de grande relevância para as pesquisas sobre:

o mercado imobiliário e o poder que o turismo tem como atrativo para este. Ou seja, a partir do momento em que se vendem moradias tendo como base da promoção um destino turístico, torna-se mais atrativo aos olhos do comprador; diferente de vender uma residência em uma localidade não divulgada, que não chame a atenção (Idem, 273).

As autoras levantam o questionamento quanto à pertinência do conceito de TR evidenciando apontamentos de diferentes autores (Viken e Jacobsen 1997, Bernier 2003, Martínéz, 2006, Jacobsen *et. all.* 2009, Aledo, 2012) para destacar que o termo TR mostra-se paradoxal, já que residente não é um turista (Idem). Contudo, o debate contribui para pontuar as diversas formas de residir, de mobilidade e de estilos de vida que tornaram mais fluidas as fronteiras entre o residente e o turista.

A despeito das imprecisões que caracterizam a categoria TR, concernentes mais amplamente ao turismo, ressalta-se a relevância didática da utilização do termo para evidenciar o desenvolvimento do TR em detrimento da infraestrutura básica e turística convencional. Com base na discussão apresentada, sintetizamos os critérios que contribuem para a caracterização do TR e dos turistas residenciais: a) os turistas residenciais tendem a passar temporadas maiores nos lugares de destino quando comparados aos turistas convencionais; b) nos lugares onde desenvolve-se o TR, a oferta turística convencional, incluindo a infraestrutura turística tende a apresentar baixa qualidade; c) o produto imobiliário-residencial ocupa e compete por espaços turísticos, d) os turistas residenciais tendem a gastar menos do que um turista convencional e mostram alta fidelidade ao destino, e) durante o período de ocupação dessas residências os usuários não realizam atividade laboral, desenvolvendo práticas caracteristicamente turísticas associadas ao lazer, busca de bem-estar e qualidade de vida; f) os fluxos migratórios implicados nas dinâmicas das segundas residências possuem motivações turísticas.

4.1.1. Novos moradores e turistas residenciais: a fidelização do turista e o fortalecimento do turismo residencial e do crescimento urbano

Neste momento, o objetivo é caracterizar o diverso conjunto dos novos moradores do distrito. Esse detalhamento é necessário para caracterizarmos os diferentes perfis entre os novos moradores permanentes e semipermanentes, incluindo os turistas residenciais (proprietários e/ou usuários de segundas residências). Outros pesquisadores já discutiram sobre o cenário diverso que compõe o grupo dos moradores locais do distrito.

Cardoso (2008) salienta que moradores tradicionais, novos residentes, semiresidentes, associações da sociedade civil organizada e órgãos públicos compõem a comunidade local. Apesar de não detalhar, em alguns momentos do seu texto, a autora

diferencia os *novos moradores* da *população local*¹³⁵, utilizando termos como *moradores permanentes* ou *pendulares* e *residentes de fins de semana*. A autora cita a fala de uma moradora nativa do distrito sobre os novos moradores: “No Cipó hoje não tem povo de antigamente, tem muita gente de fora” (Senhora nativa do distrito Serra do Cipó, pertencente a 4º geração *apud* Cardoso, 2008, 135).

Moss (2014) diferencia os *primeiros moradores*, *moradores originais* ou *antigos moradores* (sem fazer distinções entre essas três expressões) e o os *novos moradores*. Santos (2016) também faz uso das expressões *antigos moradores* e *novos moradores*. O objetivo com essa exposição é mostrar como outros pesquisadores também se depararam com a difícil tarefa de definir a “comunidade local”, isto é, o conjunto dos moradores locais no distrito.

Nota-se que outros pesquisadores já reconheceram a importância da dinâmica da população semiresidente para a análise do crescimento urbano do lugar. Com base nas considerações dos autores citados, é possível caracterizar o grupo de moradores “de fora” em residentes e semiresidentes, que podem ser associados aos novos moradores e aos turistas residenciais respectivamente. A caracterização dos moradores semiresidentes na perspectiva dos turistas residenciais é importante para compreender a dinâmica do TR e sua sobreposição frente ao TC. A caracterização isolada dos moradores semiresidentes, sem relacioná-los diretamente com o turismo, não contribui para a ruptura com a perspectiva genérica que enquadrada o fenômeno turístico como principal atividade econômica, já que a abordagem fragmentada entre o crescimento das segundas residências e o turismo mantém veladas suas relações com o setor imobiliário.

Para melhor compreender a diversidade do grupo das pessoas “de fora” que interferem na dinâmica do crescimento urbano no distrito, sobretudo através da demanda que geram por novas habitações, elas foram caracterizadas em dois subgrupos: *Novos Moradores* e *Turistas Residenciais*.

Os novos moradores foram identificados com base em três critérios: possuir residência permanente no distrito, possuir relações mais cotidianas com as dinâmicas locais de geração de renda (inserção no mercado de trabalho e/ou empresarial) e reprodução de comportamentos que não redefinem ou rompem com o cotidiano, como no caso dos comportamentos essencialmente turísticos. Tanto os novos moradores, quanto os turistas residenciais utilizam a habitação particular para a sua acomodação, “mas os

¹³⁵ Ver (Cardoso, 2008, 30), por exemplo.

seus padrões de comportamento e, principalmente, os significados que atribuem à sua experiência residencial ou de lazer são bem diferentes” (Nieves, Terán e Martínéz, 2008, 109). Os novos moradores tendem a se integrar mais à dinâmica cotidiana local, se inserindo no mercado de trabalho, seja como trabalhador, empresário e/ou voluntário e utilizar mais os serviços públicos locais (educação e saúde, sobretudo).

Os novos moradores foram subdivididos em três subgrupos: aposentados/pensionistas/rentistas, trabalhadores e empresários. Os turistas residenciais foram analisados a partir de dois grupos: usuários de segundas residências e empresários. Em relação aos novos moradores, o grupo dos aposentados/pensionistas/rentistas são aquelas pessoas que já possuem uma renda fixa e que não buscam novas fontes de renda no distrito, geralmente, se envolvem com as dinâmicas locais através do voluntariado. Este grupo não é constituído apenas por pessoas que recebem aposentadorias, abrange também, aqueles que vivem de aluguéis de imóveis em outras cidades, aqueles que vivem dos negócios, patrimônio e renda das famílias procedentes de outras cidades e estados, pessoas que recebem pensões vitalícias derivadas dos cargos públicos ocupados por pais/mães. Quatro aspectos reúnem diferentes perfis neste grupo: possuem fontes de renda “externas” ao distrito, não buscam geração de novas fontes de renda no distrito, utilizam parcialmente os recursos públicos municipais, sobretudo no que tange aos serviços na área da saúde e possuem tendência para envolver-se com atividades voluntárias no distrito (Quadro 02).

Quadro 02: Caracterização pessoas “de fora” que interferem na dinâmica do crescimento urbano do/no distrito – outubro/2018.

Pessoas “de fora”				
Novos Moradores - Residência fixa - Relações com as dinâmicas de geração de renda - Não há necessariamente ruptura com o cotidiano do trabalho		Turistas Residenciais - Residência secundária - Relações com as dinâmicas de consumo - Redefinição ou ruptura com o cotidiano do trabalho		
Aposentados/Pensionistas/Rentistas - Utilizam parcialmente os recursos públicos municipais (saúde e educação); - Tendência para envolver-se com atividades voluntárias no distrito.	Trabalhador - Vendem a força de trabalho – formal e informalmente; - Utilizam integralmente os recursos públicos municipais (saúde e educação).	Empresário - Proprietário de empreendimento; - Utilizam parcialmente os recursos públicos municipais (saúde e educação);	Usuários Segunda Residência - Comportamento caracteristicamente turístico com foco no lazer; - Interagem com o mercado de trabalho para contratação de funcionários para realização de serviços domésticos (limpeza, jardinagem, limpeza de piscina, etc.).	Empresário - Disponibilizam suas segundas residências no mercado turístico de hospedagens;

Fonte: Quadro elaborado a partir das observações em campo e das informações coletadas com interlocutores.

Vale ressaltar que o grupo dos aposentados/pensionistas/rentistas contribuem para dinamizar o comércio local, uma vez que possuem renda e tempo para consumir. Assim como os novos moradores mais amplamente, a contribuição dessas pessoas para o dinamismo do comércio local incide sobre os “serviços cotidianos”, tais como: supermercados, loja de roupas, imóveis, oficinas mecânicas, salão de beleza, consultório odontológico, bares, restaurantes, etc. Dessa forma, elas não contribuem de forma significativa para o incremento da infraestrutura turística. Entre os aposentados, alguns possuem planos privados de saúde e, portanto, só utilizam a unidade básica de saúde do distrito em caso de emergência. Vale destacar, a tendência dessas pessoas em se envolverem com atividades voluntárias, o que nem sempre é bem visto por outros moradores locais. Esses consideram que determinadas atividades realizadas por

voluntários poderiam se constituir em novos nichos para geração de empregos para os nativos.

Entre os novos moradores, há também os trabalhadores que, diferentemente dos aposentados, não possuem fonte de renda fixa e precisam vender sua força de trabalho, formalmente ou informalmente. Essas pessoas tendem a utilizar integralmente os recursos públicos na área da saúde e educação. Quanto a esta última, vale dizer que, no distrito, não existem escolas privadas, portanto, a maior parte dos moradores utilizam os serviços públicos, municipal e estadual, na área da educação. Contudo, alguns novos moradores podem arcar com os custos da educação dos filhos em instituições privadas localizadas no município de Lagoa Santa, distante aproximadamente 60 km do distrito. Os empresários são os novos moradores que buscaram no distrito, além da opção para a residência, uma oportunidade para empreender. São proprietários de negócios diversos: restaurantes/bares, pousadas, lanchonetes, entre outros tipos de comércio. Assim como os aposentados, a maior parte dos empresários possuem planos privados de saúde e só utilizam a unidade básica de saúde do distrito em casos de emergência.

De forma geral, os padrões de comportamento dos novos moradores e os significados que atribuem à sua experiência residencial não rompem com o cotidiano centralizado no trabalho. Nesse sentido, não buscam a sua redefinição, como no caso dos comportamentos essencialmente turísticos que almejam “fuga” do cotidiano, mais característicos dos turistas residenciais.

Em relação aos turistas residenciais, trata-se de um grupo específico e crescente de moradores semiresidentes. A relação deles com o distrito é mediada pela propriedade da segunda residência ou habitação turística-residencial. Os turistas residenciais foram divididos em dois grupos: aqueles que utilizam a segunda residência para negócios, denominados aqui de empresários, e aqueles que não disponibilizam a segunda residência para aluguel turístico e geração de renda (Quadro 02). Entre os turistas residenciais identificados na categoria empresários, podemos citar aqueles que disponibilizam suas residências no Airbnb e em outros canais de venda, como o portal Casas da Serra e Ahlugar – aluguéis para temporadas¹³⁶.

A oferta de residências particulares como meio de hospedagem tem gerado muitos debates sobre os impasses regulatórios desse tipo de prática em regiões turísticas. Na Espanha, por exemplo, algumas cidades debatem a proibição da atuação do Airbnb na

¹³⁶ <https://casasdaserra.com.br/casas/> - acesso 06/10/2018 e <https://www.facebook.com/ahlugar.serras.1> - acesso 14/04/2019

operacionalização da oferta turística dos meios de hospedagem. Como o caso de Palma de Maiorca, que foi a primeira cidade a proibir o aluguel de residências particulares para turistas através do Airbnb ou de meios similares. Entre os efeitos da prática que justificaram a proibição, os representantes do poder público alegam que o aluguel turístico (por temporada) torna o imóvel indisponível para o aluguel residencial de longo prazo, aumentando os seus preços¹³⁷.

No distrito Serra do Cipó, há 42 anúncios no Airbnb, 8 são anúncios de quartos em pousadas, 6 anúncios de quartos em casa compartilhada e 28 segundas residências, que somam aproximadamente 220 leitos disponíveis para o aluguel turístico¹³⁸. Em outubro de 2018, havia 30 anúncios¹³⁹. Em 6 meses, observou-se um crescimento de 40% no número de imóveis ofertados na plataforma. Os padrões e preços dos imóveis no Airbnb variam. Contudo, de forma geral, as segundas residências tendem a oferecer imóveis com as qualidades ambientais procuradas – terrenos amplos, privacidade, área verde, “vistas”, etc. - pelos turistas que frequentam a Serra do Cipó e realçam tais atributos como estratégia de *marketing* para comercialização dos imóveis. Destaca-se o texto que anuncia um dos imóveis (figura 42):

Casa confortável (terreno de 3.600 m²) de dois andares, de bela arquitetura e um visual incomparável do Rio Cipó e da Serra do Espinhaço. O contato com a natureza é o que encanta, o verde e a fauna são atrações em si com a visita de micos e pássaros. (Site Airbnb/Serra do Cipó/outubro 2018).



Figura 42: Segunda residência disponibilizada para aluguel turístico no Airbnb

Fonte: site Airbnb – Serra do Cipó – disponível em: <https://bit.ly/2XqQ7xr> -acesso

¹³⁷ Conforme registrado em matéria de autoria Lucía Bohórquez, publicada pelo El País, em abril de 2018, disponível em: <https://bit.ly/2VW8Bpo> - acesso 06/10/2018

¹³⁸ <https://bit.ly/2vdDDwY> - acesso 15/04/2019

¹³⁹ <https://bit.ly/2VW8Bpo> - acesso 06/10/2018

O anúncio valida as qualidades ambientais dos imóveis apropriadas pelas estratégias de comercialização das segundas residências. O imóvel tem capacidade para acomodar até 8 hóspedes e está disponível no Airbnb por R\$ 600,00 por noite (em maio de 2019). Destaca que em outubro de 2018 este valor era de R\$450,00. O imóvel passou a incorporar a oferta de meios de hospedagem do distrito, através do Airbnb, em dezembro de 2017. Até outubro de 2018, o imóvel apresentava 11 locações, em abril de 2019 já contavam 21 experiências de hospedagem registradas. O crescimento dos imóveis ofertados na plataforma, bem como das experiências de hospedagem registradas, expressa o crescimento dessa modalidade de hospedagem não convencional.

A disponibilização de estrutura completa de lazer, piscinas, espaços gourmet, churrasqueira e até forno de pizza, como no caso do imóvel citado, tendem a estimular os hóspedes a fazerem as refeições na residência, o que interfere diretamente no comportamento de consumo do turista em relação aos serviços locais. Outra questão importante refere-se ao consumo dos produtos utilizados por estes hóspedes. Alguns, sobretudo aqueles procedentes da RMBH, optam pela realização das compras na sua cidade de origem¹⁴⁰.

É importante dar ênfase também aos conflitos específicos do meio empresarial, especificamente do setor de hospedagens, em relação às práticas de aluguel turístico através de canais como o Airbnb. Os empresários do Airbnb estão isentos de determinados impostos regulatórios e não estão sujeitos à fiscalização. Portanto, se inserem mais livremente no mercado turístico, compondo a oferta dos meios de hospedagens, com custos e investimentos menores quando comparados com a oferta hoteleira convencional. Ademais eles poderão também assim como entraram sair sem grandes custos. Tais condições os permitem operar com um valor de diária mais atraente em relação à oferta convencional. No imóvel citado por exemplo, a diária por pessoa com uso da capacidade máxima da casa é de R\$75,00 valor inferior aos operados no mercado de hospedagem convencional¹⁴¹. Nas reuniões do COMTUR, foi possível constatar a posição dos pousadeiros que exaltam os prejuízos do crescimento dessa prática para os meios de hospedagem convencionais. Nota-se que 42 anúncios disponíveis no Airbnb em outubro de 2018, deles 38 foram criados a partir de 2016 (Quadro 03).

¹⁴⁰ Informações coletadas com interlocutores B3, E3 e G3 (Apêndice 04) que disponibilizam a segunda residência para este tipo de aluguel e relataram o comportamento geral dos usuários.

¹⁴¹ As diárias nas diversas pousadas do distrito variam de R\$130,00 à R\$960,00, para o casal, de acordo com informações coletadas no Tripadvisor que possui 73 meios de hospedagem cadastrados - <https://bit.ly/2PJWYw> - acesso 07/10/2018.

Quadro 03: Número de imóveis disponibilizados no Airbnb por ano.

Ano	Número de imóveis disponibilizados no Airbnb
2011	1
2012	2
2015	2
2016	3
2017	11
2018	17
2019 (até abril)	6

Fonte: Informações coletadas na plataforma Airbnb disponíveis em <https://bit.ly/2vdDDwY> - acesso 15/04/2019.

A plataforma de compartilhamento de meios de hospedagem, Airbnb, existe desde 2008. O primeiro anúncio de hospedagem no distrito através desse canal remete à 2011. Contudo, foi a partir de 2016, que 90% dos anúncios no distrito foram inseridos na plataforma. É possível que esse crescimento nos últimos anos esteja relacionado também ao contexto da crise econômica vivenciado no nosso país. Alguns proprietários com os quais conversamos relataram que as despesas com a manutenção das casas, sobrecarregaram o orçamento nos últimos anos, levando-os a disponibilizarem a residência para o aluguel turístico como forma de amortecer essas despesas.

Ressalta-se que as residências disponíveis para o aluguel turístico não são oferecidas no mercado dos aluguéis residenciais, tornando o imóvel indisponível para o aluguel de longo prazo, diminuindo a disponibilidade de imóveis para aluguel residencial e aumentando os seus preços. Enfatiza-se a distinção existente entre imóveis disponíveis para o aluguel turístico e para o aluguel residencial, de forma que os primeiros são oferecidos apenas para o aluguel de temporada. De forma geral, não há interesse por parte destes proprietários em disponibilizar o imóvel para o aluguel de longo prazo pois intentam manter a habitação disponível em feriados e finais de semana. Nessa perspectiva, salienta-se os impactos do crescimento do aluguel turístico dos imóveis para o mercado imobiliário residencial no distrito.

Através das entrevistas realizadas, da própria vivência como nova moradora e do compartilhamento das vivências de outros novos moradores, é possível considerar que a primeira dificuldade do novo morador no distrito é encontrar uma casa. De forma geral,

a maior parte dos novos moradores, em um primeiro momento, vivenciam a experiência do aluguel. Com o passar do tempo, alguns compram terrenos ou casas e passam a residir em imóveis próprios. Outros passam anos e décadas no distrito sem adquirir um imóvel próprio¹⁴². Entre as dificuldades relacionadas ao aluguel de casas no distrito, a primeira delas se refere à restrição de oferta.

Outra questão que vale pontuar sobre os aluguéis turísticos e residenciais se refere à localização do imóvel. De forma geral, os imóveis disponíveis para aluguel turístico estão localizados em locais privilegiados, com terrenos maiores, 1.000 m² ou mais, bastante arborizados e com belas vistas. Entre os imóveis disponíveis para aluguel residencial, é comum encontrar opções em terrenos menores, com 360 m², menos arborizados e mais densamente ocupados. Muitos novos moradores procuram no distrito a típica “casinha no campo”, um imóvel com qualidades ambientais, arborizado, com privacidade, quintal para jardins e hortas, etc. A procura por casas de aluguel residencial no distrito é grande. Em uma das visitas realizadas na imobiliária local, em junho de 2018, constatamos que havia apenas uma casa disponível para aluguel residencial. Tratava-se de um imóvel voltado para o público com poder aquisitivo elevado, cercado pelas qualidades ambientais tão almejadas pelos novos moradores, localizada em um dos recentes loteamentos do distrito e disponível no mercado imobiliário para o aluguel residencial por R\$2.400,00 mensais.

Os casos dos novos moradores que se decepcionam com a oferta local de imóveis disponíveis para o aluguel residencial no distrito são comuns. Aqueles imóveis que possuem as qualidades desejadas costumam ter o valor do aluguel superior ao que muitos podem pagar. São dezenas de relatos, incluindo os da própria pesquisadora - que também experimentou as dificuldades do aluguel residencial no distrito -, sobre a decepção de querer encontrar um imóvel com determinadas qualidades ambientais e só poder pagar por imóveis destituídos dessas qualidades. Entre os imóveis destinados ao aluguel residencial, é muito comum no distrito a oferta das quitinetes, localizadas, geralmente, no segundo pavimento das residências. (Figuras 43-47).

¹⁴² Como o caso do interlocutor D2 (Apêndice 03) reside no distrito desde 2003, mora em uma casa alugada há 16 anos e alega não ter condições financeiras para adquirir um imóvel próprio no distrito.



Figuras 43, 44, 45, 46 e 47: Quitinetes no segundo pavimento, localizadas na área central do distrito, destinadas para aluguel residencial. Fonte: Arquivo da autora – junho/2018

No que concerne ao crescimento das residências (quitinetes) localizadas no 2º pavimento dos imóveis, vale destacar uma conversa cotidiana no supermercado com um senhor com mais de 80 anos, nascido e criado no distrito da Serra do Cipó. Estávamos no setor de hortifruti do supermercado e este senhor com muita dificuldade para ler os preços me perguntou o preço da cebola que naquele dia estava R\$5,98/kg. Ele ficou muito

assustado com o preço e eu expliquei que se tratava da cebola roxa. E complementei que a cebola comum (branca) estava R\$ 4,68/kg. Ele continuou assustado com os preços e comentou que o bom mesmo era plantar. Concordei com ele, que comentou em tom um pouco atônico: “Pior são os que moram na laje.....Você sabe né? Hoje, tem gente que mora na laje. Nem se quiser, pode plantar”. O senhor fez referência ao recente processo de expansão urbana, de verticalização dos imóveis e do crescimento dos ‘segundos andares’, tais como as quitinetes mostradas nas figuras acima.

Quanto ao perfil do turista residencial, em relação ao tempo de permanência no distrito, varia muito. Alguns vivenciam mais o cotidiano do distrito, outros menos. É possível que a maior parte dos turistas residenciais seja da RMBH e que utilize suas segundas residências nos finais de semana e feriados. Contudo, há aqueles que passam parte da semana em Belo Horizonte e outra parte no distrito. Há também, pessoas que trabalham em um determinado período mensal e possuem o mesmo período de folga. Esse é o caso de um turista residencial do Rio de Janeiro que trabalha embarcado em plataformas e passa 15 dias trabalhando na sua cidade natal e 15 dias no distrito na sua habitação turística-residencial.

A propósito da relação dos turistas residenciais com os serviços turísticos, vale ressaltar que estes tendem a utilizá-los mais, quando comparados ao grupo dos novos moradores. Contudo, foi constatado em entrevistas com os receptivos turísticos que operam no distrito da Serra do Cipó que os turistas residenciais, incluindo os proprietários de segunda residência, não fazem parte do público-alvo e principais clientes dessas empresas. Os proprietários de receptivos turísticos apontam que prestam serviços pontuais para esse grupo de pessoas, contudo, não se trata de algo habitual. No que tange à interação com a oferta turística, essas pessoas tendem a utilizar apenas as áreas naturais dos empreendimentos turísticos voltados para atividades balneárias. Considera-se que os turistas residenciais não contribuem amplamente para o incremento de determinados setores da oferta turística, tais como a hospedagem convencional (sobretudo pousadas) e receptivo turístico (passeios, roteiros e guias).

A fidelização do turista como uma estratégia do destino para impulsionar o setor é recorrentemente exaltada pelos estudos do turismo. A partir dos aportes de Nieves, Terán e Martínéz (2008) destaca-se que, de forma geral, os turistas residenciais são os usuários das habitações turísticas-residenciais. Eles também são caracterizados por serem um turista mais estável (também chamado de "turista fiel" ou fidelizado) do que o turista convencional (Idem). Destaca-se como o processo de fidelização do turista ao destino

turístico pode se consubstanciar em detrimento do desenvolvimento da oferta turística convencional.

Alguns estudiosos do fenômeno turístico entenderam o turismo residencial como uma última fase da experiência histórica do turista. O conhecimento e a experiência da região de destino que o turista possui, (...), parece justificar sua decisão de mudar o aluguel de uma acomodação turística clássica (turismo hoteleiro), durante algumas semanas por ano, para uma residência permanente no seu destino turístico habitual (turismo residencial). (Aledo, Martín e Terán, 2007, 06)

As entrevistas realizadas com os interlocutores B3, C3, E3, G3, H3 e J3 (Apêndice 04) mostram que a maior parte dos turistas residenciais (ou proprietários/usuários das segundas residências ou habitações turísticas-residenciais) iniciaram o seu contato com o distrito como turistas convencionais, utilizando hospedagem do setor hoteleiro convencional, sobretudo pousadas. As recorrências das visitas ao distrito intensificam o contato dessas pessoas com os locais e com o lugar mais amplamente. Processualmente, estes turistas passam a conhecer as oportunidades existentes concernentes aos imóveis disponíveis para aluguel. De forma geral, muitos turistas já fidelizados ao lugar, consideram melhor o custo-benefício da manutenção de uma residência permanente ou temporária no distrito, em detrimento da utilização dos meios convencionais de hospedagem.

No caso do distrito, vale salientar o significativo público de escaladores que compõem o conjunto de novos moradores, proprietários e/ou usuários de segundas residências. O Morro da Pedreira, já citado neste texto, bem como a prática de escalada esportiva realizada neste afloramento rochoso, constituem a motivação principal dessas pessoas para manter um vínculo mais estreito com o lugar. Os interlocutores H3 e J3, por exemplo, frequentam o distrito movidos pela prática da escalada desde 1999. Eles utilizaram meios de hospedagem convencionais (pousadas e campings) até o ano de 2008, quando decidiram manter uma casa alugada no distrito. Na opinião dos interlocutores, quando as visitas ao distrito são frequentes, como no caso deles, cuja periodicidade de visita é quinzenal ou mensal, é melhor manter uma casa alugada no distrito. De acordo com eles, esta conjuntura permite deixar no local apetrechos pessoais e facilita a logística das viagens, gerando ainda maior autonomia no preparo das refeições, além de configurar-se em uma opção de hospedagem mais econômica.

Entre os escaladores, mas não somente, é comum o aluguel coletivo de uma casa o que torna a opção ainda mais econômica. No caso dos interlocutores citados, eles decidiram alugar um imóvel juntos já que a permanência no distrito era pontual e nem sempre coincidente. Ambos interlocutores ainda mantêm imóveis alugados, mas adquiriram seus terrenos próprios nos anos de 2017 (Interlocutor H3) e 2018 (Interlocutor J3) e iniciaram a construção das respectivas casas em 2019. Ambos interlocutores adquiriram terrenos em condomínios fechados argumentando a segurança para justificarem suas escolhas. Eles consideram que a estrutura do condomínio contribui para atenuar as possibilidades de furto nos períodos em que se ausentarem do imóvel.

Através dos aportes teóricos formulados por Nieves, Terán e Martínez (2008), pontuam-se algumas questões. O caráter migratório do turismo residencial relaciona-se com as características específicas do momento da trajetória de vida da pessoa que viaja, com a fase de desenvolvimento do turismo no lugar, bem como com a fase da relação do turista com o lugar (Idem). De forma geral, a primeira fase corresponde à descoberta do destino, o que resulta na chegada de um primeiro fluxo de turistas (Idem). No segundo momento, surgem processos que tendem para a massificação e consolidação da mão de obra não qualificada (Idem). Nestas primeiras fases, a natureza da mobilidade é principalmente a do turismo convencional (Idem). Na terceira fase, a distinção entre pessoas “de fora” (novos moradores e proprietários/usuários segundas residências) e turistas já não é mais tão clara. Os fluxos turísticos iniciais geram fluxos migratórios tais como: pessoas dirigidas por motivações de consumo perfiladas através de experiências anteriores no lugar, bem como um fluxo migratório atraído por novas oportunidades de emprego que já não estão mais associadas essencialmente à dinâmica de consumo (Idem). Destaca-se que no distrito, os novos moradores têm, cada vez mais, disputado as vagas no mercado de trabalho com os moradores locais.

No contexto dessa perspectiva analítica cíclica, é interessante observar que o contexto atual do distrito Serra do Cipó pode ser pensando no âmbito da terceira fase. Na segunda metade da década de 1990 e na primeira década do século XXI eram comuns no distrito os “especiais”, ônibus fretados que deslocavam os *visitantes do dia*¹⁴³ da RMBH para as áreas naturais ainda abertas à visitação gratuita. Não é o objetivo salientar que, atualmente, não há processos com tendência para a massificação, contudo, naquela época,

¹⁴³ Os ‘visitantes do dia’ ou excursionistas passam o dia no lugar e não pernoitam, sendo assim, turistas e visitantes do dia estabelecem relações, inclusive de consumo, distintas com o lugar, conforme classificação exposta na página 88-89 deste texto.

estes processos detinham centralidade no desenvolvimento do fenômeno turístico ali. Em 2009, no início da atuação da autora no CTMAT, o então secretário de turismo e meio ambiente, reverberava a necessidade do apoio do governo estadual para lidar/suprir a demanda por lazer da massa de trabalhadores do Vetor Norte da RMBH e conter o deslocamento dessas pessoas para as áreas balneárias no distrito. Ele dizia que o ideal seria a implantação de um balneário popular¹⁴⁴ na área rural de Jaboticatubas, entre o Km 75 e 85 da MG-010, voltado para a população de baixa renda, para “barrar” o referido fluxo de visitantes as demais áreas da região, defendendo assim uma produção de espaços de exclusão/segregação pelo poder aquisitivo dos usuários.

Com o passar do tempo e como já detalhado no capítulo anterior, essas áreas foram fechadas com alguns acessos proibidos e outros mercantilizados (com a cobrança de ingresso). Essas práticas contribuíram significativamente para mudar as dinâmicas balneárias no distrito. Com a cobrança de ingressos na maior parte das áreas naturais do distrito, destaca-se o acesso gratuito a área do PARNASC. Atualmente, a área da Prainha do Bocaina (figura 48) localizada no retiro PARNASC tem atendido às demandas das pessoas que buscam condições balneárias e acesso gratuito ao lazer e as qualidades ambientais do espaço.



Figura 48: Prainha do Bocaina – Retiro/PARNASC. Fonte: arquivo da autora – julho/2018

Enfatiza-se que a utilização intensa e a falta de estrutura do lugar foram temas de debates nas reuniões do COMTUR¹⁴⁵ quando os representantes do ICMBIO exaltaram as

¹⁴⁴ Ele costumava dizer que deveria ser implantado algo na linha do “Piscinão de Ramos” (RJ) já citado neste texto.

¹⁴⁵ Nas reuniões do COMTUR (10/12/2019 e 14/01/2019) o assunto tornou-se pauta diante do relato de alguns conselheiros que denunciavam o uso intenso e inadequado do local que não possui instalações sanitárias e nem outro tipo de estrutura para o acolhimento do fluxo intenso. As Atas das reuniões do

estatísticas de visitação da UC na temporada do verão (2018/2019). Alguns conselheiros salientaram a importância de avaliar também a qualidade da visitação turística que está sendo desenvolvida, evidenciando o caso da Prainha citada e da intensidade da visitação na área exaltada também pelo movimento de veículos na portaria da UC localizada no Retiro (figura 49).



Figura 49: Fila extensa dos veículos dos visitantes que acessam o PARNASC pela portaria do Retiro refletindo o intenso movimento nesta área da UC. Fonte: arquivo da autora – novembro/2018

Diante do crescimento dos loteamentos e das segundas residências decorrentes do processo de fidelização do turista e da progressiva restrição às áreas naturais no distrito, destaca-se a importância das áreas naturais do PARNASC no que tange ao acesso gratuito as qualidades ambientais do espaço do/no distrito.

4.2. Crescimento populacional e urbano no distrito Serra do Cipó: a (re)produção do espaço pelos loteamentos

Neste momento, são realizadas considerações sobre a insuficiência dos dados do censo do IBGE, bem como das suas respectivas projeções para captar o crescimento das segundas residências, do processo de instalação dos novos moradores e da expansão

urbana do/no distrito mais amplamente. A (re)produção do espaço pelos loteamentos com ênfase para o *boom* imobiliário que se desenrolou no distrito na última década, evidencia o quantitativo de empreendimentos e lotes junto ao histórico de alvarás de construção emitidos pelo poder público municipal.

4.2.1. A importância da análise qualitativa sobre o crescimento populacional e urbano do distrito Serra do Cipó

Como já contextualizado no primeiro capítulo deste texto, o fenômeno do turismo começa a se desenvolver de forma mais intensa no distrito a partir da década de 1980, impulsionado sobretudo pelo asfaltamento da MG-010, no contexto mais amplo da expansão do vetor norte da região metropolitana de Belo Horizonte. Quanto às relações entre turismo e crescimento urbano, Moss (2014) salienta que “as questões urbanas costumam ser negligenciadas no estado da arte do turismo” (Idem, 42). A autora aponta as relações do turismo com os processos de urbanização extensiva e perimetropolização, já considerados neste texto.

Entende-se, a partir da leitura de Henri Lefebvre (1999; 2006) que o fenômeno urbano, na contemporaneidade, revela-se como uma nova forma de organização sócio espacial com várias facetas permeadas por processos de implosão-explosão e a expansão do tecido urbano das metrópoles para suas regiões adjacentes, ou mesmo para além de seus limites geográficos. (Moss, 2014, 42).

A análise sobre o crescimento urbano do/no distrito implica, portanto, a reflexão sobre o fenômeno urbano em uma perspectiva mais ampla. Outra questão que deve compor a ênfase qualitativa desta análise é a reflexão sobre o crescimento demográfico nos últimos nove anos, já que o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi realizado em 2010. Apesar de defasado pela lacuna temporal que marca a realização do último levantamento, vale citar algumas informações que expressam a tendência nacional de crescimento da população urbana que também se reflete no município (Quadro 04).

Quadro 04: Estimativa da população residente no município de Santana do Riacho

Censo	População Rural	População urbana	Total
1991	2.220	1.184	3.404
2000	2.011	1.728	3.739
2010	1.744	2.279	4.023

Fonte: Censo IBGE – anos 1991, 2000, 2010

O censo do ano 2010 aponta uma projeção de 4.301 pessoas no município de Santana do Riacho para 2017. Contudo, considera-se que o crescimento urbano no município é ainda mais intenso do que mostram as projeções oficiais da instituição. No último censo foram computados 777 domicílios particulares de uso ocasional e 252 domicílios vagos. O IBGE adota uma metodologia complexa para classificar os domicílios e tratar os dados. Não é o intuito detalhar essa metodologia, o objetivo aqui é destacar que os usuários/proprietários dos domicílios vagos ou de uso ocasional não são mapeados em profundidade e nem integralizados ao número de habitantes, como será mostrado.

A insuficiência dos dados do IBGE para captar o dinamismo do crescimento urbano, bem como do crescimento das segundas residências e do movimento de instalação dos novos moradores no distrito é uma questão recorrentemente levantada por representantes do poder público. Eles alertam para as consequências da não representatividade do censo em relação à realidade do município. Entre as consequências da defasagem estatística que não retrata parte do movimento demográfico, os representantes do poder público ressaltam a incompatibilidade entre a população atendida, os gastos com os serviços públicos e os recursos repassados pelo governo estadual que tem como referência o mapeamento realizado pelo IBGE. De forma geral, isso significa que, mesmo recebendo recursos para atender o quantitativo projetado pela referida instituição, os serviços públicos no distrito atendem um número superior de pessoas. Esse atendimento inclui a população flutuante, bem como os proprietários/usuários das segundas residências. Para além do repasse de verbas entre as diferentes instâncias de governo, esta pesquisa pretende destacar a importância e necessidade da reflexão qualitativa sobre o crescimento urbano no distrito que apresenta um crescimento populacional e urbano não computado e carente de conhecimento e análise.

Um dado coletado na unidade básica de saúde¹⁴⁶ do distrito corrobora com a provável sobrecarga dos serviços públicos devido ao crescimento da população flutuante e semiresidente, que não é mapeado e avaliado. A coordenadora do atendimento neste posto de saúde é uma moradora do distrito onde reside desde 2013. Ela ressalta que é perceptível o crescimento dos atendimentos aos novos moradores e/ou usuários proprietários de segundas residências. Apesar de não possuir dados estatísticos que mostram o crescimento anual dos novos usuários da unidade, ela afirma que o crescimento do número de usuários do posto é uma realidade impulsionada não somente pela população das segundas residências, mas também pelos turistas, visitantes e usuários da MG-010 que eventualmente carecem de atendimento médico. A coordenadora relata que a unidade ainda consegue atender a demanda, contudo, ressalta que é muito importante que as estatísticas que representam o distrito e que definem o repasse de recursos para a unidade sejam revisadas.

Quanto as estimativas demográficas para o distrito, o plano de manejo da RPPN Reserva da Cachoeira (Campello, 2009) destaca uma população de 3.000 habitantes no distrito. Em conversa realizada com as pessoas envolvidas na elaboração do plano de manejo citado, estas ressaltaram o que já foi considerado, a insuficiência dos dados do IBGE para representar o movimento fluido e dinâmico dos “moradores temporários” e/ou proprietários/usuários das segundas residências. Apesar das estatísticas subestimadas, o censo de 2010 registrou o crescimento populacional superior do distrito em comparação com o município de Santana do Riacho, conforme constatado por De Fillipo (2013):

O tamanho populacional no distrito da Serra do Cipó é crescente, (...). Nos últimos 20 anos, a população aumentou 52,47%, taxa maior do que o próprio crescimento populacional do município Santana do Riacho como um todo (18,18%), atingindo 1.941 habitantes em 2010, como apontado no último recenseamento (IBGE, 2010) (Idem, 33).

Ao levarmos em consideração a dinâmica populacional das segundas residências, e o crescimento dos últimos 9 anos, certamente é possível considerar que o crescimento demográfico no distrito da Serra do Cipó tenha ultrapassado os 52,47% registrados em 2010.

Outro dado que pode contribuir para mostrar o crescimento urbano, corresponde ao número total de eleitores do município de Santana do Riacho. De acordo com as

¹⁴⁶ Entrevista realizada em junho de 2017.

estimativas populacionais do IBGE para os municípios brasileiros, em 2013, Santana do Riacho apresentava 4.301 habitantes e 5.102 eleitores. O número total de eleitores é 19 % maior que o quantitativo da população total¹⁴⁷. É possível que o número superior de eleitores esteja relacionado também, aos proprietários de segundas residências, eventualmente não contabilizados como moradores pelo censo do IBGE, mas que optam pela transferência do título para Santana do Riacho. Fato constatado nos processos eleitorais já vivenciados no distrito da Serra do Cipó, nos quais foi possível notar diversos proprietários de segundas residenciais exercendo o seu direito ao voto¹⁴⁸ ali. Em conversa com esses proprietários, estes afirmam que o voto no município possui mais impacto e sentido, certamente julgam estarem politicamente mais próximos dos órgãos de decisões políticas e que essas terão maior impacto e visibilidade regional, uma maior transparência. A possibilidade de estabelecer contato direto com os políticos de Santana do Riacho e de conhecê-los em uma dimensão mais pessoal, motiva também essas pessoas a transferirem seu título para o município.

Ressalta-se que a omissão em relação aos processos de mobilidade e residência atrelados às segundas residências implica uma perspectiva reduzida sobre o crescimento urbano no distrito. Dessa forma, em alguns contextos, os dados apresentados pelo IBGE não retratam o dinamismo, especificidades e intensidade do crescimento urbano no distrito pesquisado. Essa questão foi identificada também pela equipe que realizou a revisão do Plano Diretor no ano de 2017. De acordo com diagnóstico realizado, o IBGE contabilizava os domicílios da população residente a partir da categoria de *domicilio particular permanente*, não incluindo “necessariamente os domicílios da população flutuante, inclusive com relação as casas de aluguel, nem pousadas, hotéis, etc.” (IBGP, 2017, 79).

Outro dado que pode contribuir para expressar/ocultar o dinamismo, não computado, da expansão urbana e do crescimento populacional é o número de ligações ativas da COPASA no distrito da Serra do Cipó. Embora existam outras formas de abastecimento de água no município de Santana do Riacho, considera-se que o número

¹⁴⁷ <https://bit.ly/2KSpNe8> - acesso em 08/09/2018

¹⁴⁸ Nos processos eleitorais vivenciados no município, foi possível observar a presença predominante de turistas convencionais na seção destinada a justificar. Nestes momentos, não é difícil constatar o número significativo de proprietários de segundas residências que transferiram o título para Santana do Riacho, o que foi possível observar também em conversas realizadas com moradores locais que já atuaram como mesários. Contudo, existem ainda os eleitores comprados. São pessoas que veem da RMBH exclusivamente para votar no distrito. Fato que é amplamente conhecido e constatado pela população local. Em dias de eleição, não é difícil observar os ônibus que transportam e chegam com esses eleitores “externos”.

de ligações ativas na categoria residencial pode contribuir para elucidar a estimativa do crescimento demográfico no distrito. Os sistemas de abastecimento do município abarcam a captação direta em nascente, cachoeira ou poços artesianos, armazenamento em reservatórios coletivos e distribuição à população (com ou sem tratamento) (Cobrape, 2014). Em Santana do Riacho, 68,29% dos habitantes são abastecidos por rede geral de distribuição, 10,49% por poço ou nascente na propriedade, 4,76% por poço ou nascente fora da propriedade, 0,15% por carro-pipa, 3,82% por água de chuva armazenada em cisterna, 0,58% por água de chuva armazenada de outra forma, 10,32% por captação direta em rio, açude ou lago, e 1,59% por outra forma não especificada (Idem, 190). A maior parte dos moradores do município (quase 70%) sobretudo na área urbana são abastecidos por rede geral de distribuição. No caso do distrito, a COPASA é empresa concessionária responsável por esses serviços.

Quanto ao abastecimento e as ligações de água administradas pela COPASA no distrito, destaca-se que são divididas em 4 categorias: residencial, comercial, pública e social. A primeira categoria abrange a totalidade das residências dos moradores permanentes e das segundas residências, abastecidas pela COPASA. A categoria comercial contempla diferentes tipos de estabelecimentos comerciais, enquanto a pública envolve as edificações onde funcionam diferentes setores da administração pública. Já a categoria social concerne a tarifa social destinada as famílias de baixa renda do distrito. As residências classificadas na categoria Tarifa Social devem pertencer a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, com renda mensal por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo. A estimativa do número de residências no distrito a partir do número de ligações ativas de água deve levar em consideração duas das categorias citadas, a residencial e a social (Quadro 05).

Quadro 05: Quantitativo de ligações ativas de água no distrito Serra do Cipó (2010 a 2018)

Ano/Categorias	Residencial	Comercial	Pública	Social	Total
2010	791	104	16	0	913
2011	842	104	16	0	962
2012	872	114	16	22	1.024
2013	793	111	20	133	1.057
2014	840	107	20	143	1.110
2015	901	105	20	143	1.171
2016	985	112	20	132	1.251
2017	1.054	109	19	126	1.309
2018	1.130	105	20	122	1.377

. Fonte: (COPASA – fevereiro/2019)

As ligações nas categorias residencial e social contabilizavam um total de 1.252 em 2018. Entre 2010 (791) e 2018 (1.252) observa-se um crescimento de 58% no número de residências cujo abastecimento de água é suprido pela COPASA. Como já salientamos é provável que o número de residências seja ainda maior já que existem outras formas de abastecimento de água.

Para complementar esses dados, é válido considerar também o número de leituras realizadas pela CEMIG que disponibiliza 5 técnicos para realização das leituras no distrito que reportaram a realização de 1.430 leituras (em 08/04/2019). A CEMIG não distingue os imóveis em categorias, portanto correlacionaremos os dados desta instituição com as informações disponibilizadas pela COPASA para estimar o quantitativo de residência no distrito. De acordo com os dados fornecidos pela empresa responsável pelo abastecimento de água, 125 imóveis são comerciais ou públicos, não possuindo função residencial. Se excluirmos esse total do número de leituras realizadas pela CEMIG temos um quantitativo de 1.305 residências no distrito.

A estratégia que será adotada para estimar a população do distrito (moradores locais e proprietários/usuários de segundas residências), será de multiplicar o número de residências (quantitativo de leituras da CEMIG subtraído o total de residências nas categorias comercial e público com base nas ligações ativas da COPASA) pelo número médio de pessoas por família baseado na taxa de fecundidade (número médio por mulher em idade reprodutiva) em Santana do Riacho. Contudo, não foi possível ter acesso a este último dado atualizado.

Sobre este dado, no estudo realizado sobre a queda da fecundidade em Minas Gerais, Oliveira (2006) apresenta as taxas de fecundidade total por microrregiões de Minas Gerais em 1970, 1980, 1991 e 2000 e a variação do número de filhos. O município de Santana do Riacho compõe a microrregião de Sete Lagoas que apresenta uma taxa de filhos por casal de 6,50, em 1970, 4,28, em 1980, 2,39, em 1991 e 2,20, em 2000. As taxas de fecundidade nos anos de 1991 e 2000, para os municípios da região do PARNASC apresentadas pelo ICMBIO (2009) corroboram com o decréscimo já citado. Em relação a Santana do Riacho, em 1991, o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva era de 3,4, diminuindo para 2,7, no ano 2000 (Gráfico 04) (Idem). É interessante citar que apesar da queda na taxa de fecundidade da microrregião na qual se insere o município e do próprio município, o índice do crescimento populacional no

distrito da Serra do Cipó foi superior aos 50%, nos últimos 20 anos, de acordo com o IBGE.

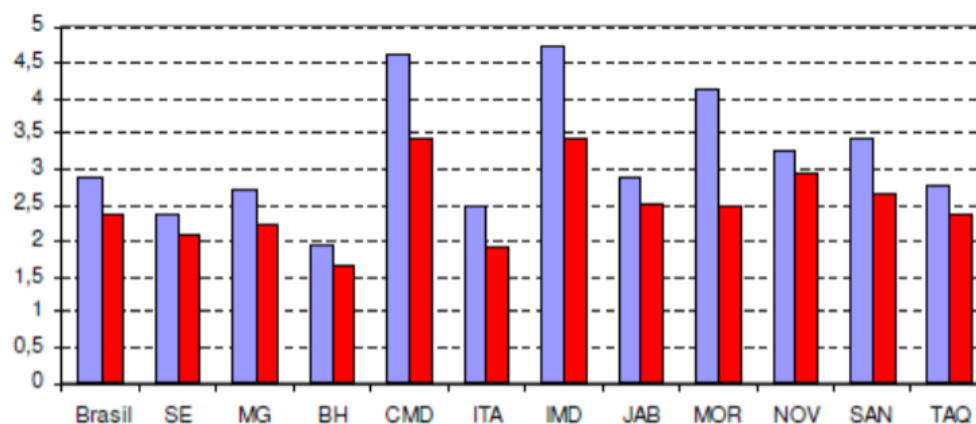


Gráfico 04: Taxas de fecundidade nos municípios do PARNASC em 1991 (azul) e 2000 (vermelho). Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – FJP *apud* Plano de Manejo PARNASC e APAMF (2009, 111)

Dando sequência a reflexão sobre a estimativa populacional no distrito, a partir dos dados apresentados, se considerarmos que a taxa de fecundidade atual no município de Santana corresponde a 2 filhos por mulher em idade reprodutiva temos um número médio de 4 pessoas por família (casal e filhos). Tomando o número de residências estimadas (1.305) e multiplicando por 4 (número médio de pessoas/família/residência), temos uma estimativa populacional de 5.220 pessoas no distrito, 168% maior que o número computado pelo IBGE no censo de 2010 (1.941).

O censo do IBGE (2010) mapeou 1.029 domicílios de uso ocasional (777) ou vago (252) em todo município de Santana do Riacho. Quanto ao vertiginoso crescimento urbano da última década, mais uma vez se tratam de mais de 500 novos lotes, em sua maioria voltados para a construção de segundas residências, entre 2012 e 2018. Quase 50% do quantitativo de residências de uso ocasional ou vagas computadas em 2010.

Em 2014, foi realizado no município de Santana do Riacho, o Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE, no qual foi calculada a projeção populacional para o horizonte de 20 anos, baseado nos dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2009), ajustados aos valores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quanto a projeção populacional do distrito, a COBRAPE (2014) salienta:

Para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santana do Riacho, alguns elementos devem ser estudados a fim de que se criem estimativas que apoiem as tomadas de decisões e orientem as

etapas de proposição de soluções e de elaboração de projetos. Entre eles está o quantitativo populacional a ser atendido e as médias per capita de consumo de água e geração de resíduos, entre outros. (Idem, 100).

A partir dos valores estimados no PMSB (2014) de Santana do Riacho, foi calculada a população fixa e flutuante do distrito (Quadro 06). Para contabilizar a população flutuante foi necessário realizar estimativas a partir dos dados do censo do IBGE e das informações fornecidas por representantes da prefeitura e outros moradores. Segundo as fontes citadas, se contabilizada a população flutuante do distrito, a estimativa populacional para o ano de 2017 é de 6.475 pessoas.

Quadro 06: População fixa e flutuante do distrito de acordo com estimativas

Localidade/Ano	2014	2017	2022	2027
Serra do Cipó	6.040	6.475	7.221	7.930

Fonte: COBRAPE/ PMSB (2014 *apud* IBGP, 2017, 53)

Ressalta-se que as análises foram feitas para as populações residentes (fixas) locais e também considerada a população flutuante atraída em finais de semana e feriados prolongados. Para tanto, foi estimada uma média de pessoas que frequentam essas localidades ao longo do ano, a partir de informações fornecidas por representantes da Prefeitura, moradores e interessados em contribuir com o trabalho – já que o município não possui um controle e registro do fluxo de turistas (IBGP, 2018, 53).

Cardoso (2008) também estima uma população superior para o município (4.000 habitantes) e distrito (2.400 habitantes), incluindo a população flutuante entendida pela autora como “o grupo de pessoas que possuem vínculo com o lugar: semiresidentes, portadores de título eleitoral na localidade, prestadores de serviços temporários” (Idem, 73). O estudo realizado pela COBRAPE destaca ainda que nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização no município de Santana do Riacho cresceu 62,87%. (Idem, 2014, 97).

Os dados apresentados por Cardoso (2008), pela COBRAPE/PMSB (2014), pelo IBGP (2018) corroboram com a perspectiva desta pesquisa em relação à falta de acuidade nas estimativas demográficas, por parte dos dados apresentados pelo censo do IBGE, para o distrito Serra do Cipó. População esta composta por turistas, visitantes, proprietários de segundas residências, novos moradores e usuários da MG-010. Quanto à instalação dos novos moradores, destaca-se a rotatividade nesse processo. Muitas pessoas conhecem o distrito através de experiências turísticas, geralmente dos finais de semana e feriados e

identificam no movimento do comércio local, oportunidades para encontrar um emprego ou empreender. O contexto de um casal de jovens de Belo Horizonte que se mudou para o distrito em 2018 ilustra a experiência precedente do novo morador ex-turista:

A gente já conhece a Serra do Cipó há muito tempo. Como turista mesmo. (...). Antes de vir morar, já tínhamos casa alugada aqui. (...). Sempre com aquela vontade de abrir um “negocinho” e sair de BH de vez. (...). Conseguimos e estamos aqui. Não está sendo fácil, mas acreditamos que vai valer a pena¹⁴⁹.

O casal entrevistado relatou que quando estavam montando a loja alugada em um centro comercial, para abrir o bar/restaurante, um morador que estava parado próximo ao estabelecimento observando o trabalho deles disse, “eu não dou 1 ano para vocês fecharem esse negócio. Vocês não vão aguentar”. Eles alegaram que ficaram chocados com a abordagem desse morador local que segundo o casal, “parece ser alguém daqui mesmo. Não parece ser gente de fora”. A atitude dessa pessoa com o casal sinaliza o cenário de rotatividade comercial sobretudo em relação aos estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas.

Dados coletados na EEDFJ, com o diretor da instituição que está na escola há 18 anos e com a secretária que possui 20 anos de trabalho nessa escola, contribuíram para constatar o crescimento dos novos moradores. De acordo com eles, nos últimos 10 anos, a escola passou a receber um quantitativo maior de novos alunos. Anteriormente, eles relatam que conheciam todos os alunos, assim como suas famílias. Com a chegada dos novos alunos, a escola foi crescendo e mudando. Eles salientam que, sobretudo no turno da manhã, que concentra os ensinos fundamental e médio, há muitos alunos novos e eles não conhecem mais suas famílias e histórias de vida. Os entrevistados consideram também, a rotatividade dos novos alunos. Muitos permanecem e outros passam alguns meses na escola e depois mudam-se novamente.

Quanto ao crescimento populacional, bem como o das segundas residências no distrito, provavelmente o censo do IBGE de 2020 irá constatar o vertiginoso crescimento da última década. Contudo, os desafios para a realização deste mapeamento podem ser ainda maiores. De acordo com o texto de autoria de Nicola Pamplona publicado na Folha de São Paulo¹⁵⁰, o orçamento do Censo de 2020 terá um corte de 25% e tudo indica, que

¹⁴⁹ Entrevista realizada em agosto de 2018 com interlocutores T2 e U2 (Apêndice 03) que se mudaram para o distrito em abril de 2018

¹⁵⁰ Reportagem publicada em 09/04/2019, disponível em: <https://bit.ly/2YYQl0e> - acesso 09/04/2019

o Brasil terá menos recenseadores, e os salários pagos a esse grupo serão menores. A proposta envolve a realização de um censo menos custoso, com questionários menores que serão ajustados para coletar apenas as informações “fundamentais” e os pesquisadores deverão ficar menos tempo na casa dos cidadãos, de forma a poder passar por mais domicílios num mesmo dia de trabalho.

Na conjuntura atual do desmonte das instituições públicas de pesquisa e mais especificamente da preocupante evolução das relações entre o governo federal e o IBGE, resta saber, como os moradores semiresidentes serão integrados à dinâmica demográfica do distrito no município de Santana do Riacho e quais serão as implicações do novo mapeamento na geração de estatísticas mais representativas do crescimento urbano do/no distrito.

4.2.2. Turismo convencional em crise? A expansão do mercado imobiliário e a retração do turismo convencional

Os resultados das investigações, influenciadas pelos textos de Mario Gaviria (1974a, 1974b, 1975 e 1976), Jurdao (1979 e 1992), Eduardo Mira (1992 e 1995), Fernando Vera (1987, 1990, 1995 ou 2005) e Mazón (2006a, 2006b) contribuem para definir o TR a partir da sujeição das suas dinâmicas constitutivas, em relação aos processos de especulação da terra (Nieves, Terán e Martínéz, 2008). Muitos espaços turísticos se transformam em parques habitacionais secundários, pulverizados por segundas residências e empreendimentos imobiliários residenciais, determinando, muitas vezes, a sobreposição do desenvolvimento imobiliário sobre o desenvolvimento do TC (Nieves, Terán e Martínéz, 2008). Trata-se da instrumentalização imobiliária do turismo pelas elites locais e regionais de empresários em consonância com os interesses dos políticos envolvidos no contexto (Idem). Os autores descrevem os efeitos sociais e ambientais relacionados ao crescimento das hospedagens não convencionais em detrimento do desenvolvimento da oferta turística convencional que passam a ter uma presença meramente figurativa (Idem). Trata-se do que eles denominam como o triunfo do setor turístico-imobiliário no contexto mais amplo do fenômeno do turismo. (Idem)

A expansão imobiliária no distrito é fomentada sobretudo por dois processos: a instalação dos novos moradores e a comercialização das segundas residências. O foco analítico se volta para o segundo, já que o objetivo é caracterizar a sobreposição do turismo residencial frente ao turismo convencional. Já salientamos o retorno positivo dos empresários que trabalham diretamente com o aluguel turístico de segundas residências,

bem como com outras atividades imobiliárias. No primeiro caso, o contexto fiscal favorável, os baixos custos de manutenção e um fluxo de hóspedes satisfatório configuram um cenário promissor que aquece este mercado.

Pretende-se neste momento, mostrar a expansão dos empreendimentos imobiliários e residenciais no distrito. Um aspecto que sinaliza o crescimento dos negócios imobiliários voltados para a comercialização de segundas residências é o crescimento do número de loteamentos destinados a este tipo de imóveis, sobretudo, a partir de 2012 (Quadro 07 e Figura 50).

Quadro 07: Condomínios e loteamentos implantados no distrito a partir de 2012 e números de lotes

Anos	Identificação do surgimento dos loteamentos	Número de lotes disponibilizados
2012	Fazenda do Engenho	159
2013	Estância do Caju	92
2013	Reserva do Cipó	87
2014	Condomínio Bosque do Sol (Mãe d'água) (em processo de regularização)	62
2014	Desmembramento particular	11
2014	Parcelamento Village	14
2015	Quintas do Soberbo	23
2016	Mandinga	30
2016	Residencial Estrada Real	15
2018	Loteamento particular	09

Fonte: Informações coletadas nas reuniões e ATAs do CODEMA e confirmadas com os representantes do poder público municipal (Engenheira Civil RT da prefeitura, Secretaria Municipal de Agricultura e Diretoria de Meio Ambiente) em abril de 2019.



Figura 50: Localização aproximativa dos loteamentos que surgiram após 2012. Fonte: Adaptado Google Earth/2017

A emergência dos novos condomínios e loteamento, a partir de 2012, anuncia o crescimento urbano através da instalação de novas segundas residências. De forma geral, estes parcelamentos oferecem terrenos para instalação de segundas residências, para pessoas “de fora”, com poder aquisitivo elevado. Os preços dos lotes nestes condomínios e loteamentos variam entre R\$120.000,00 e R\$250.000,00, para uma área de 1.000 m². Esses parcelamentos anunciam a instalação de 502 segundas residências, algumas já construídas, outras em processo de construção e outras tantas em projeção. É possível que parte delas, em algum momento, incorpore a oferta turística local, sendo disponibilizada no mercado imobiliário de aluguel turístico. Assim, sobrecarregará ainda mais a oferta convencional de hospedagem que já mostra sinais de saturação, como será explorado mais adiante.

Destaca-se o caso do condomínio Reserva do Cipó para mostrar a apropriação da “marca” Serra do Cipó pelo mercado imobiliário. Esse caso é especialmente interessante sobretudo pelo fato da autora ter participado, no ano de 2012, junto à câmara técnica do CODEMA, do processo de validação do empreendimento por esse conselho. Na época, as documentações e os projetos apresentados pela empresa atendiam aos requisitos solicitados e regulamentados pelos instrumentos jurídicos existentes. De forma geral, para um Conselho que simultaneamente lidava com processos de validação de outros

condomínios, através de meios bem mais “informais”, nos quais nem a parte administrativa relacionada à apresentação de projetos e documentos era cumprida pelos empreendimentos, a proposta do Condomínio Reserva do Cipó era quase inquestionável diante da estrutura administrativa existente.

Na época, refletíamos sobre a distância que separava as centenas de páginas muito bem organizadas e sistematizadas da aplicação real de todas aquelas “tecnologias ambientais” e “práticas sustentáveis” minuciosa e tecnicamente detalhadas no projeto. Tínhamos a consciência do caráter abstrato (no sentido de envolver procedimentos institucionais e administrativos relacionados à apresentação de documentos e protocolos) daquela etapa de liberação de licenças para implantação do loteamento. Com o tempo, a autora deixou a câmara técnica do conselho, também devido à experimentação da complexidade das relações desiguais de poder, implicadas naqueles processos de concessão de anuências para implantação de empreendimentos imobiliários.

As artes gráficas do material de divulgação do condomínio destacam a “marca” Serra do Cipó, associando-a a um “produto” disponível ao consumo dos que amam a natureza, procuram descanso e podem pagar pelas qualidades ambientais (Figura 51). Apesar de o condomínio se localizar no distrito Serra do Cipó, o material promocional citado se apropria de uma imagem da Lapinha, distante aproximadamente 40 km do distrito, fazendo uma dilatação das benesses daquele.



Figura 51: Material gráfico de divulgação do condomínio Reserva do Cipó. Fonte: <https://www.facebook.com/reservadocipo/> - acesso 24/11/2017

No caso do condomínio Reserva do Cipó, as estratégias de venda promovem também a possibilidade da instalação de empreendimentos comerciais (Figuras 51).



Figuras 52: Materiais gráficos que divulgam as possibilidades de investimento no condomínio Reserva do Cipó. Fonte: <https://www.facebook.com/reservadocipo/> - acesso 24/11/2017

Além da apropriação recorrente dos “atributos naturais” da “marca” Serra do Cipó para construção dos discursos que constituem as estratégias de venda, vale salientar que este empreendimento divulga ser o último loteamento da região (Figura 53). De acordo com os responsáveis pelo parcelamento urbano representantes do poder público municipal, não é verdade, trata-se de uma propaganda enganosa¹⁵¹.



Figura 53: Propaganda inverídica divulgada pelo condomínio Reserva do Cipó. Fonte: <https://www.facebook.com/reservadocipo/> - acesso 24/03/2019

O empreendimento é apresentado como “um condomínio diferente com excelente localização e muita área verde”. Ainda sobre esse material gráfico, resalta-se que o condomínio é um projeto que “valoriza a natureza” e a “qualidade de vida”. Destaca-se que o uso dos “jargões” não possui muitos significados para além da formatação das estratégias para comercialização dos lotes. Apesar de o discurso sobre sustentabilidade

¹⁵¹ Os representantes da prefeitura municipal de Santana do Riacho (Engenheiro Civil – Responsável Técnico, Secretário de Agricultura que é também o Diretor de Meio Ambiente da SETUR/MG) tomaram conhecimento da divulgação da propaganda através da autora desta pesquisa em março de 2019 e enfatizaram que os setores competentes do poder público municipal iriam acionar o empreendimento por se tratar de uma propaganda enganosa.

estar intensamente presente no projeto apresentado à câmara técnica do CODEMA, bem como nos materiais gráficos de divulgação da área, uma “pichação”/”manifestação” no muro do condomínio (Figuras 54 e 55), registrada em junho de 2017, ilustra a indignação de parte dos moradores locais que relatam que as obras do empreendimento destruíram uma nascente que havia no local. Esse contexto é expressivo para mostrar as dificuldades de se ocultarem as controvérsias e as contradições que permeiam esses empreendimentos imobiliários.



Figuras 54 e 55: “Pichação” no muro do condomínio Reserva do Cipó – *Cadê a nascente?* Fonte: Arquivo da autora – junho/2017

Outro dado que expressa a expansão imobiliária no distrito refere-se ao histórico do quantitativo de alvarás de construção fornecidos pelo poder público municipal (Quadro 08)¹⁵².

Quadro 08: Número de Alvarás de construção concedido pelo poder público municipal entre 2008-2019

Ano	Número de alvarás de construção
2008	32
2009	40
2010	59
2011	59
2012	76
2013	41
2014	59
2015	79
2016	91
2017	45
2018	83
2019	28
(Até 09/04/2019)	

Fonte: Dados coletados com a administradora regional do distrito em setembro/2018 e abril/2019.

Entre 2008 e 2019, foram concedidos 692 alvarás para novas construções, cerca de 63 por ano. Com exceção dos anos de 2013 e 2017, o número de alvarás de construção concedidos seguiu crescendo progressivamente. Como já apontado, a maior parte dessas construções são voltadas às segundas residências.

Em uma entrevista realizada com um proprietário de pousada¹⁵³ que declara possuir 10 funcionários, todos moradores do distrito da Serra do Cipó e registrados formalmente, destacou o cenário crítico dos meios de hospedagem no distrito: A partir de 2016, o turismo na Serra piorou muito. (...). Desse jeito está difícil dar conta da folha de pagamento”.

Outro interlocutor, também proprietário de hospedagem¹⁵⁴, considera que a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, interferiu no fluxo de hóspedes. De acordo com ele, o movimento da pousada piorou muito depois dessa greve. Sobre isso, salientou: “não

¹⁵² Dados coletados com a administradora regional do distrito nas seguintes datas: 10/09/2018 e 09/04/2019 (para atualização).

¹⁵³ Interlocutor E2 (Apêndice 03), entrevista realizada em agosto de 2018.

¹⁵⁴ Interlocutor H2 (Apêndice 03), entrevistas realizadas em julho de 2018, agosto de 2018 e dezembro de 2018.

sei se é coincidência ou não, mas os clientes sumiram”. Em agosto de 2018, foi realizada outra entrevista com o interlocutor para avaliação de eventuais mudanças na taxa média de ocupação dos quartos. Neste momento, ele apontou: “parece que a crise veio para ficar”. Segundo ele, o movimento seguia abaixo da expectativa mínima necessária para pagar as despesas cotidianas, como os custos com a manutenção das instalações. Em dezembro de 2018, retornamos ao empreendimento para avaliar junto ao interlocutor as eventuais melhoras no fluxo de hóspedes na temporada do verão confirmadas pelo proprietário que destacou que 75% das reservas são realizadas na plataforma Airbnb, confirmando-o como um importante canal de venda do empreendimento. Apesar da melhora observada nesta alta temporada, não operou com a capacidade máxima do estabelecimento.

Outro relato que corrobora com as considerações sobre o momento difícil para os empresários do setor de meios de hospedagem convencionais é de um interlocutor que também é proprietário de pousada desde 2003¹⁵⁵. Nos últimos três anos, o perfil do público da sua pousada mudou muito. Segundo o proprietário, seu público costumava abranger pessoas provenientes da zona Sul de Belo Horizonte, com poder aquisitivo mais elevado. Nestes últimos anos, a maior parte deles veem da zona Norte da RMBH. O entrevistado ressaltou que as práticas do “novo” público são bem distintas daquelas características do seu público original. Ele contou algumas situações para ilustrar as práticas do novo perfil de hóspedes que levam comida pronta para a pousada para economizar com gastos com alimentação. Com certo espanto, relata que houve hóspedes que levaram macarrão instantâneo e pediram água quente na pousada. Em outra ocasião, os hóspedes levaram comidas em panelas e pediram para esquentar na cozinha do estabelecimento. Houve um episódio que os hóspedes chegaram com um micro-ondas para colocar no quarto. O interlocutor observa que essas práticas não eram comuns entre os hóspedes que frequentavam a pousada anteriormente.

Este interlocutor não é o único que relata a mudança do perfil dos turistas no distrito. Outros empresários também relataram a percepção em relação a essa mudança. O posicionamento de um proprietário de receptivo turístico¹⁵⁶ corrobora com esse contexto: “Estamos pegando a galera do Ouro Minas pra cá”, se referindo ao Hotel Ouro Minas, localizado na avenida Cristiano Machado em Belo Horizonte, no contexto da

¹⁵⁵ Interlocutor G2 (Apêndice 03), entrevista realizada em abril de 2017.

¹⁵⁶ Fala coletada em uma reunião realizada pela SETUR/Santana do Riacho com o setor de receptivos turísticos no dia 19/03/2019.

mudança no perfil do público que frequenta o distrito. Há relatos de “pousadeiros” que afirmam estar operando com uma taxa de ocupação de apenas 20%¹⁵⁷. No carnaval de 2019, a média das taxas de ocupação das pousadas foi de 50%¹⁵⁸.

Em 2014, a questão da saturação do setor de hospedagem convencional (pousada) já havia sido tema de discussão em reunião do CODEMA realizada em junho do mesmo ano (ATA reunião 14/07/2019 – anexo 05). Naquele momento, o então presidente do conselho questionou a concessão para pousadas, destacando: “até que ponto vai haver concessão de alvarás para a construção de pousadas aqui na Serra do Cipó, pois a cidade não comporta mais”. O presidente sugere ainda “que se faça uma lei ou decreto emergencial por parte da prefeitura, a fim de amenizar a banalização do turismo na Serra do Cipó, pois todos estão sendo prejudicados, o crescente aumento do lixo, a qualidade do turista que nos visita cada vez é pior, a falta de padronização das hospedagens, (...)”.

De forma geral, nas entrevistas realizadas com os moradores, os nativos e os “de fora”, os proprietários de imóveis para aluguel turístico e residencial, não detectamos reclamações quanto à demanda e a rentabilidade do negócio. Observa-se, portanto, relatos diferentes entre empresários que atuam no setor imobiliário e aqueles que atuam no setor turístico convencional. Um dos indícios que justificam a perspectiva da sobreposição do TR sobre o TC no distrito decorre de uma possível retração no mercado turístico convencional.

A informalidade geral na economia do distrito inclui o setor do turismo convencional. Ela e a irregularidade dos empreendimentos no distrito foram descritas pelo representante da SETUR/Santana do Riacho como “surreal”¹⁵⁹. Para o representante da secretaria a maioria dos empreendimentos funcionam de forma irregular no distrito, “alguns não possuem nem alvará”. E complementa ainda: “em termos de arrecadação, o município não vive do turismo”. A maior parte dos empreendimentos não está cadastrada e com informações atualizadas, nos sistemas do governo como por exemplo, a Relação

¹⁵⁷ Relatos de dois empresários do setor de meios de hospedagem convencional que estavam presentes nas reuniões realizadas pela SETUR/Santana do Riacho com os empresários do setor de alimentos e bebidas (bares e restaurantes) que acontecerão em agosto e setembro de 2018 e que já foram citadas neste texto.

¹⁵⁸ O carnaval é considerado uma das melhores temporadas turísticas do distrito. Portanto, uma taxa média de ocupação de 50% é muito baixa para a expectativa em relação ao período. Esta estatística foi estimada pela SETUR/Santana do Riacho e compartilhada na reunião com os receptivos turísticos realizada em março/2019.

¹⁵⁹ Fala constatada na reunião com o setor de alimentos e bebidas (20/08/2018), enfatizando a urgência do processo de regularização dos empreendimentos e replicando este posicionamento também nas reuniões do COMTUR e na reunião realizada com os receptivos turísticos (19/03/2019).

Anual de Informações Sociais – RAIS¹⁶⁰ e do Cadastur que é um sistema de cadastro, vinculado ao Ministério do Turismo, de pessoas físicas e jurídicas que atuam neste setor.

O Cadastur opera com 15 categorias para o cadastro dos diferentes tipos de empreendimentos turísticos. É obrigatório, conforme a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para os seguintes estabelecimentos: acampamentos turísticos, agências de turismo, meios de hospedagem, organizadoras de evento, parques temáticos e transportadoras turísticas. Este cadastro também é obrigatório para exercer formalmente a profissão de Guia de Turismo, conforme Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993.

Somente no distrito¹⁶¹ existem mais de 70 pousadas divulgadas no Tripadvisor. Em contrapartida, no Cadastur são contabilizadas apenas três pousadas. Duas agências que operam na região do distrito, Kopa Turismo (localizada no distrito) e Travessia Expedições Fotográficas (localizada em Belo Horizonte) também estão cadastradas no sistema de informações do Ministério do Turismo. O cadastro dos empreendimentos na categoria ‘restaurantes, cafeterias, bares e similares’ não é obrigatório, mas ressalta-se que há apenas um empreendimento do setor de alimento e bebidas cadastrado nesse sistema¹⁶². A SETUR/Santana do Riacho ressalta a importância do cadastro de todos os empreendimentos desse setor, já que é através desses dados que a SETUR/MG analisa o desenvolvimento do turismo na Serra do Cipó e a ausência dessas informações expressa uma conjuntura turística mais incipiente do que realmente é.

A respeito do Cadastur, vale pontuar por exemplo, que Capitólio/MG possui 20 estabelecimentos cadastrados no setor de meios de hospedagem. O que não significa que esta cidade possua um número maior de meios de hospedagem, já que no Tripadvisor existem apenas 25 anúncios de pousadas e hotéis¹⁶³, número bastante inferior ao identificado para o distrito da Serra do Cipó no mesmo canal de venda. Ainda sobre Capitólio, vale destacar os debates realizados no âmbito do COMTUR quanto a visibilidade desta região para a SETUR/MG em detrimento da Serra do Cipó. Alguns conselheiros salientaram que Capitólio é a “nova menina dos olhos” da SETUR/MG. Uma entrevista realizada¹⁶⁴ (apêndice 07) com o proprietário de receptivo turístico (Belo Horizonte), ele destacou que os roteiros na Serra do Cipó já foram mais requisitados pelos

¹⁶⁰ <http://trabalho.gov.br/rais> - acesso 08/10/2018

¹⁶¹ Se levarmos em consideração todo o município de Santana do Riacho esse número é ainda maior.

¹⁶² <https://bit.ly/2KSbRkA> - acesso 10/10/2018

¹⁶³ <https://bit.ly/2UJiQRc> - acesso 08/10/2018

¹⁶⁴ Entrevista realizada por telefone e e-mail em agosto de 2018.

clientes, ressaltando também a procura atual intensa por Capitólio pelo público afeito ao “turismo de natureza”.

Dados coletados pela FJP (2016) também expressam o cenário de informalidade e irregularidade no distrito. O estudo foi baseado em dados institucionais¹⁶⁵, contabilizando apenas aqueles empreendimentos devidamente cadastrados nos sistemas de informação vinculados aos órgãos governamentais. Apresentaremos os dados relativos a Santana do Riacho em uma perspectiva comparativa com Capitólio. (Quadro 09).

Quadro 09: Estatísticas formais quanto ao setor turístico convencional em Santana do Riacho e Capitólio

Município	Hotéis	Outras hospedagens convencionais	Agências de Viagens	Operadores	Restaurantes
Santana do Riacho	4	5	0	0	1
Capitólio	6	6	0	1	19

Fonte: Estatísticas coletadas em (FJP, 2016, v.III, 202)

Sobre o contexto de informalidade e irregularidade, quando questionados em entrevistas, alguns empresários afirmam desconhecer esses sistemas de cadastros obrigatórios, outros têm receio que os cadastros impliquem em taxas e eventuais cobranças. A maior parte dos empresários entrevistados não está segura que esses cadastros e respectivos sistemas de informação sejam efetivos para promoção de melhorias para o distrito.

Se para parte significativa do empresariado os cadastros e regulamentações não possuem centralidade, para os representantes da SETUR/Santana do Riacho esses processos são essenciais. Apesar dos esforços dos representantes da secretaria municipal, o empresariado segue operando na informalidade, conforme dados apresentados acima. A pesquisadora pôde acompanhar seis gestões diferentes nesta secretaria, sendo possível constatar a dificuldade por parte destes representantes para pleitear investimentos municipais direcionados ao turismo, devido ao predomínio da informalidade e irregularidade dos estabelecimentos comerciais no distrito que não contribuem para dar visibilidade ao setor no âmbito da gestão pública municipal e estadual.

¹⁶⁵ Os dados apresentados por este estudo foram “coletados e filtrados do Censo Demográfico e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE, da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (Seis) da FJP, além de estatísticas e relatórios da Setur-MG, MTur, Embratur, Fipe, WTTC e OMT, dentre outras fontes, foram objeto de tratamento e análise estatística descritiva” (FJP, 2016, 35).

No cenário da predominância da informalidade, Moss (2014) enfatiza o crescimento do setor de prestação de serviços no município de Santana do Riacho:

Dados apresentados por Ferreira (2011) demonstram que o setor de serviços passou de 16 empreendimentos na década de 70, para 178 no ano 2000, sendo que foi a partir da década de 90 que estes números tiveram aumento vertiginoso. Dados do SEBRAE-MG de 2013 contabilizaram que o distrito Serra do Cipó concentrava cerca de 330 micro e pequenas empresas de hotelaria, comércio e serviços, responsáveis pela geração de mais de 2.000 empregos diretos e indiretos. (Idem, 167)

As micro e pequenas empresas contabilizadas pelo SEBRAE (2013) não abrangem apenas o setor do turismo convencional, integram também o comércio e o setor de serviços de forma geral, que como já destacamos apresenta intenso crescimento e diversificação nos últimos anos. Para exposição de dados que mostram a retração no crescimento do mercado turístico convencional reunimos dados de diferentes fontes, trazendo o histórico quantitativo em relação a oferta turística no distrito (Quadro 10).

Quadro 10: Histórico quantitativo dos equipamentos turísticos no distrito da Serra do Cipó

Tipos de empreendimentos turísticos/Ano e fonte do dado	Meios de hospedagem	Alimentos e Bebidas	Agências de Turismo
1996 *AJND <i>apud</i> Cardoso (2008)	4	-	-
1997 * ACSC <i>apud</i> Castro, Bahia e Ferreira (2006)	12	17	1
2002 * ACSC <i>apud</i> Castro, Bahia e Ferreira (2006)	36	34	6
2003 * ACSC <i>apud</i> Castro, Bahia e Ferreira (2006)	45	40	5
2004 * ACSC <i>apud</i> Castro, Bahia e Ferreira (2006)	52	43	6
2005 * SETUR/ Santana do Riacho <i>apud</i> Castro, Bahia e Ferreira (2004)	66	-	-
2009 * Plano de Manejo RPPN Reserva da Cachoeira	75	31	-
2019 * Tripadvisor	74	16	2
2019 * SETUR/Santana do Riacho (atualização inventário turístico)	82	35	1

Fontes: (CASTRO et. al. 2004), (CARDOSO, 2008), (CAMPELLO, 2009), (Tripadvisor, 2019) e (SETUR/Santana do Riacho, 2019)

Não há bancos de dados sistematizados sobre o turismo em Santana do Riacho ou no distrito da Serra do Cipó¹⁶⁶. Foi necessário proceder a junção e interpretação de diversos dados dispersos que fomos coletando. Para os propósitos analíticos desta pesquisa, interessa-nos de forma específica, a realidade do distrito da Serra do Cipó. Para tanto, excluímos do mapeamento aqueles empreendimentos localizados em outros lugares do município, como na Lapinha e sede municipal, mantendo no histórico apenas os empreendimentos localizados no distrito Serra do Cipó.

Em relação aos equipamentos turísticos destacados, evidencia-se a retração do crescimento do número de meios de hospedagem nos últimos anos. Em 1996, o distrito possuía 4 meios de hospedagem, já em 2005 eram 66, um crescimento de mais de 93% em 9 anos. De 2005 para 2019, houve um crescimento de pouco mais de 24%, com 16 novos meios de hospedagem no mercado turístico convencional. Portanto, apesar do número de hospedagens convencionais (sobretudo pousadas) seguir crescente no distrito, a retração significativa desta taxa de crescimento caiu de 93% no período de 1996-2005, para 24% nos últimos 14 anos, indicando possível saturação do setor.

Em relação aos estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas, sobretudo bares e restaurantes, em 1997, havia 17 empreendimentos e em 2009 esse quantitativo já era de 31 estabelecimentos. Detectou-se um crescimento de mais de 45% em 13 anos neste setor. De 2009 a 2018, houve 4 novos estabelecimentos no mercado de alimentos e bebidas, indicam um crescimento de pouco mais de 11%. Assim como acontece com os meios de hospedagem, a taxa de crescimento do setor de bares e restaurantes também diminuiu, já que nos últimos anos essa taxa de crescimento decaiu mais de 30%. Em relação as agências de turismo, é possível observar um processo de decréscimo no número de estabelecimentos, já que 2002 haviam 6 agências de turismo no distrito e, no momento, existem apenas 2. Dessa forma, houve uma retração de aproximadamente 66% neste setor.

Um proprietário de receptivo turístico, que atua no distrito desde 1998, destacou que quando começou a operar no distrito, as pousadas não vendiam 1 diária, apenas quantidades maiores acima de 2 diárias. Segundo ele, atualmente “estão se matando para vender 1 diária”. De acordo com as pessoas envolvidas com receptivos turísticos no distrito, os pousadeiros não indicam os receptivos, guias e respectivos passeios para os hóspedes. Para os sujeitos envolvidos na operação turística, os pousadeiros consideram que os gastos dos turistas com passeios implicam redução nos gastos com diárias e/ou

¹⁶⁶ Há iniciativas dos representantes atuais voltadas para a organização de um banco de dados e mais especificamente para a atualização do inventário turístico.

serviços oferecidos pela pousada. Observa-se a explícita competição instituída entre os sujeitos que integram os respectivos setores do turismo convencional¹⁶⁷.

Entre os proprietários de receptivos turísticos, um deles que atua no distrito há mais tempo, declarou: “Desde quando começou a Serra do Cipó, lá em 1986, estão tentando organizar e melhorar o turismo. E aí? Era pra Serra do Cipó ser um brinco!” Os sujeitos envolvidos com receptivos denunciaram também o “sucateamento do destino”. Um deles destacou que, atualmente, a Serra do Cipó é uma opção para o turista que está sem dinheiro: “Hoje está assim: estou sem dinheiro, vou pro Cipó”. Se referiram também ao contexto corroborado por moradores que trabalham em pousadas relacionado a associação do destino Serra do Cipó a um “motel de BH”¹⁶⁸. Uma entrevista realizada com interlocutor¹⁶⁹ que já trabalhou em diferentes pousadas retratou este contexto, salientando diversas situações constrangedoras vivenciadas no seu trabalho. As estratégias de divulgação de alguns meios de hospedagem corroboram com o foco neste nicho de mercado (Figura 56):



Figura 56: Estratégia de divulgação de hospedagem voltada para casais publicada em 12/04/2019. Fonte: Mídias sociais da rede de hospedagem, disponível em: <https://bit.ly/2Zp4wMr> - acesso 21/04/2019

Como já apontado, de forma geral, os empreendimentos turísticos (pousadas, bares e restaurantes, receptivos, etc.) são de pequeno porte, gerando poucas e limitadas

¹⁶⁷ Essas informações foram coletadas na reunião realizada entre SETUR/Santana do Riacho com os representantes do setor de receptivos turísticos realizada no dia 19/03/2019. Estiveram presentes nesta reunião 6 receptivos turísticos (seguem os estabelecimentos com o tempo de atuação no distrito): Cipó Aventuras (20 anos); Belas Gerais (10 anos); Receptivo Parauninha (08 anos); Trilhas do Cipó (3 anos) e 3 pessoas (novos moradores “de fora”) que trabalham como condutores ambientais.

¹⁶⁸ Expressão utilizada pelos moradores que relataram esse contexto.

¹⁶⁹ Interlocutor L2 (Apêndice 03), entrevistas realizadas em setembro/2016, maio/2017 e novembro/2018. Entre 2015 e 2019, este interlocutor trabalhou em 5 pousadas diferentes.

vagas de emprego. A perspectiva de parte significativa desses empreendimentos não é a de crescimento, já que o arrendamento desses estabelecimentos, sobretudo pousadas, tem sido cada vez mais comum no distrito.

No ano de 2015, um proprietário de uma pousada¹⁷⁰ criou a primeira rede de hospedagem do distrito, arrendando alguns estabelecimentos. Este proprietário conheceu a Serra do Cipó na década de 1990 e desde então passou a frequentá-la. Em 2007, a visita dele ao distrito se intensificou abrangendo 3 finais de semana por mês. Foi quando decidiu comprar um terreno e inicialmente construir apenas um quarto e um banheiro para ficar hospedado com sua família quando estivesse no distrito. Em 2010, vivenciou um momento profissional negativo em Belo Horizonte e decidiu investir na construção da primeira pousada inaugurada ainda naquele ano. Em 2012, arrendou uma pousada, em 2013 a segunda e em 2015 a terceira. Neste ano (2015), este proprietário já gerenciava 4 pousadas e aproximadamente 60 apartamentos no total. Foi neste momento que decidiu criar a rede para centralizar as operações. Em 2016, arrendou mais 3 pousadas com total de 22 apartamentos.

De acordo com ele, em 2015 e 2016 viveu um momento muito positivo de expansão dos negócios. Contudo, no final de 2016 essa situação positiva começou a se reverter, piorando em 2017 quando arrendou a oitava pousada, que não foi um bom negócio. Neste ano, ele experimentou uma queda aguda na ocupação das pousadas segundo ele, vivenciada pela maior parte dos empresários do distrito. A partir da sua experiência no setor de hospedagem convencional no distrito, ele destaca alguns pontos sobre o mercado local: as pousadas precisam ter no mínimo 15 apartamentos para gerar algum lucro; o empresário se baliza no lucro da temporada do verão: “Tem que pegar o verão e diluir o ano inteiro”; “turista é o que aparece, a Serra do Cipó não pode ficar escolhendo”. Ele aponta também que, entre os hóspedes dos seus estabelecimentos, o perfil “casalzinho” está em alta, fato que impulsiona investimentos específicos nos quartos com banheiras de hidromassagem, um item muito requisitado pelos hóspedes, destaca.

Há quase uma década atuando como empresário no distrito, este interlocutor nota o cenário dos crescentes arrendamentos de pousadas e salienta que a maior parte desses negócios não avança: “a maioria entrega a pousada com 6 meses. Muitos têm que batalhar a rescisão do contrato”. Para ele, o fenômeno dos arrendamentos está relacionado “aos

¹⁷⁰ Interlocutor S2 (Apêndice 03), entrevista realizada no dia 09/04/2019.

sonhos de aposentadoria frustrados”. Considera que a gestão de meios de hospedagem em um cenário como o do distrito é desafiador e envolve muito trabalho. Entre as pousadas arrendadas por este empreendedor, uma foi comprada e posteriormente arrendada para terceiros, sendo ele atualmente proprietário de duas pousadas, sendo que uma delas encontra-se arrendada. Atualmente, existem 3 pousadas ligadas à rede de hospedagem, sendo 1 de propriedade deste empreendedor e duas arrendadas. Além disso, ele administra outra pousada arrendada em sociedade que não está ligada à rede.

O empreendedor também é sócio de um restaurante no distrito em funcionamento há pouco mais de 1 ano. Quanto a este negócio ele é taxativo: “Até hoje não deu lucro”. E complementa: “é quase impossível sustentar o negócio com as vendas restritas a um dia da semana (sábado)”. A proposta inicial gerenciada por um chef profissional era oferecer uma gastronomia refinada com ingredientes sofisticados. Contudo, de acordo com ele, não é viável para o mercado local: “não vende”. Para exemplificar ele destaca: “o cardápio era risoto com frutos do mar harmonizado com vinhos/espumantes e o cliente pedia fritas e cervejas populares”. Com o tempo, ele junto ao chef que gerencia o estabelecimento entenderam que era necessário “popularizar” a proposta. Investiram na popular feijoada com samba e segundo ele tem dado certo.

Atualmente este empresário possui 40 funcionários, todos moradores do distrito e registrados formalmente. Ele possui funcionários *freelancers* para cobrir as folgas dos funcionários fixos. Além dos investimentos do empreendedor no mercado turístico convencional, ele destacou a aquisição de terrenos em condomínios fechados como um bom negócio no qual tem investido. A aquisição dos terrenos não é voltada para a construção, o intuito é aguardar a valorização dos lotes para revendê-los. Ele destaca que já vendeu um dos lotes e mostrou-se satisfeito com o negócio.

Quanto aos investimentos no mercado turístico convencional, ele ressalta possuir receios em relação ao futuro do distrito Serra do Cipó, sobretudo atrelados a crescente urbanização e ausência de uma “preservação ambiental mais eficaz”. Ele salienta: “o lugar está virando uma cidade... pequena, mas uma cidade. Vai chegar uma hora que o turismo vai ser menos importante”.

Como destaca por Nieves, Terán e Martínéz (2008), no contexto do Mediterrâneo espanhol, região onde o TR encontra-se bem mais avançado, os autores destacam a presença meramente figurativa que passa a ter a oferta turística convencional no cenário da expansão imobiliária e mais especificamente dos empreendimentos turísticos residenciais. Trata-se, como já destacado, do que eles denominam como o triunfo do setor

turístico-imobiliário no contexto mais amplo do fenômeno do turismo. Diante da possível perda de importância do turismo na economia do distrito, da expansão urbana, crescimento e diversificação do setor de serviços em geral, será que a oferta turística convencional local pode vir a ter uma existência meramente figurativa?

Quanto ao contexto de expansão do setor imobiliário e da retração dos setores do TC no distrito, vale evidenciar alguns aportes de Aledo (2008), que aborda o desenvolvimento do TR na perspectiva de um movimento de urbanização. Quanto ao processo de compra e venda da terra, característico deste setor (TR), o autor pontua que “o objeto do turismo residencial não é trazer turistas e ofertar-lhes serviços. Sua atividade central é produzir solo urbano, construir moradias e vendê-las” (Idem, 101). Assim, diferencia-se dos propósitos do TC voltados para o incremento do fluxo e para a prestação de serviços turísticos.

Por fim, tem-se em conta que os dados apresentados contribuem para ilustrar o contexto da “crise” nos setores convencionais do turismo. Esse representado quantitativamente pela retração nas taxas de crescimento dos setores que constituem o mercado turístico convencional, bem como pelos diversos relatos dos sujeitos envolvidos com o setor que refletem sua saturação. A reflexão sobre a possível retração e/ou limitação do mercado de trabalho impacta diretamente os jovens moradores do distrito, nativos e “de fora”, como detalhado no próximo tópico.

4.3: As contradições sociais do turismo: precarização das relações de trabalho e escassez de oportunidades para os jovens

Machado (2018) salienta que em muitos contextos, a inserção de trabalhadores no setor turístico acontece através das relações de trabalho precárias, flexíveis e temporárias. Nieves, Terán e Martinez (2008) apontam que no Mediterrâneo espanhol, os novos moradores, em sua maior parte aposentados, não são vistos como concorrência no mercado de trabalho, no distrito da Serra do Cipó, esse contexto é diferente. Para a análise das implicações do crescimento urbano no mercado de trabalho nos voltaremos para os jovens do distrito.

Alguns jovens sonham com as possibilidades de estudar fora do distrito. Há aqueles que passam um tempo fora estudando e retornam. É comum ouvi-los dizer que gostariam de poder trabalhar, morar e construir suas vidas no distrito. Tal aspiração nem sempre é possível devido à falta de oportunidades de trabalho, sobretudo para pessoas qualificadas com formação superior. Ademais, devido aos modos de operação da

especulação imobiliária que elevam os preços da terra e dos imóveis, inviabilizando, em alguns casos, a permanência de antigos moradores. Entrevistamos um jovem¹⁷¹, cuja família é nativa do distrito da Serra do Cipó, e que cresceu no distrito. Ele estudou em outro município de Minas Gerais durante 4 anos e contou que quando retornou para o distrito formado foi muito difícil:

Emprego aqui é muito difícil, né? Principalmente para pessoa formada. Fiquei mais de um ano aqui desempregado. Agora, graças à Deus, apareceu essa oportunidade na prefeitura. É bom demais poder trabalhar no lugar da gente, perto dos amigos e da família.

Uma experiência pessoal vivenciada pela pesquisadora corrobora com a existência de um mercado de trabalho pouco promissor para pessoas com níveis de escolaridade mais avançados. Em 2009, quando me mudei para o distrito para lecionar na EEDFJ, precisava encontrar outro emprego para complementar minha renda como professora e conseguir me manter no distrito. Os preços dos imóveis disponíveis para aluguel, não são baixos, nem nos supermercados e farmácias. O aluguel de uma quitinete no distrito varia entre R\$500,00 e R\$800,00, dependendo da localização e da disponibilização dos móveis ao inquilino. Enquanto uma casa com mais de dois quartos costuma ser alugada por mais de R\$1.000,00, chegando a valores que ultrapassam os R\$2.000,00, como já apontado. De forma geral, os preços operados no distrito são consequências do “valor turístico” agregado. Grosso modo, o morador local “paga o preço”, literalmente, por morar em um lugar turístico. Soma-se a isso, os baixos salários pagos que, de forma geral, giram em torno de 1 a 2 salários mínimos na maior parte dos empregos existentes, tais como: serviços gerais; servente de pedreiro; garçom/garçonete, atendentes/balconistas em comércios; prestadores de serviços domésticos; caseiro; entre outros.

Comecei a trabalhar na escola, lecionando poucas disciplinas e precisava de outro emprego. Neste momento, conversei com vários pousadeiros e outros empreendedores em busca de oportunidades. Escutei de alguns deles, sobretudo pousadeiros, que era qualificada demais para o trabalho que precisam executar e/ou para a vaga que tinham naquele momento. É possível que as colocações de parte destes empresários configuram-se em estratégias para apartar pessoas “de fora”, que podem questionar a precarização das relações de trabalho instituída nos seus estabelecimentos.

¹⁷¹ Interlocutor X1 (Apêndice 02), entrevista realizada em agosto de 2018.

Em outra entrevista efetuada com um jovem nativo (Interlocutor M1.1 – apêndice 02) que está cursando Gestão Ambiental em outro município, ele enfatiza:

Gostaria muito de me formar e voltar para Serra, porém por falta de oportunidade de emprego fica inviável a minha volta. (...). Gostaria muito que existisse oportunidade de emprego na minha área no Cipó, pois além de voltar para o lugar que eu amo, ficaria próxima à minha família. (...). O mercado de trabalho na Serra para jovens ainda está carente, principalmente para aqueles que vão embora para fazerem uma graduação, não vejo oportunidades de emprego em nenhuma área.

É importante pontuar esses contextos, para sinalizar a existência de um mercado de trabalho pouco promissor para os jovens, sobretudo para aqueles que desejam continuar os estudos e buscar qualificação. O mercado de trabalho retraído foi uma questão latente durante a existência do CTMAT (2009 a 2015). Nos seis anos de funcionamento, o curso formou algumas dezenas de jovens do município de Santana do Riacho. A grande maioria deles não foi absorvida pelo mercado local como técnico em meio ambiente e turismo. Entre os alunos do município de Santana do Riacho, dois deles conseguiram se inserir no mercado de trabalho local: um deles, passou no concurso da COPASA e atua como operador de ETA no distrito da Serra do Cipó e outro atuou durante 6 anos como administrador regional do poder público municipal na Lapinha. Ambos relataram que apesar das vagas não terem como pré-requisito, a formação como técnico em meio ambiente e turismo, o CTMAT contribuiu significativamente para que conseguissem a vaga e para poder ter atuação nessas funções.

O debate com os jovens do ensino médio da EEDFJ, em fevereiro de 2019, foi um momento muito importante para melhor compreender a inserção deles no mercado de trabalho. Captamos ainda, a percepção destes quanto aos empregos e relações de trabalho regionais. Os 67 questionários aplicados naquele momento, sendo 30 (1º ano), 24 (2º ano) e 13 (3º ano) revelaram que 43 jovens trabalham, entre eles apenas um com emprego regular/formal (com carteira assinada). Entre as principais funções exercidas por esses jovens destacam-se: garçom/garçonete, servente de pedreiro, serviços gerais e caseiro (Gráfico 05).

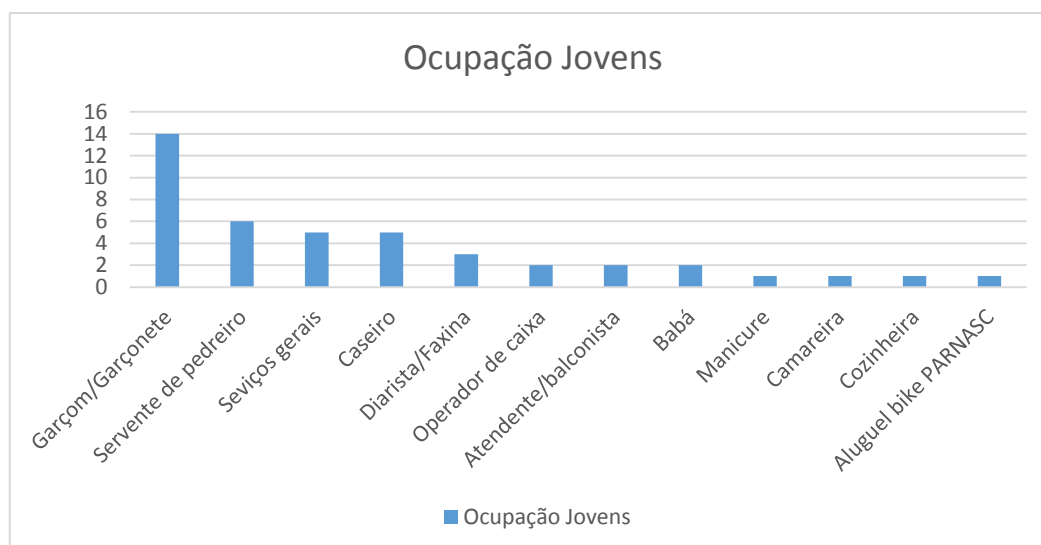


Gráfico 05: Inserção dos jovens do ensino médio da EEDFJ no mercado de trabalho local. Fonte: Pesquisa direta – fevereiro/2019.

Salienta-se que a função de caseiro, muito comum no distrito, implica serviços variados relacionados aos cuidados com a segunda residência em geral, tais como: jardinagem, limpeza de piscina, cuidados com animais domésticos, serviços de manutenção, etc. Em relação à função *serviços gerais*, os jovens destacaram que abrangem atividades de limpeza em geral em estabelecimentos diversos (supermercado, padaria, lojas, pousadas, etc.). Sobre a baixa incidência de inserção dos jovens em serviços específicos de pousadas como recepcionista e camareira, no debate realizado, os jovens salientaram que o trabalho nas pousadas é muito difícil porque “contratam para fazer uma coisa, mas têm pouco funcionário, aí tem que fazer tudo. É muito serviço para um salário muito baixo”¹⁷². Essa prática oportunista acaba por coibir os funcionários e os alocar em atribuições que por vezes não estão habilitados, gerando um amadorismo e/ou precariedade na oferta dos serviços, o que pode gerar uma insatisfação nos clientes.

A pesquisa realizada com os jovens foi extremamente relevante para compreender melhor a insatisfação dessa geração em relação às ofertas de emprego locais que já havia sido constatada em junho de 2018¹⁷³. Quanto a este contexto, no início do debate realizado em fevereiro de 2019, um dos jovens destacou: “Só tem emprego de garçom, em pousada e de servente” e o seu colega complementou: “Se não for garçom, vai ser o quê?”. Observa-se angústia nos jovens diante da escassez de oportunidades no distrito. Contudo,

¹⁷² Fala de um jovem durante o debate cuja mãe trabalha em pousada. Quanto aos empregos em pousadas, enfatiza-se que esta foi opinião da maior parte dos jovens.

¹⁷³ Trata-se do debate realizado com os jovens sobre o crescimento urbano do/no distrito na semana do meio ambiente de 2018, citada na página 55 deste texto.

entre os jovens, alguns reproduziram o discurso tão comum entre os empresários, ressaltando que: “Só não trabalha quem não quer, emprego tem”. Em relação a esta afirmação especificamente, um dos alunos contestou: “Você chama isso de oportunidade? Emprego tem, mas oportunidade não!”.

A pesquisa realizada com os jovens constatou alguns aspectos que merecem ser destacados. A maior parte dos jovens, aproximadamente 98%, trabalham informalmente, sem direitos trabalhistas e/ou benefícios e, portanto, não possuem segurança nas relações de trabalho estabelecidas. Nota-se também que as ocupações predominantes entre os jovens (servente, caseiro, diarista/faxina, operador de caixa, atendente/balconista, babá e manicure) mostram a baixa expressividade dos setores turísticos convencionais (receptivos turísticos, empreendimentos turísticos voltados para atividades balneárias, condutores ambientais/guias turísticos) na absorção da mão de obra dos jovens locais.

Observa-se, por exemplo, que não há nenhum jovem trabalhando como guia turístico, uma função que já foi exercida pelos jovens locais nos primeiros anos do século XXI. Atualmente como já registrado, os condutores são formados por moradores “de fora” que atuam nessa função como um “bico”. Apesar da percentagem significativa de jovens inseridos no setor de bares/restaurantes como garçons/garçonetes (32%), salienta-se que a demanda deste setor não reflete apenas o fluxo de visitantes convencionais, envolve também os proprietários de segundas residências.

Neste processo de coleta de dados, foi possível mapear também a ocupação dos responsáveis por esses jovens. No total, foram identificados 89 responsáveis inseridos no mercado de trabalho, sendo que 6 jovens não responderam qual era a ocupação dos responsáveis e 1 jovem afirmou que o responsável não possui “serviço” fixo. Entre a ocupação mais recorrente entre os responsáveis dos jovens mapeados, destaca-se a função de pedreiro, que envolve 12 pessoas entre os responsáveis, seguidos pelas ocupações de serviços gerais (6) e professor (6). As funções de diarista/faxina (4), garçom/garçonete (4), servente de pedreiro (3), caseiro (3), atendente de loja (3), mecânico (3), caminhoneiro (3) e funcionário de pousada (3) também foram ocupações relevantes entre os responsáveis. Pontua-se a expressividade inferior dos setores vinculados ao turismo convencional que detém 8% (3 funcionários de pousada; 2 gerentes de pousada e 2 camareiras) entre os responsáveis quando comparada ao setor da construção civil no qual 17% (12 pedreiros e 3 serventes) dos responsáveis estão envolvidos, refletindo a importância deste setor na absorção da mão de obra local (Gráficos 06).



Gráfico 06: Inserção dos responsáveis pelos jovens no mercado de trabalho local. Fonte: Pesquisa direta – fevereiro/2019

Outro aspecto que vale ressaltar é a diversidade do setor de serviços refletida na inserção dos responsáveis no mercado de trabalho local (Gráfico 07). Essa expressa o dinamismo do setor de serviços no distrito atrelado diretamente ao crescimento urbano do lugar.

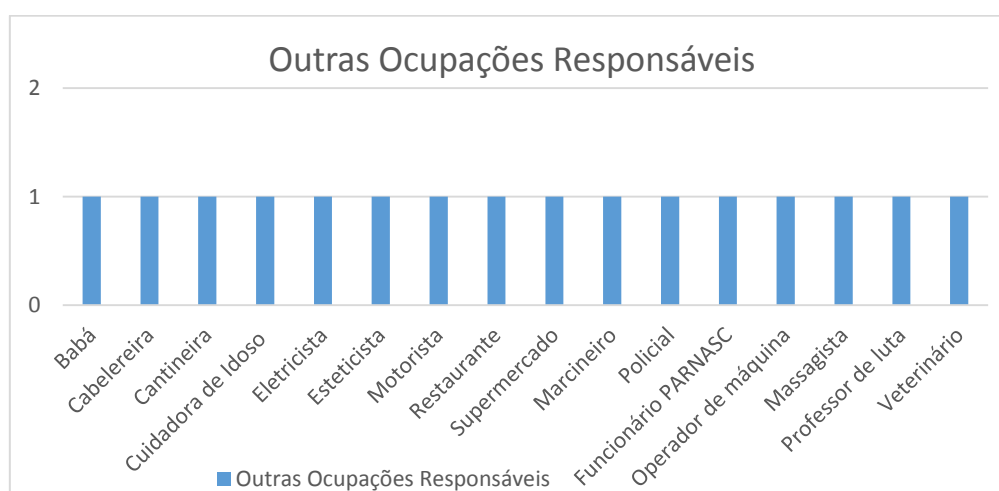


Gráfico 07: Outras ocupações dos responsáveis apontadas pelos jovens. Fonte: Elaboração própria.

Quanto à escassez de oportunidades percebida e experimentada pela maior parte dos jovens, observamos que muitos deles almejam a independência financeira, o que é característico nesta geração. Um deles relata: “Deveria ter mais mercado de trabalho para ganhar nosso próprio dinheiro. Depender da minha mãe não está fácil”. Questionados sobre a existência de boas oportunidades no distrito, destacam-se algumas colocações: “Não existem boas oportunidades. Porque quem trabalha aqui não tem futuro”. “As boas

oportunidades são poucas, porque tem muitas pessoas e poucos empregos”. “Não existem boas oportunidades porque os empregos daqui não vão nos dar futuro”. Minoritariamente (aproximadamente 10%), alguns jovens possuem uma visão um pouco mais otimista sobre a existência de boas oportunidades, entre eles há um que considera: “De certo modo, existem sim, pois aqui tem várias pousadas e restaurantes”.

É importante compartilhar também que alguns jovens associam a escassez de oportunidades no distrito às dimensões do lugar, isto é, ao fato de ser um lugar pequeno, eles se referem a uma “cidade pequena”. Nota-se que genericamente, muitos deles associam, implícita ou explicitamente, o crescimento do lugar com o aumento das oportunidades para os jovens.

4.4. O crescimento urbano como projeto hegemônico e seus efeitos ambientais: as implicações da perda das condições balneárias

O predomínio da informalidade no mercado de trabalho local e da insatisfação dos jovens no que concerne às relações de trabalho do/no distrito, mostram que o crescimento urbano tem se consolidado junto à precarização dessas relações. A despeito desse aspecto, de forma geral, os interlocutores desta pesquisa expressam uma opinião positiva sobre o crescimento do setor de serviços. Como salientado por Nieves, Terán e Martínéz (2008), o duplo crescimento (urbano e demográfico) constitui-se para parte significativa da comunidade local a expressão de um estágio de progresso. Esta avaliação positiva é motivada principalmente porque há uma percepção generalizada quanto a dependência econômica do TR e do setor turístico-imobiliário mais amplamente (Idem) para manter a dinâmica econômica local.

A situação já exposta sobre a chegada da rede dos supermercados BH, se estende também aos outros ramos do setor como: farmácias, lojas de móveis e eletrodomésticos, artigos para vestuário, entre outros comércios. Esses, até muito recentemente eram fornecidos por um único estabelecimento comercial que detinham o controle absoluto dos preços. As operações solos destes estabelecimentos se mantiveram até os anos de 2016/2017, quando iniciou-se a emersão da concorrência no setor de serviços no distrito, reflexo da procura advinda do *boom* imobiliário da segunda década do século XXI.

4.4.1. Os interesses econômicos e a aprovação continuada de novos loteamentos: as questões sociais do crescimento urbano e a restrição da crítica às irregularidades

Quanto ao crescimento urbano do/no distrito, como já considerado nesta pesquisa, a expansão de empreendimentos imobiliários residenciais ganhou centralidade a partir de 2010. É certo que há registros da implantação de condomínios residenciais bem anteriores a essa data, como por exemplo os casos do Quintas do Palácio e do Bosque do Sol.

O condomínio Quintas do Palácio é um empreendimento localizado na região conhecida como alto da serra, na rodovia MG-010, Km 130, município de Santana do Riacho. Trata-se de área anteriormente denominada Fazenda Alto do Palácio, parte de um conjunto de fazendas de propriedade do falecido senhor Aluísio Jorge Davis. O loteamento aprovado pela prefeitura municipal de Santana do Riacho e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 1979, tem área de 333,63 ha abrigando 478 lotes, com áreas mínimas de 5.000 m². Em 2004, cerca de 25 anos após a aprovação, a Prefeitura de Santana do Riacho sancionou o projeto de lei nº 355/2004 (anexo 09) que dispôs sobre a expansão urbana do distrito Serra do Cipó, incluindo a área do condomínio Quintas do Palácio. A partir desse momento, todos os proprietários dos lotes passaram a constar na lista de contribuintes do município, com a cobrança regular do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU¹⁷⁴.

Diante do descumprimento das benfeitorias prometidas (ruas cascalhadas e compactadas, portaria central, quiosques comunitários, curvas de nível, etc.) pela empresa responsável pelo loteamento, denominada Valorização Corretora Ltda., em 2003 foi criada a Associação dos Proprietários do Loteamento Quintas do Palácio. Ela é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos que tem por princípio cuidar e defender os interesses comuns dos seus proprietários. Neste mesmo ano, a referida associação impetrou um processo contra a empresa devido ao descumprimento das cláusulas do contrato firmado com os proprietários dos lotes. Em 2005, o loteamento foi embargado pelo IBAMA que alegou ausência de licenciamento para o empreendimento. Após inúmeras tentativas extrajudiciais, de solução de conflitos junto ao IBAMA, a associação deflagrou outro processo cobrando do município de Santana do Riacho e do IBAMA, a indenização dos proprietários diante do impedimento de realização de obras nos lotes

¹⁷⁴ Informações disponibilizadas pela Associação de Proprietários do Loteamento Quintas do Palácio. www.quintaspalacio.com.br – acesso 28/08/2018.

adquiridos pelos associados¹⁷⁵. Diante do impasse jurídico do loteamento que se mantém até os dias atuais (maio/2019), resta saber como se desenvolverá nos próximos anos a negociação entre proprietários, prefeitura municipal e IBAMA e quais serão as (im)possibilidades de contenção da ocupação urbana da área.

Outro empreendimento *Sítios de Recreio Bosque do Sol* da empresa imobiliária Chapéu do Sol (ICMBIO, 2014), também é elucidativo para revelar os conflitos que permearam a instalação dos primeiros loteamentos no distrito. Este empreendimento possui um histórico de ocupação, complexo e contraditório, em vários aspectos tanto do ponto de vista da ocupação quanto do ponto de vista da aprovação (IBGP, 2017). Aprovado em 1982, pela prefeitura municipal e pelo INCRA (ICMBIO, 2014), o empreendimento previa conter cerca de 202 lotes de 5.000m² (IBGP, 2017). Ele está localizado em área ambientalmente vulnerável à ocupação urbana, conhecida como Mãe D'Água, nas cabeceiras do Ribeirão Soberbo, afluente do rio Cipó, na área acima da cachoeira do Véu da Noiva, um dos locais mais visitados do distrito. Após a aprovação pela prefeitura municipal, em 1990, as construções começaram a ser implantadas, sendo o empreendimento embargado em 1996, pelo IBAMA (Idem).

A despeito do embargo, em 2002 foi emitido pela prefeitura municipal nova licença para construção e em 2006 o proprietário solicitante do alvará iniciou nova construção no local (Idem). O IBAMA, que já havia embargado o loteamento, denunciou a construção e o proprietário, ao Ministério Público Federal - MPF, sendo instaurada uma ação civil pública (Idem). Em 2007, o alvará de construção cedido em 2002, acaba sendo negado pela própria Prefeitura (Idem). O MPF se manifestou favoravelmente à realização de um consenso entre as partes em contraponto ao desenvolvimento de um processo jurídico (Idem). A área do condomínio situada na APAMP foi delimitada no zoneamento proposto no plano de manejo desta UC, como Zona Provisória – ZP (ICMBIO, 2014; IBGP, 2017).

A Zona Provisória (anexo 10) foi estabelecida em uma parcela do loteamento onde ocorreu a instalação parcial do empreendimento, contando a construção de 14 casas residências entre 1979 e 1996 (ICMBIO, 2014). A área restante permaneceu inserida na Zona de Vida Silvestre – ZVS (anexo 10), onde a instalação de empreendimentos imobiliários e edificações são vedadas ou possuem restrições importantes (Idem). O ICMBIO (2014) sugere a regularização ambiental da área parcialmente implantada.

¹⁷⁵ Informações disponíveis em: www.quintaspalacio.com.br – acesso 28/08/2018.

Na reunião do CODEMA, realizada em março de 2014, conforme registrado em ATA (anexo 11), a presidente da Associação Mãe D'Água - AMADA, representante dos interesses dos proprietários de lotes e imóveis no empreendimento imobiliário, solicitou a criação de uma Câmara Técnica para tratar da questão do condomínio Bosque do Sol. Naquele momento, um representante do IEF informou que este órgão intencionava fazer estudos e propor tornar a Mãe D'Água um Monumento Natural. Não houve avanços significativos nessa proposta e de acordo com o ICMBIO (2014):

a ZP deverá ser mantida enquanto perdurarem os impasses jurídicos referentes ao loteamento não implantado. Quando houver uma solução definitiva para estes impasses, a área deverá ser incorporada a uma das zonas permanentes existentes neste plano de manejo, cuja escolha dependerá dos encaminhamentos que forem definidos para a solução da situação atual (Idem, 58).

Na reunião do CODEMA, realizada em dezembro de 2015, a presidente da AMADA fez uma apresentação com proposta para regularização da área envolvendo a implantação de 62 lotes, além das 14 residências já existentes. O presidente do conselho na época avaliou como inviável o *layout* de ocupação na Mãe D'Água, e propôs a revisão no número de lotes, conforme consta em ATA (anexo 12). Naquele momento, ficou definido pelos conselheiros que a proposta apresentada seria discutida no GT de Revisão do Plano Diretor, para definição da Zona a ser enquadrada a área e para posteriormente a AMADA apresentar proposta de parcelamento.

Houve a sugestão de que a área fosse inserida no âmbito do zoneamento municipal (descrito mais adiante) na Zona de Especial Interesse Turístico – ZEIT, áreas sujeitas a critérios urbanísticos especiais, com ocupação de baixa densidade. Contudo, trata-se de um debate polêmico já que os proprietários de terrenos no condomínio estão há décadas aguardando a resolução dos impasses jurídicos para implantar os projetos das suas habitações. Fazem anos eles estão batalhando pela manutenção dos seus direitos sobre a propriedade dos terrenos. Resta saber, se o legislativo vai acatar as sugestões contidas no documento de revisão do plano diretor (IBGP, 2017), bem como as recomendações do CODEMA quanto à relevância e riscos ambientais da ocupação urbana da área e finalmente, quais serão as definições regulamentadas no novo texto do Plano Diretor.

O Inquérito Civil Público instaurado pelo MPF teve como objetivo alcançar um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, que envolvesse os proprietários dos lotes da área relativa ao 'Mãe D'Água, a Prefeitura de Santana do Riacho e a Empresa Imobiliária

Chapéu do Sol ou seu representante legal (Idem). Essas diretrizes conferiram ao poder público do município centralidade na tomada de decisão sobre o destino da ocupação da área. O ICMBIO (2014) aguarda o zoneamento municipal a ser definido com a publicação do novo plano diretor, para concluir a classificação da ZP (IBGP, 2017). Como já apontado, o novo plano diretor encontra-se sob avaliação da Câmara municipal, ainda sem data para aprovação final. De acordo com a AMADA, na última reunião com o MPF em 2017, esse sinalizou que aguardaria o zoneamento municipal (Plano Diretor), para intimar as partes para formalização do TAC. A área do condomínio possui 14 residências e aproximadamente 146 lotes de 5.000m² vendidos (Idem), situação que se mantém até o momento (maio/2019), já que não houve novas construções ou vendas de terrenos nos últimos dois anos.

O histórico de aprovações indevidas pelo poder público junto à ação civil pública em andamento, faz deste loteamento um grande problema do ponto de vista da gestão do território, sendo necessário uma intervenção e um posicionamento imediatos para encontrar a solução mais viável para todas as partes (Idem, 95).

A análise das imagens aéreas datadas de 2003, 2011 e 2017 do distrito (figura 57) permitem observar o vertiginoso crescimento urbano a partir de 2010, mais especificamente entre 2011 e 2017, período retratado pelas imagens as quais tivemos acesso. Trata-se do momento que os empreendimentos imobiliários ganharam centralidade na economia do distrito, bem como enquanto projeto de parte das autoridades públicas e dos representantes do capital imobiliário, de crescimento para o distrito. Através da comparação entre as três imagens, é possível observar a intensificação do parcelamento e do adensamento através da ampliação da mancha urbana e pulverização de propriedades, a partir de 2011 e mais amplamente, na segunda metade do século XXI, conforme mostrado pela imagem a seguir:



Figura 57: Imagens das áreas ocupadas no distrito nos anos de 2003, 2011 e 2017. Fonte: Google Earth, consultado 17/02/2019.

Como já salientado no terceiro capítulo desta pesquisa, a proposta do Plano Diretor encaminhada a Câmara dos vereadores para votação não contempla a ampliação da área urbana do distrito, contudo abrange a regularização do adensamento urbano. Assim, serão regularizados lotes de 360 m² em locais onde a permissão de construção determinava área mínima de 1000m², gerando uma expansão do parcelamento e aumento do custo do m². O processo de adensamento urbano é tão preocupante em termos da deterioração das qualidades ambientais do espaço quanto o processo de criação de novas áreas urbanas (uma forma das Prefeituras nutrirem mais o erário público). Para a resolução da questão do esgotamento sanitário no distrito por exemplo, quanto mais adensadas as áreas urbanas mais, difícil é a implantação do sistema estático. Para ilustrar o processo de adensamento, apresentamos as imagens aéreas dos anos de 2003 e 2017 de parte da área central, dos bairros Recanto da Serra, Santa Terezinha e Progresso (figura 58) para análise comparativa.



Figura 58: Imagens aéreas de 2003 e 2017 que mostram o adensamento urbano no distrito. Fonte: Google Earth, consultado em 17/02/2019.

Quanto à aprovação continuada de novos empreendimentos imobiliários no distrito Serra do Cipó, enfatiza-se que, apesar dos efeitos ambientais danosos do crescimento urbano serem recorrentemente levantados, a questão a ser debatida e enfrentada se restringe às irregularidades dos loteamentos. Essas estão concernentes ao descumprimento das legislações municipal e estadual e a ausência da documentação necessária para emissão das licenças e alvará. Desta forma, a expansão urbana em si não alcança o centro da discussão, a ameaça restringe-se apenas aos projetos irregulares dos loteamentos, conforme faixa colocada pelo poder público municipal alertando sobre o problema das irregularidades (figura 60).



Figura 59: Faixa colocada pela administração municipal divulgando o problema dos parcelamentos irregulares e solicitando aos interessados a adquirir imóvel a procurarem a prefeitura para tramitação regular dos processos. Fonte: Arquivo da autora – 22/04/2019

Ressalta-se a necessidade de discutir e enfrentar a questão do crescimento urbano na sua totalidade e não apenas identificando os projetos irregulares como ameaças. Para classificação do potencial poluidor do empreendimento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento – SEMAD se pauta na regulamentação instituída pela Deliberação Normativa – DN, do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM nº 74/2004¹⁷⁶. A DN estabeleceu 6 classes para definir o potencial poluidor do empreendimento sendo elas: Classe 1: pequeno porte e pequeno ou médio potencial poluidor; Classe 2: médio porte e pequeno potencial poluidor; Classe 3: pequeno porte e grande potencial poluidor ou médio porte e médio potencial poluidor; Classe 4: grande porte e pequeno potencial poluidor; Classe 5: grande porte e médio potencial poluidor ou médio porte e grande potencial poluidor e Classe 6: grande porte e grande potencial poluidor. Em Santana do Riacho operam empreendimentos enquadrados nos três primeiros níveis de potencial poluidor (Tabela 01).

¹⁷⁶ DN disponível em: <https://bit.ly/1jZhwgq> - acesso 22/04/2019

Nº.	Atividade	Classe/ potencial poluidor	Tipo de regularização
1	Barragens de Geração de Energia Hidrelétrica	3	LOC (Em análise)
2	Barragens de Geração de Energia Hidrelétrica	3	LP + LI
3	Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias	1	LP + LI
4	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	1	AAF
5	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	1	AAF
6	Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais	2	AAF
7	Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais	3	LP + LI
8	Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais	3	LIC
9	Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais	3	LO (Aguardando Informação Complementar)
10	Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis	1	AAF

Legenda: AAF: Autorização Ambiental de Funcionamento; LI: Licença de Instalação; LIC: Licença de Instalação Corretiva; LO: Licença de Operação; LOC: Licença de Operação Corretiva; LP: Licença Prévia.

Tabela 01: Licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto em Santana do Riacho.
Fonte: SEMAD (2014) apud COBRAPE (2014, 92)

Em Minas Gerais, as atribuições do licenciamento ambiental e da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF são exercidas pelo COPAM, pelas Unidades Regionais Colegiadas – URCSs e pela Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, onde estão inseridas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAMs que representam a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o IEF. Santana do Riacho integra a URC Rio das Velhas e da SUPRAM Central Metropolitana e do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Sete Lagoas. Em 2014, o município contava com oito empreendimentos licenciados e dois em análise técnica (COBRAPE, 2014), sendo 40% deles destinados a implantação de loteamentos imobiliários.

A partir da relação previamente apresentada verifica-se, no atual estágio de licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto no município, um equilíbrio de empreendimentos de pequeno porte e potencial poluidor pequeno ou médio, e empreendimentos de pequeno

porte e grande potencial poluidor ou médio porte e médio potencial poluidor. Frente aos licenciamentos instalados, torna-se indispensável o controle ambiental das atividades que ofereçam risco de contaminação das águas superficiais no município de Santana do Riacho (Idem, 92).

Nessa perspectiva, salientam-se os riscos ambientais, tais como a contaminação das águas superficiais e dos cursos d'água mais amplamente, implicados na imputação de centralidade ao crescimento urbano como projeto hegemônico de crescimento do lugar. A lei n 391/2006¹⁷⁷ dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do distrito, definindo 7 categorias para o zoneamento do município: Zona de Preservação Ambiental – ZPAM, Zona de Especial Interesse Turístico – ZEIT, Zona Residencial/Comercial/Serviços – ZRCS, Zona Habitacional de Interesse Social – ZHIS, Zona Rural – ZR, Zona de Expansão Urbana – ZEU e Zona de Condomínio Residencial – ZCR. Quanto à lei aponta-se que o documento “não deixa claro sobre a distribuição territorial das Zonas de Ocupação e não há mapas disponíveis do município. A lei é genérica com poucas especificidades” (COBRAPE, 2014, 106). O primeiro Plano Diretor do município, lei n°439/2008¹ não especifica o zoneamento, de forma que a lei de 2006, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é o instrumento legal que detalha essa questão.

Nos artigos 5° ao 11° da referida lei são definidas as zonas citadas. Observa-se que apenas as duas primeiras zonas descritas (ZPAM e ZEIT) possuem restrições concernentes à ocupação urbana. A ZPAM abrange a área do PARNASC sendo vedada a ocupação do solo, exceto por edificações destinadas exclusivamente ao serviço de apoio e manutenção ou quando em propriedade particular, os projetos relacionados à exploração e a proteção e educação ambiental, podendo mediante autorização prévia do IBAMA, serem parceladas, ocupadas e utilizadas, de modo a garantir sua preservação e ou recuperação. As ZEIT são áreas sujeitas a critérios urbanísticos especiais, que determinam a ocupação com baixa densidade e maior taxa de permeabilização, tendo em vista o interesse público na proteção ambiental e na preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico.

As demais zonas são voltadas à ocupação, adensamento e expansão urbana. As ZRCS são as áreas onde é permitido maior adensamento demográfico, diversificação de uso e maior verticalização das edificações, em razão de infraestrutura e topografia favoráveis e da configuração de centro. As ZHIS abrangem as regiões onde há interesse

¹⁷⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2ZIsr9C> - acesso 22/04/2018.

público em ordenar a ocupação, por meio de urbanização e regularização fundiária, ou em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, e que se sujeitam a critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo a ser definidos em legislação específica. Essas se subdividem nas seguintes categorias: I - ZHIS-1, regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração à malha urbana; II - ZHIS-2, regiões não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, nas quais há interesse público em promover programas habitacionais de produção de moradias, ou terrenos urbanizados de interesse social.

As ZEIS que abrigam a população de baixa renda e áreas onde há interesse público em promover programas habitacionais de moradias de interesse social expressam a questão social implicada nas irregularidades e “desordenamento” da ocupação urbana. É mais comum observar a prática irregular do adensamento urbano do terreno (construção de várias residências no mesmo lote) nas famílias de baixa renda. O processo de regularização da construção envolve o pagamento por projetos/laudos técnicos, bem como das taxas concernentes à tramitação fiscal implicada. Na maior parte das vezes, essas famílias não possuem condições financeiras para cumprir todas as exigências técnicas, legais e fiscais para a regularidade da construção/terreno. Portanto, a questão da irregularidade ou “desordenamento” da ocupação urbana é uma questão social. Atacar esses processos sem a necessária reflexão sobre as questões nele implicadas, é cercear ainda mais as (im)possibilidades desses moradores de permanecer no lugar.

Há também as Zonas Rurais, regiões destinadas às atividades eminentemente rurais, especialmente, exploração extrativa e agrícola, pecuária ou agroindustrial e turismo. Os representantes do poder público com os quais dialogamos alertam para o grave problema dos loteamentos irregulares na área rural do município. Os loteamentos regulares, na maior parte implantados por pessoas jurídicas ofertam terrenos com valores significativamente mais elevados e possuem maior facilidade para cumprir os trâmites legais e burocráticos exigidos para regulamentação dos empreendimentos, quando comparados ao contexto da área rural.

O município conta ainda com as Zonas de Expansão Urbanas que contempla áreas destinadas à futura ocupação com atividades urbanas. Por fim, a lei 391/2006 regulamenta as Zonas de Condomínio Residenciais, como as áreas destinadas a abrigar um conjunto de edificações unifamiliares em lote único, com acesso por uma única via pública,

localizadas no perímetro urbano ou de expansão urbana, dispondo de espaços de uso comum.

A demarcação de uma Zona específica, na lei municipal de parcelamento do solo urbano, em 2006, para abrigar esses empreendimentos imobiliários, expressa a sua relevância para a economia e crescimento urbano do distrito. No parágrafo único do artigo 11º, registra-se na lei a inerência do processo de urbanização através da seguinte colocação: “as áreas urbanas que mantenham as características e atividades agropecuárias, poderão continuar como área rural até sua descaracterização” (Prefeitura de Santana do Riacho, lei nº 391/2006, 03). A urbanização futura dessas áreas é apontada como inexorável, sem detalhar como controlar, fiscalizar ou eliminar outras possibilidades de ocupação/construção espacial.

No diagnóstico realizado para revisão do Plano Diretor, o IBGP (2017) considera que o município de Santana do Riacho apresenta legislação específica para parcelamento, uso e ocupação do solo. Contudo, não há sistematização do registro dos imóveis, os proprietários de imóveis de 500 m² ou menores não fazem o registro deles (Idem). Eles observaram também a insuficiência da instância municipal para proceder a fiscalização em toda a área do município (Idem), que conta com a pulverização das construções irregulares.

Uma entrevista realizada¹⁷⁸ com o dono do novo cartório do distrito, em funcionamento há aproximadamente um ano, mostra como a prática de registro de imóveis não era usual. Trata-se de um senhor que possui segunda residência no distrito há 40 anos. Deixou Belo Horizonte e se instalou no distrito como morador. Há um ano decidiu comprar o cartório local e tocar o negócio. De acordo com ele, anteriormente, a emissão de escrituras do imóvel não era usual. Acrescentou ainda que este processo começa, processualmente, a se tornar prática a partir dos novos empreendimentos imobiliários. Atualmente, o cartório computa aproximadamente 12 registros de imóveis realizados por mês, até o momento todos vinculados aos novos condomínios residenciais, cujos proprietários de terrenos possuem recursos financeiros para arcar com os custos implicados na tramitação fiscal para emissão de escrituras.

A irregularidade é um problema decorrente da ocupação urbana do distrito. A inerência da urbanização e a aprovação continuada de novos empreendimentos

¹⁷⁸ Foram realizadas duas visitas ao cartório do distrito. Em março de 2018, quando o estabelecimento estava iniciando as atividades e em março de 2019 quando foi possível coletar informações sobre processos e dinâmicas do primeiro ano de operação.

imobiliários não são amplamente questionados, bem como a exclusão social do acesso as qualidades ambientais e ao lazer. No âmbito da ZHIS, há previsão da regularização de áreas do distrito densamente ocupada, com lotes que possuem 125m² (IBGP, 2017) ou menos, como forma de promover melhorias na qualidade de vida dessas pessoas, sem contudo, questionar as desigualdades sociais implicadas nas diferentes formas de apropriação do espaço e das suas qualidades ambientais no processo de (re)produção capitalista.

O novo Plano Diretor, que ainda não foi votado, propõe novo zoneamento ao município, mantendo as estratégias voltadas para regulamentação do adensamento urbano. Na figura abaixo (figura 60), apresenta-se as alterações para o zoneamento do distrito, em uma perspectiva comparativa às diretrizes do parcelamento do solo urbano propostas anteriormente (Lei nº 391/2006). Salienta-se, contudo, que a proposta para o novo zoneamento encontra-se em tramitação na Câmara dos Vereadores, desde janeiro de 2019, quando foi encaminhado para o órgão a minuta do projeto de lei do Plano Diretor. Desde então, o texto já passou por algumas alterações que seguem sendo debatidas. Portanto, serão tecidas algumas considerações pontuais sobre a proposta, uma vez que ela não está aprovada e pode passar por novas alterações.

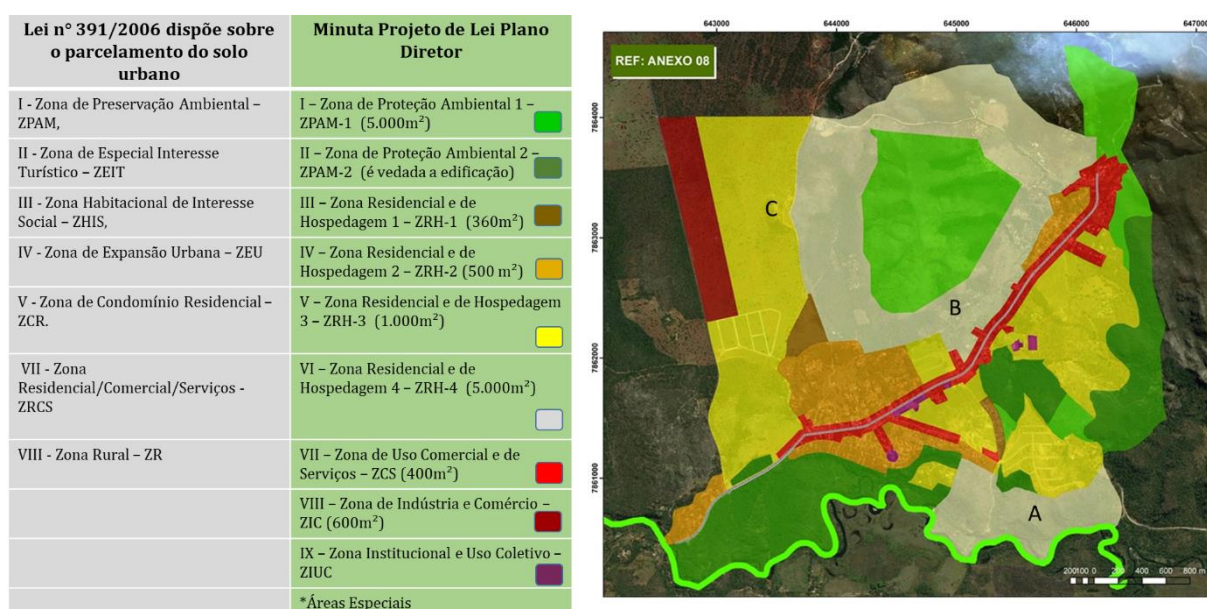


Figura 60: Proposta de zoneamento do novo Plano Diretor, com ênfase para o distrito Serra do Cipó (mapa à direita). Fonte: Versão da minuta do Plano Diretor encaminhada à Câmara dos Vereadores em maio de 2019 e disponibilizada pela SETUR/Santana do Riacho.

O mapa acima apresenta as zonas delimitadas para o distrito. Nas áreas da Zona Residencial e de Hospedagem 4 (ZRH-4), marcadas na cor cinza, alerta-se para as

incompatibilidades entre o que é proposto e a realidade já consolidada. Esta zona propõe o parcelamento mínimo (uma residência por lote) de 5.000m². A área destacada com a letra A, abrange a área do PESC sobre a qual já foram tecidas considerações no tópico 3.2.1 (p. 151) deste texto. Salienta-se, que apesar de existir certa restrição para sua ocupação, os parcelamentos com 5.000m² serão permitidos, fato que se consubstancia em uma ameaça à conservação ambiental da baixada inundável do rio Cipó. Quanto à área destacada com a letra B, esta abrange a localização do loteamento Mandinga, onde já existem lotes e construções com áreas menores, 1.000m² ou menos, como mostram as imagens já apresentadas (p. 172), quando foram tecidas considerações sobre esse parcelamento.

Na Zona Residencial e de Hospedagem 3 (ZRH-3), destacada no mapa em amarelo, também é possível apontar incompatibilidades entre as ocupações já consolidadas e a proposta em avaliação, que para esta área, determina metragem mínima de 1.000m². Na área destacada com a letra C, é possível observar lotes e construções em terrenos menores em relação aos 1.000m² estabelecidos. Nessa perspectiva, considera-se que, no caso da aprovação do zoneamento tal como proposto e apresentado, o Plano Diretor já surge com irregularidades, isto é, com propostas de zoneamento que não podem mais ser atendidas, já que existem ocupações consolidadas que não atendem os requisitos exigidos para as zonas definidas.

Há ainda as Áreas Especiais, que não estão delimitadas no mapa e que, possivelmente, detenham a maior parte dos impasses que seguem contribuindo para o adiamento da aprovação da versão final do Plano Diretor. Entre elas, vale citar o caso da área da Mãe D'Água e do condomínio Sítios de Recreio Bosque do Sol, já apresentado anteriormente (p. 249). Os desafios que envolvem o estabelecimento de um acordo entre os interesses dos moradores e proprietários de terra no condomínio e as demandas existentes pela conservação ambiental da área, sobretudo devido à relevância da sua dinâmica hídrica, estão entre os contextos que determinam as dificuldades na aprovação do novo Plano Diretor.

O crescimento do número de moradores, bem como de proprietários e/ou usuários de segundas residências implica no uso mais intensivo dos recursos do lugar, como por exemplo, da água que abastece o distrito, captada no rio Cipó. É preciso debater e regulamentar sobre as demandas derivadas desses empreendimentos, bem como suas implicações ambientais e sociais. Como mostrado, os loteamentos residenciais trazem consigo a intensificação da demanda de serviços cotidianos, bem como de mão de obra

para os serviços de construção das segundas residências e posteriormente para os serviços domésticos que envolvem a manutenção do imóvel. É certo que esta dinâmica atrairá também trabalhadores para ocupação desses postos, como tem acontecido na escola estadual do distrito, por exemplo.

Parte significativa dos professores da EEDFJ é constituída de novos moradores oriundos da RMBH, aprovados nos últimos concursos da SEE/MG (2014 e 2017). Até o ano de 2009, quando a autora começou a lecionar na escola, havia um número superior de professores locais (pessoas nativas e de fora, mas moram no distrito há muitos anos). Com a vinda de professores sobretudo da RMBH, alguns professores locais perderam suas vagas na escola do distrito e têm se deslocado para Lagoa Santa para lecionar.

Entre os funcionários do supermercado BH, há pessoas que se mudaram para o distrito estimulados também pelos empregos gerados pela chegada da rede ao distrito. Uma operadora de caixa do estabelecimento que morava anteriormente em Vespasiano/MG, relatou que já frequentava o distrito e quando ficou sabendo da seleção aberta para a rede de supermercados decidiu tentar e mudar de vida. Segundo ela, estava cansada do tempo de deslocamento implicado no seu trajeto entre a casa e o trabalho quando residia na RMBH.

Quanto aos efeitos da economia centrada no TR, Nieves, Terán e Martínéz (2008) observaram o baixo dinamismo do turismo residencial, assinalando que o ritmo do cotidiano dos proprietários e/ou usuários de segundas residências é mais doméstico e menos propenso a gastos em atividades recreativas quando comparados aos turistas que utilizam os meios de hospedagem convencionais.

Apesar dos criticados efeitos ambientais e sociais, Nieves, Terán e Martínéz (2008) analisam que as sociedades receptoras no Mediterrâneo espanhol parecem não reconhecer outra alternativa de crescimento para a economia, “porque o que não é questionado é a conveniência e necessidade de continuar com o crescimento demográfico” (Idem, 112), bem como do setor da construção civil e de serviços. No debate realizado com os jovens do distrito em junho de 2018 (destacado na página 59), quando a pauta dos efeitos ambientais e sociais não desejados do turismo e das (im)possibilidades do setor para o desenvolvimento do lugar ganhou centralidade, uma das jovens indagou: Se não for o turismo, vai ser o quê? Assim como detectado no Mediterrâneo espanhol, no distrito, de forma geral, a continuidade do crescimento demográfico e urbano não é questionada. Trata-se genericamente das dificuldades de confrontar um “inimigo” indispensável para a economia do lugar.

No contexto europeu, um discurso acadêmico crítico e pessimista interpreta o sistema turístico-residencial como resultado (e causa) de um modelo turístico que conduz ao esgotamento social e ambiental engendrando um cenário de risco preocupante (Nieves, Terán e Martín, 2008). Porém, as comunidades envolvidas no contexto do Mediterrâneo espanhol não definem a questão nos mesmos termos (Idem). Os autores se referem ao posicionamento de amortecimento dos efeitos do TR por parte da comunidade local, que vê no setor a “única fonte de modernização e prosperidade” (Idem, 117).

Os autores fazem referência ao contexto ideológico que impulsiona a instituição dos empreendimentos imobiliários turísticos-residenciais como projeto hegemônico de crescimento econômico (Idem). Quanto à comunidade local, de forma geral, embora reconhecessem a necessidade de mudar as dinâmicas de produção espacial, investir em infraestrutura, diversificar e melhorar a qualidade da oferta de lazer, minimizar o impacto ambiental e promover maior desenvolvimento do setor hoteleiro convencional, que é valorizado como socialmente mais sustentável; percebiam o TR como setor econômico fundamental (Idem). Os efeitos positivos, sobretudo econômicos, atribuídos à centralidade do TR, tendem a serem sobrepostos aos efeitos negativos e a comunidade local de forma geral tende a reproduzir o discurso dominante (Idem).

Quanto ao distrito Serra do Cipó, vale recapitular alguns apontamentos já realizados. Diferente do contexto europeu não há ainda um debate sobre TR ou quanto à centralidade do imobiliário no turismo, e mesmo o tipo de turismo que se desenrola no distrito ou se desejaria que fosse acolhido. Há percepção e discussão sobre a retração e possível “crise” no TC, contudo, sem relacioná-las ao crescimento urbano e às segundas residências. O debate sobre o momento ruim no TC é associado genericamente ao contexto da crise econômica mundial. Há, a proposição de estratégias para aumentar o fluxo de turistas e dinamizar a economia dos setores envolvidos diretamente, sobretudo pousadas e receptivos turísticos; sem colocar em pauta as formas através das quais o crescimento do fluxo de visitantes pode impulsionar o crescimento do TR.

Não é o objetivo confrontar a existência de pontos positivos nesse processo, o intuito é salientar a predominância do econômico para definir essa positividade. O vertiginoso crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do município de Santana do Riacho (gráfico 08) reflete pontos positivos do crescimento instituído a partir da década de 1990, como o crescimento da longevidade e da educação.

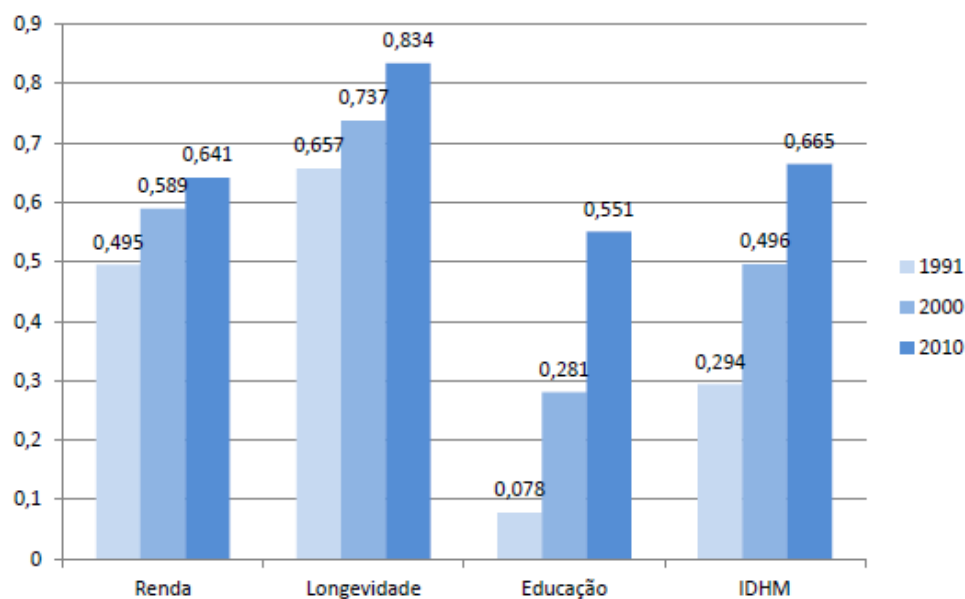


Gráfico 08: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santana do Riacho – PNUD (2013). Fonte: COBRAPE (2014, 114)

O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A redução nos índices de mortalidade infantil por exemplo é um avanço inquestionável. Contudo, é importante avaliar como a educação contribui para alavancar o IDHM. Em Santana do Riacho por exemplo, o índice referente a educação salta de 0,078 (1991) para 0,551(2010) apresentando um crescimento de mais de 600%. Enquanto índices como renda e longevidade apresentam crescimento de 29% e 27% respectivamente. Observa-se, portanto, a disparidade na taxa de crescimento dos indicadores e como interfere no crescimento do IDHM.

A despeito da importância e essencialidade da oferta de serviços públicos de educação, os impetuosos avanços observados na educação não são refletidos na mesma proporção em outros âmbitos como renda e longevidade.

O crescimento quantitativo do número de matrículas nas escolas não minora o grave problema da ausência de condições para viabilizar a educação pública de qualidade. Tal condição vai atrelada amplamente ao desmonte da educação pública no Brasil agravado nos últimos anos com a expansão das formas neoliberais de governo.

Os dados do extinto Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (2014) sobre o cadastro das famílias por faixa de renda em Santana do Riacho (quadro 11) mostram como a questão da pobreza e da baixa renda *per capita* de parcela significativa da

população estão presentes no quadro social municipal apesar do crescimento do IDHM já citado. “Observa-se que grande parte dessas famílias possui renda *per capita* inferior a meio salário mínimo” (COBRAPE, 2014, 113)

Quadro 11: Total de famílias cadastradas por faixa de renda em Santana do Riacho – dezembro (2013)

Faixas de Rendas	Total de Famílias
Renda per capita mensal de até ½ salário mínimo	714
Renda per capita mensal de até R\$140,00	559
Renda per capita mensal de entre R\$70,00 e R\$140,00	192
Renda per capita mensal de até R\$70,00	367
Total	1.832

Fonte: MDS (2014) *apud* (COBRAPE, 2014, 113)

O índice de Gini também é interessante para mostrar que apesar do crescimento no IDHM, a concentração de renda e a desigualdade social se mantiveram sem significativas alterações. Este índice:

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade (...), e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (...) (COBRAPE, 2014, 116).

De acordo com o censo do IBGE (2010), a variação do índice que mede o grau de concentração de renda foi de 3,5%. Segundo o PNUD (2013), houve redução de 7% neste índice (Quadro 12). Este quadro reflete a manutenção das condições de desigualdade e concentração de renda por serem as variações observadas demasiadamente acanhadas quando comparadas as variações no âmbito do IDHM (Educação – 600%; longevidade – 29% e renda – 27%).

Quadro 12: Índice Gini para Santana do Riacho (1991, 2001, 2011)

Gini por ano/Fonte	IBGE (2010)	PNUD (2013) apud COBRAPE (2014)
1991	0,5426	0,54
2000	0,5628	0,55
2011	0,5293	0,50

Fonte: IBGE (2010) - <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginimg.def> - acesso 26/04/2019 e (COBRAPE, 2014, 116)

Em 2014, cerca de 465 famílias eram beneficiárias do programa Bolsa família em Santana do Riacho (MDS, 2014 *apud* COBRAPE, 2014). A representante da Secretaria municipal de trabalho e ação social de Santana do Riacho reportou em abril de 2019, a existência de 2 tipos de benefícios para a população: o Bolsa Família e o Loas (benefício assistencial voltada para o idoso e o deficiente)¹⁷⁹.

No município existem 1.832 famílias que possuíam rendas inferiores a meio salário mínimo, sendo que apenas 25% desse quantitativo recebiam benefícios assistenciais. Apesar dos avanços nas estatísticas da educação e saúde pública, a questão da vulnerabilidade social em Santana do Riacho segue presente.

4.4.2. Os efeitos ambientais do crescimento urbano: implicações socioeconômicas da deterioração das qualidades ambientais do/no espaço

Para Nieves, Terán e Martínéz (2008) o meio ambiente pagou o preço mais caro pelo crescimento econômico centrado no TR e mais amplamente no setor turístico-imobiliário. No caso dos estudos realizados no Mediterrâneo espanhol, os autores alertaram para os riscos da viabilidade futura do desenvolvimento da região devido aos danos ambientais irreparáveis que estavam acontecendo (Idem). Denunciaram também os interesses econômicos que engendraram a aprovação continuada de novos empreendimentos imobiliários, ressaltaram ainda, que a transformação total da área foi impulsionada pela lógica do mercado (Idem).

Quanto aos efeitos ambientais do crescimento urbano e as implicações da perda das condições balneárias em lugares economicamente centrados no TR, vale trazer à tona o contexto de Lagoa Santa/MG, cuja ocupação urbana foi significativamente impulsionada pelos empreendimentos imobiliários residenciais, como já analisado no segundo capítulo desta pesquisa. A respeito da perda das condições balneárias do município, teceremos algumas considerações sobre a Lagoa Central da cidade. Desde o final da década de 1970, a região vem sofrendo crescentes transformações resultantes do processo de urbanização ocorrido de forma incompatível com a utilização racional de seus recursos naturais (Bringhenti, 2009).

¹⁷⁹ Foram realizados alguns contatos com a secretaria para acessar os dados atualizados sobre o número de pessoas beneficiadas por estes programas em Santana do Riacho. A secretaria informou que não houve alteração significativa do número de beneficiários em relação à 2014 (dados do MDS). Não houve o repasse dos dados atualizados.

Esse aumento na ocupação humana levou ao aparecimento de problemas não só na qualidade de água, mas também ao aparecimento de vetores de doenças de veiculação hídrica e outros problemas sanitários (Idem, 13).

A Lagoa Central de Lagoa Santa é um pequeno lago natural, com profundidade relativa baixa e formato côncavo (Bringhenti, *et al.* 2011).

A bacia de captação desse lago está situada na área urbana do município que, por sua vez, insere-se na bacia do alto rio das Velhas. (...). Lagoa Santa faz parte de um dos principais sistemas lacustres do Brasil: o sistema de lagos na região calcária, na região metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Sabe-se que a Lagoa Central da cidade de Lagoa Santa era um ecossistema muito rico em diversidade da vida aquática, elevada transparência e baixos índices de nutrientes essenciais, além de grande beleza cênica (Barbosa *et al.*, 1994). Porém, o aumento indiscriminado do aporte de esgoto, o lançamento de loteamentos mal planejados, o assoreamento e a introdução de espécies exóticas de peixes, principalmente *Tilapia rendalli*, causaram drástica mudança na paisagem natural da lagoa (Pompeu; Alves, 2003), sendo certa a necessidade de implantação imediata de um programa de recuperação ecológica (Idem, 282).

A Lagoa Central (Lagoa Santa, MG) era um ecossistema muito rico em diversidade da vida aquática, com características que conferiam qualidade de água, baixos índices de nutrientes e elevada transparência (Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 2008 *apud* Bringhenti, 2009). Ainda na década de 1980, as condições balneárias da referida Lagoa ainda podiam ser atestadas positivamente (figura 61).



Figura 61: Atividades balneárias na Lagoa Central de Lagoa Santa/MG na década de 1980. Fonte: Imagens capturadas de vídeos disponibilizados em: <https://bit.ly/2IRuaoc> - acesso 24/04/2019

O título do vídeo *Praia Lagoa Central anos 80 - sem burocracia, mais liberdade, povo mais feliz* retrata as atividades balneárias e a importância da integridade das qualidades ambientais do espaço para o lazer local. De acordo com o vídeo, no final da década de 1980, as atividades balneárias foram proibidas devido a impropriedade da água, que foi contaminada.

A pesquisa realizada por Barbosa, Rylands e Oliveira (1993) mostrou uma diminuição drástica na biodiversidade de fito e zooplâncton entre 1977 e 1988, utilizados como indicadores da qualidade de água da Lagoa Central. Em 1977 foram identificados 81 gêneros distintos e em 1988, esse número reduziu 97%, diminuindo para apenas 2 gêneros (Idem). Além das questões atreladas a contaminação da água, a urbanização resultou na remoção sistemática da vegetação nativa e na intensificação de processos erosivos (Idem) que contribuíram para a deterioração ambiental da Lagoa. O caso de Lagoa Santa é elucidativo para mostrar como a ocupação urbana pode implicar na perda das condições balneárias/de potabilidade de determinados lugares.

A ocupação urbana de Jaboticatubas centrada no crescimento dos empreendimentos imobiliários residenciais também engendra grande pressão sobre as qualidades ambientais do espaço, impulsionando processos de deterioração dos cursos d'água, como observado por Macedo (2009).

Retomando Santana do Riacho quanto aos efeitos ambientais do crescimento urbano, em 2014, o diagnóstico da situação do saneamento básico realizado pela COBRAPE ali alertou para os riscos de contaminação das águas superficiais no município. Há quase duas décadas, a questão ambiental do ribeirão Soberbo vem sendo foco de debates e iniciativas voltadas também para a questão da gestão dos efluentes mais amplamente. Na primeira década dos anos 2000, a Fundação Rio Cipó vinculada a ACJND desenvolveu um projeto para mapear a presença e posteriormente implantar fossas sépticas para a comunidade ribeirinha. Foi realizado um diagnóstico nos 13km do percurso do Ribeirão (figura 62) e identificadas a época, 9 fossas negras situadas no raio de 30 metros e mais 11 no raio de 50 metros ao leito do curso d'água, sendo esta uma das causas de poluição das suas águas, de acordo com o mapeamento realizado pela Fundação Rio Cipó¹⁸⁰. O diagnóstico da referida Fundação observa ainda que o carreamento de dejetos e o assoreamento de suas águas é outro problema causado pelo

¹⁸⁰ Informações disponibilizadas pela extinta fundação em: <https://bit.ly/2PG1gYL> - acesso 10/08/2018

processo de voçorocas e não tratamento das encostas e taludes das suas margens. A etapa final do projeto, relacionada a implantação das fossas não foi ainda efetivada.



Figura 62: Imagem aérea do distrito com Ribeirão Soberbo destacado. Fonte: Ribeiro *et al.* (2016)

Em 2016, Ribeiro *et al.* (2016) realizaram uma pesquisa no Ribeirão Soberbo onde foram instalados 7 pontos de coleta de peixes e insetos aquáticos (análises biológicas), de água (análises físico-químicas), sendo aplicados também questionários socioambientais. A pesquisa constatou a poluição já detestada no curso d'água e denunciavam ser o primeiro afluente poluído do rio Cipó.

O ribeirão Soberbo faz parte da bacia do rio das Velhas e está totalmente inserido no distrito Serra do Cipó (figura 62). Nasce numa região conhecida como Mãe d'água e forma a cachoeira Veu da Noiva (Ribeiro *et al.* 2016). A montante, o ribeirão apresenta águas límpidas, ao chegar à sua foz, onde deságua no rio Cipó, sua água apresenta odor desagradável, cor escura e baixa vazão (Idem). Com o objetivo de avaliar a qualidade ambiental do ribeirão Soberbo, macroinvertebrados bentônicos foram coletados em diferentes pontos, sendo utilizados como bioindicadores da qualidade ambiental (Idem): “Como resultado, observou-se brusca queda da qualidade ambiental do ribeirão Soberbo à medida em que este atravessa a área urbana ao longo de seu percurso em direção ao rio Cipó” (Ribeiro *et al.*, 2016).

O termo de compromisso assinado em 2017¹⁸¹, pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, a COPASA, a Prefeitura de Santana do Riacho, a ARSAE e a Agência Peixe Vivo com o objetivo de promover melhorias nos serviços de esgotamento sanitário e a revitalização do Ribeirão Soberbo, afluente do Rio Cipó teve uma das ações a instalação de bombonas (fossas sépticas) em algumas residências, às margens do Ribeirão Soberbo, para testes e avaliação da eficácia. Em 2018, o sistema de bombonas foi implantado e testado. De acordo com o técnico da COPASA, responsável pelos serviços no distrito, o sistema não apresentou a eficácia esperada devido sobretudo ao adensamento urbano da área. Portanto, o projeto das bombonas foi descartado e a instituição junto a outros órgãos envolvidos seguem trabalhando para encontrar a melhor estratégia para lidar com o sistema estático do esgotamento do distrito que em maio de 2019, ainda não possuía uma proposta definida.

Outra instituição que atualmente atua em prol da revitalização do Ribeirão Soberbo é o Instituto de Observação da Terra – INOT. Entre os projetos do Instituto, destaca-se o projeto *Revitalização do Ribeirão Soberbo* que objetiva revitalizar a microbacia do Ribeirão Soberbo que atravessa o distrito Serra do Cipó¹⁸². O INOT vem atuando no fomento do levantamento de informações fidedignas e relevantes à melhoria da gestão da microbacia do Ribeirão Soberbo, coletadas sobretudo por pesquisadores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG e na mediação dos debates necessários entre a Prefeitura municipal, COPASA, CODEMA e comunidade local mais amplamente. Entre os problemas ambientais identificados pelo Instituto apontam-se: poluição das águas, resíduos sólidos depositados nas margens, supressão da mata ciliar, desbarrancamento das encostas e assoreamento do curso d'água (figuras 63 e 64).

¹⁸¹ Termo de compromisso disponibilizado pelo CBH Rio das Velha em: <https://bit.ly/2V8oLiY> - acesso 22/04/2019

¹⁸² Informações disponíveis em: <http://inot.org.br/nossos-projetos/> - acesso 20/04/2019.



Figuras 63 e 64: Deterioração ambiental do Ribeirão Soberbo. Fonte: INOT disponível em: <https://bit.ly/2WfmY85> - acesso 20/04/2019

A poluição do Ribeirão Soberbo já é conhecida por parte dos pesquisadores, bem como da comunidade local. É comum ouvir histórias dos moradores locais sobre o curso d'água saudável que havia até aproximadamente o final da década de 1990. Um dos interlocutores desta pesquisa (interlocutor O2 - apêndice 03) que mora no distrito desde 2008, mas frequenta o lugar assiduamente desde o início da década de 1990, já que o seu pai reside no distrito desde então. Ele relata que anteriormente, quando as qualidades ambientais do Soberbo eram mais favoráveis, os moradores locais utilizavam mais intensamente o ribeirão para atividades balneárias e de lazer em detrimento dos usos do/no rio Cipó, já que o ribeirão Soberbo é mais próximo ao centro urbano, facilitando o acesso. Assim como outros moradores, o interlocutor citado salientou: “Tinha poço fundo, de água clara, dava para pular de ponta!”

Uma moradora nativa do distrito que estuda Gestão Ambiental na Universidade Federal de Viçosa – UFV escreveu um artigo sobre a percepção ambiental e os usos múltiplos do ribeirão Soberbo por parte da comunidade que reside às margens do curso d' água (Sousa, Ribeiro e Rossoni, 2019). Para tanto, ela coletou informações com vizinhos e pessoas da sua família e compartilhou parte da sua percepção como nativa da área. Os autores citados questionaram as pessoas ouvidas sobre as mudanças no ribeirão Soberbo, nos últimos 10 anos. Quanto ao curso d'água e as mudanças, as entrevistadas apontaram:

Mudou muito, o córrego secou. Antigamente, tinha mais água, antes tinha mais vegetação nativa na beira do córrego” (Maria Célia, 3ª geração, moradora nativa *apud* Sousa, Ribeiro E Rossoni, 2019, 117).

Antes era possível nadar, lavar roupas e hoje em dia não há quase água. Antes as chuvas eram mais frequentes e o córrego propício a enchentes, hoje as chuvas são rápidas e o tempo de estiagem é maior, o que influencia na quantidade de água do córrego” (Geralda, 3º geração, moradora nativa *apud* Sousa, Ribeiro e Rossoni, 2019, 117).

Nó, muita diferença. Ele tá bem dizer seco. Nó, antigamente tinha muita água, até peixe eu já peguei com a mão. Minha “fia” ali perto da moita de bambu tinha muita água, eu pulava de cabeça, assim... igual olimpíadas. Eu pulava de cabeça de tanta água que tinha, antigamente eu vivia no córrego nadando (Meire, 2º geração, moradora nativa *apud* Sousa, Ribeiro e Rossoni, 2019, 117).

De acordo com os autores, as entrevistas destacaram que utilizam água do Soberbo para beber, lavar roupa e práticas de pesca (Idem). Uma delas salientou que a água do ribeirão era limpa, mas ela não utilizava para beber, pois buscava em uma mina que tinha uma água mais gelada (Idem). Outra entrevistada ressaltou que deixava de tomar banho em casa para ir banhar-se no ribeirão, mas abandonou a prática devido a poluição do curso d’água (Idem). Quando questionadas se utilizariam o córrego da mesma forma em um possível retorno da qualidade da água (Idem):

Com certeza, se fosse igual antigamente a gente usaria sim, pra lavar uma roupa, né? Porque aí diminuiria o custo da água da gente. Eu ia deixar de mexer num córrego maravilhoso pra mexer dentro de casa? (Maria Célia, 3º geração, moradora nativa *apud* Sousa, Ribeiro e Rossoni, 2019, 117)

Os autores salientam que, apesar das entrevistadas mostrarem preocupação com o risco do curso d’água secar e concordarem com a necessidade da sua preservação e/ou revitalização, enfatizam que se isso ocorresse possivelmente “os usos antigos dessa água voltariam” (Idem, 118). Para os autores: “é perceptível a necessidade, de além da revitalização do córrego, um projeto que estimule a educação ambiental nessas pessoas” (Idem, 118).

Tendo em vista a falta de informação de algumas pessoas, espera-se que esse trabalho seja uma forma de mostrar aos moradores que os usos passados têm grande influência no estado que o córrego se encontra hoje, e fazer com que eles vejam isso como uma forma de melhoria nas condições do córrego. Na expectativa de conscientizá-los que após uma revitalização, se as mesmas práticas de uso do passado voltarem a ser feitas, a qualidade e os usos dessa água serão novamente comprometidos. É evidente a afetividade dos ribeirinhos com o córrego. A todo momento durante as entrevistas foram trazidos ao presente casos

revelando a relação próxima com o mesmo. De tal forma, mesmo com simplicidade, fica clara a preocupação e o reconhecimento da necessidade de restauração do curso d'água (Idem, 119).

Assim a história se repete, como acontece com o debate referente as irregularidades da ocupação urbana, no qual a população de baixa renda implicada neste contexto torna-se o cerne do “problema”, vale considerar como as colocações dos autores centralizam o debate sobre a deterioração ambiental do ribeirão Soberbo na ausência de “conscientização ambiental” da comunidade ribeirinha, bem como nos costumes dessas pessoas, reproduzindo assim a ideologia ecológica.

No caso do ribeirão Soberbo, se por um lado os autores citados (Sousa, Ribeiro e Rossoni, 2019) depositam na comunidade ribeirinha significativa parcela da responsabilidade pelo processo de deterioração das suas qualidades ambientais, por outro lado reconhecem a relação de pertencimento e de afetividade dessas pessoas com o lugar. Quanto a essas relações, muito características das pessoas nativas do lugar, vale retomar a entrevista com o interlocutor M1.1 (Apêndice 02) que declara:

A Serra vem crescendo demasiadamente em relação a população, e a falta de infraestrutura como “empregos” está deixando a desejar, sendo que a maior fonte de trabalho é pousadas que por sinal são construídas por empresários de fora que não se importam com a valorização do trabalho (que acaba sendo das pessoas nativas) e nem mesmo sabem da importância do Cipó para nós.

Apesar das relações de pertencimento com o lugar e de certa preocupação com a deterioração ambiental do/no distrito, de forma geral, os moradores locais reconhecem no crescimento a possibilidade de dinamização dos serviços, da infraestrutura e dos empregos e, portanto, parecem ter decidido por tal caminho, ou seja, permanecem como tal. A afirmação do interlocutor sobre os pousadeiros (empresários de fora) expressa a centralidade que as pousadas (e os pousadeiros) possuem na formulação da crítica por parte dos moradores locais quanto aos “problemas” do/no distrito. Nota-se que a crítica dos moradores locais é direcionada às condições de desigualdade social instaladas a partir do turismo, bem como ao trabalho precarizado que é ofertado. Como já apontado, é verdade que a maneira deles, se preocupam com as questões ambientais do/no distrito, sobretudo no que tange a manutenção dos seus costumes e hábitos locais, como no caso do desejo das moradoras ribeirinhas em retomar a prática de lavar roupas no ribeirão.

Os significados implicados nesta prática estão para além da necessidade cotidiana de deixar as roupas limpas. Lavar roupas no ribeirão é encontrar com parentes, vizinhos e amigos, é fazer de uma atividade cotidiana uma prática social coletiva, o encontro, impregnada de significados que dizem muito sobre o modo de vida cada vez mais cerceado dessas pessoas. Além disso, a integridade ambiental desse curso d' água garantia o acesso dos moradores locais, sobretudo da comunidade ribeirinha, às qualidades ambientais do espaço e ao lazer.

A despeito das iniciativas de diversas instituições e órgão ambientais para encontrar soluções efetivas para o esgotamento sanitário em especial para a comunidade ribeirinha do Soberbo, como forma de atenuar o processo de deterioração ambiental do curso d' água; a aprovação de novos loteamentos nas áreas às margens do Ribeirão Soberbo (Loteamentos: Estrada Real, Mandinga Quintas do Soberbo e Reserva do Cipó – figura 49/ p.231) não foram contidas. Se a expansão urbana se consolidar como projeto de crescimento para o lugar, a tendência é de agravamento da deterioração das qualidades ambientais do/no espaço. A supressão da vegetação e o assoreamento dos cursos d' água são processos agravados por construções regulares (cumprem todos os trâmites fiscais exigidos) e irregulares (descumprem etapas, não atendem as exigências de laudos técnicos e não efetivam o pagamento de taxas para emissão de licenças e alvarás).

A privação do acesso às qualidades ambientais do espaço e ao lazer é instituída muitas vezes por projetos regulares. Portanto, a despeito da importância do planejamento e das normativas para uso e ocupação do solo, o debate sobre os efeitos ambientais do crescimento urbano deve transcender o tecnicismo da regularização. É necessário fornecer a devida atenção às implicações ambientais e sociais da expansão urbana como projeto de crescimento para o distrito impulsionado por interesses hegemônicos ligados ao capital imobiliário e a uma parcela entre os representantes e funcionários do poder público.

O TR ganhou centralidade no distrito na última década do século XXI com a pulverização dos empreendimentos imobiliários residenciais. Anteriormente, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, com a intensificação do turismo que já existia, as práticas turísticas eram caracteristicamente atreladas ao TC, envolvendo também processos de massificação. Nessa perspectiva, é importante pontuar as diferenças entre um projeto centrado no TR e, portanto, no crescimento urbano, da centralidade no TC. No que concerne aos efeitos sociais, ambas vertentes vão se apoiar sobremaneira na informalidade, precarização das relações de trabalho e reprodução das desigualdades

sociais. Contudo, quanto aos efeitos ambientais, no TR estes tendem a ser ainda mais avassaladores, já que é impulsionado pela construção e comercialização de habitações secundárias e, mais amplamente, pela ocupação urbana. É certo que este setor é fomentado pelo valor turístico agregado aos empreendimentos.

Processualmente, os negócios imobiliários com aspectos do TC ganharam centralidade engendrando o crescimento urbano atual e seus efeitos ambientais. Embora a construção e comercialização de segundas residências e o crescimento urbano mais amplamente sejam observados também na dinâmica do TC, ressalta-se que no TR estes processos ganham centralidade impactando a própria dinâmica do TC, como no caso das hospedagens convencionais, por exemplo. Alerta-se, portanto, que se em épocas anteriores o crescimento urbano era um efeito do TC, no momento atual ele se torna o projeto de crescimento do TR.

Quanto ao rio Cipó, conforme apresentado no terceiro capítulo da presente tese, por estar seu trajeto inicial localizado no PARNASC, este encontra-se preservado sendo considerado nesta parte do seu percurso classe Especial. Contudo, após as delimitações da UC, o curso d' água passa a ter classe 1. Os estudos realizados por Murta, Porto e Ribeiro (2019) alertam para a queda na biodiversidade dos peixes do rio Cipó que pode ser um reflexo da intensificação da ocupação urbana do/no distrito. Em termos de acesso ao lazer, como já reportado, a restrição do acesso ao rio é um fenômeno progressivo, fruto do cercamento e privatização de acessos e passagens.

É importante pontuar que atualmente a entrada gratuita no PARNASC ainda garante à comunidade local e visitantes em geral, o acesso às qualidades ambientais do espaço e ao lazer. Nos últimos anos, o debate sobre as possibilidades de privatização do uso público das UCs vem ganhando espaço no cenário nacional e estadual, com reflexos no PARNASC. Contudo, a gestão da UC tem priorizado iniciativas locais para o desenvolvimento das atividades turísticas do uso público como aluguel de cavalos e bicicletas, conduzidas por moradores locais.

Um estudo de viabilidade econômica efetuado pela UC em 2017¹⁸³ estimava a magnitude dos investimentos necessários para operacionalização do uso público. O estudo teve por finalidade apresentar aos interessados informações relevantes para a

¹⁸³ O estudo foi repassado em março de 2019 pela gestora interina da UC que ressaltou que sua perspectiva é apenas estimativa e que os dados podem estar defasados e/ou obsoletos. Contudo, salienta-se a relevância da estimativa realizada para demonstrar a magnitude dos investimentos necessários para operacionalizar o uso público do PARNASC e a inviabilidade de serem supridos pelas iniciativas locais instituídas atualmente.

formulação de propostas para a delegação dos serviços e de atividades no PARNASC e considerou investimentos requisitados, as despesas decorrentes das exigências, bem como as receitas auferidas, tendo por base o histórico de visitação da Unidade (ICMBIO, 2017). A delegação de serviços em Parques Nacionais tem por objetivo a promoção da qualidade da experiência de visitação, tornar mais eficiente as operações internas e promover a adequada manutenção das estruturas nas UCs (Idem).

A presente proposta teve em vista apresentar as condições para a autorização do aluguel de bicicletas, do funcionamento de lanchonete e da loja de *souvenirs* (Idem). O investimento estimado para viabilizar a estrutura para o aluguel de bicicletas foi de R\$265.750,00, para a lanchonete foi de R\$ 67.750,00 e para a Loja de souvenir foi de R\$11.000,00 (Idem). Tratam-se que são investimentos altos para serem supridos por iniciativas dos moradores locais envolvidos atualmente na operação do aluguel de bicicletas por exemplo. Alerta-se que a concessão do uso público da UC e eventual privatização do acesso e serviços por empresa terceirizada, certamente terá consequências decisivas para a vida dos moradores locais, tanto no que tange aos trabalhadores que prestam serviços aos visitantes do PARNASC, quanto em relação ao acesso gratuito as qualidades ambientais do espaço e de lazer.

É importante frisar que com ou sem acesso para os moradores locais, a qualidade ambiental do rio Cipó determina sobremaneira a economia turística do lugar. Como mostrado nesta pesquisa, parte significativa dos visitantes que se deslocam para o distrito buscam a qualidade ambiental doméstica dos seus cursos d'água e das paisagens das áreas naturais. Não há dúvidas, que a perda das condições balneárias do distrito impactará decisivamente no desenvolvimento do TC, que já mostra sinais de crise. Resta saber quais serão os impactos da deterioração das qualidades ambientais do/no espaço para o mercado imobiliário. As qualidades ambientais privatizadas nas áreas internas dos empreendimentos imobiliários serão suficientes para manter o mercado imobiliário aquecido com os preços que vigoram atualmente? Como este mercado reagiria face à ausência do valor turístico agregado no caso do declínio e desgaste do TC? O quanto a deterioração ambiental e turística do/no distrito pode implicar a queda dos preços dos terrenos? Essa queda pode por sua vez, acarretar processos de favelização ou ampliação de áreas deprimidas economicamente?

Enquanto o projeto hegemônico de crescimento econômico pautado nos negócios imobiliários e no crescimento urbano não for questionado e talvez até suprimido, mais difícil será de reverter o cenário de deterioração ambiental do distrito. A propaganda

veiculada pela nova empresa do distrito, que iniciou suas atividades em 2019, voltada para o aluguel turístico-residencial de imóveis, bem expressa a abertura atual do/no distrito para a instalação de novos moradores e residências (Figura 65).



Figura 65: Propaganda veiculada por empresa voltada para o aluguel turístico-residencial de imóveis. Fonte: <https://bit.ly/2ZNGNpg> - acesso 24/04/2019

No distrito da Serra do Cipó, inexistem movimentos coletivos e/ou institucionalizados que rejeitam o turismo (convencional e/ou residencial). Tão pouco são registradas manifestações organizadas contrárias ao turismo como as que ocorrem na Espanha, mas especificamente em Barcelona (figura 66).



Figura 66: Manifestações contra o turismo em Barcelona/Espanha. Fontes: <https://bit.ly/2J9Fb3i>; <https://bit.ly/2LjBZF1>; <https://bit.ly/2Lg1Qh9>; <https://ind.pn/2MrrJpF>; <https://bit.ly/2Y1tb8h> - acesso 30/09/2019

A especulação imobiliária, a indisponibilidade de imóveis para aluguel de longo prazo, a popularização de plataformas de compartilhamento de casa, como Airbnb, a

escassez de moradias para os moradores locais e o aumento dos preços dos aluguéis, estão entre os motivos que nos últimos anos levaram os espanhóis a se manifestarem contrariamente ao turismo e aos turistas. Esse movimento vem sendo denominado de turismofobia, já citado no primeiro capítulo deste texto. No distrito Serra do Cipó, apesar de não haver movimentos como esse, a especulação imobiliária e a baixa oferta de imóveis para aluguel de longo prazo, acarretam no aumento dos preços dos aluguéis residenciais. Eles igualmente interferem na qualidade de vida dos trabalhadores locais destituídos da propriedade privada e cada vez mais cerceados em área intensamente adensada e deteriorada ambientalmente/socialmente.

Os dizeres das manifestações expostas questionam-se os luxos dos turistas frente à miséria explícita cotidiana dos moradores. Não se trata de turismofobia, trata-se de luta de classes. Atacam-se também a especulação imobiliária, o aluguel turístico-residencial e seus efeitos. No que tange à especulação imobiliária no distrito Serra do Cipó, vale destacar o caso de um dos interlocutores (Interlocutor Z1 – apêndice 02¹⁸⁴) nativo. Ele conta que em 2012 começou a procurar um terreno para comprar com o objetivo de se casar com a namorada e com ela residir. Relatou que no terreno da família já existem muitas residências, segundo ele: “está aglomerado demais. Nossa casa teria que ser no segundo andar”. Portanto, não havia interesse por parte dele e da sua companheira em construir no andar superior da residência de algum parente, de modo que buscaram alternativas para adquirir o próprio terreno, para nele posteriormente construir sua residência.

Durante aproximadamente 4 anos, procuraram ofertas com preços acessíveis no distrito que coubessem no orçamento deles. Segundo o interlocutor, as ofertas existentes operam com valor mínimo em torno de R\$100,00 o m². Os terrenos ofertados nas condições básicas de legalidade¹⁸⁵ possuem 1.000m², já que até o momento, o Plano Diretor em vigor assim regulamenta. Com a aprovação da nova lei já comentada neste texto, haverá a regulamentação de terrenos menores, com 360m² ou menos. Portanto, de acordo com o interlocutor o preço médio dos terrenos por ele avaliados foi de aproximadamente R\$100.000,00, valor superior ao que ele dispunha para o investir. Em

¹⁸⁴ Foram realizadas duas entrevistas com este interlocutor em junho de 2016 e em novembro de 2017.

¹⁸⁵ Referimo-nos aqui por exemplo, a legitimidade da propriedade do terreno. No distrito, há terrenos que estão em disputas judiciais e/ou familiares para definição da propriedade. Muitas vezes, terrenos nessas condições são oferecidos no mercado imobiliário com preços mais atrativos. A comercialização dos terrenos em condições básicas de legalidade e regularidade implica a questão bem resolvida em relação a propriedade do terreno, bem como a tramitação de processos administrativos e fiscais que devem ser atendidos pelas pessoas que adquirem terrenos e constroem imóveis, como já apontado.

2017, depois de muita procura, ele e a companheira decidiram pela aquisição de uma área maior (5.000m²), na área rural do município vizinho, Jaboticatubas, distante 15 Km do distrito, por um preço 30% inferior ao preço médio em vigor no mercado imobiliário do Cipó.

O caso deste interlocutor não é isolado. Há outros moradores nativos que, diante da saturação (aglomeração de residências) do terreno familiar, se encontram sem alternativas a não ser a aquisição de terrenos/imóveis em áreas mais distantes do distrito. O interlocutor (T1 – apêndice 02¹⁸⁶) adquiriu um terreno no Alto da Mangabeiras, próximo à sede municipal de Santana do Riacho, onde os preços giram em torno de 40/50 o m².

Enfatiza-se o processo de exclusão social engendrado pela especulação imobiliária e pelo turismo, bem como seus efeitos no que tange a permanência dos nativos no distrito e dos trabalhadores mais amplamente, destituídos da propriedade privada e do poder aquisitivo necessário para detê-la.

Como apontado, os efeitos positivos do turismo tendem a abranger aspectos econômicos atrelados sobretudo a geração de renda e empregos. No entanto, a longo prazo, o crescimento do turismo apresenta uma série de déficits estruturais e produzem efeitos ambientais e sociais que geram uma situação de risco para as comunidades locais. É possível que a dificuldade de enfrentar o turismo e romper com a máxima de que ele contém a única ou a melhor alternativa para o crescimento do distrito, relaciona-se às dificuldades de confrontar um “inimigo” que é indispensável para a economia do lugar.

¹⁸⁶ Entrevista realizada em outubro de 2017.

Considerações finais: A urgência da ruptura com a ideologia ecológica do turismo sustentável

O turismo no distrito Serra do Cipó impulsionou o crescimento econômico que gera lucros individuais, custos sociais e ambientais coletivos e engendrou mudanças sociais e culturais no lugar. O crescimento do TR em detrimento do TC torna a ocupação urbana do/no distrito mais intensa e acelerada e agrava os efeitos ambientais e sociais dela decorrentes.

A fragilidade e insuficiência do planejamento e da gestão pública municipal os tornam ainda mais suscetíveis às manobras ocasionadas pelos interesses políticos e econômicos hegemônicos para manutenção das condições que os possibilitam auferir lucros de forma alheia aos efeitos ambientais e sociais que seus negócios geram. Essas condições, juntamente a rápida expansão urbana provocou graves efeitos ambientais, embora não tenha fomentado melhorias suficientes na infraestrutura básica (haja vista a situação do esgotamento sanitário e da gestão dos resíduos sólidos) e nem mesmo instaurou uma infraestrutura e serviços turísticos de qualidade.

Ressalta-se que em determinados contextos, como no caso de Barcelona por exemplo, os efeitos negativos do turismo não têm sido amortecidos pelos seus “benéficos” efeitos econômicos, o suficiente para desarticular as manifestações contrárias ao fenômeno, ou seja no balanço bônus e ônus, o segundo é majoritário. Quanto ao distrito Serra do Cipó, é urgente desvelar a pauta sobre o tipo de turismo que se realiza no lugar e se deseja no futuro bem como o relacionar ou não com o mercado imobiliário. Considera-se que o enfraquecimento dos discursos do turismo “redentor” e “salvador” do desenvolvimento, já seja uma conquista para os movimentos locais que percebem com maior acuidade e debatem os efeitos do crescimento urbano.

Pelo mundo, há registros de lugares onde os governos reconhecem que os prejuízos sociais e ambientais advindos do turismo em crescimento superaram qualquer vantagem econômica, como o caso da remota província de Arunachal Pradesh, no nordeste da Índia, registrado por Shackely (1995). Lá, as autoridades passaram a desencorajar o crescimento do setor que processualmente atrofiou-se (Idem). Nem sempre o turismo é a única e melhor alternativa.

O turismo no distrito não é e não será sustentável, também devido as suas contradições sociais constitutivas. Ele efetivamente controla e submete a empregos com rendimentos irrisórios e sem perspectiva de qualificação ou ascensão profissional interessante para os moradores locais. O enfrentamento das questões ambientais do/no

distrito não avançará se as desigualdades e exclusão social na (re)produção capitalista do espaço seguirem sendo amortecidas por discursos superficiais sobre geração de emprego e renda.

Defende-se a urgência do conhecimento/reconhecimento dos becos sem saída em que se encontra o debate ambiental do/no distrito como perspectiva para fomentar outros caminhos possíveis, que sejam construídos, mais coletivamente. Entre os becos sem saída da sustentabilidade no turismo, alguns serão aqui recapitulados.

O primeiro deles refere-se à natureza neoliberal do turismo afeito às ideologias neoliberais e ao economicismo que reverberam a primazia do econômico sobre as questões ambientais e sociais. Diante dessa conjuntura intrínseca ao fenômeno, ressoar o turismo como condutor ao desenvolvimento, inclusive sustentável, implica uma tomada de posição implícita ou explicitamente favorável à dominação capitalista. A natureza economicista do turismo serve aos interesses políticos e econômicos hegemônicos e negligencia a distribuição social dos seus benefícios ou a reflexão crítica sobre os efeitos ambientais constitutivos aos seus modos de operação. O turismo sustentável é um beco sem saída.

Outro beco sem saída relaciona-se com o momento econômico e político contemporâneo. O contexto das crises fortalece a máxima da reestruturação econômica como alternativa hegemônica para superá-la. No distrito Serra do Cipó, o reflexo da crise econômica assola sobremaneira os setores do TC, cujos envolvidos centralizam seus esforços na formatação de estratégias para alavancar o fluxo de turistas convencionais. Diante da crise no TC, os setores imobiliários e da construção civil concentram parcela significativa dos empregos existentes no distrito, ganhando centralidade econômica.

O momento político marcado pela expansão das formas neoliberais de governo e da economia neoliberal mais amplamente, asseveram os efeitos da crise econômica. O desmonte engendrado pelos governos federal e estadual, das políticas sociais e ambientais e das instituições tende a acirrar ainda mais a vulnerabilidade social das famílias que carecem essencialmente dos serviços públicos e benefícios assistenciais. Salienta-se, por exemplo, como o corte de recursos para o Programa Educação Integral irá interferir na vida de diversas famílias no distrito. Os responsáveis pelas crianças e adolescentes contam com a existência e funcionamento do referido programa para manterem suas atividades laborais, já que a Educação Integral estende o tempo de permanência do estudante na escola, fornecendo aos seus responsáveis maior disponibilidade para o

trabalho. Entre os interlocutores, alguns atrelaram a viabilidade da manutenção do emprego à condição integral (manhã e tarde) de permanência do filho na escola.

O número significativo de famílias (1.832 em 2014) que vivem com renda inferior a meio salário mínimo mostra a pungência da questão da vulnerabilidade econômica e social em Santana do Riacho. Ressalta-se, portanto, os graves riscos sociais implicados no desmantelamento dos benefícios assistenciais (média de R\$170,94 por família) destinados à 517 famílias (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/Ministério da Cidadania)¹. Muitas famílias vivem com uma renda insuficiente (meio salário mínimo ou menos) para suprir a totalidade das suas necessidades básicas, de modo que o benefício disponibilizado torna-se essencial para a manutenção de parte delas, mesmo que miseravelmente.

O momento político e econômico também não é favorável às políticas ambientais e aos órgãos públicos vinculados a gestão ambiental, como por exemplo, o ICMBIO. Como ressaltado, observa-se o fortalecimento do debate e da tendência à concessão do uso público das unidades de conservação federais à iniciativa privada. No Brasil, já existem diversos Parques Nacionais concedidos (Parques Nacionais: Iguaçu, Serra dos Órgãos, Tijuca, Fernando de Noronha, Pau Brasil, Chapada dos Veadeiros e Itatiaia). Outros parques encontram-se em processo de viabilização da concessão (Parques Nacionais: Itatiaia, Lençóis Maranhenses, Caparaó e da Serra da Bodoquena)¹⁸⁷. Alguns empresários do TC, sobretudo pousadeiros e proprietários de receptivos turísticos percebem a privatização do uso público no PARNASC como algo positivo. Eles declaram que a profissionalização da exploração econômica do uso público da UC poderá dinamizar o setor e incrementar o fluxo de turistas no distrito.

A privatização dos serviços turísticos do PARNASC poderá ter efeitos sociais perniciosos com a concessão desses serviços à iniciativa privada. Como apontado, a prestação de serviços turísticos na UC até o momento atual (2019), tem sido desenvolvida por moradores locais, muitos deles nativos, responsáveis pelo aluguel de cavalos e bicicletas. A concessão desses serviços entre outros, à iniciativa privada provavelmente implicará na destituição dessa fonte de renda para as pessoas envolvidas (aproximadamente 15 famílias do distrito). Eles certamente irão perder o lugar que ocupam como prestadores de serviços para os visitantes do parque.

¹⁸⁷ Informações disponibilizadas pelo ICMBIO no seu portal institucional (www.icmbio.gov.br) em novembro de 2018. <https://bit.ly/2S4xtce> e - <https://bit.ly/2V7hQBJ> acesso 01/04/2019.

Além disso, a referida concessão envolverá também, o controle privado do acesso e a possível mudança na política atual de ingresso gratuito na área que poderá ser extinta. A cobrança pelo acesso e utilização da UC acarretará no cerceamento ainda mais intenso dos moradores locais às qualidades ambientais do espaço e ao lazer. A privatização e capitalização dos acessos atingem de forma avassaladora os trabalhadores/moradores locais cujos salários/rendas não são suficientes para que estes incorporem as práticas de consumo dos turistas, se apropriem e usufruam dos serviços e produtos disponibilizados para esse público. É urgente que os órgãos envolvidos no debate ambiental do distrito (SETUR, CODEMA, COMTUR, Subcomitê Rio Cipó, INOT, EEDFJ, entre outros) e a comunidade mais amplamente, estejam alertas aos espectros dessa tendência de mercantilização do uso público das UCs no PARNASC. É necessário que essa discussão ganhe centralidade e que os moradores envolvidos direta ou indiretamente se posicionem quanto à possibilidade de concessão do uso público da UC à iniciativa privada.

Outro beco sem saída da sustentabilidade no distrito refere-se às consequências do processo de fidelização do turista. Como mostrado, a maior parte dos novos moradores e proprietários e/ou usuários de segundas residências iniciaram o seu contato com o distrito através de práticas características do TC. Durante um tempo, fizeram uso das hospedagens convencionais e processualmente, com a intensificação das visitas, buscaram outras formas de se relacionar com o lugar, mais permanentes e econômicas. Muitos interlocutores (novos moradores e turistas residenciais) relataram a economia gerada com a mudança nas práticas de hospedagem, passando a utilizar casas de aluguel em detrimento dos meios de hospedagem convencionais. No caso do distrito Serra do Cipó, o processo de fidelização do turista impulsiona decisivamente o TR e o crescimento urbano mais amplamente. É possível que o subdesenvolvimento da infraestrutura turística local relacionado à ausência de inovação na oferta turística (novos produtos e serviços) não contribua para fomentar e manter a fidelização do turista convencional. Portanto, no distrito, os turistas fidelizados desenvolvem práticas de consumo que estimulam mais o setor imobiliário do que o TC, engendrando circunstâncias que configuram-se em becos sem saída.

Se há realmente interesse por parte da gestão pública e da comunidade local mais amplamente na manutenção do TC e dos seus setores característicos, enfatiza-se a imprescindibilidade do enfrentamento do crescimento do TR e a urgência de investimentos voltados para a *recuperação ou reconversão turística* (Aledo, Martínéz e Terán, 2007) do lugar. O TC está acometido por uma crise que precisa ser melhor

conhecida e detalhada. A referência isolada a crise econômica mundial para justificar os problemas enfrentados nos setores do TC, não se mostra suficiente para elucidar as questões implicadas nesse contexto. Como enfatizado, há reflexos da crise mundial do capitalismo no distrito, já que este está inserido na (re)produção capitalista do espaço. Contudo, esses reflexos atingem de formas distintas os setores do TC e imobiliário. Se o TC enfrenta um dos momentos de maior retração desde o seu advento no distrito, os reflexos no setor imobiliário não são os mesmos. O *boom imobiliário* da última década mostra maior versatilidade no contexto da crise econômica por parte deste setor quando comparado ao TC.

A ausência de (re)conhecimento quanto as relações entre o turismo e o setor imobiliário é outro desafio enfrentado no distrito. É necessário desvelar a natureza fundamentalmente imobiliária do turismo que expressa novas formas sociais de residência e mobilidade que determinam o crescimento urbano do/no distrito. Essas relações precisam ganhar a centralidade devida no debate da sustentabilidade no turismo.

A sobreposição do TR sobre o TC também engendra circunstâncias que configuram-se em becos sem saída. O crescimento do TR, setor direcionado a urbanização, construção e comercialização de segundas residências e empreendimentos imobiliários, implica a centralidade do crescimento urbano como projeto hegemônico para a economia do lugar. A expansão da ocupação urbana se desenvolve concomitantemente a deterioração das qualidades ambientais do/no espaço, com ênfase para a supressão da vegetação (introdução de espécies exóticas) e degradação dos cursos d'água.

A atribuição da responsabilidade pelo “ordenamento” da ocupação urbana do solo do/no distrito ao Plano Diretor é outro beco sem saída. Como relatado, o Plano Diretor de Santana do Riacho foi criado em 2008, com a participação de parte significativa da comunidade, já que parte do documento foi construída junto às escolas municipais e estaduais. Naquele momento, houve grande expectativa por parte da comunidade quanto às benesses que a nova lei traria a ocupação urbana.

Entre tantas determinações voltadas para o “ordenamento” da ocupação urbana e conservação das qualidades ambientais do/no espaço, o documento delimitou para a grande parte do distrito Serra do Cipó, a área mínima de 1.000m² para o parcelamento. Apesar do contexto ambiental abarcado pela proposta, já que não há sistema de esgotamento sanitário no distrito e a efetividade do sistema estático (fossas) demanda uma densidade urbana mais baixa, ela deveria ter considerado as questões sociais

implicadas na determinação. Naquela época foi levantado o debate sobre a inviabilidade econômica da adequação à metragem mínima para o parcelamento e a construção para muitas famílias do distrito. Alertou-se que este contexto poderia implicar na pulverização das irregularidades, o que de fato aconteceu. Naquele momento, alguns empresários e representantes do poder público ratificaram apontamentos sobre a necessidade da implantação de “condomínios habitacionais populares” para controlar (e cercear) o crescimento urbano engendrado pelas famílias de baixa renda.

A revisão do Plano Diretor do município foi iniciada em 2017 e em fevereiro de 2018 aconteceu a audiência pública para a apresentação à comunidade da proposta formulada. A partir da discussão realizada na audiência e das considerações do poder público e órgãos consultivos, foi realizada a revisão técnica do documento que foi protocolado na Câmara dos Vereadores, em fevereiro de 2019. Como apontado, a proposta final encaminhada não contempla o aumento da área urbana já delimitada no distrito, a maior do município (figura 15, p.86). Ela, porém, prevê o adensamento urbano em algumas áreas onde regulamenta-se o parcelamento e construção em terrenos com 360m², por exemplo.

É necessário analisar a inoperância das regulamentações estabelecidas em 2008 pelo Plano Diretor, bem como de outras normativas que regulamentam o uso e ocupação do solo no município. Considera-se que não se tratam apenas de insuficiências técnicas no âmbito da fiscalização. A pulverização das irregularidades do/no distrito contribui para retardar a iminente emergência de um quadro de déficit habitacional que pode incidir sobre o município, caso o processo de adensamento irregular seja contido. Os “puxadinhos”, a aglomeração de residências no mesmo lote e a verticalização dos imóveis estão entre as estratégias adotadas pela população de baixa renda para se manter no distrito.

Portanto, o enfrentamento das irregularidades engendradas nesse contexto irá escancarar a questão da vulnerabilidade social do/no distrito e fornecer visibilidade ao problema habitacional. Assim, se o poder público e órgãos competentes enfrentarem veementemente a questão das irregularidades na expansão urbana, terão que propor alternativas (inexistentes no momento) para lidar com as questões sociais derivadas desse processo.

Diante da ausência de estratégias para solucionar a questão da moradia para as famílias mais vulneráveis social e economicamente e no contexto da crise financeira enfrentada pelo poder público municipal (derivada sobretudo da dívida do governo

estadual com os municípios), é pouco provável que ocorram mudanças na perspectiva do enfrentamento às irregularidades na ocupação urbana, sobretudo se não houver mobilizações e articulações para que essa pauta ganhe espaço nos ciclos de debate. Alerta-se que a negligência em relação a essa discussão implicará na consolidação da tendência ao crescimento dos processos de adensamento urbano e de favelização. É possível que em 2028, na próxima revisão do Plano Diretor, o poder público ateste novamente a regulamentação de outros adensamentos instalados irregularmente. Esta dinâmica irá acentuar cada vez mais, os efeitos sociais e ambientais do crescimento urbano e determinar as (im)possibilidades do desenvolvimento do/no distrito.

A restrição do debate sobre os efeitos do crescimento urbano às irregularidades é outro beco sem saída. Como enfatizado, o crescimento urbano como projeto hegemônico deve ser confrontado na sua totalidade, a crítica não deve ser cerceada às irregularidades, como se o problema estivesse concentrado nos projetos imobiliários, parcelamentos e construções que não cumprem a tramitação administrativa e fiscal exigida. Há empreendimentos imobiliários (Reserva do Cipó, Mandinga e Estrada Real) devidamente aprovados e regulamentados, situados nas áreas às margens do ribeirão Soberbo, cujas ocupações irão tornar as iniciativas voltadas para a revitalização ambiental deste curso d'água ainda mais desafiadoras.

A insustentabilidade do crescimento urbano do/no distrito deve ser reconhecida e exaltada. É importante salientar também, a relação díspare entre o processo de aprovação e regulamentação dos projetos imobiliários, pautado na apresentação de documentação técnica comprobatória do cumprimento das exigências legais, e a implantação prática do que foi planejado, apresentado e validado.

O caso do condomínio Reserva do Cipó analisado nesta pesquisa por exemplo, ilustra bem tal disparidade. Como já apontado, a empresa responsável pelo empreendimento apresentou uma documentação que excedia o nível municipal de exigências. Entre as propostas para implantação e gestão do condomínio, o projeto previa a implantação de biodigestores para gestão do esgotamento sanitário, o que despertou a atenção dos envolvidos com a aprovação do empreendimento. Contudo, entrevistas realizadas com técnicos da COPASA, proprietários de terrenos no condomínio, bem como com pedreiros que trabalharam nas obras, revelam que o sistema que será utilizado (pelo ou menos em parte das residências) é baseado na instalação de fossas sépticas. Há indícios de que o sistema dos biodigestores não foi implantado. A lacuna existente entre a aprovação e a implantação, estende a inoperância da fiscalização e regulamentação aos

parcelamentos e construções destinados à população com poder aquisitivo maior. A irregularidade nas construções e projetos de parcelamento não é restrita às áreas ocupadas pela população de baixa renda.

Há uma perspectiva estética que permeia o debate ambiental do/no distrito que precisa ser desvelada. Grosso modo, parece que o que incomoda mais é a pobreza e não a deterioração ambiental. Os condomínios voltados para população com maior poder aquisitivo, situados em áreas privilegiadas em termos da disponibilidade das qualidades ambientais do espaço, esteticamente planejados para abrigar habitações padronizadas e áreas de lazer atrativas o suficiente para garantir a rentabilidade do empreendimento, tenderiam a incomodar pouco, dispensando questionamentos e mobilizações contrárias em relação aos seus efeitos ambientais. O que dizer se muitos deles estão situados em áreas vulneráveis ambientalmente, como topo de morros, encostas e áreas de várzea?

Contudo, as aglomerações características da população de baixa renda afeitas aos processos de favelização tendem a despertar posicionamentos críticos e denúncias. Trata-se da equivocada assimilação engendrada pela ideologia ecológica entre pobreza e deterioração ambiental.

Nessa perspectiva, a ideologia ecológica ratifica uma produção de espaços de exclusão/segregação pelo poder aquisitivo dos usuários. Assim como acontece no debate sobre a ocupação e crescimento urbano, na discussão sobre o turismo, a ideologia ecológica também reafirma a restrição do “problema” aos processos de massificação e às práticas turísticas características da população de baixa renda, sem reconhecer em um mesmo nível de equivalência, os efeitos sociais e ambientais decorrentes das práticas turísticas da população detentora de alto poder de consumo.

De forma geral, há uma preferência entre a comunidade receptora por estes turistas, embora existam empresários mais abertos ao desenvolvimento de produtos e serviços voltados para turistas de classes sociais menos favorecidas. Genericamente, a comunidade local classifica o turista de forma correspondente ao seu poder de consumo, sendo este melhor categorizado, quanto maior o seu potencial para consumir os produtos e serviços oferecidos. Não há ainda espaços abertos para o debate sobre a importância da Serra do Cipó para suprir as demandas pelas qualidades ambientais do espaço e de lazer da população do Vetor Norte da RMBH na perspectiva da democratização do lazer e da função social que a Serra do Cipó pode exercer nesse contexto. Contudo, há sinais de que parte dos moradores locais percebiam de forma negativa a demanda existente.

Diante de tantos desafios, retomamos as considerações de Bloch (2005), para localizar a emergência das esperanças concretas, no contexto da hegemonia das ilusões necessárias à manutenção das condições que engendram a dominação capitalista e das esperanças fraudulentas que forjam por meio da ideologia ecológica, alternativas para o desenvolvimento, mascarando a centralidade do crescimento econômico e da projeção de lucros individuais. Entre ilusões necessárias e esperanças fraudulentas, urge conquistar espaços nos ciclos de debates no distrito para a emergência das esperanças concretas. Para tanto, exalta-se que a ruptura com a perspectiva da sustentabilidade no turismo (convencional ou residencial) seja necessária para mover as discussões e práticas por outros caminhos.

A sustentabilidade no turismo não é um estágio de desenvolvimento a ser alcançado, é ainda um beco sem saída que conduz os movimentos coletivos e sujeitos ao desgaste. Ciclos viciosos de debates tendem a reprodução da ideologia ecológica, servindo aos interesses econômicos hegemônicos voltados para a manutenção das condições sociais e ambientais atualmente instituídas no distrito. As ilusões necessárias e esperanças fraudulentas operam de modo a deslegitimar e aniquilar as possibilidades das esperanças concretas.

Como afirma Bloch (2005), “pensar significa transpor. Contudo de tal maneira que aquilo que está aí não seja ocultado nem omitido (...), nem mesmo no movimento para supera-lo” (Bloch, 2005, 14). Portanto, o pensamento sobre os desafios da sustentabilidade no turismo não pode convergir para a superação dos seus efeitos perniciosos, sem antes desnudar o que está posto na conjuntura/cadeia/produção turística. Trata-se da importância do conhecimento e da compreensão do fenômeno, como movimento precedente a formulação de perspectivas propositivas para nele intervir. Reiterando Alfredo (2001), a busca pela mudança da realidade sem alguma forma de consciência e conhecimento sobre ela, não nos garante transformações. Tanto pior, reproduz o existente representando o diferente, discute-se o que deveria ser e não o real no seu vir-a-ser (Idem).

O turismo sustentável é um beco sem saída também porque é um debate sobre o que deveria ser, não abrange a realidade no âmbito da (re)produção capitalista do espaço. A desconstrução desse debate tão presente nos ciclos do distrito abrirá um vazio que impulsionará oxalá os envolvidos ao reconhecimento das reais implicações do turismo, fomentando assim, uma discussão mais afeita dos efeitos sociais e ambientais contidos na escolha deste setor como centralidade do crescimento econômicos e urbano. O

questionamento do turismo após décadas do seu advento no distrito, ressoa como algo estranho e improvável, como ilustra a fala da jovem já citada nesta pesquisa: “Se não for o turismo, vai ser o que?”. As reflexões aqui propostas não detêm essas respostas, mas intentaram dar-lhes visibilidade como campo profícuo para debates e pesquisas futuras.

A centralidade das discussões locais sobre o desenvolvimento não deve se consubstanciar na busca da sustentabilidade no turismo que manterá os debates em becos sem saída. O foco prioritário deve ser o enfrentamento das suas condições históricas e constitutivas relacionadas à instituição das relações precarizadas de trabalho, bem como da desigualdade social por ele engendradas e agravadas. O debate ambiental não merece estar alheio aos processos socioeconômicos e políticos que determinam sobremaneira as (im)possibilidades da manutenção das qualidades ambientais do/no espaço.

É necessário (re)conhecer o turismo no âmbito da sua insustentabilidade social (produção de espaços de exclusão/segregação pelo poder aquisitivo dos usuários, precarização das relações de trabalho, exclusão social no acesso às qualidades ambientais e ao lazer, recrudescimento das desigualdades sociais, etc.), ambiental (usos e ocupação do solo degradantes, deterioração das qualidades ambientais do/no espaço) e econômica (crise do TC, inseguranças/incertezas que permeiam a continuidade/crescimento do TR e caráter temporário do *boom* imobiliário). A desconstrução da máxima tão reverberada do turismo como vetor de desenvolvimento, localizando as “barreiras” que ele impõe ao desenvolvimento, pode se constituir em um avanço na busca/encontro das esperanças concretas. Afinal, “toda barreira, ao ser percebida como tal, já foi transposta” (Bloch, 2005, 431).

No distrito, o turismo foi percebido como uma barreira que precisa ser transposta. Nestas linhas finais, registramos a recomendação do recuo nos becos sem saída, afastando-se do seu fim e buscando dele escapar para então, procurar/pensar/transpor outros caminhos possíveis. Em Bloch nos inspiramos, para encerrar essas reflexões desejando que esta pesquisa traga, mesmo que nas suas linhas finais, um pouco de “ar fresco e amplitude vasta” (Bloch, 2005, 432) para alimentar esperanças concretas em discursos e práticas diferentes que não reproduzam o existente.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Cinthia Sena e TOMAZZONI, Edegar Luis. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Rev. Bras. Pesq. Tur.- RBTUR** São Paulo, v. 01, n.12, p.80-101, 2018.
- ALEDO, Antonio; MARTÍNEZ, Tomás Mazón. El dilema del turismo residencial: ¿turismo o desarrollo inmobiliario? *In* MARTÍNEZ, Mazón, T.; ALEDO, A. (org.) **Turismo residencial y cambio social: Nuevas perspectivas teóricas y empíricas**. Espanha: Aguaclara. p. 13-30, 2005.
- ALEDO, Antonio; MARTÍNEZ, Tomás Mazón; TERÁN, Alejandro Mantecón. La insostenibilidad del turismo residencial. *In*: Lagunas, David (org.). **Antropología y turismo: claves culturales y disciplinares**. México: Plaza y Valdés, p. 185-208, 2007.
- ALEDO, Antonio. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el nuevo turismo residencial. MADRI, **Arbor: Ciência, pensamento y cultura**. v. 729, p.99-113, 2008.
- ALEDO, Antonio. CAÑADA, Ernest. **El turismo residencial en tempos de crisis: ¿Fin de un modelo?** 1º ed. Barcelona: Icaria Editorial S.A., 2012, 210p.
- ALFREDO, Anselmo. Geografia do turismo, a crise ecológica como crítica objetiva do trabalho, o turismo como "ilusão necessária". **GEOUSP**, São Paulo, v.01, n.9, p.37-62, 2001
- ALLIS, T. Viajantes, visitantes, turistas... Em busca de conceitos em um mundo urbano. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.23-38, nov. 2014.
- ALVES, Giovani. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://bit.ly/2r0weiq> - acesso em 15/04/2018
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria: reflexões e cadastro das Instituições Educacionais do Brasil**. Aleph, São Paulo, 2002, 202p.
- BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza: Nova Atlântida**. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1999, 333p.
- BAGGIO, Ulysses da Cunha. A Luminosidade do lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade do bairro de Santa Tereza. 2005, 221f. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de São Paulo (USP), São Paulo.
- BARBOSA, F., RYLANDS, A. and OLIVEIRA, S. Drastic decrease in algal diversity caused by human impact on an urban lake in southeast Brazil. **Internationale**

Vereinigung für Theoretische und Angewandte Limnologie: Verhandlungen, v. 25, n. 2, p.939-941, 1993.

BECKER, Elsbeth Léia Spode. Geografia e Turismo: uma Introdução ao estudo de suas relações. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v.01, n.06, p.52-65, 2014.

BENI, Mario Carlos (Org.). **Turismo Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. – Barueri, SP: Manole, 2012, 592p.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Tradução Wanda Caldeira Brant. 2º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1991, 285p.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução Nélcio Schneider. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 2005, 433p.

BONIFÁCIO, Frederico. Deus e o diabo na terra do sol: crise, conservadorismo e necessidade do mal no Brasil contemporâneo. 2018. 288f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

BRAGA, Solano de Souza. A região da Serra do Cipó: complexidade, tempo e turismo. 2011, 195f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

BRINGHENTI, Ludmila Silva. Avaliação limnológica da lagoa central (município de Lagoa Santa – MG): uma abordagem espacial. Belo Horizonte – MG. 2009. 92f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

BRIGHENTI, Ludmila; PINTO-COELHO, Ricardo; BEZERRA-NETO, José; GONZAGA, Alan. Parâmetros morfométricos da Lagoa Central (Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais): comparação de duas metodologias. **Acta Scientiarum Biological Sciences**, Maringá, v. 33, nº03, p. 281-287, 2011.

CAMPELLO, José Luiz de Azevedo Campello. **Plano de manejo da RPPN Reserva da Cachoeira** (Zareia Empreendimentos Ltda.). 195f. distrito Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG, 2009.

CARDOSO, Christiane Vilela. As interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução: distrito Serra do Cipó/Minas Gerais. 2008. 140f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Mesa: “Não sou turista, eu moro aqui” – Dilemas do direito à cidade. In: Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições, 2018, São Paulo: SESC, p. 43-44.

CASTRO, Sandra Belchiolina. BAHIA, Eduardo Trindade. FERREIRA, Wanyr Romero. Ecoturismo e educação ambiental no Parque Nacional da Serra do Cipó e na Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira. **Revista Reuna**, v.11, nº03, p.11-22, 2006.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Tradução Théo Santiago. São Paulo: COSACNAIFY, 1978, 179p.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organização e revisão técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.76p.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS – CBH VELHAS. **Unidade Territorial Estratégica Rio Cipó: Plano Diretor de Recursos Hídricos**. Cartilha. Belo Horizonte. 12p. 2016.

CONTI, Alfio. O espaço perimetropolitano de Belo Horizonte: uma análise exploratória. 2009, 625f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG). Belo Horizonte.

COPPOCK, John Terence. **Second Homes: Curse or Blessing?** Oxford: Pergamon Press. 1977, 242p.

COSTA, H.S.M. OLIVEIRA, A.M. RAMOS, M.V. População, turismo e urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 93 – 112, 2003.

COSTA, G. M.; ARAÚJO, C. E. A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Costa, H. S. M. (org.). **Novas periferias metropolitanas - a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006, p. 35 - 46.

COSTA, Geraldo Magela. **Produção do espaço metropolitano em Belo Horizonte, Brasil: revisitando a economia política da urbanização**. In: Artigo resultado de pesquisas financiadas pelo CNPQ. 2009, p.01-14. Disponível em: <https://bit.ly/2JSFEJ7> - acesso 24/03/2019

COSTA, Heloísa. Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura, p. 79-108 In: HISSA, Cássio. **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**, 311p. Editora UFMG. 2008

COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; VEIGA, Fernanda Mesquita; TALMA, Matheus Marcelo de Pinho. Planos diretores e políticas territoriais: reflexões a partir de transformações no Vetor Norte da RMBH. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.119, p.85-112, 2010

CUNHA, Licínio. A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. **RECIL - Repositório Científico Lusófona**. Centro de Pesquisa e Estudos Sociais. 2010, p.01-23. Disponível em: <http://recil.ulusofofona.pt/handle/10437/384> - acesso 22/01/2019

DE FILIPPO, Daniela Campos. Compreendendo a relação das pessoas com as áreas naturais da Serra do Cipó (MG), em meio às transformações do espaço. 2013, 142f. Dissertação de mestrado. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ – SP), Nazaré Paulista.

DEL GAUDIO, Rogata S. D.; FREITAS, Eliano de S. M.; PEREIRA, Doralice B. Desenvolvimento sustentável e ideologia: interpelações. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v.19 n.35, p.98-111, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26681> - acesso 10/09/2017

DEL GAUDIO, Rogata S. D.; PEREIRA, Doralice B (org.). **Geografias e Ideologias: submeter e qualificar**. 1 ed. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2014. 429p.

DEMAJOROVIC, Jacques; ALEDO, Antonio; LANDI, Beatriz; KONDO, Ana Luisa Mantovani. Complejos turísticos residenciales: análisis del crecimiento del turismo residencial en el Mediterráneo español y en el litoral nordestino (Brasil) y su impacto socio-ambiental. **Estudios y perspectivas en Turismo**. V.20 p. 772– 796, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec 2000.169p.

DUFFY, Rosaleen. Shadow players: ecotourism development, corruption and state politics in Belize. **Third World Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 549 – 565, 2000.

DUFFY, Rosalenn. Neoliberalising Nature: Global Networks and Ecotourism Development in Madagascar. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, Issue 3: Research Perspectives on Responsible Tourism, p. 327 - 344, 2009

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **NOVOS ESTUDOS** Cebrap, v.01, nº77, 2007, p. 73-89.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas, Venezuela, Editorial Norma, 424p., 2007.

ESCOLA ESTADUAL DONA FRANCISCA JOSINA, 4º ano fundamental. **Histórias e encantos de Santana do Riacho**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 47p., 2010.

EPLERWOOD International. **Diagnóstico turismo de natureza: destino Serra do Cipó**, Estrada Real, Minas Gerais, Brasil. Realização: Secretaria de Estado de Turismo, Minas Gerais, 2007, 142p.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece o seu objeto**. Petrópolis: Vozes, 2013, 216p.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976. Pp. 7-41.

FERNANDES, Gilberto Oliveira. Setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias da cidade de Natal/RN. 167f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN – RN), 2008

FERREIRA, José Carlindo. **Memórias de um Recenseador**. Belo Horizonte: Edições Cipó Voador, 1999, 167p.

FERREIRA, Raoni Araújo. A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística: um olhar sobre as transformações sócio-ambientais. 2010, 152f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

FERREIRA, A.L. e SILVA, A. A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. *In*: Dantas, E.; Ferreira, A. L.; Clementino, M. L. **Turismo e Imobiliário nas Metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.117-130, 2010.

FOLADORI, Guillermo. **Controversias sobre sustentabilidade: la coevolución sociedad-naturaleza**. 1. Ed. México, Universidad Autónoma de Zacatecas 2001, 237p.

_____, Guillermo. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **MANA**, v.02, n° 10, p.323-348, 2004.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS – CETEC/MG. **Primeiro Relatório Técnico Parcial**. Projeto: Implantação do Parque Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte, 1979, 169 p.

_____- **Segundo Relatório Técnico Parcial**. Projeto: Implantação do Parque Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte, 1980, 14p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Plano estratégico para o desenvolvimento sustentável do turismo em Minas Gerais**. F981p 4 v.: il. Belo Horizonte, 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 92p.

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha. 2003. 192 f; Tese de doutorado. Universidade de Brasília (UNB - DF), Brasília.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. **Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte/MG: Coopmed, 2000, 253p.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 249p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2009-2013**. Estudos e Pesquisa, Informação Econômica, nº18, Rio de Janeiro, 51p., 2012

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO À BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira**. Brasília. 2009, 164p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira**. Encarte 01. 2014. 71p.

IRVING, Marta de Azevedo. BURSZTYN, Ivan. SANTOS, Altair Sancho. MELO, Gustavo. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n°. 04, p. 01 a 07, 2005.

KIYOTANI, Ilana Barreto, ROCHA, Andreia Magalhães. [Des]Construindo o Turismo Residencial: Reflexões sobre a Obra de Antonio Aledo. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 02, n° 09, p. 263-277, 2017.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: ALEPH, 2000, 186p.

LARSSON, Lars; MÜLLER, Dieter K. Coping with second home tourism: responses and strategies of private and public service providers in western Sweden, **Current Issues in Tourism**, Londres, p.01-18, 2017.

LEITE, D.V.B. MAGALHÃES, D. M. MOURA, A.C.M., PARIZZI, M.G. Análise de transformação da paisagem por pressão antrópica em Santana do Riacho – MG: identificação de fragilidades ambientais com o apoio de classificação de imagens de satélite e análise de multicritérios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 24, 2010, Aracaju: Sociedade Brasileira de Cartografia, p.1450-1458.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2001, 240p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 178p.

_____, Henri. **The production of space**. Oxford: Ed. Blackwell, 1991, 454p.

LOPES, Cristiana. G. F; GONTIJO, Bernardo M. **A dinâmica sócioespacial do povoado de Lapinha: Uma análise espaço-temporal**. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 12, 2007, Natal: UFRN, Anais.p. 323-342.

_____, Cristiana G.F; DE FILLIPO, Daniela Campos. GONTIJO, Bernardo Machado. Parques de papel, interesses econômicos e o rio Cipó: conflitos ambientais e territoriais no processo de avaliação do Parque Estadual da Serra do Cipó In: III Simpósio internacional de geografia política e território transfronteiriços e V Simpósio nacional de geografia política, território e poder, 10 a 13 de junho de 2019, Universidade Federal de Alfenas - MG.

LOPES, Luciano. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, Belo Horizonte, v.01, n° 05, p.1-14, 2016.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n°67, p. 79-86, 2013.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. O Projeto da Cidade Turística ‘Nova Atlântida’ nas Terras Indígenas Buriti e Sítio São José: os Impactos Socioambientais para os Tremembé. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 4, 2008, Brasília, p.01-13.

MACEDO, Fernanda Fernandes. Dinâmica do uso e ocupação do solo em Jaboticatubas/MG: Mercantilização da natureza como agente de expansão urbana. 155f. 2009. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG), Belo Horizonte.

MACEDO, Fernanda Fernandes; DINIZ, Alexandre M. A. A mercantilização da natureza: um estudo de caso – município de Lagoa Santa/MG. **R. RA'E GA**, Curitiba, v.01, n.º. 14, p. 183-191, 2007.

MACHADO, Adjane de Araújo. Mesa: “Turismo pra quem? *In*: Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições, 2018, São Paulo: SESC, p. 34-35.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas, **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**, São Paulo: Roca, 187p. 2002.

MARQUES, Leônidas de Santana. O caráter neoliberal do Estado na política brasileira de desenvolvimento territorial. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.28, n.54, p.610-629, 2018.

MARTÍNEZ, Tomás Mazón; ALEDO, Antonio. El dilema del turismo residencial; turismo o desarrollo inmobiliario? *In*: MARTÍNEZ, T M; ALEDO, A (org.). **Turismo residencial y cambio social: nuevas perspectivas teóricas y empíricas**. Valência: Universidad de Alicante, 2005, (p. 13-30).

MARTINS, Glauciene Silva. Inovação e dinâmica organizacional: novas perspectivas em recursos humanos – Estudos com organizações na Serra do Cipó/MG. 193f, 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG).

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994, 174p.

MATIAS, M. **Turismo**: Formação e Profissionalização – 30 anos de história. Manole, Barueri, 2002, 142p.

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. **Turismo Visão e Ação**, Santa Catarina, v. 14, n. 1, p.06-18, 2012.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. *In*: THIOLLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3 ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-211.

MINAS GERAIS. COPAM. CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL. **Deliberação Normativa nº 20 de 24 de junho de 1997**. Dispõe sobre o enquadramento das águas da bacia do rio das Velhas. Disponível em: <https://bit.ly/2Yr61IN> - acesso: 05 de março de 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 19.278 de 03 de julho de 1978**. Cria o Parque Estadual da Serra do Cipó e dá outras providências.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 608 de 01 de janeiro de 2019**. Altera o Decreto nº 47.606, de 31 de dezembro de 2018, que exonera e dispensa ocupantes de cargos de provimento em comissão que menciona e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2Ol3ziX> - acesso em 01 de janeiro de 2019.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004**. Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/WlVyNO> - acesso em: 05 de março de 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – MP/MG. **Atuação do Ministério Público de Minas Gerais na efetivação das Unidades de Conservação estaduais**. 2016.21p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**: Diretrizes. 27p. Brasília, 2013.

MONTE-MOR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169 - 181.

MONTEIRO, Paula. **Globalização, identidade e diferença**. Novos Estudos CEBRAP, n. 49, p. 47-64, nov. 1997.

MOSS, Marina C. B. A condição urbana do Turismo: reflexões exploratórias sobre o fenômeno urbano, seus desdobramentos e a formação de territórios turísticos na reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde. 2014, 213f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

MOTA, K. C. N. As implicações das Políticas Públicas na gestão da educação superior em Turismo e Hotelaria no Brasil”. IN: SHINUGOV NETO, A; MACIEL, L. **Ensino Superior em Turismo e Hotelaria**: reflexões sobre a docência e a pesquisa de qualidade. Editus, Ilhéus – BA, 2006.

MOURA, Antônio M.F. Serra do Cipó-MG: Ecoturismo e impactos socioambientais. Universidade Federal de Minas Gerais. 2000, 184f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

MURTA, Eduardo Leão Ferreira; PORTO, Felipe Abranches de Araújo; RIBEIRO, Thiago Cotta. Peixes da serra do cipó: relação espécie-área e perda da biodiversidade por impactos humanos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 23, 2019, Belém: Sociedade Brasileira de Ictiologia, p.277.

NECHAR, Marcelino Castillo. PANOSSO NETTO, Alexandre Panosso. Implicações epistemológicas na investigação turística. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 20 2011, p. 384 – 403

PANOSSO-NETTO, Alexandre e TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cenários do turismo brasileiro**. 1.ed., São Paulo: Aleph, 2009. 214p.

NIEVES, Rachel Huete; TERÁN, Alejandro Mantecón; MARTÍNEZ, Tomás Mazón. ¿De qué hablamos cuando hablamos de turismo residencial? **Cuadernos de Turismo**, Múrcia, v.01, n°22, 2008, p. 101-121.

OLIVEIRA, B. J. A ciência nas utopias de Campanella, Bacon, Comenius e Glanvill. **KRITERION**, Belo Horizonte, n° 106, 2002a, p.42-59.

OLIVEIRA, A. M. A preservação ambiental e a urbanização na Serra do Cipó. Universidade Federal de Minas Gerais. 2002b, 162f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Veneza Berenice de. **A queda da fecundidade nas Minas e nos Gerais: um estudo ecológico**. 186f., 2006. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - MG), Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Ermelinda e MANSO, José R. Pires. Turismo sustentável: utopia ou realidade? **Revista de Estudos Politécnicos**, Guarda/Portugal, v. 08, n. 14, 2010, p.235-253

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. 1.ed. Campinas: Editora Alínea, 2005. 159p.

PACHECO, Livia; ROCHA, Mariana; MARTINS, Priscila. **Planejamento estratégico do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó 2019-2022**. Belo Horizonte: Associação dos Municípios do Circuito Turístico e Parque Nacional da Serra do Cipó – AMPASC, 2019. 104p.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008, 152p.

PEREIRA, Doralice Barros. **La participation publique dans les unités de conservation, région de la Serra do Cipó au Minas Gerais, Brésil** [manuscrito]. 2002 xv, 206, xciv f. : + 1 mapa, color. Tese (doutorado) - Université de Montréal, Département de Géographie, 2002.

PEREIRA, Alexandre Queiroz Pereira. A Vilegiatura Marítima na Metrópole: Morfologia e Tipologias espaciais. In: Pereira, A Q P *et al.* (org.). **Maritimidade na metrópole: estudos sobre Fortaleza – CE**. Porto Alegre: Littera, 2013, 09-47.

QUADROS, Marlene. **Percepções dos residentes sobre os impactos do turismo na comunidade local**. 2016, 77f. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores (UAc – Portugal), Ponta Delgada.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. e ECKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas**. Revista Iluminuras, Porto Alegre, v.09, n°21, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371> - acesso 17/06/2018

RIBEIRO, Mateus Cotta. A reprodução crítica do espaço na porção meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais. 2015, 161f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo (USP – São Paulo), São Paulo.

RIBEIRO, Thiago Cotta *et al.* Diagnóstico Ambiental do Ribeirão Soberbo, Serra do Cipó, Minas Gerais *In: Semana de Ciência e Tecnologia*, 12, 2016, CEFET-MG

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997, 158p.

ROSSOTTI, Deivid. A informalidade como determinante do desenvolvimento turístico: lado b e lado a do fenômeno. *In: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*, 3, Foz do Iguaçu, p. 01-09, 2009.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. *In: BURSZTYN, Marcel. Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 29-56.

SACHS, Wolfgang. **Development: the rise and decline of an ideal**. Wuppertal Institute. Wuppertal Paper, p. 01-29, n. 108, agosto de 2000.

SAMPAIO, P.A. Prefácio: Celso Furtado: um economista a serviço da nação. p.04-12 *In: FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil*, 32º ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, 238p.

SANTANA DO RIACHO. **Lei nº 439 de 02 de janeiro de 2008**. Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Santana do Riacho. 59p.

SANTOS, Altair S.P. Des-Ordenamento Territorial e Unidades de Conservação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. 460f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Instituto de Geociências. Belo Horizonte.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. 2003. 419 f. Tese de livre-docência. Universidade de São Paulo (USP – SP), São Paulo.

SEBRAE. **Diagnóstico da demanda na Serra do Cipó**. Belo Horizonte, 2013. 92p. Disponível em: <https://bit.ly/2TTE3H2> - acesso em 05/08/2018.

SHACKELY, Myra. Just started and now finished: tourism development in Arunachal Pradesh. **Tourism Management**, v. 16, nº 08, p. 623-625, 1995.

SILVA, Jorge A.S. O turismo: uma atividade econômica? Análisis de um caso paradigmático. **Contribuciones a la economía**. Maio, 2005. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2005> - acesso 24/04/2019

SILVA, Aleci Pereira. Projeto Prainha Sempre Limpa: elaboração de uma cartilha educativa para o público da Prainha. 45f. 2011. Projeto de Intervenção. Curso Técnico em Meio Ambiente e Turismo/ Escola Estadual Dona Francisca Josina, Santana do Riacho.

SILVA, Marília Natacha de Freitas. **Turismo residencial: crise dos megaprojetos?** *In: Simpósio de Geografia Urbana*, 14, Fortaleza, 2015.

SOARES, Luiz Augusto Severo. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 04, n°10 p. 89-98, 2005.

SOUSA, Elisângela Castorino. A relação de turistas com os estudantes de Lapinha da Serra. 2016, 36f. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

SOUSA, Patrícia Aparecida. RIBEIRO, Samara Francisco Ribeiro. ROSSONI, Hygor Aristides Victor Rossoni. Avaliação da percepção ambiental sobre as questões de usos múltiplos da água da comunidade ribeirinha do córrego Soberbo da Serra do Cipó/Santana do Riacho-MG. In AGUILERA, Jorge Gonzáles. ZUFFO, Alan Mario (org.). **Ensaaios nas ciências agrárias e ambientais**, Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p.114-120.

SOUZA, Plínio Guimarães; MATIAS, Esdras Matheus; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Do turismo residencial aos complexos turísticos imobiliários: a apropriação da zona costeira do nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo. v. XIX, n. 3 p. 177-198, 2016.

SOUZA, Maria Cecília Freitas. Memória Sempre Viva: conflitos e Modos de Existência na Serra do Cipó. 2017,89f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF – RJ), Niterói.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, Brasília. v. 84, p.11-44, 1985.

TREVIZAN, Salvador D. P. **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base Local**. Ilhéus: Editus UESC, 2006, 320p.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; CARVALHO, Mariana Aldrigui. Reflexões sobre a regulamentação profissional em turismo. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul,3, 2005, Caxias do Sul: UCS, p. 01-18.

TERÁN, Alejandro Mantecón. Mesa: “Não sou turista, eu moro aqui” – Dilemas do direito à cidade. In: Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições, 2018, São Paulo: SESC, p. 41-42.

UMBELINO, Jorge; SILVA, Ericka Amorin. Estrutura organizacional do processo de planejamento turístico: uma perspectiva teórica. **CULTUR**, Ilhéus. V. 04, n. 02, p.38-50, 2010.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976, 204p.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira. **O Projeto Minas Rio e a Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG**: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência. 206f. 2015. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – MG), Belo Horizonte.

WEARING, Stephen; WEARING, Michael and MCDONALD, Matthew. Slow'n down the town to get nature growth: Ecotourism, social justice and sustainability. *In*: FULLAGAR, Simone; MARKWELL, Kevin; WILSON, Erica. **Slow tourism: experiencies and mobilities**. Bristol: Chanel View Publications, p. 36-52, 2012

Apêndices

Apêndice 01

Roteiro de perguntas do questionário aplicado aos jovens do ensino médio da EEDFJ

Pesquisa sobre relações de trabalho para os jovens do distrito da Serra do Cipó

Questionário direcionado para jovens do distrito da Serra do Cipó e entorno.

Objetivo geral: mapear a inserção dos jovens no mercado de trabalho local.

A identificação pessoal não é necessária.

Responda apenas as perguntas que forem pertinentes para o seu contexto.

1 - Idade

2 – Escolaridade

3 – Mora no distrito da Serra do Cipó? Se não mora no distrito, onde mora?

4 - Já morou fora do distrito? Como foi a experiência? Por que voltou (ou por que veio para o distrito)?

5 – Ocupação dos responsáveis?

6 - Você trabalha? Onde?

Qual a sua função?

7 - É um trabalho regular, com carteira assinada?

8 – Você pretende continuar morando no distrito quando finalizar seus estudos? O que pretende fazer?

9 – Na sua opinião existem boas oportunidades de emprego para os jovens no distrito? Por que?

Apêndice 02

Moradores nativos entrevistados

Interlocutor/Geração	Ocupação	Emprego Formal/Informal
Interlocutor A1 2º geração	I – Funcionário(a) empreendimento turístico II – Funcionário(a) bar/restaurante	I – Formal II – Informal
Interlocutor B1 2º geração	Funcionário(a) instituição pública	Formal
Interlocutor C1 2º geração	Garçom/Garçonete	Informal
Interlocutor D1 4º geração	Aposentado(a)	
Interlocutor E1 3º geração	Comercialização produtos alimentícios	Informal
Interlocutor F1 1º geração	I - Funcionário(a) empreendimento turístico II – Servente de pedreiro	I – Formal II - Informal
Interlocutor G1 2º geração	I - Prestação serviços domésticos em segundas residências II - Proprietário(a) de uma pequena pousada	I - Informal
Interlocutor H1 3º geração	Funcionário(a) instituição pública	Formal
Interlocutor I1 3º geração	Funcionário(a) instituição pública	Formal
Interlocutor J1 1º geração	Servente de pedreiro	Informal
Interlocutor L1 2º geração	Receptivo turístico (aluguel turístico e residencial)	Informal
Interlocutor M1 1º geração	Funcionário(a) loja de artesanato e <i>souvenirs</i>	Formal
Interlocutora N1 1º geração	Funcionário(a) imobiliária	Formal
Interlocutor O1 1º geração	Pedreiro	Informal
Interlocutor P1 2º geração.	Servente construção civil	Informal
Interlocutor Q1 2º geração	Motorista	Informal
Interlocutor R1 2º geração	Funcionário(a) terceirizado de instituição pública	Formal
Interlocutor S1 4º geração	Aposentado(a)	
Interlocutor T1 3º geração	Funcionário(a) terceirizado de instituição pública	Formal
Interlocutor U1 2º geração	Motorista	Informal

Interlocutor V1 2º geração	I - Prestação serviços para turistas e visitantes II - Proprietário de casa de aluguel	I - Informal
Interlocutor X1 1º geração	Funcionário(a) instituição pública	Formal
Interlocutor Z1 2º geração	Funcionário(a) empreendimento turístico	Formal
Interlocutor A1.1 2º geração	Prestação serviços domésticos em segundas residências	Informal
Interlocutor B1.1 3º geração	Proprietário(a) depósito materiais de construção	
Interlocutor C1.1 1º geração	Proprietário(a) bar/restaurante	
Interlocutor D1.1 1º geração	Funcionário(a) salão de beleza	Informal
Interlocutor E1.1 1º geração	Funcionário(a) loja de roupas	Informal
Interlocutor F1.1 1º geração	Funcionário(a) Farmácia	Formal
Interlocutor G1.1 2º geração	Funcionário(a) empreendimento turístico	Informal
Interlocutor H1.1 1º geração	Servente construção civil	Informal
Interlocutor I1.1 1º geração	Funcionário(a) supermercado	Formal
Interlocutor J1.1 1º geração	Funcionário(a) supermercado	Formal
Interlocutor L1.1 3º geração	Proprietário empreendimento turístico	
Interlocutor M1.1 1º geração	Estudante universitário(a)	
Interlocutor N1.1 3º geração	Funcionário empreendimento turístico	Formal

Apêndice 03

Moradores “de fora” entrevistados

Interlocutor/ Geração	Quando passou a ser morador do distrito	Ocupação
Interlocutor A2 3º geração	1976	Aposentado(a)
Interlocutor B2 3º geração	1992	Proprietário(a) bar/restaurante
Interlocutor C2 3º geração	1994	Proprietário(a) depósito materiais de construção civil
Interlocutor D2 2º geração	1996	Artesão(ã)
Interlocutor E2 4º geração	1997	Proprietário(a) empreendimento turístico
Interlocutor F2 4º geração	2003	- Artesão(ã)
Interlocutor G2 3º geração	2000	Proprietário(a) empreendimento turístico
Interlocutor H2 3º geração	2003	Proprietário(a) empreendimento turístico
Interlocutor I2 3º geração	2003	Proprietário(a) loja de roupas e utilidades
Interlocutor J2 2º geração	2003	- Funcionário(a) empreendimento turístico (Formal) - Funcionário(a) empreendimento turístico (Informal)
Interlocutor L2 2º geração	2003	- Funcionário empreendimento turístico
Interlocutor M2 2º geração	2004	Proprietário(a) empreendimento turístico
Interlocutor N2 2º geração	2005	Autônomo(a)
Interlocutor O2 2º geração	2008	Funcionário(a) empreendimento turístico
Interlocutor P2 2º geração	2009	Estudante pós- graduação/Pesquisador
Interlocutor Q2 3º geração	2010	Proprietário(a) bar/restaurante
Interlocutor R2	2011	Funcionário empreendimento turístico
Interlocutor S2 3º geração	2012	Proprietário(a) empreendimento turístico
Interlocutor T2 2º geração	2014	Proprietário(a) bar/restaurante

Interlocutor U2 2º geração	2017	Funcionário(a) público
Interlocutor V2 2º geração	2018	Proprietário(a) de bar/restaurante
Interlocutor W2 2º geração	2018	Funcionário(a) público
Interlocutor X2 3º geração	2018	Funcionário(a) público
Interlocutor Z2 2º geração	2018	Funcionário(a) supermercado
Interlocutor A2.2 1º geração	2018	Proprietário(a) loja (serviços informática, celulares e papelaria)

Apêndice 04

Pessoas “de fora” proprietários de segundas residências

Entrevistados	Ano de construção da casa	Condomínio	Disponibiliza a segunda residência no mercado de hospedagem
Interlocutor A3 3º geração	2001		
Interlocutor B3 3º geração	2004		X
Interlocutor C3 2º geração	2007		X
Interlocutor D3 3º geração	2008		
Interlocutor E3 3º geração	2013	X	X
Interlocutor F3 2º geração	2014		X
Interlocutor G3 2º geração	2016		X
Interlocutor H3 2º geração	2017	X	
Interlocutor I3 3º geração	2017	X	
Interlocutor J3 2º geração	2018	X	

Apêndice 05

Roteiro de perguntas sobre Hotel Veraneio e Condomínio Rio Cipó

Questões:

I - Quando sua família veio para o Cipó? Qual geração? Qual foi a motivação da vinda para o Cipó?

II - Antes do Hotel Veraneio havia um bar que pertencia aos mesmos donos do hotel. É verdade? Se for verdade, esse empreendimento pertencia a sua família? Data de quando? Quais foram as motivações para investir neste comércio?

III - O Hotel Veraneio foi construído em 1946? Quem eram os proprietários originais? Por que investiram no hotel naquela época? O que os motivou?

IV – Quando o hotel começou a ser arrendado? Por que decidiram arrendar?

V - Você sabe mencionar quantos inquilinos já estiveram a frente do hotel?

VI – Vocês têm intenção de retomar a gestão direta do Hotel Veraneio? Ou o objetivo é seguir com a prática do arrendamento?

VII – Você tem informações sobre o projeto do condomínio Rio Cipó da década de 1980? Era um projeto da sua família? Sabe mensurar quantos lotes abarcavam a proposta original? Por que o projeto não foi implantado?

VIII – Quais são os planos/metastas do Zareia Empreendimentos em termos de investimentos e operação turística? Há alguma projeção para mudanças e/ou ampliação na operacionalização do empreendimento?

Apêndice 06

Roteiro de perguntas sobre o contexto da venda do terreno do Zareia Empreendimentos

Questões:

I - Quais são as motivações principais para optar pela venda da área em detrimento do investimento na ampliação do produto turístico já existente ou do investimento em outros produtos turísticos e/ou imobiliários?

II - Quando a área foi disponibilizada para a venda?

III - Já tiveram contato com empreendedores interessados na área? Se sim, foi possível identificar os anseios destes potenciais empreendedores?

IV - Qual a sua expectativa em relação à venda da área? (em termos de prazos e estimativas de periodicidade para a concretização do negócio)

V - Na sua opinião, como a venda da área pode impactar os moradores locais e o distrito mais amplamente?

VI - Qual a sua percepção sobre o crescimento urbano e econômico no distrito?

Apêndice 07

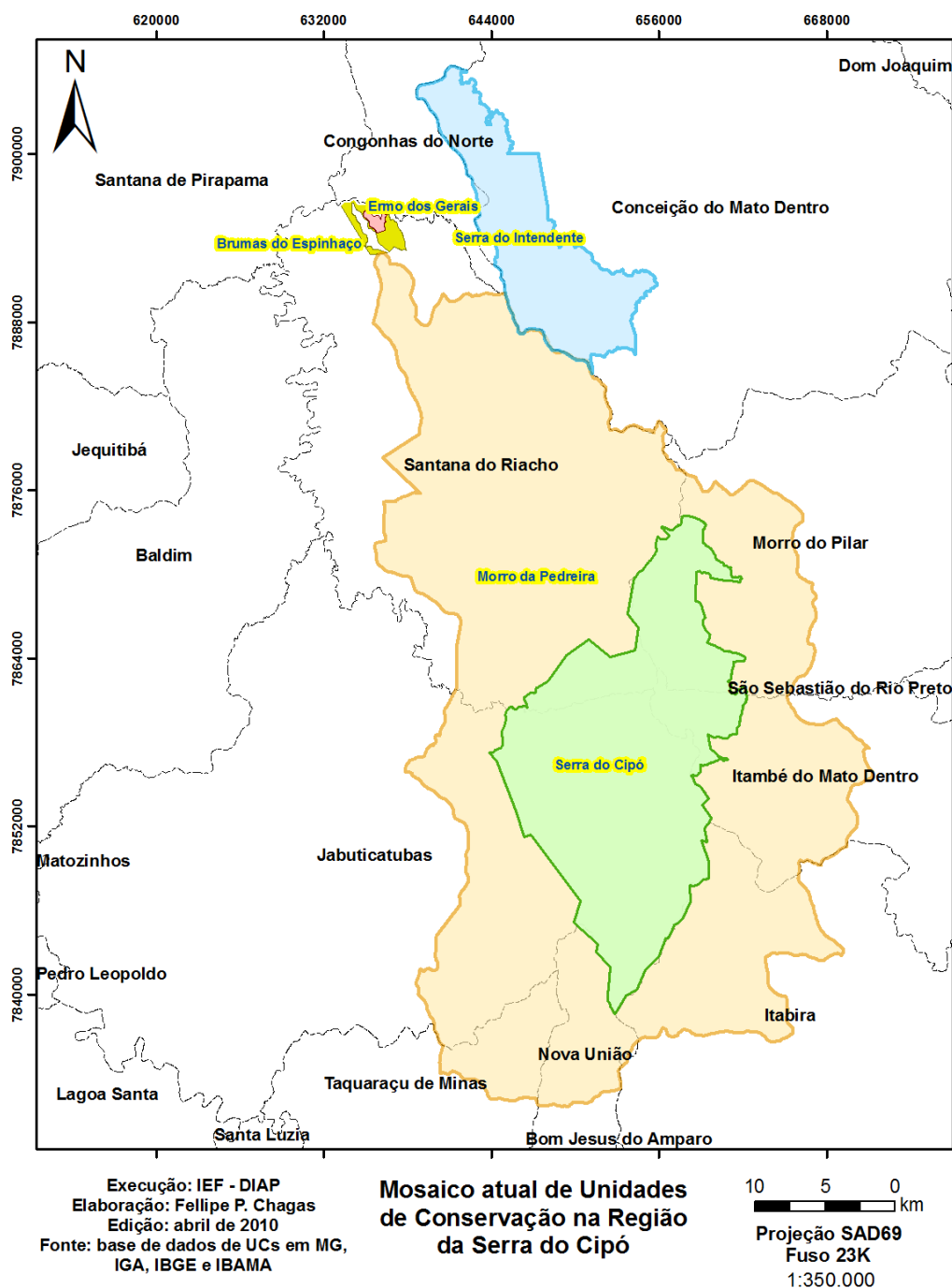
Roteiro de perguntas sobre o contexto da operação turística no distrito – Receptivo Turístico (Belo Horizonte)

- I - Há quanto tempo operam roteiros na Serra do Cipó?
- II - Esses roteiros estão dentre os produtos mais procurados? Como você caracteriza o produto Serra do Cipó (em termos de vendas, oferta e demanda)?
- III - A agência possui algum índice/estatística para mensurar a saída/venda dos produtos? Se sim, qual é a posição do produto Serra do Cipó?
- IV - Na agenda da agência, disponível no site, percebi que o próximo passeio aventura na Serra do Cipó é a Travessia Alto Palácio/Serra dos Alves em novembro. Este é o único passeio agendado no destino?
- V - Há outros passeios ecológicos agendados em Capitólio, Furnas, Serra do Caraça, etc. Quais são os critérios da agência na seleção dos destinos citados para operação do passeio ecológico em detrimento dos roteiros na Serra do Cipó?
- VI - Desde que operam roteiros na Serra do Cipó, perceberam mudanças nas demanda e oferta turísticas?
- VII - Quais são as oportunidades e as fragilidades do produto Serra do Cipó na perspectiva empresarial da operação turística?
- VIII- A agência possui algum tipo de parceria com as empresas e instituições responsáveis pelos atrativos? Há algum tipo de incentivo por parte dos empreendimentos receptores? Como é essa relação, entre agência e empreendimentos/instituições receptores?
- XIX - A agência estabelece algum tipo de parceria com os empreendimentos locais do setor de alimentos e bebidas na Serra do Cipó?
- X - Dentre os roteiros operados na Serra do Cipó, qual é o produto que tem maior saída no mercado? Por que?
- XI- Qual o público-alvo dos roteiros na Serra do Cipó?

Anexos

Anexo 01

Mapa das unidades de conservação, PARNASC e APAMP, na região da Serra do Cipó



Mosaico de unidades de conservação
Fonte: COLLET (2010 *apud* Braga, 2011, p.62)

Anexo 02

Jornal Municípios Mineiros – setembro/1985

munícipiosmineir unícipiosmineiros

MINAS GERAIS

Ano XXIII – Belo Horizonte, quarta-feira, 18 de setembro de 1985 – Nº 174

Texto de Ari de Almeida

Santana do Riacho

Uma sesmaria concedida ao licenciado e sargento-mor Antônio Ferreira de Aguiar e Sá, que o proprietário denominou Riacho Fundo, deu origem ao município de Santana do Riacho, integrante da Macrorregião I – Metalúrgica e Campo das Vertentes. De 1759, quando foi concedida, e ali se construiu uma pequena capela, até tornar-se município, em 1962, o lugar foi distrito da Vila do Príncipe do Serro do Frio, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Santa Luzia e Jaboticatubas. Emancipado com o nome atual de Santana do Riacho, o município vem buscando afirmar-se no contexto geral do Estado, e dentro de sua macrorregião, sobre uma economia que tem por base as atividades agropecuárias, e que conta ainda com bem desenvolvidas frentes de mineração, principalmente a extração de minério de ferro e mármore. Com seu território montanhoso distribuído em parte sobre as serras do Cipó e do Espinhaço, possui grutas de valor arqueológico, tem na sua fauna animais característicos da região, e ostenta, em sua flora, dentre outras flores, espécimes variados de orquídeas. Educação e saúde dispõem, na cidade e zona rural, de infra-estrutura capaz de atender às necessidades da população santanenense.

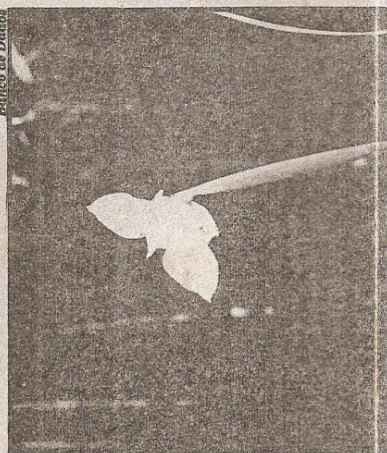
Fazenda do Riacho Fundo foi o começo

O licenciado Antônio Ferreira de Aguiar e Sá obteve por sesmaria, em 22 de maio de 1744, a fazenda que ele denominou Riacho Fundo, na Freguesia de Conceição do Mato Dentro. Situada na Comarca do Serro do Frio, esta sesmaria "por uma parte partia com o caminho que ia para São

cujo nome primitivo foi Riacho Fundo. Com a chegada de novos moradores, foi crescendo o arraialzinho ao redor da capela, passando a ser designado, como era de praxe, por distrito. A Lei nº 45, de 17 de março de 1836, suprimiu o Distrito de Riacho Fundo no Território da Vila do Desterro,

pela Lei nº 2.500, de 12 de novembro de 1878, o Distrito do Riacho Fundo passou a pertencer, mais tarde, ao município de Santa Luzia, aparecendo já nessa situação em 1911, quando da divisão administrativa do Estado.

Com a criação do município de Teófilo Otonari,



Parque de Desterro

População tem lazer nos rios e cachoeiras

Dispondo de suficientes equipamentos de infra-estrutura urbana, para o atendimento das exigências de conforto e segurança de sua população, Santana do Riacho está ligada a Belo Horizonte e aos municípios vizinhos pela MG-10 e uma estrada municipal. Duas escolas estaduais, doze municipais e uma da rede

bará, e por outra com o Rio das Pedras, pela parte do sertão com José de Souza e pela da Serra da Lapá, com João Frágoso".

Construindo na fazenda uma capelinha, por Provisão de 27 de outubro de 1759, Antônio Ferreira de Aguiar e Sá, foi o primeiro povoador do local onde está hoje a cidade de Santana do Riacho, Jaboticatubas.

Serra do Frio, incorporando seu território ao do Morro do Pilar.

A Lei nº 271, de 15 de abril de 1844, restaurou o distrito, já no município de Conceição do Mato Dentro. A freguesia foi criada pela Lei nº 1.355, de 6 de novembro de 1866 que, entretanto, foi revogada pela Lei nº 1.682, de 21 de setembro de 1870. Restaurada a paróquia

pelo Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o Distrito do Riacho Fundo foi anexado a ele, permanecendo nessa condição até que, em 30 de dezembro de 1962, a Lei nº 2.764 o elevou a município, com o nome de Santana do Riacho.

Consta de dois distritos: Santana do Riacho, o da sede, e Cardeal Mota. Pertence à Comarca de Jaboticatubas.

Extração de mármore é destaque na economia

Wellington Pinto, no seu Dicionário Estatístico, Geográfico e Histórico de Minas Gerais, relaciona o arroz, café, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca e milho como os principais produtos da agropecuária do município, base de sua economia.

A Prefeitura Municipal local confirma esses dados, acrescentando a eles a produção de banana, laranja e manga, também significativas no contexto das atividades econômicas.

Na pecuária, o principal plantel é de gado bovino, leiteiro e de corte, seguindo-se na ordem de importância a criação de suínos e equinos. Entre os estabelecimentos rurais de maior porte, estão as fazendas Maravilha, Melo e Cachoeira.

O comércio, considerado de porte médio e

de atendimento local, está perfeitamente capacitado a suprir as necessidades da população, relativamente a gêneros alimentícios, bebidas, tecidos e roupas feitas, calçados, material escolar e de escritório, medicamentos e perfumaria, móveis, eletrodomésticos e utensílios do lar, carne, leite e derivados, e material de pais.

Autoridades

Prefeito: Neide Maria Marques. **Vice:** Darcy Marques Ferreira. **Vereadores:** Antônio Geraldo da Silva (Presidente da Câmara), João Ferreira de Souza, José Inácio Filho, João Antônio da Silva Filho, Raimundo Mendes de Miranda, Alino dos Santos Nogueira, Hélio Matos de Moraes, João Francisco Xavier e Claudionor Moreira. **Juiz de Direito:** Adair Egídio da Silva (Comarca de Jaboticatubas). **Promotor de Justiça:** cargo atualmente vago, na Comarca de Jaboticatubas.

Cardeal Mota: as grutas da pré-história

Várias espécies de orquídeas dão beleza à flora

Com seu território delimitado pelas coordenadas geográficas de 19° 10' 16" de Latitude Sul e 43° 42' 17" de Longitude W Gr., Santana do Riacho compõe, com mais 122 municípios, a Macrorregião I — Metalúrgica e Campos das Vertentes. Limita-se com Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Santana de Frapama, Baldim, Jaboticatubas, São Sebastião do Rio Preto e Morro do Pilar.

Para uma população de 3.201 habitantes, a maioria, cerca de 2.340, vivendo na zona rural, Santana do Riacho tem um município situado a 810 metros de altitude, dista 112 km da Capital do Estado.

O Rio Cipó, que estabelece os limites entre o município e os de Baldim e Santana do Proprietário, é o curso d'água mais expressivo de sua hidrografia, que conta ainda com os ribeiros das Pedras, das Áreas e Paraunitas, além do Riachinho, que banha a cidade.

Território montanhoso

O aspecto geral do território



municipal é montanhoso, atravessado pela Serra da Espinha do Cipó. A altitude daquele município os mesmos aspectos naturais, como grutas calcárias, principalmente a do Sacário e Elefante, em Cardeal Mota, um dos seus distritos. Nela existem pinturas rupestres, do tempo da pré-história, com valor arqueológico.

Toda a região da Jaboticatubas, por extensão, de Santana do Riacho, é rica em restos de civilizações, e há vestígios de povos, como machados de pedras, fusos de barro, cachimbos, utensílios de cozinha, já tendo sido encontrada, inclusive, o original cambuci ou engagaba (espécie de uso em que se enterravam os mortos).

A planície anual alcança 1.096,9 mm. A fauna e flora são as características da região das serras do Espinhaço e do Cipó. O clima mais comum é o subúmido, com chuvas encontradas estão as orquídeas, de várias espécies.

São dois os distritos de Santana do Riacho: o da sede e o de Cardeal Mota. Lapinha, Manjeteiras, Galho Grande, Cona do Reino, Melo, Mato Grande e Virgínia são seus povoados.

Pesquisa

- Prefeitura Municipal de Santana do Riacho
- Biblioteca de Dados do MINAS GERAIS
- Dicionário Estatístico, Geográfico e Histórico de Minas Gerais, Wellington Pinto, Edita, Rua da Harmonia, 1283

particular constituem o sistema de ensino, que atende à demanda da população em idade escolar, a nível de 1.º Grau.

Órgãos e serviços

Os serviços de atendimento médico estão concentrados em dois Postos de Saúde, um na sede municipal e outro no Distrito de Cardeal Mota. Órgãos federais e estaduais, como o FUNRURAL e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; o Sindicato Rural e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; os serviços de água e luz; duas pensões; e as repartições públicas municipais estão à disposição da população santanense.

Lazer/turismo

Liderando as competições esportivas, na área de futebol, o Clube Desportivo Santanense conta com entusiasmo da torcida, sempre que enfrenta outras equipes locais ou da região. Além do esporte, são pontos de lazer e oportunidades para o turismo os recursos naturais do lugar, notadamente o Rio Riachinho, Gruta da Cachoeira, Serra do Cipó e Barragem Usina Cel. Américo Teixeira.

Santana, a padroeira, tem sua festa destacada no calendário cívico-religioso da cidade. Nessa oportunidade, a população católica se congrega em torno das comemorações, concorrendo lotados para o maior brancante dos casos da programação, verdadeiros taos de fe.

Outra importante manifestação religiosa é a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que transcorre dentro da melhor tradição do Congado e outras expressões do folclore, cantos e danças característicos nas comemorações em honra dessa Santa.

Para a prática religiosa, os santanenses contam com um templo católico, a Igreja Matriz de Santana, e outro para os fiéis de confissão cristã-reformada.

Anexo 03

Material gráfico de divulgação do evento promovido pela Reserva Vellozia

O DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL E A SERRA DO CIPÓ

DIAS 2 E 3 DE JUNHO

LOCAL: Escola Estadual Dona
Francisca Josina, Serra do Cipó

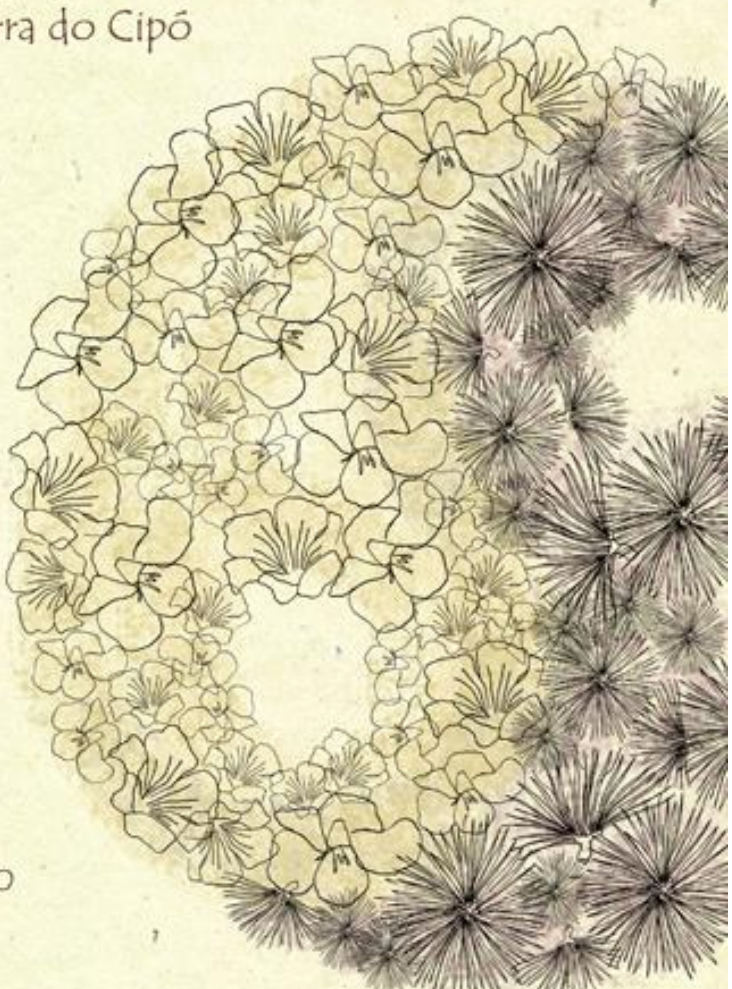
PALESTRAS

MESAS REDONDAS

PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE
ACADÊMICA

PARTICIPAÇÃO DOS
MORADORES
DA REGIÃO

PRAÇA DO EQUILÍBRIO



MAIS INFORMAÇÕES: comcerradomg@gmail.com _ TEL: (31) 3409 - 2580

REALIZAÇÃO:






APOIO:



Anexo 04**ATA Reunião CODEMA 09/06/2014**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/ MG.

1. Data, Hora, Local

Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2014 das 14h às 17h30min, reuniram-se nas instalações do CAT – Centro de Atendimento ao Turista, localizado na Rodovia MG10, Km 97, no Distrito da Serra do Cipó – Santana do Riacho/MG.

2. Presenças:

Lista de presença – conselheiros e convidados anexa à ata

3. Ausências justificadas:

Sra. Liléia Gonçalves Diotaiuti – titular do Instituto de Observação da Terra

Sr. Benito Drummond de Camargo Panayo Júnior - suplente do Órgão Gestor de Unidades de Conservação Estaduais

4. Composição da mesa

Presidente do Conselho – Diego Cirino Teixeira

Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente – Gustavo Campos

Secretária – Zilma Inácio Ferreira

5. Convocação

Conforme convocação encaminhada via e-mail 04/05/2014

6. Pauta, considerações e encaminhamentos

6.1 Abertura da reunião

O presidente do Conselho Diego Cirino deu abertura à sessão e informes da pauta, pergunta aos Conselheiros se há alguma consideração a fazer referente à ata da reunião anterior, encaminha para todos via e-mail, sendo aprovada sem considerações, pede-se dispensa da leitura da mesma. Diego informa para conhecimento dos presentes os assuntos tratados na última reunião: Resolução da Supressão de Vegetação (esclarece que após reunião ordinária já foram realizadas 02 reuniões com a Câmara Técnica para tratar do assunto). Criação do Código Ambiental (informa que foi pedido para os Conselheiros estudarem a Legislação Municipal, sendo enviado por e-mail quite para os Conselheiros, contendo: Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905, DN74, Lei Complementar 140 e Decreto nº 013/PMSR-2013 procedimentos para supressão). A respeito dos encaminhamentos informa que até o momento não foi possível encontrar com o Presidente da Câmara, para oficializar o pedido de encaminhamento das demandas da Câmara Municipal para o CODEMA. Elizabet Ferreira dos Santos, da Associação Mãe D'Água, pergunta se o IEF já oficializou indicação para substituir o Sr. André Campos. Diego esclarece que até o momento não, mas entrará em contato com o IEF solicitando nova indicação.

6.2 Demandas de Loteamentos no Município

O responsável técnico do Município o Engenheiro Sr. Samuel Maia apresenta as demandas de loteamentos e desmembramentos existentes no município e descreve o andamento dos processos.

Loteamentos:

- Fazenda do Engenho: Pavimentação já concluída, rede de distribuição de energia no processo de instalação.
- Estrada Real: Só falta o proprietário concluir rotatória para a Prefeitura liberar licença de operação.

- Reserva Cipó: Concedido licença de obras de infraestrutura, a partir do dia 20 de maio o proprietário dará início ao pagamento da compensação Ambiental, valor total de R\$400.000,00 destinado a construção da Praça do Distrito da Serra do Cipó.
- Estância do Caju: Aguardando proprietário apresentar Projeto de drenagem fluvial, após aprovação do Projeto pela Prefeitura será liberada licença de operação.
- Mandinga: Aguardando proprietário apresentar Projeto a Prefeitura.
- Desmembramentos:
- Rogério Mário Ziviani Gomes: Samuel apresenta a Planta do desmembramento, contendo 11 lotes, de aproximadamente 1.500 m². Informa que será realizada reunião no dia 11 de junho juntamente com o Prefeito e proprietário para discutir a respeito da Compensação Ambiental.
- Rodrigo Santos Fenelon: Samuel apresenta a Planta do desmembramento, contendo 09 lotes. Reunião com o proprietário agendada para o dia 17 de junho para definir Compensação Ambiental.

Samuel informa que a Prefeitura está pensando em solicitar como contra partida para o município Compensação Ambiental direcionada aos Projetos que Diego Cirino está desenvolvendo (Esgotamento Sanitário – Prefeitura daria apoio / incentivo à comunidade local na substituição das fossas negras por sépticas; Processo de elaboração da estrutura da Coleta Seletiva). Gustavo ressalta que a questão de loteamento e desmembramento é preocupante, interfere diretamente no Turismo, descaracteriza o local, aumento de despesas para o município, esgotamento sanitário. Cita como exemplo Lagoa Santa, onde cada condomínio é responsável por gerir seus resíduos, sem contribuição da Prefeitura, mas não sabe detalhes do processo. Samuel informa da ideia de se fazer uma portaria secundária, onde cada condomínio ficaria responsável em deixar o lixo no local, para facilitar a coleta pela prefeitura. Fala da proposta de criar Código Tributário, assim à taxa de resíduos seria cobrada de acordo o volume produzido. Gustavo pergunta ao Samuel se o Município tem uma forma de controlar esse crescimento desordenado. Samuel informa que a Legislação do Município não restringe a liberação de autorização para implantação de novos condomínios e desmembramentos. Para conseguir ordenar o crescimento é preciso revisar o Plano Diretor. Araújo pontua que a questão em discussão envolve 03 projetos: crescimento desordenado na área urbana, organização do zoneamento da área urbana, outro aspecto é que o município não tem Lei Ambiental que normatiza esse processo. Registra como foi o processo de elaboração do Zoneamento da APA Morro da Pedreira, o processo se deu junto com a participação do município, elaboraram-se algumas regrinhas. Foram realizadas reuniões conjuntas com proprietários de terrenos, para ajuste entre as partes, buscou encontrar soluções juntos, realização de Audiência Pública, processo construído coletivamente. Ressalta que para obras de infraestrutura no processo de implantação de condomínios precisa da anuência da APA. Gustavo fala que o município ainda não está devidamente envolvido no processo de desenvolvimento regional. Cita como exemplo o Plano de Desenvolvimento do Médio Espinhaço do qual falará a respeito na palavra franca e cita também a expansão do Vetor Norte, onde o estado anuncia o crescimento, mas não prepara os municípios para receber este aumento de demandas, sobrando para Santana do Riacho somente o ônus e até agora nenhuma capacitação ou investimento. Osvaldo fala que o CODEMA não tem como objetivo dificultar o processo, mas deve se observar o seguinte: Plano Diretor (constituição do município, diretrizes dadas pela própria comunidade, praticamente define a identidade) e Lei de Parcelamento do Solo (adequar a nossa localidade). Informa que tem esboço da

proposta de planejamento Urbano, criado há certo tempo pelo grupo de trabalho e deseja repassar para o Conselho. Ressalta que o trabalho deve ser com foco no crescimento e desenvolvimento, precisa ter planejamento, precisa agilizar a Lei de Parcelamento do Solo. Samuel pergunta se há a viabilidade de montar Grupo de trabalho (Câmara Técnica) para resolver a situação. Gustavo pontua que o momento é de fazer parceria com a SEDRU – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, no Programa de Regionalização para atender a demanda do município. Elizabet pergunta se a dificuldade de elaborar a Lei de Parcelamento do Solo e Plano Diretor se dá pela falta da mão-de-obra, fala que tem conhecimento do Zoneamento da APA. Osvaldo esclarece que o Zoneamento da APA é completamente diferente do Zoneamento Urbano, são coisas distintas, a Urbana independe da APA. Araújo ressalta que não é preciso esperar concluir o Plano Diretor para dar início a Lei de Parcelamento do Solo, sugere que reúna o que já tem consolidado para finalizar o processo. Baruqui ressalta que o município precisa terminar a Lei de Parcelamento do solo o mais rápido possível, para evitar o crescimento desordenado. Principal passo para o CODEMA é orientar a prefeitura. Gustavo pergunta se o Samuel tem conhecimento da proposta de loteamento atrás do Morro da Pedreira. Em esclarecimento Samuel informa que não tem informação a respeito, o que tem consolidado é um Chacreamento Rural sentido Usina. Gustavo fala da ideia de se trabalhar para que o Morro da Pedreira e o Pico do Breu se tornem Monumentos Naturais. Sugere para próxima reunião como ponto de pauta que seja discutido sobre Unidade de Conservação Urbana, os Conselheiros citam como exemplo o Parque da Tapera. Vilmar relata dos problemas ocorridos na Lapinha devido alguns donos de terrenos estarem vendendo o mesmo terreno para mais de uma pessoa. Vilmar pede que o Conselho encaminhe a Câmara Municipal ofício solicitando esclarecimentos do cartório devido ao fato de estar liberando documentação de compra e venda de terrenos que já foram vendidos. Osvaldo esclarece que cartório de nota registra qualquer documento independente da legalidade. Araújo reforça que para elaboração do Zoneamento Urbano é preciso fazer uma discussão no município como o todo, cita como exemplo os procedimentos utilizados para elaboração do Zoneamento APA Morro da Pedreira. Encaminhamento oficializar pedido ao Prefeito de solicitação a SEDRU de assessoria técnica para adequação do Plano Diretor do Município. Criou-se o seguinte grupo de trabalho para fazer levantamento do processo da Lei de Parcelamento do Solo (Samuel Maia, Gustavo Campos, Diego Cirino e Vilmar Aparecido). Elizabet fala que por não saber tecnicamente como é o processo, por essa razão gostaria de saber por que a questão não foi resolvida antes. Osvaldo informa que o CODEMA foi criado em 97, que desde então se trabalha de forma participativa (democracia horizontal), falta um pouco de agilidade no processo, tem que ter muita paciência e respeito devido ter várias partes envolvidas. Reforça que o importante é fazer bem feito, da melhor forma. Baruqui pontua que montar um grupo de trabalho não vai resolver a questão. CODEMA não vai dar solução, precisa de apoio, primeiro é preciso ter planejamento e buscar informações. Baruqui sugere que a prefeitura tente trazer as pessoas que trabalharam anteriormente nesse grupo de trabalho, para que o processo retome de onde parou. Osvaldo propõe que faça parte do Grupo de Trabalho: Associação Comunitária João Nogueira Duarte, Márcia Spyer, Araújo (ICMBio), Osvaldo, Associação Comercial, no qual ficariam responsáveis em elaborar uma proposta imediata e apresentar ao CODEMA na próxima reunião. Todos os presentes concordam com o Grupo de trabalho sugerido. Diego pede a palavra e apresenta o Sr. Wagner Della representante do proprietário do terreno que abrange a Trilha dos Escravos. Com a palavra Wagner relata que a intenção do proprietário era realizar melhorias na Fazenda do Coquinho, dar acesso a escalada. Relata sobre a cobrança (R\$5,00) e trabalho de conscientização realizado no feriado da Semana Santa

na Trilha dos Escravos, informa que presenciou o processo, constatou que houve resistente somente das pessoas que traziam churrasqueiras e isopor. Esclarece que o trabalho realizado não foi no intuito de fechar a Trilha, as pessoas tinham livre acesso caso não concordasse com o pagamento e com as orientações sobre a proibição de bebidas alcoólicas e churrasqueiras no alto da Trilha as margens do curso d'água. Wagner informa que a princípio não tem Projeto elaborado para gestão do local, mas o desejo é tornar o local em Atrativo organizado. Diego ressalta para o Wagner que é importante que haja controle ao acesso à cabeceira do Véu da Noiva, turismo no local deveria ser contemplativo. Baruqui faz um breve histórico dos fatos ocorridos na Trilha no decorrer dos anos no intuito de ilustrar a situação, como, acidentes, agravante na questão ambiental por ser uma área de APP. Devido às características predominantes sugere que o local seja contemplativo. Vânia ressalta que a situação não é difícil de resolver, o que falta é ordenamento. Baruqui reforça da importância do proprietário ter planejamento, devido à frequência e quantidade de pessoas que tem procurado pelo local (cabeceira do véu de noiva), causando grande impacto ambiental. A respeito da Trilha ser de servidão Baruqui fala que é uma questão de entendimento. Wagner esclarece que não tem proposta de gestão pronta, está aberto a sugestões, precisa de orientação para resolver a situação. Araújo pede que seja encaminhado juntamente com Secretaria de Turismo solicitação à Prefeitura da documentação de tombamento da Trilha dos Escravos. Pontua que até na última reunião foi levantado que a Trilha é considerada de servidão, sendo assim não poderá haver cobrança nem fechamento da mesma. Questão variante é a Trilha que da acesso à cabeceira do Véu da Noiva. Os Conselheiros sugerem que o empreendedor apresente proposta para área de balneário, para avaliação. Wagner relata que a criação de estacionamento pode ser uma solução para atender os visitantes. Elizabet pede que o Conselho não se esqueça que a ação tomada na Trilha dos Escravos refletirá no condomínio Mãe D'Água. Tomar cuidado para não mudar o problema de lugar. Gustavo informa que houve questionamento na reunião do COMTUR a respeito da Trilha ser de servidão ou não. Encaminhamentos: Prefeitura apresentar documentação do Tombamento da Trilha dos Escravos. Estabelecer prazo para o proprietário do terreno da Trilha dos Escravos apresentar proposta de gestão do local.

6.3 Esgotamento Sanitário (Contrato COPASA / Serra do Cipó)

Diego informa que o contrato firmado entre Prefeitura e COPASA (Distrito da Serra do Cipó), inclui abastecimento de água e esgotamento e a COPASA não está cumprindo o item de esgotamento sanitário. Sugere como encaminhamento para o CODEMA que não mude o foco “esgotamento sanitário estático misto”, convocar reunião com representantes da COPASA para posicionamento / esclarecimentos do que tem sido feito. Araújo disse se tem contrato e prazo para execução, por que não foi executado. Osvaldo fala que o momento é de negociar com a COPASA. Araújo pede que seja encaminhado a ele uma cópia do contrato da COPASA. Baruqui fala que a Prefeitura deve estar informada do processo, voltar no ponto onde parou em 2012, agendar reunião com Rogério da COPASA e ARSAE/MG. Gustavo chama atenção para perigo que possa ser a implantação do sistema de fossas coletivas, deve procurar solução para a questão do esgotamento sanitário para evitar contaminação do Rio Cipó. Diego propõe marcar extraordinária para esclarecimentos com a COPASA. Araújo chama a atenção que no contrato não está escrito de quem é a responsabilidade do diagnóstico.

7. Palavra Franca

Sr. Osvaldo informa que no dia 05 de junho foi comemorado o dia do Meio Ambiente. Reforçar que na Serra todo dia é dia de Meio Ambiente. Relata sobre Projeto de Lei que prevê autorização para mineração em rios legalmente protegidos, no qual foi mobilizado um Grupo e conseguiu vetar o Projeto de Lei. Fala sobre o Projeto Olhos D'Água.

Registra o que ocorreu na Coréia do Sul, desencaixotou / revitalização do principal rio (rio de Seul), sendo transformado em PARNA, um exemplo de referência mundial. Ressalta que é o momento de pensar na questão do Meio Ambiente, como algo mais concreto, estabelecer meta. Trabalhar em cima de propostas. Gustavo pontua sobre a participação do Município (Secretário de Turismo e Prefeito) no fórum de Debate sobre o Desenvolvimento do Médio Espinhaço, na apresentação do último produto. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU contratou o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR - UFMG) para desenvolvendo o Plano, no qual Santana do Riacho não foi incluída. Relata que foi convidado a participar através da AMME, para o fechamento do último Produto, a estratégia é incluir Santana do Riacho no Produto final. Informa que conseguiu resgatar o Projeto Integrador, está “brigando” para que o Município seja contemplado através do conceito deste Projeto que trata de desenvolvimento regional. Reforça que está precisando de ideias coesas para que o Município seja contemplado. Gustavo registra sobre convite e participação na comissão julgadora 3º Concurso Ambiental do Programa educação ambiental, única ação de contra partida que o município está recebendo da Anglo American, parceria firmada com a secretaria de educação, faltou articulação. Pelo fato de ter somente uma escola envolvida para concorrer ao prêmio, Gustavo não concordou com a votação, pois o concurso não seria justo somente com um concorrente, sendo assim a Secretária de Educação ficou de envolver as demais escolas municipais no processo para que haja uma votação dos melhores trabalhos.

Encerramento

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente do CODEMA, Sr. Diego Cirino Teixeira agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a reunião, cuja ata, após de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho. Eu, Zilma Inácio Ferreira subscrevo e assino.

Folha de Assinaturas da Ata

Diego Cirino Teixeira

Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Zilma Inácio Ferreira

Secretária executiva CODEMA

Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Anexo 05**ATA Reunião CODEMA 14/07/2014**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/ MG.

1. Data, Hora, Local

Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2014 das 14:30h às 17:30h, reuniram-se nas instalações do CAT – Centro de Atendimento ao Turista, localizado na Rodovia MG10, Km 97, no Distrito da Serra do Cipó – Santana do Riacho/MG.

2. Presenças

Lista de presença – conselheiros e convidados anexa à ata

3. Ausências justificadas

Não foram justificadas ausências de conselheiros.

3. Composição da mesa

Presidente do Conselho – Diego Cirino Teixeira

Secretário – Alfredo Ferreira

Estagiário de Engenharia Ambiental

5. Convocação

Conforme convocação encaminhada via e-mail 08/07/2014

6. Pauta, considerações e encaminhamentos:

6.1 Abertura da reunião

O presidente do Conselho Diego Cirino deu abertura à sessão e informes da pauta, os conselheiros solicitam dispensa da leitura da ata da reunião anterior, porém o presidente faz um breve resumo sobre a mesma, fala sobre a revisão da lei de uso e ocupação do solo do município, assim permitindo que todos os participantes fiquem inteirados sobre o assunto da última reunião ordinária. Em seguida faz a leitura da pauta, onde será o esclarecimento sobre o andamento da câmara técnica criada para elaborar a nova lei de Supressão de Vegetação do município, o outro tema da pauta foi em relação às obras de esgotamento sanitário, que não foram iniciadas pela COPASA, também serão apresentados os resultados sobre a reunião com a ARSAE.

6.2 Revisão da Resolução sobre Supressão

Diego esclarece sobre os problemas da Lei de Supressão vigente no município e faz uma leitura inicial sobre a primeira versão que a câmara técnica elaborou em relação a nova Lei de Supressão de árvores da região urbana do município. Durante a leitura desta minuta, diversas alterações foram sugeridas pelos conselheiros e visitantes, e acatadas pelo presidente. Diego afirmou que esta é apenas a primeira versão, e que na próxima reunião um novo modelo será apresentado para a aprovação do CODEMA. Liléia e Osvaldo sugeriram que esta minuta seja encaminhada para os conselheiros, assim foi acordado pelos presentes que, todos os conselheiros receberam uma cópia do rascunho desta nova lei para que possa ser analisado com mais calma, podendo desta formar ter maior tempo para pensar e opinar sobre cada artigo, parágrafo e inciso deste projeto.

6.3 Atraso nas Obras de Esgotamento Sanitário da COPASA

Diego entra no próximo ponto de pauta, esgotamento sanitário, concessão da Serra do Cipó, ele faz um breve resumo do assunto, para deixar todos os participantes em comum conhecimento sobre o andamento da questão. Ele afirma que as obras não tem previsão para começarem, e que a Prefeitura Municipal agendou uma reunião com o presidente da COPASA para que se possa ouvir suas propostas em relação a Serra do Cipó, assim podendo dar um direcionamento a este impasse. Ele relata do encontro que teve com os representantes da ARSAE, mencionando que este órgão ficou de rever o contrato assinado

entre o município e a COPASA, e que tentaram ajudar da melhor forma possível, sendo com suporte técnico ou jurídico, ficou acordado de se mandar um ofício agendando a reunião com a COPASA com cópia para a ARSAE. O Engenheiro Samuel relata que no primeiro encontro com a COPASA será mais para ouvir e saber do andamento do projeto de esgotamento sanitário, para saber como devemos agir e apresentar as melhores propostas para o município. Osvaldo sugere que se faça um levantamento honesto com todo o real quadro da situação do município, em relação às fossas sépticas. Relata que a COPASA tem um projeto piloto para o tratamento do esgoto sanitário para a nossa região, explicando que ele é composto por um sistema misto, o impedimento seria o alto custo para se manter este tipo de sistema. Também disse: “temos um contrato, sem prazo para começar as obras da COPASA, e queremos saber qual melhor sistema de esgotamento sanitário nos atende”. Ildeu Laborne ressalta que um sistema de saneamento básico no município em si é muito difícil devido a sua carência de alternativas viáveis, explica que pela preservação do Rio Cipó, não se pode usar a forma de tratamento convencional, dizendo também que o sistema estático é muito difícil de manter, operar e gerenciar, pois é muito complexo. Argumenta que a COPASA tem recurso financeiro, possuem profissionais e tem condições de tratar este esgoto, temos que cobrar da COPASA para que se tragam um sistema convincente para nossa região. Diego diz que o senso comum é errado, o senso comum afirma que não se é possível tratar o esgoto de forma individual, e sendo que em nossa região se cabe esta alternativa de tratamento do esgoto. Apontando as diferentes formas de tratamentos alternativos do esgotamento sanitário. Ressalta que no seu ponto de vista a melhor saída será o tratamento estático, pois existem várias formas de se fazer isto. Liléia pergunta sobre a recuperação do córrego do “soberbo”, incluindo a recuperação de sua mata ciliar, pergunta se existe algum projeto por parte da COPASA para sua revitalização. Propõe um projeto em parceria com a instituição FIOCRUZ a qual trabalha, para fazer uma análise da situação do município em relação ao saneamento básico, identificando a possível existência de diversas doenças decorrente à ausência do saneamento. Diego diz que é muito válida a proposta da Liléia em relação ao córrego do Soberbo, mas diz que acha melhor esperar a posição da COPASA em relação ao atraso das obras em nosso município. Liléia esclarece que o projeto do Soberbo não foi feito sabendo deste impasse com a COPASA. Osvaldo diz que o sistema estático não é o ideal, exemplifica dizendo que parte do Japão é composta por sistema estático, mas mesmo assim acha que pode ser uma solução, diz ainda que confia muito na tecnologia para se resolver esta questão. Samuel diz que o plano do diagnóstico de saneamento básico do município foi liberado pela COBRAPE, que este diagnóstico já está em seu email, e que encaminhara para todos os conselheiros do CODEMA, pedi para que todos leiam e se atualizem com as informações apresentadas sobre a situação atual do município.

7. Palavra Franca

Diego informa que será realizada Conferência Pública 19/07/2014 às 18h, Diagnóstico da situação do Saneamento Ambiental será apresentada para a população. Marcos afirma que a utilização do herbicida Roundup nas áreas urbanas de Santana do Riacho foi proibida, devido à inviabilidade de se garantir a segurança da população durante e após sua aplicação. Ressaltando que caso a prefeitura utilize novamente, a mesma poderá ser denunciada junto aos órgãos públicos. Roberto denuncia os problemas com as obras feitas pelo DER na Serra do Cipó, pois estão deixando de fazer o passeio de forma adequada, uma vez que não estão colocando o meio fio de contenção na parte externa da obra, assim permitindo com que a obra fique vulnerável a enxurradas e desbarrancamentos. Diego relata que pedira ao Engenheiro Samuel para fazer um ofício à prefeitura para fiscalizar esta obra. Liléia sugere que a prefeitura apoie, estimule e participe do grupo de

fiscalização destas obras, sugerindo a criação de uma comissão para a fiscalização da obra. Empresários presentes nesta reunião ordinária solicitam o apoio ao CODEMA para combater a poluição sonora dentro da Serra do Cipó, pois este incidente está perturbando os moradores e turistas. Os empresários fizeram um abaixo assinado e entregaram a prefeitura, para que medidas fossem tomadas, com o objetivo de se amenizar este incômodo, porém até o momento não foi resolvido, estão querendo tomar outras providências, entre elas chamar a imprensa ou acionar o Ministério Público, a principal reclamação é o som alto do comércio Panela de Pedra, onde o som alto produzido por bandas ultrapassa as 2:00 da manhã, em todos os finais de semana. Reclama também da omissão dos seguintes órgãos, prefeitura e polícia militar. Roberto questiona até que ponto vai haver concessão de alvarás para a construção de pousadas aqui na Serra do Cipó, pois a cidade não comporta mais. Aconselha uma reunião entre o COMTUR, CODEMA, e Prefeitura Municipal. Aponta também sobre o excesso de “kit nets” na região. Samuel afirma que temos que acelerar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, assim poderá conseguir amenizar estes problemas, pois não se pode negar nenhum alvará para este tipo de construção sem que haja um motivo amparado por alguma lei. Afirma que o CODEMA tem que se posicionar para poder ajudar nesta situação. Osvaldo diz duas coisas básicas: não basta ter leis boas, temos que ter boas leis, nosso plano diretor não foi executado, existem algumas leis que precisam ser executadas, necessitamos de um zoneamento urgente, assim poderemos frear este crescimento desordenado, ele também diz que o município possui um Código de Postura, sugere que os empresários leiam este código, pois ele pode ajudar, finaliza dizendo “temos que ter atitude, para participar de todas as ações, diz que o poder público ou assume ou some”. Os empresários alegam ter conhecimento deste Código de postura do município e dizem que já usaram este código para argumentar com o proprietário e com a prefeitura, porém nada foi resolvido. Roberto sugere que se faça uma lei ou decreto emergencial por parte da prefeitura, a fim de amenizar a banalização do turismo na Serra do Cipó, pois todos estão sendo prejudicados, o crescente aumento do lixo, a qualidade do turista que nos visita cada vez é pior, a falta de padronização das hospedagens, o decréscimo na taxa de turismo na administração atual, caindo de R\$10.000 reais para R\$2.000 reais mensais.

Encerramento

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente do CODEMA, Sr. Diego Cirino Teixeira agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a reunião, cuja ata, após de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho. Eu, Alfredo Ferreira Costa Filho subscrevo e assino.

Folha de Assinaturas da Ata

Diego Cirino Teixeira

Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Alfredo Ferreira Costa Filho

Estagiário de Engenharia Ambiental

do Município de Santana do Riacho

Anexo 06**ATA Reunião CODEMA 13/06/2016**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/ MG.

Data, Hora, Local

Aos 13 (treze) dias do mês de junho de 2016 das 14:00h às 17:00h, reuniram-se nas instalações do CAT – Centro de Atendimento ao Turista, localizado na Rodovia MG10, Km 97, no Distrito da Serra do Cipó – Santana do Riacho/MG.

1. Presenças

Lista de presença – conselheiros e convidados anexa a ata

2. Ausências justificadas

Não foram justificadas ausências de conselheiros.

3. Composição da mesa

Presidente do Conselho – Daniela Campos De Filippo

Secretário – Alfredo Ferreira Costa Filho

5. Convocação

Conforme convocação encaminhada via e-mail: 6/06/2016

6. Pauta, considerações e encaminhamentos

6.1. Abertura da reunião - Em segunda convocação a presidente do Conselho Daniela De Filippo deu abertura à sessão às 14:30hs. Informes Gerais: Daniela iniciou a reunião perguntando aos conselheiros se a ata da última reunião está aprovada e todos aprovaram.

6.2. Apresentação da COPASA - Acompanhamento da situação do diagnóstico do esgotamento sanitário do distrito Serra do Cipó: Rogério Sepúlveda afirmou que a COPASA está preparando um documento e proposta para o distrito da Serra do Cipó, proposta esta que será apresentada em reunião extraordinária do CODEMA, no dia 27 de junho, também apresentou os resultados preliminares da pesquisa sobre as fossas. Rogério, diz que o produto a ser apresentado no dia mencionado será o projeto da COPASA referente ao esgotamento. Que esta proposta não será uma resposta pronta e que será construída coletivamente e por isso é importante a participação dos representantes da comunidade. Daniela esclarece que além do CODEMA, esta reunião será em conjunto com reunião ordinária do Subcomitê de Bacia do Rio Cipó e os seguintes representantes dos seguintes grupo foram convidados: Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Agência Reguladora (ARSAE) e que o Prefeito André Torres confirmou presença. Rogério explicou que a grande dificuldade da COPASA é que ela não tem como atuar dentro da casa das pessoas. José explicou também que é uma preocupação da empresa a adesão dos munícipes sobre o sistema a ser implantado e deu exemplos de outros municípios em que a COPASA implementou o sistema de esgotamento sanitário e não houve adesão da população. Daniela falou que os principais questionamentos da população são sobre o seu “lucro” com o abastecimento de água, já que a água que capta no Rio Cipó é de excelente qualidade. José explicou que não existe isso, pois todo ganho e todo o custo da COPASA são diluídos no estado o recurso não da empresa não é dividido por região. Ricardo complementou que o tratamento da água que é coletada superficialmente em rios é mais caro do que o tratamento de águas que são coletadas subterraneamente em poços artesianos. Daniela questionou também o porque que não são apresentados modelos diferenciados como fossas de bananeiras e filtros de raízes e que a impressão que dá é que o único sistema possível é a fossa séptica. Rogério explica que no último mês foram reunidos diversos especialistas que atuam com os diversos modelos de esgotamento

sanitário, mas que o de fossa séptica, a princípio se mostrou como sendo o mais viável, porém a definição final só será feita após um acordo coletivo entre COPASA, prefeitura e comunidade.

6.3. Processo da Licença Operacional Corretiva da Pequena Central Hidrelétrica - Daniela explica o que ocorreu na reunião do Grupo de Trabalho do subcomitê de bacia, envolvendo Usina hidrelétrica e representantes da comunidade da Lapinha, incluindo Associação Amigos da Lapinha, realizada na Câmara Municipal. André Torres explica que esteve reunido recentemente com o vice-presidente da PCH Américo Teixeira, para apresentar algumas demandas/necessidades que o município almeja, porém ouviu dele que o empreendimento está atualmente envolvido em dois processos, um processo ambiental estadual e outro processo jurídico federal, assim não podendo dar resposta de imediato às reivindicações do Prefeito. Ildeu explica que para o processo de licenciamento ambiental tenha andamento será necessário que o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade apresente seu parecer, e que este parecer seja o divisor de águas para este processo, pois o ICMBio pode amarrar algumas condicionantes nele. Roberta aproveita a oportunidade para convidar os conselheiros para a Câmara Temática que tratará do parecer da APA sobre o empreendimento. A Câmara se reunirá no dia 16, às 9 horas.

6.4. Apresentação da Proposta de Parcelamento do Solo em um Novo Condomínio: O Sr. Luiz Barros apresentou a proposta de um parcelamento de solo com formato de um condomínio, onde os lotes terão tamanho de 5.000m², com reserva florestal averbada parte na área do condomínio, parte na área que abarca todo o terreno do proprietário Joaquim Orville. Além disso, possui laudo da COPASA afirmando que naquele local será possível fazer o abastecimento de água e anuência da Prefeitura Municipal. O Prefeito Andre Torres afirmou que no local onde se deseja estabelecer o condomínio é considerado zona urbana, assim estando de acordo com o zoneamento municipal. Explicou que já foi feita a análise pela prefeitura, faltando agora apenas a anuência do CODEMA. Roberta, diz que como o empreendimento está localizado dentro da APA MORRO DA PEDREIRA e que é também necessária a anuência do ICMBio, e que não sejam iniciadas as vendas nem intervenções na área sem o licenciamento finalizado. Deixou claro que apesar dela estar presente na reunião é preciso que a documentação seja entregue formalmente para o ICMBio. Ildeu sugere que seja redigido em contrato do condomínio, a proibição de subdividir os lotes de 5.000m². Joaquim Orville falou que é possível colocar no regimento interno do condomínio, mas que não afirma que vai colocar, pois comercialmente não é a proposta do empreendimento. Foi definido que o empreendedor irá enviar versão digital dos documentos os conselheiros e que na próxima reunião ordinária os conselheiros darão retorno ao empreendedor. Uma versão impressa do documento ficou na pasta do CODEMA, guardada na Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

7. Palavra Franca: o Senhor José Washington apresentou o projeto do Posto de Abastecimento de Combustível, mostrando todas suas licenças, e dizendo está precisando da carta de anuência do município para dar continuidade ao processo. Roberta orienta que é necessário que o projeto seja entregue ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, pois se encontra dentro da APA Morro da Pedreira e que nenhuma construção seja iniciada antes do parecer do CODEMA e do ICMBio. Ficou acordado entre os conselheiros, que assim como o empreendimento do condomínio, o empreendedor deverá encaminhar os arquivos digitais aos conselheiros para análise. Na próxima reunião ordinária os conselheiros darão retorno ao empreendedor. Cópia impressa dos documentos entregues ficou arquivada na pasta do CODEMA, guardada na Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

8. Encerramento: Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a Presidente do CODEMA, Daniela Campos De Filippo agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a reunião, cuja ata, após de lida e

aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho. Eu, Alfredo Ferreira Costa Filho subscrevo e assino.

Folha de Assinaturas da Ata

Daniela Campos De Filippo

Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Alfredo Ferreira Costa Filho

Secretário do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Anexo 07

Localização da unidade geomorfológica da Serra do Cipó (entre o Quadrilátero Ferrífero e o Planalto de Diamantina)



Sudeste do Brasil, destacando o estado de MINAS GERAIS; o retângulo vermelho demarca a área ampliada na figura à esquerda (modificado de Costa 2008).

CADEIA DO ESPINHAÇO em MINAS GERAIS destacando a Serra do Cipó.

Adaptado de Miranda (2005):

<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>

Fonte: <http://www.ib.usp.br/botanica/serradocipo/serra-do-cipo.html> - acesso 24/11/2017

Anexo 08

Reportagem do Jornal Hoje em Dia, publicada no dia 26 de janeiro de 1996

Minas

HOJE EM DIA

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 26/1/96

LAURA FERREIRA
Editora-adjunta de Turismo



É como chegar numa cidade do litoral sul-baiiano: a cada esquina placas indicam pousadas de todos os tipos, bastando seguir no sentido das setas. Há também dois hotéis mais conhecidos, maiores e mais requintados. Há muitos bares, botecos, restaurantes, "vendas", lojas de *souvenirs*, muita "muvuca" em alguns *points*. Você vai ver exemplares da geração saúde em contraponto com aqueles que ainda navegam nas águas do "sexo, drogas e *rock-in-roll*".

Vai ver senhores e senhoras que correm pela rodovia encolhendo a barriga e gente pedalando com a camisa

enrolada na cabeça. Rapazes e moças em trajes de banho transitando frente ao olhar espantado dos moradores. Mochileiros, carros importados, veículos de alto luxo em frente a sítios do mesmo tipo, velhos fuscas apinhados de gente até o teto, caminhões tipo "pau-de-arara", jipes de todas as marcas e nacionalidades superempoeirados, além de cavalos.

Vai ver monges, ufólogos, astrólogos, umbandistas, babalorixás, montanhistas, "motoqueiros", crianças de todas as idades... Afinal, a Serra do Cipó é de todos nós e oferece clima e astral para todas as crenças e filosofias.

O que procuram todos num mesmo lugar? Basicamente cachoeiras e montanhas. Os motivos diferem bastante: lazer, esporte, meditação, relax, etc. Mas, no fundo, estão todos fugindo do estresse e da rotina do dia-a-dia.

Fonte: Arquivo da autora

Anexo 09

Lei nº355/2004 – Dispõe sobre a expansão da área urbana do distrito Serra do Cipó

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO RIACHO**

CEP - 35845-000 - EST. DE MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO 2001-2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DO RIACHO - MG
PUBLICADO EM 03/05/2004
RETIRAR EM 18/05/2004
AMPARADO PELA LEI Nº 94/97 QUE
DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE
DE LEIS E ATOS MUNICIPAIS
Assinatura do Responsável

LEI N.º 355 / 2004**“DISPÕE SOBRE A EXPANSÃO DA ÁREA
URBANA DO DISTRITO DA SERRA DO CIPÓ.”**

O povo do Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Egrégia Câmara Municipal aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica fazendo parte do perímetro urbano do Distrito da Serra do Cipó, as descrições contidas no artigo 2º desta Lei, incluindo a área de 3.336.380,00 m² (Três milhões, trezentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta metros quadrados) do loteamento denominado “Quintas do Palácio” situado às margens da Rodovia MG 010 Km 114, neste Município.

ART. 2º - A Zona urbana do distrito da Serra do Cipó, município de Santana do Riacho, passa a ter as seguintes divisas e confrontações. Inicia-se na Ponte Afonso Arinos, localizada na rodovia MG. 10 sobre o Rio Cipó – marco nº 01 – segue pela margem direita do Rio Cipó até a confluência desse com o córrego do engenho, e afluenta pela margem direita confrontando parcialmente com o Parque Nacional da Serra do Cipó-marco 02 – daí segue por esse córrego até sua cachoeira setentrional – marco 03 – daí segue em linha reta, em uma distância de 2.000 (dois mil) metros lineares até atingir a parte superior da cachoeira do Véu da Noiva localizada no córrego do soberbo – marco 04 – daí segue pela vertente da margem direita do córrego soberbo, atravessa a Rodovia MG-10 – marco 05 – segue em linha reta até atingir a vertente para o córrego do Batista até atingir o confrontamento com a CIA Cedro Cachoeira até atingir a margem do Ria Parauna – marco 06 – daí segue rio abaixo até divisa da fazenda do Sr. Pedro dos Santos Nogueira – marco 07 – daí segue em linha reta até atingir o ponto mais alto da Serra do Campeiro – marco 08 – daí segue na divisa da fazenda do Sr. José dos Santos Nogueira, até a divisa com a fazenda Lagoa Seca do Sr. Carlos Magno confrontando com a fazenda Parauna Capão do Caju até atingir a estrada velha da pedreira, no mata-burro – marco 09 – daí segue pela estrada velha da pedreira até atingir a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO RIACHO

CEP - 35845-000 - EST. DE MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO 2001-2004

2

velha ponte de madeira no Rio Cipó – marco 10 – segue margeando rio acima até a ponte Afonso Arinos na Rodovia MG – 10 no marco inicial nº 01. O Loteamento “Quinta do Palácio” passa a ter as seguintes divisas e confrontações, as constantes da planta do loteamento, arquivada na Prefeitura Municipal.

ART. 3º - Compete ao Município dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da promulgação desta lei, fixar os marcos divisórios fazendo o mapeamento de identificação da Zona Urbana do Distrito de Serra do Cipó.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

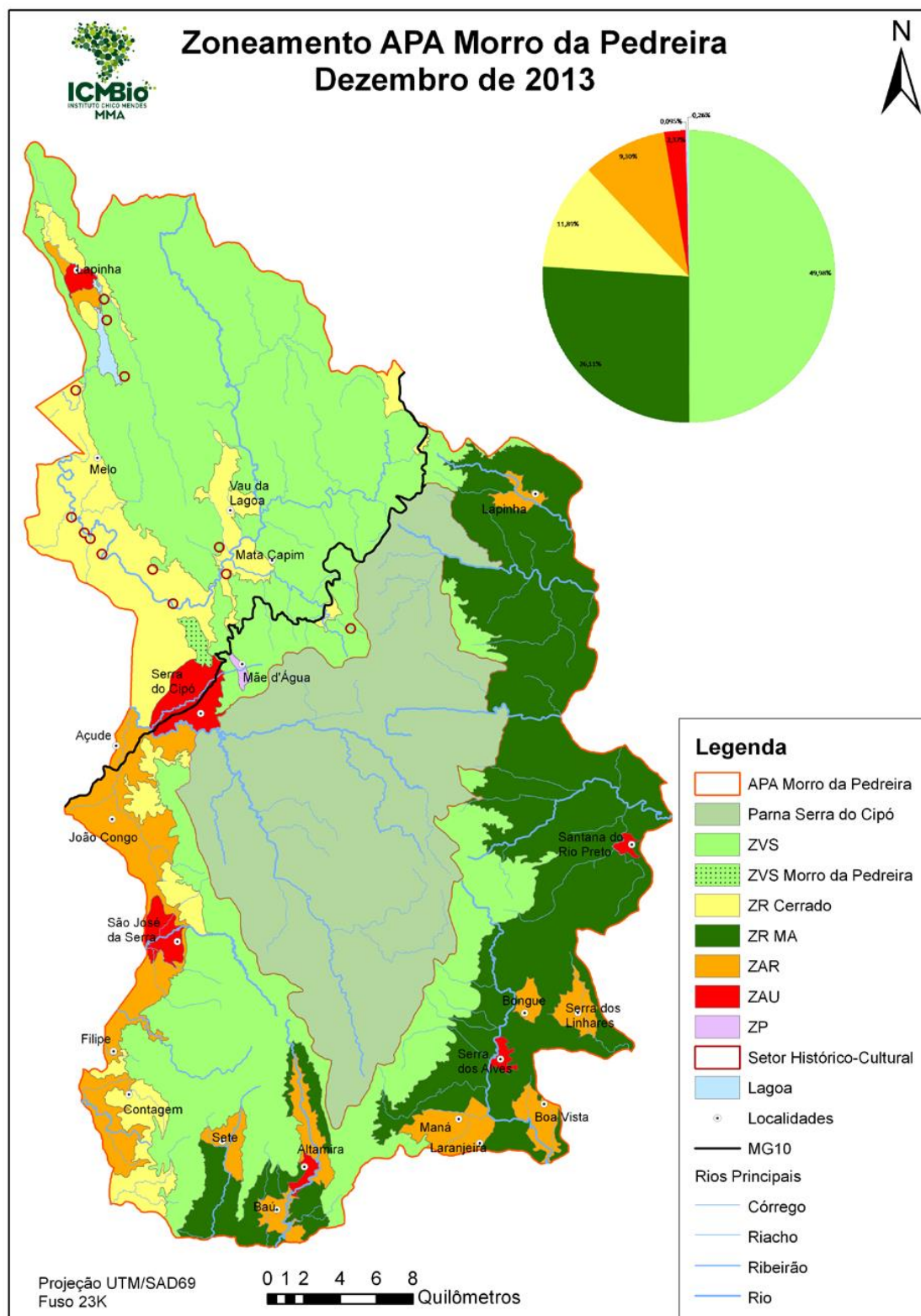
Santana do Riacho (MG), 03 de maio de 2004.



Eustáquio Martins Gomes
Prefeito Municipal

Rua Alfredo Domingos de Melo, 44 - Centro - Santana do Riacho - MG
Fone (31) 3718-6127 - E-mail: psriacho@uai.com.br

Anexo 10
Zona Provisória na área da Mãe d'água – Zoneamento APAMP



Fonte: ICMBIO (2014, p.59)

Anexo 11**ATA Reunião CODEMA 10/03/2014**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/ MG.

1. Data, Hora, Local

Aos 10 (dez) dias do mês de março de 2014 das 14h às 17h, nas instalações da Associação Comunitária João Nogueira Duarte, localizado na Rua Jatobá, no Distrito da Serra do Cipó.

2. Presenças:

Lista de presença – conselheiros e convidados - anexa à ata.

3. Ausências justificadas:

O Sr. André Campos representante titular do IEF e Sr. Ildeu Laborne representante titular da Associação Amigos da Lapinha, justificaram ausência.

4. Composição da mesa:

Presidente do Conselho – Samuel Victor Maia Nascimento

Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente – Elisabeth Fernandes

Secretária – Zilma Inácio

5. Convocação:

Conforme convocação encaminhada via e-mail 03 /03/ 2014

6. Pauta, considerações e encaminhamentos.

6.1– Abertura da reunião

O Presidente do conselho Sr. Samuel Maia deu abertura à sessão, informou que a proposta de reunião conjunta com CBH Rio das Velhas, para que todos os Conselheiros pudessem acompanhar a apresentação do Plano de Saneamento.

6.2– Apresentação do Plano de Saneamento

A representante da COPRAPE- Cia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, empresa responsável pela elaboração do PMSB deu início a apresentação informando que o CBH Velhas contratou a empresa para elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico de Baldim, Jaboticatubas, Presidente Juscelino, Santana do Pirapama, Santana do Riacho e Funilândia, todos os municípios foram fechados em contrato único, assinado no dia 26 de novembro de 2013, prazo de execução 10 meses, valor R\$1.250.000.00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), embasamento legal pela Lei Federal nº 11.445/2007. O trabalho será desenvolvido nas seguintes áreas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem. As Bases para elaboração do trabalho: Escala de bacia (Especial e Temporal), Dados secundários, Dados Primários (visitas de campo, entrevistas, questionários), Grupo de trabalho – GT (acompanhamento das atividades de elaboração) perfil participativo. Divido em Produtos: Plano de trabalho, diagnostico, prognóstico, proposta de projeto e ação, elaboração do termo de conferencia, mecanismos e avaliação e síntese de todos esses documentos elaborados. Relatou os eventos que serão realizados de mobilização (fluxograma de produtos): Seminário, Conferência pública I, Oficina de capacitação, Conferência pública II e evento festivo. Sendo informado dos produtos e prazos previstos. Ressaltou da importância do PMSB, pois proporciona a todos acesso universal ao saneamento básico com qualidade. Convidou a todos para participar do 1º Seminário 30/03/14 na Lapinha da Serra e 31/03/14 em Santana do Riacho, Salão Paroquial.

Após termino da apresentação do Plano de Saneamento Básico deu-se continuidade aos pontos de pauta proposto. Tendo como objetivo agilizar o andamento da reunião alguns Conselheiros sugeriram que não fosse realizado a leitura da Ata da reunião anterior, pois

a mesma havia sido encaminhada a todos os conselheiros por e-mail, foi perguntado se alguém gostaria de fazer alguma consideração a respeito da ata, a Sra. Elizabet Ferreira Diretora Presidente da Associação Mãe D'Água, pediu para inserir na ata a fala referente ao condomínio Mãe D'Água, mas no momento não estava com as considerações, sendo informado que ela poderia encaminhar as considerações por e-mail.

Considerações: A Sra. Elisabet Ferreira dos Santos, Diretora Presidente da Associação Mãe D'Água, solicitou a criação de uma Câmara Técnica para tratar da questão da Mãe D'água.

O Sr. André Campos, do IEF, informou que este órgão intenciona fazer estudos e propor fazer da Mãe D'Água um Monumento Natural.

Elizabet F. Santos solicitou ao Sr. André Campos que explicasse, situando a Mãe D'Água:

- O que é um Monumento Natural;
- A que se destina qual seu propósito;
- Como é criado, o que motiva a sua criação;
- De onde vêm os recursos financeiros para sua criação;
- Qual o custo para o caso da Mãe D'Água e se há recursos para tal;
- Uma vez criados quem os mantém e com que recursos;
- O Sr. André Campos, do IEF, colocou:
- Que Monumento Natural é uma modalidade de Unidade de Conservação;
- Que visa a proteger, conservar, preservar a área nela contida.
- Que sua criação tanto pode ser proposta pelo estado quanto pela comunidade, e que no caso da Mãe D'Água está sendo proposta pelo Sr. Henri Collet, do IEF, por achar que a Mãe D'Água é um local com atrativos, beleza e vegetação única.
- Que sua criação pode se dar com ou sem desapropriação da terra e que os recursos são públicos;
- Não soube informar os custos para a implantação de um Monumento Natural na Mãe D'Água, mas alegou que há dinheiro para tal;
- Informou que o órgão criador é responsável pela gestão do mesmo, e que sua criação poderá gerar alguns empregos para fazer esta gestão.

6.3 – Aprovação dos Loteamentos Reserva Cipó e Mandinga (Estrada Real)

Loteamento Reserva Cipó

Empreendedor: SPE Empreendimentos Reserva do Cipó.

Localização:

Sr. Wander Pereira informou que o loteamento está localizado ao lado do José Siqueira, o proprietário atendeu a todas exigências solicitadas pela engenharia sendo todas atendidas. Diante do apresentado o empreendedor dará início as obras de infraestrutura.

A Prefeitura do Município de Santana do Riacho informou que receberá de contrapartida dos empreendedores a pavimentação da Rua Soberbo (trecho da Elza até a estrada de Santana do Riacho e a doação de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para construção da Praça do Distrito da Serra do Cipó, valor a ser pago em 08 (oito) parcelas de R\$50.000,00 (cinquenta mil).

O Sr. Samuel perguntou aos Conselheiros se concordam com a aprovação do loteamento Mandinga, sendo aprovado por aclamação.

Loteamento Estrada Real

Proprietário: João Djalma

O Sr. Wander Pereira informou que o loteamento atendeu todas condicionantes exigidas pela SUPRAM e Prefeitura Municipal de Santana do Riacho.

Os empreendedores doaram a prefeitura um terreno de aproximadamente 13000 m² que será transformada em área institucional.

Foi informado que área acima mencionada será SUPRAM aumentar a área de preservação
Compra de outro terreno

Pedido de parcelamento, pavimentação, iluminação.

Levantamento de dois pontos de água do Córrego Soberbo, para se saber a qualidade da água....

Apresentação da Planta do loteamento informou a área a ser pavimentada, revitalizada.

Para aprovação será realizado doação

O Sr. Wagner reforçou que se deve trazer as coisas institucionais para o município,

Wander a implantação de empreendimentos deve ter contrapartida para o município

Samuel drenagem, rede fluviais, várias exigências atendendo a Lei Federal.

.6.4– Supressões Irregulares

O Sr. Samuel informou que o responsável pela liberação das supressões era o Topógrafo Pedro Evandro, mas que a Prefeitura contratou um Técnico o Sr. Diego Cirino Teixeira, para auxiliar na área de Meio Ambiente juntamente com o ICMBio. Manifestou que deseja passar a presidência para o Sr. Diego Cirino. Sendo informado ao Sr. Samuel que não se passa a presidência para outra pessoa, precisa ser feito nova indicação do Prefeito e ser marcada nova Eleição. Sr. Júlio Barroso relatou que se preocupa com as mudanças que tem ocorrido, como a troca de Secretário, pois dificulta a continuidade dos trabalhos. Sr. Gustavo informou que se apresentou na reunião do COMTUR e firmou com a Prefeitura que fará o possível para o município, fez um breve relato dos trabalhos que já desenvolveu na região, conhece os Atores locais, ressaltou que não tem conhecimentos específicos na área de Meio Ambiente, mas irá se empenhar ao máximo para executar os trabalhos da Secretaria. O Sr. Wander ressaltou que a questão salarial dificulta trazer bons profissionais para a região. O Júlio Barroso falou que é muito importante o comprometimento do novo Secretário em dá continuidade aos trabalhos realizados pela Sra. Elisabeth, o Sr. Gustavo informou que dará continuidade aos projetos em andamento.

1. Palavra Franca.

A Sra. Liléia relatou que gostaria de apresentar a proposta de trazer a sede do INOT para município, participação mais intensa, projeto de fato que possa ser elaborado por pessoas interessadas, na busca de oportunidade. Tem como proposta projeto de recuperação do Córrego Soberbo. Pretende marcar reunião com ICMBio para apresentar proposta. O Projeto tem a proposta de envolver estudantes, professores, construção através de atividades, participativo/coletivo, adaptado as necessidades locais. Espaço onde serão oferecidas informações da Serra do Cipó.

Sendo solicitado pelo Sr. Samuel como ponto de pauta apresentação do Projeto INOT.

O Sr. Wander falou que através de parcerias com empreendedores o município tem conseguido grandes parceiros e recebe o INOT com muito carinho, comunicou a saída da Sra. Elisabeth da Secretaria e apresentou o novo Secretário o Sr. Gustavo Campos.

A respeito do Plano de Saneamento Básico Sr. Araújo ressaltou da importância da discussão desse processo se participativo, que todos se sintam parte do processo. Acordo de boas práticas, fazer juntos e trazer coisas novas, esse é o caminho. Sendo reforçado pelo Sr. Wagner Marinho que uma das determinações do Sr. Prefeito que seja ouvido toda população antes da aprovação de qualquer projeto.

Discussão sobre os problemas ocorridos na Trilha dos Escravos, sendo sugerido como pauta convidar os proprietários para conversar a respeito da gestão do local, Elisabeth informou que foi solicitado para o carnaval estacionamento para diminuir gargalo na MG10, controle de entrada. Sr. Barui esclareceu que a Trilha dos Escravos do início na MG10, lado direito e Esquerdo é do Sr. Luiz proprietário do Veraneio Hotel, propriedade onde está com problemas, o fim da Trilha Condomínio Bosque da Esperança. Relatou

que na época do Sr. Coquinho fez Projeto de fechamento da Trilha. Servidão que os trabalhadores que trabalham na Mãe D'Água utilizam das trilhas.

O maior problema apresentado é que os turistas não estão fazendo o trajeto proposto que é a Trilha dos Escravos, estão indo para trilha secundária que do acesso a cabeceira do Véu da Noiva, causando devastação da mata auxiliar, utilizando do local como se fosse balneário, sem qualquer infraestrutura. Encaminhamento definir com o proprietário como será feito gestão do local o mais breve possível, pois a falta de controle está trazendo um turismo de vandalismo. Barui ressaltou da importância de se fazer nivelamento das informações, pois o local deveria ser de contemplação por se uma área de preservação e não pratica de banho e local de se fazer churrasco.

Sr. Araújo deu a ideia de o proprietário trazer proposta de gestão, deve-se usar processo de boas práticas, pois não se tem legislação referente a Atrativos, que devemos tomar como exemplo o Rio de Janeiro que saiu na frente e permitir que nosso município avance e crie modelo de gestão dos atrativos.

Sr. Samuel informou que será ponto de pauta chamar os proprietários para processo de boas práticas.

Também foi relatado a respeito da questão da Lapinha que não está comportando o número de turistas, estão imigrando para os vilarejos próximos que não possuem qualquer infraestrutura e da questão do Rio do Jota em Santana do Riacho, pois têm ocorrido invasões, sendo ponto de parada de especiais.

Em Seguida foi discutido a respeito da resolução dos Atrativos criada pelo conselho, sendo informado pelo Sr. Wagner Marinho que a mesma não foi sancionada por falta de embasamento legal.

Sr. Vilmar perguntou se seria solução fechar os Atrativos, porém ocorreriam invasões em outras propriedades.

Foi discutido a respeito do Decreto criado pela Prefeitura proibindo entrada de ônibus de excursão no município, Lei inconstitucional que salvou a Serra do Cipó, pois havia finais de semana com filas de ônibus estacionado no Veraneio Hotel. Sra. Elisabeth falou do óbito ocorrido na Usina no carnaval devido à entrada de ônibus. Vânia informou que na época foi encaminhado ofícios para várias empresas de turismo informando da Lei e da multa, e deu certo.

Sra. Wagner Marinho convidou a todos para Audiência Pública sobre Segurança, acontecerá no dia 28 de março 2014, às 10 horas, na Escola Estadual Dona Francisca Josina. Sr. Samuel sugeriu marca reunião extraordinária para montar relatório para apresentar na Audiência Pública.

Continuado a discutido foi falado a respeito do Parque Nacional, Atrativo de maior potencial Turístico do município e muitos visitantes desconhece a existência, falta muitas vezes informação. Sendo perguntado ao representante do ICMBio sobre o aumento de visitação desde quando o Parque foi aberto, sendo informado que o aumento é de 100% desde 2010.

A respeito do Turismo predatório foi exposto que o município precisa se regulamentar, decisão política é importante, criar monitorias, nunca proibição, devem ser estabelecidos requisitos técnicos. Sr. Barui reforçou dizendo que o processo de educar não funcionar, pois já tentou várias vezes, hoje o desenvolvimento cria regras claras do município, tem que ter policiamento e ordem. Sr. Araújo reforçou que a polícia não consegue trabalhar sem regulamentação, primeiro o município deve regulamentar suas legislações.

Sr. Wander se dispôs a tentar marcar Audiência para Serra do Cipó para tratar da questão dos Atrativos e conversar pessoalmente com os Deputados a respeito. O CONSEP, Sr. Gustavo e Sr. Samuel ficaram responsáveis pela elaboração de relatório sobre segurança, pautando os problemas do município para apresentar na Audiência. O INOT fez a

seguinte colocação que a realização de Eco blitz da Polícia Militar muitas vezes inibi pessoas mal intencionadas, muitas deixam de vim pelo fato de ter policiamento. Sr. Wagner informou que quando o posto policial funcionou foi com efetivos do município. Sr. Júlio Barroso falou de voltar a ativar o Posto Policial sem tirar efetivos da Serra do Cipó, se não vai voltar se depredado.

Encaminhamento solicitar na Audiência Pública ativação do Posto Policial pela Polícia Federal do Estado, funcionamento sexta, sábado e domingo. Propor delegacia para atendimento aos Turistas somente nos finais de semanas.

Sr. Gustavo informou que uma condição proposta a Prefeitura ao assumir a Secretaria era que fosse realizado prestação de contas do FUMTUR, e convidou a todos para extraordinária do COMTUR, 24 de março, às 09 horas na Pousada Chão da Serra, para prestação de contas. Também convidou a todos para participarem do 6º Salão Mineiro de Turismo, 14 e 15 de março, no Minas Centro e informou que vai levar Cardápio do Parque Nacional para expor no stand e livro para cadastro dos visitantes. Perguntou qual foi sua participação na aprovação dos loteamentos apresentados, sendo informando que nenhuma, pois ele está participando como convidado, para ter direito a voto deve ser indicado pelo Poder Executivo.

Encerramento

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente do CODEMA, Sr. Samuel Victor Maia agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a reunião, cuja ata, após de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho. Eu, Zilma Inácio Ferreira subscrevo e assino.

Samuel Victor Maia Nascimento

Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Zilma Inácio Ferreira.

Secretária executiva CODEMA

Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Anexo 12

ATA Reunião CODEMA 14/12/2015

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/ MG.

1.Data, Hora, Local

Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2015 das 14:00h às 17:00h, reuniram-se nas instalações na Associação Comunitária João Nogueira Duarte, no Distrito da Serra do Cipó – Santana do Riacho/MG.

2.Presenças:

Lista de presença – conselheiros e convidados - anexa à ata

3.Ausências justificadas:

Daniela Campos De Filippo – Suplente do Instituto de Observação da Terra - INOT

4.Composição da mesa:

Vice-Presidente: Márcio Torres

Secretário: Diego Cirino Teixeira

5.Convocação:

Conforme convocação encaminhada via e-mail 11/12/2015

6. Pauta, considerações e encaminhamentos:

6.1 Apresentação da Associação da Mãe D' Água:

Apresentação realizada pela Presidente da Associação da Mãe D'Água (AMADA) Elizabeth. Diego avalia como inviável o layout de ocupação na Mãe D'Água apresentado e propõe revisão no número de lotes. Romina esclarece objetivo da reunião, como apenas apresentação do histórico do Caso Mãe d'água e apresentação de proposta da Associação da Mãe D'Água para discussão no GT da Mãe D'água do CODEMA. José Geraldo Araújo fala sobre as justificativas pelas quais a Mãe D'água está na Zona Provisória do Zoneamento do Plano de Manejo da APA Morro da Pedreira. Fica definido pelos conselheiros que a proposta apresentada será discutida no GT de Revisão do Plano Diretor para definição da Zona que se encontra a Mãe D'água. Para então a Associação da Mãe d'água entrar com proposta de parcelamento. Posteriormente a proposta será avaliada pelo executivo e pelo CODEMA.

7. Palavra Franca

Membros da AMADA mostram sua insatisfação com os órgãos municipais, estaduais e federais devido ao histórico de mudança de posicionamento perante a área em questão. Liléia coloca o INOT a disposição para a compilação dos dados do diagnóstico do esgotamento sanitário que está sendo realizado pela COPASA.

8. Encerramento

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Vice-Presidente do CODEMA, Sr. Márcio Torres agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a reunião, cuja ata, após lida e aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente do Conselho. Eu, Diego Teixeira subscrevo e assino.

Folha de Assinaturas da Ata

Márcio Torres

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Diego Teixeira

Secretário do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente